

Antonio José Alves de Oliveira

**JOÃO DA SILVA FEIJÓ E OS DILATADOS SERTÕES:
PENSAMENTO CIENTÍFICO E REPRESENTAÇÕES DO
MUNDO NATURAL NA CAPITANIA DO CEARÁ (1799-1816)**

Dissertação submetida ao
Programa de Pós Graduação em
História da Universidade Federal
de Santa Catarina para a obtenção
do Grau de Mestre em História
Cultural

Orientador: Prof. Dr.^a Eunice Sueli
Nodari

Florianópolis
2014

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária
da UFSC.

Oliveira, Antonio José Alves de

João da Silva Feijó e os dilatados sertões: :

Pensamento Científico e representações do mundo natural na
Capitania do Ceará (1799 - 1816) / Antonio José Alves de
Oliveira ; orientadora, Eunice Sueli Nodari ; coorientador,
José Augusto Pádua . - Florianópolis, SC, 2014. 231 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-
Graduação em História. Inclui referências 1. História. 2. História
social das ideias;3. História ambiental;. 4. História colonial.. I.
Nodari , Eunice Sueli. II. Pádua , José Augusto . III. Universidade
Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História.
IV. Título.

Antonio José Alves de Oliveira

**JOÃO DA SILVA FEIJÓ E OS DILATADOS SERTÕES:
PENSAMENTO CIENTÍFICO E REPRESENTAÇÕES DO
MUNDO NATURAL NA CAPITANIA DO CEARÁ (1799-1816)**

Este (a) Dissertação/Tese foi julgado(a) adequado(a) para
obtenção do Título de “...”, e aprovad(o)a em sua forma final pelo
Programa ...

Local, x de xxxxx de xxxx.

Prof. xxx, Dr.
Coordenador do Curso

Banca Examinadora:

Prof.^a xxxx, Dr.^a
Orientadora
Universidade xxxx

Prof.^a xxxx, Dr.^a
Corientadora
Universidade xxxx

Prof. xxxx, Dr.
Universidade xxxxxx

A João Alves da Silva, que nunca
se eximiu de contar histórias
(In memoriam)

AGRADECIMENTOS

À minha família, que sempre apoiou-me e incentivou-me diante de todas as dificuldades e obstáculos desde o final de 2006, com minha “partida”, compreendendo todas as ausências e os distanciamentos. Em especial aos meus pais, Antonia Alves e Antonio Oliveira, por todo o carinho, dedicação e compreensão.

À minha preciosíssima irmã, Camila Alves, que nunca se contentou em ser somente minha irmã, e foi sempre melhor amiga, confidente, conselheira. Esteve sempre presente nos mais variados momentos de elaboração desta dissertação.

Ao meu irmão e parceiro da vida, Marcos Alves, na certeza de que todos os acordes de violão dedilhados embalaram-me e apaziguaram-me, colocando um pouco mais de lentidão e apreciação à vida, que passa veloz.

Ao Heriberto e a Alessandra que me acolheram com todo o carinho e paciência em Fortaleza durante um longo período.

Aos professores essenciais em minha formação em História na Universidade Federal do Ceará, Eurípedes Antonio Funes, grande mentor; Kênia Sousa Rios, minha eterna orientadora; Carlos Henrique Moura Barbosa, sempre um grande incentivador; Almir Leal de Oliveira, por todo o conhecimento compartilhado em meu período de bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET).

Aos meus grandes amigos do grupo de estudos História, Memória, Natureza e Cultura, da Universidade Federal do Ceará, Valesca Rios, Amanda Rodrigues, Romário Bastos, Reginaldo Alves, Daniel Alencar, Paulo César dos Santos, Emy Falcão Maia Neto.

Aos professores da Universidade Federal de Santa Catarina, Eunice Sueli Nodari, minha orientadora, por todo o apoio e toda a confiança depositados; ao Sílvio Marcus Correa, por todas as importantes conversas formais e informais; ao João Klug, pela amizade,

convivência, pelas conversas, conselhos e por tornar o ambiente um lugar sempre mais agradável; e aos professores Henrique Espada Lima e Artur César Isaia, pela leitura acurada, críticas e importantes contribuições ao trabalho.

Aos irmãos forjados nas batalhas da vida, Plauto Daniel, José Airton, Bruno de Brito, Vicente Maia, André Morais, Israel Carvalho, João Paulo Brilhante, e em especial Gabriel Pereira de Oliveira, irmão de futebol, PET, grupo de estudos, música e literatura.

Aos grandes companheiros, Leonardo Ibiapina Beviláqua e José Nilo Bezerra Diniz, com os quais compartilho a graduação, a pós-graduação, apartamento e uma grande amizade pra vida inteira. Por todas as discussões, críticas e incentivos em todo esse período.

Aos amigos da Pós-graduação e do Labimha, Esther Rossi, Samira Moretto, Angela Lima, Simoni Mendes, Jovenson Casagrande, Alfredo Ricardo (Cado), Luís Guilherme Fagundes e Aline Klauk.

E em especial a Ana Carolina Schweitzer, por todo o companheirismo, o carinho, a paciência e por todos os instantes compartilhados.

*Lugar sertão se divulga:
é onde os pastos carecem de fechos,
onde um pode torar dez, quinze léguas,
sem topar com casa de morador; e onde
criminoso vive seu cristo-jesus, arredado
do arrocho de autoridade (...)
O sertão está em toda a parte*

Guimarães Rosa (Grande Sertão: Veredas)

RESUMO

Em 1799 a Capitania do Ceará emancipa-se politicamente da Capitania de Pernambuco e juntamente com um Governador Geral (Bernardo Manoel de Vasconcellos), recebe também por decreto da rainha Maria I um especialista em ciências naturais, o sargento-mor e naturalista João da Silva Feijó, imbuído de observar, descrever e relatar as possíveis riquezas naturais na recém-emancipada Capitania. A presença do luso brasileiro na Capitania do Ceará na primeira metade do século XIX é bem emblemática, e ainda recebe particularidades interessantes como a prospecção de ouro, num período onde as regiões mineradoras atravessavam a crise aurífera, e também salitre, utilizado na composição da pólvora. Além disso, as *Memórias* elaboradas pelo naturalista são extremamente ricas no que diz respeito à observação das relações que se estabelecem entre homem e mundo natural na Capitania do Ceará, seja no sentido de observação e análise das possíveis produções naturais, ou mesmo nos prognósticos de melhoria em relação à agricultura e mineralogia. Assim, o trabalho em torno das produções do naturalista João da Silva Feijó e das relações homens-ambiente no final do século XVIII e primeiras décadas do século XIX visa perceber e problematizar as ideias, valores, significados, sentimentos e representações atribuídos ao mundo natural na Capitania do Ceará, com suas atribuições no Ceará, servindo à Coroa lusitana nos domínios ultramarinos. Incumbido de observar, descrever e relatar as possíveis “riquezas naturais”, em sua posição de naturalista, traz consigo uma série de comentários pertinentes acerca do homem e da terra, de animais, vegetais e de minérios, que nos leva a questionar sobre o valor e a ideia de natureza que se estava a constituir naquele período.

PALAVRAS-CHAVE: Naturalista; Investigações philosophicas; Visões de natureza.

ABSTRACT

In 1799 the Capitaincy of Ceará emancipates politically of the General Capitaincy of Pernambuco and together a General Governor (Bernardo Manoel de Vasconcelos), also receives by a decret of the Queen Maria I, a specialist in Natural Sciences, the sergeant-mor and naturalist João da Silva Feijó, with the responsibility of seek, describe and report the possibilities of natural richness in the just-emancipated Capitaincy. The presence of the luso-brasilian in the Capitaincy of Ceará in the beginning of the XIXth century is also emblematic, and still receives interesting particularities, like Gold prospection, in a period where the mines were traversing a critical period, and also the prospection of Saltpeter, for the fabrication of powder. Thus, the Memórias elaborated for the naturalist are riches of what concerns the observation of the relations between man and natural world in the Capitaincy of Ceará, as in the sense of observation and analysis of the natural productions as about in the prognostics of the progress concerning the agriculture and the Mineralogy. So, the questions concerning the productions of naturalist João da Silva Feijó and the relations between man and natural world in the end of XVIIIth century and the beginning of the XIXth century has as objective to perceive and make questions about the ideas, the worth, the meanings, the feelings and representations attributed to the Natural World in the Capitaincy of Ceará, with yours attributions in the Ceará, serving the Portuguese Crown in the ultramarines domains. With the responsibility of seek, describe and report the natural richness, with your position of naturalist, brings pertinent commentaries about the man and the land, the animals, vegetables and minerals, that leads us to put some questions about the worth and the idea of the Nature that were being constituted in that period.

Keywords: Naturalist; Philosophical investigations; Visions of Nature.

LISTA DE MAPAS

Mapa 01 - Carta Geográfica da Capitania do Piauí, e parte das adjacentes [Cartográfico] levantada em 1761 por João Antonio Galuci. Mapa ms.: col., desenho a nanquim; 58,5 x 85cm. Em f. 61,5 x 88. ARC.030,01,004 – Cartografia. Objeto digital: Cart249898. Disponível no sítio da Biblioteca Nacional Digital in: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart249898.jpg. Última visualização: 20.01.2014.190

Mapa 02 - FEIJÓ, João da Silva. Capitania do Ceará; Dividida/pelo Campo Illuminado de cor. In: JUCÁ NETO, Clóvis Ramiro. *A urbanização do Ceará Setecentista: As vilas de Nossa Senhora da Expectação do Icó e de Santa Cruz do Aracati*. Tese de Doutorado em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura, Salvador: UFBA, 2007, p. 145.....192

Mapa 03 - Mapa Geographicé da Capitania do Seará [Cartográfico]. Amaral, Mariano Gregório do. [S.l.: s.n.], 1800. mapa ms: desenho a nanquim ; 44 x 49. ARC.025,02,009 – Cartografia. Objeto digital: Cart511693. Disponível no sítio da Biblioteca Nacional Digital in: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart511693.jpg. Última visualização: 20.01.2014.....196

Mapa 04 - FEIJÓ, João da Silva. Carta topográfica do Seará a Mina de Salpetra descoberta no sítio da Tabajuba [Cartográfico]: na dist.a [distância] de 55 léguas da Villa da Fortalleza. Biblioteca Nacional Digital (Brasil). Disponível no sítio da Biblioteca Nacional em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart525963/cart525963.jpg -Última vizualização: 26.12.2013.....198

MAPA 05 - PAULET, Antonio José da Silva, 1778-18?? Carta da Capitania do Ceará [Cartográfico] / levantada por ordem do Governador Manoel Ignacio de Sampaio por seu ajudante e ordens Antonio José da S. Paulet. [Rio de Janeiro]: [Arch. Militar], 1818. Biblioteca Nacional Digital (Brasil). Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart529227/cart529227.jpgÚltima vizualização: 26.12.2013.....202

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AHU / CU – Arquivo Histórico Ultramarino / Conselho Ultramarino

RIC – Revista do Instituto do Ceará

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

<i>Sobre narrativas de viagens, Geografias imaginativas e Transculturação.....</i>	<i>26</i>
<i>Geografias imaginativas.....</i>	<i>29</i>
<i>Transculturação, Estruturas narrativas e relatos de viagens.....</i>	<i>35</i>

<i>CAPÍTULO I - Iluminismo Luso-brasileiro e Investigações Filosóficas.....</i>	<i>44</i>
<i>1.1. Reformismo Ilustrado e o Ultramar.....</i>	<i>44</i>
<i>1.2. Do Gabinete de curiosidades à Academia de Ciências de Lisboa.....</i>	<i>58</i>
<i>1.3. Domenico Vandelli e as viagens ultramarinas.....</i>	<i>76</i>

<i>CAPÍTULO II - Representações da Natureza nos recônditos do impérioultramantino lusitano.....</i>	<i>86</i>
<i>2.1. A Capitania do Ceará Grande.....</i>	<i>86</i>
<i>2.2. Relatos e Relações descritivas da Capitania do Ceará e seus “dilatados sertões”.....</i>	<i>98</i>
<i>2.3. O mundo natural investigado: as produções naturais da Capitania do Ceará Grande em finais do século XVIII.....</i>	<i>110</i>

<i>CAPÍTULO III - Memórias filosóficas, valores e ideias frente ao mundo natural: João da Silva Feijó e o Ceará.....</i>	<i>128</i>
<i>3.1. João da Silva Feijó e o reino pluricontinental.....</i>	<i>128</i>
<i>3.2. João da Silva Feijó e a Capitania do Ceará Grande.....</i>	<i>146</i>
<i>3.3. O ouro e o salitre na Capitania do Ceará.....</i>	<i>156</i>

CAPÍTULO IV – Cultura, Natureza e Política: A Capitania do Ceará e o pensamento científico (1799-1816)

4.1. Fisiocracia luso-brasileira e projeções para a agricultura nos recônditos do Império.....176

4.3. Mapas, cartas e memórias: desenhando a Capitania do Ceará.....188

4.2. Diligências filosóficas: ideias e valores sobre o mundo natural.....204

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....215

FONTES.....217

BIBLIOGRAFIA.....225

INTRODUÇÃO

Sobre Narrativas de Viagens, Geografias Imaginativas e transculturação

Na interface dos comportamentos e das percepções, das atitudes e dos valores, nos deparamos com as variadas formas de apropriação por parte dos indivíduos. As ideias possuem seus circuitos de produção e suas condições de possibilidade, assim como a sua historicidade. A maneira pela qual os indivíduos experimentam e transformam as ideias com as quais se deparam se faz portanto um instigante trabalho de investigação. No entanto, cabe salientar que essas apropriações e transformações possuem seus condicionantes, forjadas nos embates com outros indivíduos, construídas socialmente a partir das dinâmicas e das configurações sociais, com as quais esses mesmo indivíduos se encontram.

Na dinâmica do Império colonial português do último quartel do século XVIII, e primeiras décadas do século XIX, nos deparamos com a circulação de contingentes administrativos e funcionários da Coroa, que transitavam ideias e valores distintos frente ao mundo natural. No entendimento de Alfred Russel-Wood, o império colonial se constituía como um mundo em movimento, e tornava passível, a partir desse mesmo diminuto corpo administrativo em circulação, uma grande mobilização de mundos.

É nesse sentido que empreendemos a investigação acerca das ideias, valores e representações do mundo natural, a partir, mas não unicamente do naturalista e sargento-mor João da Silva Feijó. Entendemos que suas ideias, possuem o seu valor no embate e colocada em perspectiva em relação às projeções coloniais gestadas no reino, e mais ainda, nas dinâmicas e no entendimento da configuração social da Capitania do Ceará Grande, até o momento em que lá aporta. E ainda, na dinâmica, na interação e nos embates com as projeções das autoridades coloniais na própria Capitania, com indivíduos tais como o chefe-de-esquadra e governador Bernardo Manoel de Vasconcelos, com o Escrivão da Fazenda Francisco Bento Maria Targine, e com indivíduos com os quais compartilhava ideias e valores, tais como o padre João Ribeiro Pessoa e Mello e o ouvidor da Capitania João Antonio Rodrigues de Carvalho.

Dessa forma, nos questionamos acerca do valor, das ideias e das projeções frente ao mundo natural, atentando para a dinâmica impelida tanto em relação às ideias que circulavam no reino, quanto à

dinâmica própria, os imperativos econômicos e, principalmente a dinâmica e configuração social da Capitania do Ceará, a partir das representações dos contingentes administrativos, homens coloniais e homens ultramarinos do Império colonial português, assim como das representações dos ilustrados e sua forma de ver, classificar e fazer projeções frente ao mundo natural e social, em um momento de maior inflexão frente à prospecção de potencialidades, de recursos naturais e ainda da “civilização dos povos”.

Assim, no decurso dessa investigação seleções e escolhas, logicamente, foram efetuadas. Algumas leituras, autores e conceitos se sobrepujaram em detrimento de outros. Desse modo, no que trata às principais fontes acerca dos questionamentos sobre as representações do mundo natural, de uma maneira geral, e por parte do naturalista João da Silva Feijó, especificamente, o primeiro questionamento efetuado diz respeito a como lidar com as *memórias filosóficas*, que obedeciam a determinadas regras estilísticas da escrita científica do século XVIII, mormente utilizadas pelos discípulos luso-brasileiros de Domenico Vandelli¹. Tratava-se evidentemente de um gênero narrativo que possuía suas características intrínsecas, obedecia a restritas determinações, e, em grande medida, armava o olhar dos naturalistas e dos demais estudiosos que buscavam se inserir no círculo intelectual e científico da *Academia Real de Sciencias de Lisboa*.

Por outro lado, a pesquisa, que se ancora na possibilidade da investigação de uma história social das ideias, com ênfase nas ideias de natureza, e tendo como cerne as representações do mundo natural de João da Silva Feijó na Capitania do Ceará nas primeiras décadas do século XIX, envereda em muitos momentos por searas distintas. Searas estas que envolvem as experiências e expectativas deste naturalista, não apenas como o “naturalista encarregado de objetos de História Natural”, mas também como o homem que nasceu na Capitania do Rio de Janeiro, estudou em Lisboa e experimentou longos anos distante da família e dos amigos nas ilhas de Cabo Verde e, posteriormente, como homem

¹Domenico Vandelli (1735-1816), nascido em Pádua, na península itálica, viveu em Portugal entre 1764 e 1810, foi uma das pessoas mais influentes na transformação do pensamento social e científico em Portugal na segunda metade do século XVIII. Participou ativamente das Reformas da Universidade de Coimbra em 1772, e ao lado do Ministro de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, Martinho de Mello e Castro, enviou naturalistas às mais distantes paragens do Império Colonial Português. Cf. principalmente RAMINELLI, Ronald. *Viagens Ultramarinas: Monarcas, Vassalos e governo à distância*. São Paulo: Alameda, 2008.

ultramarino², foi enviado à remota pouco conhecida Capitania do Ceará Grande.

Na perscrutação dessas expectativas e experiências, a ideia de geografia imaginativa é concebida como uma possibilidade e uma ferramenta metodológica bastante instigante na análise de suas missivas, memórias filosóficas e relações descritivas. Enquanto naturalista da Capitania, além da produção dos relatos a partir de sua própria experiência, João da Silva Feijó teria ainda a possibilidade de contato com escritos, relatos e relações descritivas formuladas por outros homens ultramarinos, governadores, capitães-mores e ouvidores acerca dos lugares, das paisagens e dos homens com os quais iria se deparar. Assim, formulava a partir desses escritos e com sua própria experiência, uma dada imagem do lugar para onde havia sido enviado³.

Por outro lado, a ideia de transculturação, na perspectiva de análise dos escritos do naturalista, sargento-mor e posteriormente, tenente-coronel, ao longo da investigação visa ter sempre em mente, as

²*Homem colonial e Homem ultramarino* são categorias de análise e dicotomias sustentadas por Luís Felipe de Alencastro em “*O Trato dos Videntes*” buscando refletir sobre as experiências de homens a serviço da coroa lusitana. O homem colonial seria, para Alencastro, homens que ocupariam posições sociais no reino nas “franjas da fidalguia”, e “essa condição de marginalidade acaba por empurrá-lo do reino para as colônias adotando e definindo um determinado modelo de comportamento. Homem que se estabeleceu e fixou-se nos espaços ultramarinos onde criou fortuna, poder e influência. O centro político, então reconhece essa experiência e utiliza-a pensando mesmo nele para o exercício de outros postos em outras regiões.” Por outro lado, o homem ultramarino seriam “aqueles para quem a sede de reconhecimento social radicava no reino e construíam suas trajetórias com o fito essencial do acrescentamento do seu estado”. A conceituação de Alencastro, entretanto, é observada mormente no caso de ouvidores e capitães-mores, e aqui se faz uma apropriação da categoria. ALENCASTRO, Luís Felipe de. *O Trato dos videntes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. CUNHA, Mafalda Soares da. Governo e Governadores do Império português Atlântico (século XVII). In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral (orgs.). *Modos de Governar: Ideias e Práticas políticas no Império português (séculos XVI – XIX)*. 2ª edição. São Paulo: Alameda, 2005, pp. 80-81.

³No último quartel do século XVIII, as relações descritivas enviadas aos Secretários dos Negócios Ultramarinos e Domínios do Ultramar se avolumam, principalmente os enviados pelo controverso Capitão-mor João Batista de Azevedo Coutinho de Montauray (1782 – 1789), pelo também Capitão-mor Luís da Motta Feo e Torres e pelo Ouvidor da Capitania, Manuel Magalhães Pinto e Avelar Barbedo, que se autointitulava discípulo de Domenico Vandelli.

transformações, as adaptações e negociações efetuadas por João da Silva Feijó nas suas mais distintas experiências ao longo dos 17 anos vividos na Capitania. Almeja-se, nesse sentido, a historicização de seus escritos, memórias e cartas enviadas ao longo do tempo, buscando atentar para suas metamorfoses e adaptações para além do rótulo que carrega de “naturalista”. Enfim, dar conta da experiência humana de adaptações e contatos ao longo dos 17 anos que passou nos recônditos do Império Ultramarino Português, na Capitania do Ceará.

Geografias imaginativas

Em finais do século XVIII, a Coroa lusitana empreende uma série de modificações em suas instituições educacionais e científicas, dando um passo decisivo nas apropriações e adaptações à *filosofia das Luzes* às contingências e características da sociedade lusitana da segunda metade do século XVIII. Assim, com a contratação dos italianos Domenico Vandelli e Giulio Mattiazzi⁴ para as instituições do reino, mais notadamente a Universidade de Coimbra (cujos Estatutos viriam a ser reformados com forte participação do próprio Domenico Vandelli em 1772), uma série de transformações ocorrem no âmbito das prospecções, do conhecimento e do reconhecimento das distantes terras do extenso império colonial.

Um empreendimento significativo nesse sentido diz respeito à elaboração das *viagens filosóficas*⁵, instituídas por Domenico Vandelli, e

⁴ Jardineiro botânico trazido de Pádua, na península itálica, em meados da década de 17, foi o responsável pela administração econômica do Jardim Botânico e do Museu de História Natural da Ajuda, enquanto Domenico Vandelli ocupava a direção científica da mesma instituição. Verificar BRIGOLA, João Carlos. Domenico Agostino Vandelli – um naturalista italiano a serviço de Portugal e do Brasil. In: CAMARGO-MORO, Fernanda & NORONHA, Andréa (org.) *O Gabinete de Curiosidades de Domenico Vandelli*. Coleção da Fundação BNP Paribas. Rio de Janeiro: DANTES Editora, 2008.

⁵ Para Lorelay Kury as viagens filosóficas no contexto do final do século XVIII “corresponderiam às viagens praticadas por homens de ciência capazes de perceber que a felicidade do gênero humano depende da elaboração de um inventário do mundo e da intensiva utilização dos produtos naturais. A concepção filosófica de economia da natureza permitiu que pessoas ligadas a Vandelli tivessem a percepção da necessidade da preservação das matas e da racionalização da exploração das riquezas naturais.” KURY, Lorelai, A filosofia

que contava com grande número de jovens recém-formados na Universidade de Coimbra, estes, eram enviados aos mais distantes rincões do Império Ultramarino lusitano e incumbidos da elaboração das *memórias filosóficas*, descrições detalhadas de potencialidades e recursos naturais passíveis de serem exploradas, além de detalhamentos acerca de acidentes geográficos, topografia, características botânicas e físicas dos lugares analisados e ainda descrição das características “físicas e morais” dos mais distintos habitantes do ultramar.

Nessas representações elaboradas por esse seletivo grupo de ilustrados luso-brasileiros faz-se importante uma discussão acerca de características implícitas nas próprias narrativas e relatos de viagens, como também podem ser incluídas e analisadas as *memórias filosóficas*, embora possuam suas distintas particularidades e especificidades. São estas características a geografia imaginativa, a transculturação, e ainda a estrutura narrativa em que se discorre o relato de viagem.

A ideia de geografia imaginativa, formulada por Edward Said, em seu clássico “*Orientalismo*”⁶ em 1978, ancora-se principalmente nas ideias de Gaston Bachelard⁷ e Claude Lévi Strauss⁸ e versa sobre a construção cultural de conceitos e imagens que acabam por se tornar canônicas e inabaláveis acerca de lugares e culturas distintas. Pensado como um conceito relacional, assim como assimétrico e antitético, no caso específico de Edward Said, é analisada a formação de uma geografia imaginativa acerca do Oriente. Essa imagem essencialista é criada lentamente e pelos mais distintos indivíduos, formula-se, então, certa estabilidade, ordem e reconhecimento sobre essa imagem. Na forma como opera a geografia imaginativa, isso é “alcançado pela discriminação e registro de tudo aquilo que a mente tem consciência, em um lugar seguro e fácil de achar, dando assim as coisas algum papel a cumprir na economia de objetos e identidades que formam um ambiente.”⁹

Nas assertivas de Bachelard, o espaço assim como o tempo, para além de seu caráter instituído no real, no campo da experiência

das viagens: Vandelli e a História natural. In: CAMARGO-MORO, Fernanda & NORONHA, Andréa (org.) Op. Cit., p. 75.

⁶SAID, Edward. *Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente*. Trad. Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

⁷BACHELARD, Gaston. *A Poética do Espaço*. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2000. (1ª edição 1938).

⁸STRAUSS, Claude Lévy. *O Pensamento Selvagem*. 8ª edição. Campinas: Papirus editor, 1985. (1ª edição, 1962).

⁹SAID, Edward. *Orientalismo*, pag. 64.

concreta, possuem um outro, o imaginário, que recebe atributos e significados no campo imaginativo. Para o filósofo, “o espaço adquire um sentido emocional ou até racional por meio de um processo poético, que faz a distância ser convertida em significado para nós”¹⁰. O mesmo processo ocorre com as considerações acerca do tempo. Nesse sentido, “grande parte das associações que fazemos ou até que sabemos sobre as frases como ‘há muito tempo’ ou ‘no começo’, ou ‘nos fins dos tempos’ é poética – feita”¹¹. Estes conceitos e significações estariam imersos em qualificativos imaginativos e mesmo ficcionais, que estabeleceriam ao mesmo tempo uma diferença cultural e uma segurança. Nesse sentido, para Bachelard, a geografia, assim como a história imaginativas, operam na intensificação e atribuição de sentidos, construindo uma identidade, e de forma coetânea dramatizando a distância e a diferença entre o que está próximo e o que está distante.¹²

Dessa maneira, o sentido que Said concebe ao conceito de geografia imaginativa, aplicando-o à constituição de um campo como o Orientalismo, versa sobre a instituição de um campo disciplinar, de uma força cultural. O Orientalismo seria, então, “um conhecimento do Oriente que põe as coisas orientais na aula, no tribunal, prisão ou manual para ser examinado, estudado, julgado, disciplinado ou governado”¹³. Nesse âmbito ficam claras também as apropriações de Michel Foucault¹⁴ por parte de Said, notadamente acerca da constituição de uma formação discursiva que seria o *Orientalismo*. No entanto, o autor distancia-se de Foucault, ou ao menos localiza os relatos, narrativas, relatórios e escritos em um distinto campo de tensão, principalmente atentando para as individualidades, no que toca às marcas determinantes dos escritores individuais sobre o que de outro modo seria um anônimo corpo coletivo de textos.¹⁵

Por outro lado, a ideia de geografia imaginativa também é explorada por geógrafos culturais norte-americanos, com destaque para

¹⁰Idem, pag. 65.

¹¹SAID, Edward. pag. 65.

¹²BACHELARD, Gaston. Op. Cit.

¹³SAID, Edward.Op.Cit. p. 51.

¹⁴Principalmente FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*: Aula Inaugural no College de France, 2 de dezembro de 1970. Edições Loyola: São Paulo, 1996. FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7ª edição. Forense Universitária: Rio de Janeiro, 2008. (1ª edição, 1969).

¹⁵SAID, Edward. Op. Cit., p. 34.

as pesquisas de Felix Driver¹⁶ e Bernard Smith¹⁷, este último, atenta em seus trabalhos para as dificuldades que “os europeus tiveram em reunir palavras, imagens, símbolos e ideias apropriados para descrever com precisão um ambiente desconhecido.”¹⁸ Embora Smith perceba o papel das descrições, pinturas e relatos e seu valor de dominação e controle, se mantém cauteloso quanto às ambiguidades e contradições das representações, e a tensão entre as marcas individuais e o âmbito coletivo.

David Arnold, sob a luz das ideias de Edward Said, recentemente explorou o conceito de geografia imaginativa no sentido de perscrutar a criação e a formação da ideia de *trópicos*¹⁹. Os trópicos, nesse sentido, “mais do que uma zona geográfica, é percebido como um instrumento para diferenciar natureza e sociedades.”²⁰ De caráter relacional, como a ideia de *Oriente* na obra de Said, a ideia se mostra bastante importante na percepção, criação e formação de alteridades e identidades. Então os “trópicos”, em contraposição a ideia de uma natureza e sociedade europeia, torna-se um elemento importante na incorporação de uma determinada zona ao imaginário geográfico ocidental, assim, mundos distintos acabam sendo atrelados ao mesmo arcabouço histórico temporal.

No Brasil, Luciana de Lima Martins, recentemente vem desenvolvendo pesquisas juntamente a Felix Driver sob as luzes da ideia de geografia imaginativa²¹, Martins, através de uma série de pinturas, relatos de viagens oitocentistas, mapas das sociedades hidrográficas

¹⁶DRIVER, Felix. *Geography's Empire: Histories of Geographical Knowledge*. In: Environment and Planning: Society and Space, 1992, n. 10, p. 23-40.

¹⁷SMITH, Bernard. *European Vision and the South Pacific*. Journal of the Warburg and Courtauld Institutes. Vol. 13, nº 1/2. 1950, pp. 65-100.

¹⁸SMITH, Bernard. In: MARTINS, Luciana de Lima. *O Rio de Janeiro dos Viajantes: o olhar britânico (1800-1850)*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2001, pag. 26.

¹⁹ARNOLD, David. ‘Constructing the tropics’. In: DRIVER, Felix & YEOH, Richard (orgs.) *Singapore Journal of Tropical Geography*. In: MARTINS, Luciana de Lima. Op. Cit., pag. 104. Cf. Também: DRIVER, Felix; MARTINS, L. L. (Org.). *Tropical Visions in a Age of Empires*. The University of Chicago Press, 2005.

²⁰MARTINS, Luciana de Lima. Op. Cit., p. 26.

²¹Idem.

britânicas e de relatos e gravuras de surveyors²², discute a formação e a elaboração de um cânone para a construção de uma paisagem do Rio de Janeiro através do olhar britânico, Martins, assim como Said, aposta na tensão entre as representações individuais e o âmbito de um campo coletivo, colocando grande peso nas representações do que chama de *paisagens do olhar*, onde cada representação individual traria as marcas individuais e a subjetividade daquele que representa.

No que trata à Capitania do Ceará, com a efetiva colonização e avanço da pecuária, coetâneo às guerras de extermínio impulsionadas contra os indígenas em fins do século XVII e início do século XVIII, começam a se esboçar as primeiras relações descritivas, mapas populacionais, descrições geográficas, potenciais recursos econômicos a serem explorados, enfim, representações que almejam construir uma ideia para a Coroa lusitana acerca da capitania do Atlântico. No último quartel do século XVIII essas representações se avolumam a partir das penas de capitães-mores e ouvidores, homens coloniais e ultramarinos, na acepção de Luís Felipe de Alencastro, que se encontram de passagem na Capitania do Ceará, e que produzem relatos e relações descritivas a partir de seus prismas, e que possuem uma dimensão mais abrangente da empresa Atlântica do Império Marítimo lusitano. Esses relatos e relações descritivas lentamente vão conformando uma ideia da Capitania no Reino, sobre possíveis riquezas minerais, sobre seus distintos habitantes, sobre aspectos físicos e recursos naturais a serem melhor aproveitados no aumento da Fazenda Real e “para o bem público”.

Em um momento posterior, ainda em fins do século XVIII e início do século XIX, no que poderia ser chamado de “ética dos melhoramentos”²³, há ainda uma crescente pressão, ressaltada nos relatos e nas relações descritivas dos capitães-mores, pela civilização dos povos a ser efetuada pelo maior incentivo à agricultura, incremento do seu comércio interno, e, principalmente com o intento de navegação direta para o reino pelos portos da própria Capitania. Nesse período há, enfim, um incentivo da própria Coroa lusitana nesse sentido, em fevereiro de 1799, concedendo a autonomia da Capitania do Ceará em relação a até então Capitania Geral de Pernambuco.

²²O termo *surveyor* era utilizado para denominar os responsáveis pela elaboração de mapas e vistas das costas continentais visitadas pelos britânicos, como um potente auxílio na navegação costeira. Adveio do latim: *supervidere*.

²³WILLIAMS, Raymond. *O Campo e A cidade: Na História e na Literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. Principalmente o capítulo 7: *A Ética dos Melhoramentos*. pp. 91 -100.

Toda essa dinâmica em fins do século XVIII de cartas, relatos e relações descritivas por homens ultramarinos que possuem a dimensão imperial da empresa comercial ultramarina lusitana, passam a conformar no reino certa imagem da Capitania do Ceará, que, poderia explicar, em parte, a presença de estudiosos coimbrãos como João Machado Gaio²⁴ nos arredores da Serra de Ibiapaba, de Manuel Arruda da Câmara²⁵ na Chapada do Araripe e o próprio João da Silva Feijó, este, já então membro correspondente da Academia de Real de Sciencias de Lisboa. Estes correspondentes, naturalistas-viajantes constroem certa dimensão, ou seja, certa geografia e historia imaginativas dos lugares e dos habitantes que iriam se defrontar.

No caso específico de João da Silva Feijó, por conta dos longos anos em que habita na Capitania, vai lentamente transformando seu olhar e suas práticas, já então elemento de governança da terra, com hábitos de Ordem de Cristo²⁶, vai se habituando e se imiscuindo, talvez até ficando mais sensível às demandas locais. Enfim, sua longa vivência na Capitania, não pode ser tomada de maneira simplista e unilateral,

²⁴Naturalista luso-brasileiro formado na Universidade de Coimbra. Nascido em Pernambuco, Gaio foi o responsável pela viagem filosófica à Serra de Ibiapaba, na Capitania do Siará Grande, em 1784. Verificar CAMARGO-MORO, Fernanda & NORONHA, Andréa (org.) *Op. Cit.*, pp. 183 – 189.

²⁵Manuel Arruda da Câmara (1752-1811), nascido na Capitania da Paraíba, cursou filosofia natural e matemática na Universidade de Coimbra. Doutourou-se em medicina na Universidade de Montpellier, na França, entre 1790 e 1791. Em 1793, tornou-se sócio da Academia das Ciências de Lisboa, mesmo ano que retorna ao Brasil. Entre 1794 e 1795 explorou o sertão de Pernambuco e entre 1797 e 1799 percorre Paraíba e Ceará. Escreveu sobre mineralogia, botânica, zoologia e agricultura.

²⁶As principais Ordens Militares do reino eram: a Ordem de Santiago, a Ordem de Avis e a Ordem de Cristo, havendo aí uma hierarquização e um lugar instituído na sociedade corporativista lusitana para o possuidor da Ordem, que se constituía como uma grande força política, econômica e, diria, principalmente simbólica, sendo um ponto importantíssimo nas negociações com o soberano em meio à economia das mercês. O aferimento de patentes, a concessão de sesmarias e terras longínquas no Ultramar eram objetos de barganha nessas discussões e negociações. Para uma discussão aprofundada Cf. OLIVAL, Fernanda. *As Ordens Militares e o Estado Moderno: Honra, Mercê e Venalidade em Portugal*. Estar: Lisboa, 2001. E ainda para uma discussão das formas em que as Ordens militares são percebidas nos recônditos do Império Ultramarino: GOMES, José Eudes. *As Milícias d'El Rey: Tropas Militares e Poder no Ceará Setecentista*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. Principalmente o capítulo III: As armas em nome de sua Santíssima majestade.

percebendo-o apenas como “o naturalista” Silva Feijó. Ao contrário, é interessante percebê-lo e perceber suas representações, memórias filosóficas e produções cartográficas a partir de sua historicidade, seus espaços de experiência e horizontes de expectativas na produção de cada uma de suas representações, e ainda, enquanto homem transculturado, elemento plástico e móvel, que através das vicissitudes consegue se transformar em algo novo, adapta-se às negociações e às dinâmicas da vida no Ultramar.

Transculturação, Estruturas narrativas e relatos de viagens

A ideia de transculturação foi cunhada na década de 1940, pelo antropólogo e pensador cubano Fernando Ortiz²⁷ em *Contrapunteo cubano*, escrito em 1940, buscando pensar a sociedade afro-americana que se desenvolvia em Cuba. A ideia de Ortiz era justamente fazer um contraponto aos conceitos de *aculturação* e *desculturação* que visavam descrever a transferência de cultura de modo reducionista, imaginadas a partir dos interesses metropolitanos. A princípio, o termo também visava “descrever como grupos subordinados ou marginais selecionam e inventam a partir de materiais a eles transmitidos por uma cultura dominante ou metropolitana”²⁸. No entanto, acabou se expandindo para uma interpretação mais inclusiva visando pensar “às maneiras pelas quais os sujeitos são transformados por seus encontros”²⁹.

Bronislaw Malinowski, que assina a introdução do livro de Ortiz, conceitua transculturação da seguinte maneira:

Transculturación... es un proceso en el cual emerge una nueva realidad, compuesta y compleja; una realidad que no es una aglomeración mecánica de caracteres, ni siquiera un mosaico, sino un fenómeno nuevo, original e independiente. Para describir tal proceso, el

²⁷ORTIZ, Fernando. *Contrapunteo Cubano del Tabaco e del Açucar*: Advertencia de sus Contrastes Agrarios, Económicos, Históricos y Sociales, su Etnografía y su Transculturación. Cuba - Espanha, Madrid, 1999. (1ª edição 1940).

²⁸PRATT, Mary Louise. *Os Olhos do Império*: Relatos de Viagem e Transculturação. Bauru: Edusc, 1999. p. 30. (1ª edição 1992).

²⁹MARTINS, Luciana de L. *O Rio de Janeiro dos Viajantes*. p. 32

vocablo de raíces latinas *transculturación* proporciona un término que no contiene la implicación de una cierta cultura hacia la cual tiene que tender la otra, sino una transición entre dos culturas, ambas activas, ambas contribuyentes con sendos aportes, y ambas cooperantes al advenimiento de una nueva realidad de civilización.³⁰

É dessa maneira que Ortiz busca pensar as resistências e as ressurgências culturais na sociedade cubana de elementos indígenas e africanos, em clara contraposição a um pensamento que observava as transformações culturais como de via única, no sentido de imposição do pensamento e das instituições europeias. No entanto, é bom salientar, como bem enfatiza Ramiro Podetti,³¹ que o pensamento de Ortiz “não era um relâmpago em céu sereno”. Podetti enfatizava que em vários países latino-americanos se buscava nesse período iluminar questões sobre a natureza social e cultural da América Latina, que também atentavam para esses hibridismos culturais, ressaltando-se Ricardo Rojas na Argentina, Jose Vasconcelos no México e Gilberto Freyre no Brasil.

Na década de 1990, sob o viés da antropologia e dos estudos pós-coloniais, a antropóloga Mary Louise Pratt, tem em seu trabalho “*Os olhos do império*”³² o conceito de transculturação como de primordial importância, pensando-o para analisar os relatos e narrativas de viagens em um período extenso, que compreende desde a segunda metade do século XVIII até a década de 1970, ainda pautando-se em relatos e narrativas de viagens turísticas, mas ampliando suas possibilidades de análise para alguns cânones literários da escrita de ficção.

Pratt apoia-se no conceito de transculturação, pensando que “se os povos subjugados não podem controlar facilmente aquilo que emana da cultura dominante, eles efetivamente determinam em graus

³⁰MALINOWSKI, Bronislaw, “Introducción”, en ORTIZ, Fernando. Op. Cit., p. XII. Citado por PODETTI Ramiro. *Mestizaje y transculturación: la propuesta latinoamericana de globalización*. Comunicación presentada en el VI Corredor de las Ideas del Cono Sur, 11 al 13 de Marzo de 2004, Montevideo, Uruguay.

³¹PODETTI Ramiro. *Mestizaje y transculturación: la propuesta latinoamericana de globalización*. Comunicación presentada en el VI Corredor de las Ideas del Cono Sur, 11 al 13 de Marzo de 2004, Montevideo, Uruguay.

³²PRATT, Mary Louise. *Os olhos do Império*.

variáveis, o que absorvem em sua própria cultura e no que utilizam.”³³ Assim, em contraposição a uma ideia unilateral de transporte de instituições, valores e ideias que são *recebidas*, a antropóloga enfatiza o valor de *apropriação* das mais diferentes formas dessas mesmas instituições, valores e ideias. Transculturação, para M. L. Pratt passa então a ser, exclusivamente um fenômeno da *zona de contato*.³⁴

No entanto, o livro de Pratt é criticado pela maneira como opera e busca analisar os relatos dos viajantes, tendo-os unicamente como “*olhos do império*”³⁵, os viajantes interpretados unicamente como instrumentos de um poder mapeador, e logo, ávidos por efetuar a dominação e o controle nas terras com os quais se deparam. Pratt acaba desconsiderando ou negligenciando uma miríade de elementos constituintes da personalidade desses mesmos viajantes, assim como a multiplicidade nas identidades e os elementos transformadores desses viajantes.

Nesse sentido, uma importante contribuição acerca da ideia de transculturação e da experiência dos viajantes em terras longínquas é desenvolvida por Luciana de Lima Martins. A autora, novamente em seu “*o Rio de Janeiro dos viajantes*” apoiando-se nas assertivas de autores da geografia cultural, busca complexificar a análise das experiências desses mais distintos olhares enfatizando que:

Ao invés de serem constituintes não problemáticos dos projetos de dominação ou da

³³PRATT, Mary Louise. *Os olhos do Império*, pag. 30.

³⁴M. L. Pratt se utiliza e se apropria do termo *contato*, mais utilizado pelos linguistas, para pensar as aproximações e transformações culturais. Na linguística, a expressão *linguagem de contato* se refere a “linguagens improvisadas que se desenvolvem entre locutores de diferentes línguas nativas que precisam se comunicar entre si de modo consistente.” Para Pratt, “a perspectiva de contato põe em relevo a questão de como os indivíduos são constituídos nas e pelas suas relações uns com os outros. Trata as relações entre colonizadores e colonizados, ou viajantes e visitados, não em termos de separação ou segregação, mas em termos de presença comum, interação, entendimentos e práticas interligadas, frequentemente dentro de relações radicalmente assimétricas de poder.” Pratt. M. L., Op. Cit. pp. 31- 32.

³⁵Lima Martins insiste na ideia de que tratá-los unicamente como “olhos imperiais” seria a forma de percebê-los de forma unilateral, percebendo o olhar do viajante europeu, como “no ato mesmo de mapear e descrever as paisagens das terras exploradas, vigia e controla simbolicamente esses territórios”. Visão com a qual a autora discorda e insiste em inserir e perceber tais olhares de forma mais complexa. Verificar MARTINS, L. de L.. *O Rio de Janeiro dos viajantes*, pag. 22.

vontade de dominar, as imagens produzidas (por europeus) podem ser, por fim, múltiplas em seus sentidos e modos de atuação, ou até mesmo cindidas por dúvidas ou questões sobre os projetos em que os artistas podem tanto ser participantes ou observadores [...] as construções totalizadoras como a de olhar imperial parecem insuficientes para abordar as complexidades e as imponderabilidades das trocas e das relações transculturais em particulares contextos do período colonial.³⁶

Para Martins, o conceito de transculturação deve ser pensado como transitivo e intransitivo, em seus questionamentos e interpretações suscitados das relações dos britânicos com os trópicos, questiona principalmente de que maneira e até que ponto o contato dos britânicos com terras “tropicais” influenciou a construção europeia da ideia de “trópicos” e ainda que desafios ele lançou aos cânones existentes, como a própria experiência foi colocada em palavras e imagens. Alerta ainda para as transformações e metamorfoses dos indivíduos que medeiam e se entrelaçam nas distintas culturas. Em síntese, Martins apoiando-se em Silvia Spitta³⁷ explicita seu entendimento de transculturação da seguinte maneira:

No continuo toma lá da cá do contato com a cultura, indivíduos são transformados e transformam-se a si mesmos bem como ao mundo circundante. O sujeito transculturado, então é alguém que está consciente e inconscientemente situado entre pelo menos duas culturas, dois mundos, duas línguas, e duas definições de subjetividade, e que constantemente medeia entre todos eles – ou, para dizer de outra forma, cujo “aqui” é problemático e talvez indefinível.³⁸

A experiência de João da Silva Feijó na Capitania do Ceará, ao longo de 17 anos, se pauta em grande medida, no estado de fluidez de

³⁶MARTINS, Luciana de Lima. *O Rio de Janeiro dos Viajantes*, pag. 22-23.

³⁷SPITTA, Silvia. *Between two Waters: Narratives of Transculturation in Latin America*. Houston, Rice University Press, 1995. Reviewed by Elliot Young (University of Texas – Austin) published on H- LatAm (September 1996).

³⁸MARTINS, Luciana de Lima. *O Rio de Janeiro dos viajantes*, pag. 33.

sua condição de homem ultramarino, e desse modo, de grande maleabilidade quanto às adaptações necessárias às negociações com os potentados locais e com as autoridades régias. Essas adaptações e escalonamentos nos cargos administrativos e burocráticos do Império Ultramarino, no entanto, acabaria por colocar em dificuldade seus projetos como homem de ciência, priorizando-o como agente de colonização da Coroa e governança da terra, e ainda acaba por inseri-lo em encarniçadas disputas e intrigas nos mais distintos rincões do Ultramar, como se evidencia na sua estadia nas ilhas de Cabo Verde, assim como na Capitania do Ceará. No entanto, esses atritos não anulam a evidência de suas metamorfoses, das necessidades de sua transformação em algo distinto, novo, dos aprendizados e das experiências das distintas linguagens de negociação que se fazem necessários no cumprimento e na tessitura de suas memórias econômicas e filosóficas.

Outro aspecto que denota atenção quando no trato de relatos de viagens, mesmo aqueles de teor mais cientificistas como a *memória filosófica*, é a estrutura narrativa em que se discorre sobre tal experiência. A curiosidade por terras estranhas e distantes e a própria curiosidade acerca da experiência da viagem ganha bastante notoriedade entre os ávidos leitores europeus, que se contentam com a viagem dentro da viagem. Nesse sentido, tais narrativas, principalmente em meados do século XIX, passam a aproximar-se bastante de uma escrita mais literária, buscando atender a esse público letrado consumidor.

Distinto da escrita mais literária das narrativas de viagens oitocentistas, eivadas com parâmetros de escrita herdados principalmente do naturalista bávaro Alexander Von Humboldt³⁹, em fins do século XVIII e início do XIX, outros modos de descrever e representar lugares, pessoas, paisagens e ambientes eram colocados em

³⁹Alexander von Humboldt, (1769 – 1859) naturalista e explorador prussiano, percorreu grande porção das Américas Central e do Sul. Entre 1799 e 1805, ao lado de Aimé Bonpland, explorou a costa da Venezuela, o Amazonas e o rio Orenoco, e ainda, grande parte do Peru, Equador, Colômbia e México. Dentre seus principais livros está *Ansichten der Natur*, escrito em 1808 (*Quadros da Natureza*, revisado e expandido em 1826 e 1849). Segundo Mary Louise Pratt, em seus escritos, o viajante prussiano procurou reinventar o imaginário popular da América e, através da América, do próprio planeta. Em suas narrativas de viagem, Humboldt tentava simultaneamente recompor a subjetividade europeia, afastando-se de sua característica separação entre estratégias subjetivistas e objetivistas, entre ciência e sentimento, informação e experiência. Conferir Pratt, Mary Louise. *Op. Cit.*, p. 211.

prática. No que trata a este estudo, as duas principais formas de representação e gêneros narrativos utilizados por ouvidores, capitães-mores e naturalistas a serviço da Coroa portuguesa, destacam-se a relação descritiva e a memória filosófica.

A relação descritiva, nos escritos lusitanos setecentistas, diz respeito a uma forma de representação bastante sucinta, utilizada principalmente pelos ouvidores e capitães-mores, geralmente em forma de correspondência, e tratando de aspectos físicos, geográficos, corográficos, assim como aspectos sociais e humanos a respeito das distantes populações da extensão do império colonial português. A relação descritiva emerge principalmente com as renovações científicas e educacionais no reino e o intento levado a cabo pelo Marquês do Lavradio da constituição de uma “História Geral da América”. Trata-se principalmente de um gênero que foi “composto de textos de intenção científica e na própria correspondência travada entre a metrópole e as autoridades coloniais”, recomendações para remessas de plantas e animais⁴⁰.

Ressalta-se, no entanto, que as relações descritivas, a literatura de viagens, e mesmo as memórias filosóficas, perscrutadas como fontes importantíssimas para a História social e cultural, possuem em suas narrativas as marcas das individualidades, das subjetividades e ainda das tensões que envolvem o indivíduo que narra, sendo portanto, a partir do ponto de vista e da perspectiva dos narradores que podemos vislumbrar aspectos da vida social e cultural das comunidades e dos lugares descritos. Como bem nos sugere Silvia Hunold Lara, se faz necessário investigar melhor os próprios observadores, “conhecer as sociedades de onde vinham, os valores e os conceitos que traziam em suas bagagens, os códigos e referências que usavam para se expressar.” E por outro lado, investigar ainda a respeito das suas obras, “como escreviam seus livros e elaboravam seus desenhos, como e em que circuito aquelas obras e aqueles álbuns eram comprados, lidos e discutidos”.⁴¹

Mary Louise Pratt, por outro lado, em suas análises das narrativas de viagens, além das funções e deveres atribuídos ao narrador, atenta para seus vínculos com as instituições científicas, geográficas ou comerciais. A antropóloga enfatiza a possibilidade de perscrutação da

⁴⁰HEYNEMANN, Cláudia Beatriz. *As culturas do Brasil*. Editora HUCITEC, São Paulo: 2010.

⁴¹LARA, Silvia Hunold. In: SELA, Eneida Maria Mercadante. *Modos de ser, modos de ver: viajantes europeus e escravos africanos no Rio de Janeiro (1808 – 1850)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2008, pag. 21.

estrutura narrativa em que se discorre a experiência do viajante também como um elemento importante, e como um instigante instrumento de análise da historicidade e da análise das experiências desses mesmos narradores. Exemplos de como, em certo sentido, a modalidade de representação cerceia o objeto a ser representado podem ser encontrados nas claras distinções entre os relatos mais marcadamente científicos de expedições setecentistas e as narrativas sentimentalistas com traços românticos das primeiras décadas do século XIX.⁴²

Cabe ressaltar, no que trata às *memórias filosóficas* elaboradas por João da Silva Feijó, que embora o naturalista esteja restrito por uma série de direcionamentos em sua escrita, formuladas em Coimbra por Domenico Vandelli e direcionadas para os diversos naturalistas em toda a extensão do Império marítimo, ainda assim a subjetividade e o ato de narrar por meio desta mesma subjetividade aflora na narrativa, ressaltando novamente a tensões que envolvem a temporalidade, as expectativas e ainda, os anseios coletivos e o âmbito dos anseios individuais, que emergem nas marcas da subjetividade deixada pela experiência do narrador.

Por outro lado, Angélica Madeira, em seu estudo sobre os relatos lusitanos de naufrágios quinhentistas, ancora seu estudo se utilizando de recursos da História Cultural juntamente a elementos teóricos da Crítica literária e da Sociologia histórica. As narrativas analisadas, no caso de Madeira, são percebidas como exemplares da literatura barroca, enfatizando a fragilidade da vida e a transitoriedade dos bens terrestres. Madeira analisa os recursos estilísticos, os tropos retóricos, as metáforas e as antíteses. O relato, repleto de alegorias dramáticas e barrocas, acaba sendo ele mesmo a alegoria da existência.⁴³

Nesse sentido, quando lidamos com uma série de relatos, relações descritivas produzidas pelos capitães-mores e ouvidores da Capitania, pelo “naturalista encarregado de objetos de História natural”, com relatos de viagens de comerciantes e naturalistas que estiveram na Capitania do Ceará, se faz importante um olhar atento e aguçado para as vicissitudes dos olhares desses viajantes em trânsito, assim como do papel atribuído às suas escritas, que por vezes, lançam luzes sobre suas finalidades, funções e objetivos, mas também nos deixam perceber

⁴²PRATT, M. L. Op. Cit., principalmente cap. IV. *Anticonquista II: A mística da reciprocidade*, pag., 77.

⁴³MADEIRA, Angélica. *Livro dos Naufrágios: Ensaio sobre a História Trágico-Marítima*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2005, pag. 20.

aspectos de suas subjetividades, em constante transformação no Ultramar.

No que trata especificamente às memórias filosóficas, as ideias, anseios e expectativas que foram veiculadas através desse tipo específico de narrativa, remontamos às próprias transformações que estavam a ocorrer no reino lusitano na segunda metade do século XVIII, com um grande empreendimento levado a cabo com as reformas pombalinas no reinado josefino, e que possuiria suas ressurgências e reverberações em toda a extensão do Império Marítimo lusitano. Ocorre então uma sensível transformação nas representações do mundo natural, nas ideias de natureza, no entendimento da ciência e seu papel no fortalecimento do Estado e da *res publica*, que será analisado com mais vagar.

No primeiro capítulo, perseguimos a construção e a difusão dos conhecimentos em História Natural no reino ao longo do século XVIII até seu ponto de maior inflexão, no último quartel deste mesmo século. Ainda, a configuração e as dinâmicas políticas e culturais no reino que davam o tom do iluminismo paradoxal constituinte de grande parte dos pensadores lusos. O entendimento dos limites do iluminismo e sua ancoragem nas pressões e na dinâmica social que fazia com que determinadas apropriações fossem tomadas em detrimento de outras.

No segundo capítulo, intentamos compreender, em um processo temporal mais amplo, a organização e a configuração social na Capitania do Ceará Grande, desde o seu processo de “efetivo povoamento” e colonização, atentando para a dinâmica de expansão da pecuária extensiva e os duros embates com as populações indígenas. Nesse mesmo capítulo buscamos compreender também um pouco da dinâmica empreendida entre os administradores e a Coroa portuguesa, através de suas missivas, ofícios, cartas e relações descritivas atentando para suas respectivas representações do mundo natural, a geografia imaginativa em construção da Capitania e os deslindamentos frente às populações da Capitania.

No terceiro capítulo, empreendemos a investigação a partir do indivíduo, o naturalista e sargento-mor João da Silva Feijó. A intenção e a pretensão, de maneira alguma, foi escrever a biografia do indivíduo, mas atentar, para as interações e as condições de possibilidade das representações, na interface entre os projetos coloniais gestados no reino e as representações, horizontes de expectativas e anseios manifestados pelo indivíduo em sua condição de funcionário da Coroa na empresa colonial ultramarina. Dessa forma, neste capítulo buscamos inferir ainda, a trama e os enredamentos frente aos mitos geográficos dos

sertões entrelaçados nas representações e nos escritos do naturalista da Capitania.

No quarto capítulo, buscamos perscrutar o entrelaçamento das projeções políticas, das proposições e das expectativas de transformação a partir de diferentes indivíduos e suas assertivas frente ao mundo natural e da “civilização dos povos” da Capitania do Ceará. Buscamos inferir ainda, em linhas gerais, a construção e a elaboração, por meio de um conhecimento técnico e científico, da circunscrição do território político da Capitania, tal empreendimento, elabora o seu território, fechando um ciclo de geografias imaginativas e transformando os “dilatados sertões” em algo bem mais palpável e concreto a partir da representação cartográfica oitocentista. Ainda, buscamos inferir de que maneira essas projeções veem e projetam valores e ideias frente ao mundo natural, buscando um entendimento de sua dinâmica e atacando fervorosamente as práticas predatórias e degradantes do mundo natural e da comunidade política.

Dessa forma, intentamos ainda compreender as relações que se estabeleceram entre os sujeitos históricos e o mundo natural na Capitania do Ceará em fins do século XVIII e primeiras décadas do século XIX. Buscado perceber a valoração e as funções, a maneira como os homens em uma distante temporalidade apreenderam e representaram o mundo natural, o que também se mostra pertinente para uma reflexão mais aprofundada acerca de nossas próprias experiências e relações atuais, que, no entanto, se mostram bastante agressivas, predatórias e destrutivas para com o meio ambiente.

CAPÍTULO I

ILUMINISMO LUSO-BRASILEIRO E INVESTIGAÇÕES FILOSÓFICAS NO IMPÉRIO LUSITANO

1.1. Reformismo Ilustrado e o Ultramar

Em fins do século XVIII, a Coroa lusitana é despertada para prospecção e perscrutação de áreas periféricas e remotas do Império, principalmente após uma série de reformas no reinado de D. José I (1750 – 1777), postas em prática por Sebastião José de Carvalho e Mello, conde de Oeiras, posteriormente, Marquês de Pombal, que tinham por objetivo maior e por meios diversos, o fortalecimento do Estado Português. Tais reformas incidiram diretamente no âmbito educacional e nas instituições científicas do reino, notadamente a Universidade de Coimbra (1772), a criação do Museu Real da Ajuda (1768) e, posteriormente, já no reinado de D. Maria I, a criação da Academia Real de Ciências de Lisboa (1779).

No ambiente e universo mental de intensa crítica às proposições dos jesuítas, expulsos do reino em 1758 e de toda a extensão do Império Ultramarino em 1759, as reformas educacionais acabaram por ficar sob encargos de regalistas⁴⁴, dentre os quais o oratoriano Luís Antonio Vernei⁴⁵ e Dom Francisco de Lemos⁴⁶, este

⁴⁴A categorização do termo regalista, em sua conceituação no século XVIII, manifesta as intenções de um numeroso grupo de intelectuais que almejaram diminuir o poder de Roma sobre os demais Estados Absolutistas, propondo uma clara distinção dos poderes do Estado e da Igreja, embora eminentemente católicos, afirmavam a preponderância do poder do Estado sobre as intenções da Igreja. Para uma excelente discussão a respeito ver MAXWELL, Keneth. *Marquês de Pombal: Paradoxo do Iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

⁴⁵Luís Antonio Vernei (1713-1792) se tornou célebre em Portugal principalmente por seu excepcionalmente comercializado e difundido “*Verdadeiro Método de Estudar*: para ser útil à República e à Igreja, proporcionado estilo e necessidade de Portugal”. Publicado no início de 1764.

último um dos grandes responsáveis pelas reformas na Universidade de Coimbra e pela elaboração de seus novos Estatutos, publicados em 1772.

Ainda na década de 1760 é erigida a Real Escola dos Nobres, evidenciando as intenções e projeções futuras na construção de um “homem novo português”, projeto este que seria levado a cabo em diversas frentes, tanto no que trata às responsabilidades sobre os encargos administrativos e burocráticos do Estado, quanto às possibilidades de abertura a proposições das renovações científicas e literárias que estavam sendo veiculadas no continente europeu.

O mesmo Dom Francisco de Lemos, um dos grandes intelectuais do período pombalino, que esteve à frente da reforma dos Estatutos da Universidade de Coimbra em 1772, evidencia essa perspectiva educacional de criação desse “homem novo português”, assim como o forte papel atribuído à Universidade no fortalecimento do Estado. Para o bispo e conselheiro coimbrão:

Não se deve encarar a Universidade como um corpo isolado, preocupado apenas com seus próprios negócios, como sucede normalmente, mas como um corpo no coração do Estado que, mercê de seus intelectuais, cria e difunde a sabedoria do Iluminismo para todas as partes da Monarquia a fim de animar e revitalizar todos os ramos da administração pública e de promover a Felicidade do Homem. Quanto mais se analisa essa ideia, maiores afinidades se descobrem entre a Universidade e o Estado; quanto mais se vê a dependência mútua desses dois corpos, mais se percebe que a Ciência não pode florescer na Universidade sem que ao mesmo tempo floresça o Estado, melhorando e aperfeiçoando a si mesmo. Essa compreensão não chegou muito tarde a Portugal, mas enfim chegou, e estabelecemos sem dúvida o exemplo mais perfeito e completo da Europa atual.⁴⁷

⁴⁶Dom Francisco de Lemos (1732-1814), um dos mais próximos conselheiros do marquês de Pombal e bispo de Coimbra após a expulsão dos jesuítas.

⁴⁷*Relação Geral do Estado da Universidade, 1777*. In: MAXWELL, Keneth. *Marquês de Pombal: O Paradoxo do iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, pag. 114.

Importante salientar que essas alterações, prognósticos e reformas no âmbito educacional, sob a égide, seleções e apropriações do Iluminismo europeu, estaria, no entanto, subordinada a determinadas características da sociedade portuguesa de Antigo Regime, estruturada a partir de certas estratificações e hierarquizações sociais, que se manteriam incólumes. E ainda, como se observa nas palavras de Dom Francisco de Lemos, a evidência, para o clérigo, do entendimento da estruturação da sociedade, que tomaria os moldes corporativistas da sociedade lusitana, onde as reformas na Universidade, não teria outro papel, a não ser, sua forte imbricação e subordinação para com o Estado lusitano, e então, no entendimento de Lemos, a partir do Estado com características fortes e centralizadoras, se promoveria a “felicidade do homem”.

Nesse sentido, é importante ressaltar a concepção da sociedade lusitana e sua natureza corporativa. Pedro Cardim enfatiza que a maneira como era concebida e percebida a sociedade por seus magistrados e grande parte dos seus intelectuais era a de uma sociedade composta por “um conglomerado de grupos de natureza corporativa, com configurações muito diversas, e cada um deles dotada de um dispositivo institucional capaz de satisfazer grande parte das necessidades da vida coletiva”.⁴⁸

Nesse âmbito, Cardim enfatiza ainda a concepção e o entendimento da Coroa, esta, entendida não como um sujeito unitário, mas um agregado de órgãos e de interesses pouco articulados entre si, uma *universitates universitorum*, estando longe de funcionar como um polo homogêneo de intervenção sobre a sociedade, nas palavras de Cardim, se constituía

Uma situação que, em parte, decorria do facto de, no seio da Coroa, existia uma série de organismos que não faziam derivar a sua identidade jurisdicional de um acto constituinte do rei, mas sim da sua própria auto-organização.⁴⁹

⁴⁸CARDIM, Pedro. “Administração” e “Governo”: uma reflexão sobre o vocabulário do Antigo Regime. In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral (Orgs.). *Modos de Governar*, p. 53.

⁴⁹CARDIM, Pedro. Op. Cit., pag. 53. Cardim enfatiza principalmente como que representantes diretos da Coroa a criação de órgãos administrativos como o Conselho Ultramarino (1642) o Desembargo do Paço (1521), a Mesa de Consciência e Ordens (1532) e o Conselho da Fazenda.

Dessa maneira, as reformas, as características e o formato que acaba por tomar o Iluminismo em Portugal na segunda metade do século XVIII, mormente no reinado de Dom José I, e da forte atuação de seu ministro Sebastião José de Carvalho e Mello, o marquês de Pombal, estaria adequada às características enraizadas da sociedade lusitana, em grande medida, o patrimonialismo e o corporativismo. Assim, a própria intervenção no seio de instituições educacionais estaria fortemente atrelada a essa concepção de sociedade, como bem observamos nas palavras de D. Francisco de Lemos.

Em grande medida, se torna uma tônica da segunda metade do século XVIII a ideia de fortalecimento do Estado e da melhoria da Fazenda Real, e estas, após a atlantização do Império ultramarino em fins do século XVII, residia o intento de dar uma “melhor utilidade” às colônias. Caberia, portanto, uma maior e melhor investigação de suas potencialidades econômicas, de incentivos à agricultura, desenvolvimento do comércio e navegação, prospecção de riquezas minerais e uma maior atenção na utilidade e aproveitamento dos “produtos naturais”. Enfim, à sociedade corporativa caberia expandir-se ainda mais, mapeando os mais recônditos rincões do seu vastíssimo império, ocupando, colonizando e fazendo novos vassalos.

Nesse âmbito, já em finais da década de 1770, a Coroa lusitana passa a patrocinar o que se convencionou chamar de *viagens filosóficas*, onde os recém-formados na Universidade de Coimbra são incumbidos da descrição e prospecção de recursos naturais a serem explorados. Importante salientar que se tratava de um período crítico, política e economicamente para o Império, onde os recursos auríferos das regiões mineradoras no Brasil já demonstravam séria decadência, as fronteiras eram frequentemente alvo de disputas com os espanhóis, principalmente depois da derrocada do Tratado de Madri, e a Guerra dos Sete Anos (1756 – 1763), que pôs como aliados os reinos Bourbon, francês e espanhol, contra a temível e controversa aliada de Portugal, a Grã-Bretanha.⁵⁰

Com as transformações na política educacional e científica, evidencia-se as intenções e projeções também de uma transformação no modo de pensar e representar o mundo natural. Em relação à

⁵⁰Notáveis discussões a esse respeito são suscitadas por Keneth Maxwell em dois importantes trabalhos: *A devassa da Devassa: A inconfidência mineira: Brasil e Portugal 1750 – 1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005. (1ª edição 1973) e *Marquês de Pombal: O Paradoxo do Iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

Universidade de Coimbra, com a presença dos estudiosos italianos e com a apropriação, circulação e acomodação à sociedade lusitana de ideias iluministas, o modo de pensar se alteraria no sentido de uma maior valorização do experimento, da empiria em contraposição aos antigos dogmas instituídos, atributos da educação de moldes escolástico-aristotélicos, apregoada pelos membros da Companhia de Jesus.⁵¹

No entanto, é interessante enfatizar que mesmo após a expulsão dos integrantes da Companhia de Jesus e a erradicação, em parte, do pensamento escolástico aristotélico das instituições educacionais e científicas do reino, muito conservadorismo ainda iria persistir nas formas culturais elaboradas por intelectuais lusitanos nesse período. Havia um receio generalizado por parte de elementos da aristocracia e da Igreja das ideias que circulavam além-fronteira. Como enfatiza Robert Darnton, na especificidade do caso francês e sua relação com o Iluminismo, existia todo um circuito de elaboração, produção e difusão de livros e temáticas que eram muito apreciados, e ao mesmo tempo tidos como best-sellers proibidos, justamente pelo receio de quão impactante seria a apropriação dos leitores por parte dessas obras⁵².

No reinado Josefino (1750 – 1777), sob o ministério de Sebastião José de Carvalho e Mello, conde de Oeiras e posterior marquês de Pombal, se torna evidente um dos grandes paradoxos em relação ao pensamento Iluminista. Em grande medida, as construções em relação ao pensamento iluminista estiveram estreitamente relacionadas e vinculadas às ideias de liberdades individuais e aos avanços democráticos, no caso da apropriação no reino português, ocorre justamente o oposto, sua versão estatizante e autoritária. O poder absoluto dos monarcas portugueses teve seus obstáculos enormemente superados nesse período com a “domesticação da nobreza”, a expulsão dos jesuítas, a transformação da Inquisição em instrumento do Estado e a repressão violenta às manifestações populares. Como nos lembra, Lília Moritz Schwarcz, no caso português “o Iluminismo aplicado à educação

⁵¹Cf. BRIGOLA, João Carlos. Domenico Agostino Vandelli: Um naturalista italiano a serviço de Portugal e do Brasil. In: CAMARGO-MORO, Fernanda & NORONHA, Andréa (orgs.) Op. Cit., pp. 41-52. Ver ainda GAUER, Ana Maria Chittó. *A Construção do Estado Nação no Brasil: A Contribuição dos Egressos de Coimbra*. Curitiba, Juá: 2001.

⁵²DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. (1ª edição 1990). Cf. Também DARNTON, Robert. *O Iluminismo como negócio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

não implicou o final da Inquisição e a entrada de novas ideias não levou ao final da censura e do cerceamento das práticas individuais.”⁵³

No reino lusitano da segunda metade do século XVIII, o receio do efeito das leituras consideradas perigosas era grande. Por essa razão, apesar da discussão da necessidade da “construção de um homem novo” e da ênfase na necessidade da seleção, assimilação e apropriação de ideias iluministas, como ressalta Dom Francisco de Lemos, as escolhas nessas elaborações e incorporações iluministas deveriam ser muito bem efetuadas, e ainda estarem de acordo com a concepção de sociedade, governo e “felicidade do homem” elaboradas a partir de determinados elementos hegemônicos no reino lusitano, que o diga, ainda indivíduos ligados à Igreja, se bem que mais enfraquecidos após as disputas com os regalistas na década de 1760, e principalmente enfraquecimento de indivíduos da nobreza, como iria demonstrar a presença marcante de Sebastião José de Carvalho e Melo, posteriormente, marquês de Pombal⁵⁴. Ainda assim, a seu modo, essa transformação do homem lusitano era tida como um imperativo, para que, de fato, se efetuassem na península ibérica “o exemplo mais perfeito da Europa atual”, suscitado ansiosamente por Francisco de Lemos.

Importante contribuição nessa transformação foi a presença do paduano Domenico Vandelli por mais de quatro décadas em terras lusitanas. Em Portugal desde 1764, é considerado o “mais importante museólogo setecentista de Portugal e de seu império”⁵⁵. Com uma forte rede de contatos em diversas instituições e museus europeus,

⁵³Cf. BRIGOLA, João Carlos. Domenico Agostino Vandelli: Um naturalista italiano a serviço de Portugal e do Brasil. In: CAMARGO-MORO, Fernanda & NORONHA, Andréa (orgs.) Op. Cit., pp. 41-52. Ver ainda GAUER, Ana Maria Chittó. *A Construção do Estado Nação no Brasil: A Contribuição dos Egressos de Coimbra*. Curitiba, Juá: 2001. SCHWARCZ, Lília Moritz. (com Paulo César de Azevedo e Angela Marques da Costa). *A longa viagem da Biblioteca dos reis: do Terremoto de Lisboa à Independência do Brasil*. 2ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 83.

⁵⁴A “atuação absolutista” levada a frente pelo ministro de D. José, o Marquês de Pombal, visava ainda, em suas reformas a “criação de um sistema que tendia a nivelar todos os estamentos perante o poder do rei, abolindo os privilégios baseados na hereditariedade e na tradição. Os organismos políticos e e sociais ficariam subordinados à administração do poder central e no campo religioso se propugnava uma Igreja independente de Roma”. SCWHARCZ, Lília Moritz. *Op. Cit.*, p. 99.

⁵⁵BRIGOLA, João Carlos. In: CAMARGO-MORO, Fernanda & NORONHA, Andréa (org.) Op. Cit., p. 41.

correspondente dentre outros do próprio Karl von Lineu, o naturalista esteve à frente de diversos empreendimentos reformistas nas instituições lusitanas, tais como a criação do Real Jardim Botânico da Ajuda, em Lisboa, em 1768, na própria Universidade de Coimbra, onde ocupou cargos de 1772 a 1791, e ainda na *Academia de Real de Ciências de Lisboa*.⁵⁶

À frente do Real Museu da Ajuda, o intento de Vandelli, como diretor da instituição, era atrelá-lo ao projeto de reconhecimento das terras além-mar, sua própria rede de relações exultava com a possibilidade de ter em mãos as maravilhas botânicas das colônias africanas e americana. Além disso, Domenico Vandelli também apostava na possibilidade de publicação de uma *História Natural das Colônias*. Para tanto, contava com a possibilidade de um intensivo treinamento de jovens universitários de Coimbra, estudantes de Filosofia e Matemática, oriundos, em sua grande maioria, do Brasil. O reconhecimento das terras além-mar, no entanto, no que se refere a imensas porções da América portuguesa, dizia respeito também às acirradas disputas diplomáticas, e muitas vezes bélicas, com os vizinhos peninsulares espanhóis.

No que diz respeito ao desenvolvimento do pensamento científico, a difusão denovos valores, a superação do pensamento escolástico-aristotélico, a valorização do experimento e da empiria e a sua utilidade para a Coroa lusitana já possuía seus elementos autóctones no próprio reino português. Na década de 1760, Antonio Ribeiro Sanches (1699 – 1783), por exemplo, que também difundia ideias regalistas em seus escritos, defensor da separação entre a Igreja e o Estado, postulava valorações semelhantes acerca da importância da empiria e da análise *in loco*. De certa forma, atacando os métodos ortodoxos e escolásticos da educação de moldes jesuítas, Sanches, em suas *Cartas sobre a educação da mocidade*, de 1759, referia-se especificamente à importância dos estudos da Física, escreve:

Lá em um lugar separado e espacioso, vê hua
Pompa pneumática, hum telescópio, hum
microscópio, hum prisma, hum modelo de hum
moinho de vento, hum relógio: mostra o Mestre o
uso destes instrumentos, e de outros mais ou
menos complicados; ali adquirirá o Discípulo as
primeiras idéas das propriedades dos elementos,
da Óptica, das Mechânicas e da Statica: a

⁵⁶BRIGOLA, João Carlos. Op. Cit., pp. 41 - 52

curiosidade que he tão natural à puerícia dotada de boa índole, o incitará a perguntar a cauza d'aquelles effeitos, que vê obrar por aqueles instrumentos, e ficará informado a não ter por milagres o que são effeitos da natureza; ficará informado daquelles primeiros conhecimentos, que lhe servirão por toda a vida em qualquer estado que a fortuna o puzer na Sociedade Civil.⁵⁷

Cabe ressaltar, no entanto, que existia um certo teor de estratificação social nas *Cartas* de Antonio Ribeiro Sanches, que reside justamente nos indícios que denota o entendimento de para quem seriam direcionados tais ensinamentos. Não eram voltados certamente para toda a sociedade lusitana, e como se permite inferir, existia no seio das próprias instituições educacionais e científicas do reino naquele período uma distinção entre o Colégio dos Nobres e a Universidade de Coimbra, espalhando-se essa estratificação ainda por outras instituições de menor porte, onde certamente os indivíduos que apresentassem “certos talentos” teriam oportunidades e circulariam pela Universidade, como é o caso da Academia Militar de Lisboa.

Com as reformas instituídas em meados do século XVIII, então, há certa abertura e escolhas efetuadas frente a algumas ideias iluministas correntes no continente europeu. Alguns aspectos da “filosofia das Luzes” ganham espaço, são selecionados e apropriados entre os reformadores de diversas instituições lusitanas. Dessa maneira, aspectos da *Aufklärung* se entrelaçam no modo de pensar e de refletir sobre o mundo, que diz respeito ao maior grau de criticidade com os quais se revestem as formas de ver e representar o mundo de uma parcela considerável dos pensadores lusitanos, mormente os estudiosos coimbrãos. Em grande medida, as apropriações e seleções de aspectos do Iluminismo os impulsionaram a subordinar aquilo que é observado e vivenciado de forma mais racional, então, “tudo que diz[ia] respeito ao homem pode[ria] ser indagado: princípios do conhecimento, comportamentos éticos, estruturas, instituições, sistemas filosóficos e crenças. A razão iluminista [seria] crítica quando ligada à experiência.”⁵⁸

No entanto, apesar desse impulso e valorização das atividades literárias, com incentivos à produção jornalista e à produção científica,

⁵⁷SANCHES, Antonio Nunes Ribeiro. *Cartas sobre a educação da mocidade*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1922, p. 162.

⁵⁸GAUER, Ruth Maria Chittó. Op. Cit.

“os limites do Iluminismo português” eram bem demarcados no projeto centralizador e estatizante do governo josefino. Nesse período, “livros sobre ciência e tecnologia foram publicados, além de tratados e adaptações de manuais estrangeiros”, estes, entretanto, rigorosamente analisados, pela Real Mesa Censória⁵⁹. Como enfatiza Schwarcz, tais formas de arejamento intelectual, não necessariamente implicavam liberdade cultural. “Não se tratava mais de censura religiosa, mas sim, de ordem política, e aí estavam concentrados os limites do Iluminismo português, que pregava a introdução das novas ideias na sala de aula, mas praticava a repressão à liberdade de expressão. Tudo em nome do Estado – até mesmo a sua contradição”.⁶⁰

Dessa forma, e ainda sob a égide do corporativismo da sociedade lusitana⁶¹ de Antigo Regime⁶², é que se observa nas projeções lusitanas e no pensamento social de parte considerável da intelectualidade lusa de meados do século XVIII o entrelaçamento dos interesses econômicos da Coroa lusitana, assim como também no desenvolvimento científico, na elaboração de uma nova forma de

⁵⁹No reinado josefino e ministério pombalino, a secularização da Inquisição foi um importante passo no processo de centralização e aumento do poder do Estado. Os poderes da polícia inquisitorial foram apropriados pelo novo intendente geral, em 1768, e transferidos da Igreja para o Estado. No que trata a difusão e circulação de livros, o papel de censor, antes responsabilidade inquisitorial, foi confiado, nesse mesmo ano à recém criada Real Mesa Censória. Verificar SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Op. Cit.*, principalmente o capítulo 03: *Tempos de Pombal e os limites do Iluminismo português*. pp. 81 – 118.

⁶⁰SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Op. Cit.*, p. 107.

⁶¹CARDIM, Pedro. “Administração” e “Governo”: uma reflexão sobre o vocabulário do Antigo Regime. In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral (orgs.) *Op. Cit.*

⁶²Interessante ressaltar que o conceito “Antigo Regime”, merece uma contextualização e historicização. O termo, antes de sua grande difusão na historiografia, foi primeiro utilizado por Alexis de Tocqueville, chamando de “Antigo Regime”, a ordem desaparecida com a Revolução Francesa. Laura de Mello e Souza, chama a atenção para esse aspecto quando enfatiza que de forma bastante imprecisa se sobrepôs o conceito a uma miríade de experiências políticas, questionando-se se “seria pertinente considerar que formas políticas específicas se alternassem sob uma ordem mais geral que permanecia a mesma – o aludido 'Antigo Regime'”. Verificar: SOUZA, Laura de Mello e. *O sol e a Sombra: Política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 48. Em finais da década de 1970 historiadores como Fernando Novais preferiam o termo “Sistema colonial”.

pensar, enfim, de um “novo homem” nos domínios lusitanos, apesar das especificidades, dos limites imputados e dos fatores paradoxais que se evidenciam nessas apropriações e enxertos de pensamentos das Luzes em Portugal.⁶³

Maria Odila Dias, em *Aspectos da Ilustração no Brasil*⁶⁴, ressalta algumas dessas peculiaridades do assim chamado Iluminismo luso-brasileiro, que, contando com o amparo do Estado Absolutista, trazia em seu seio uma ideia reformista da sociedade. Dessa maneira, caracterizar-se-ia em suas instituições por um pensamento mais técnico e por uma fé fervorosa na transformação da sociedade através do pensamento e da prática científicas, obliterando, por outro lado, quaisquer aspectos que poderiam advir para uma crítica mais radical da sociedade e da política da Coroa lusitana.

Odila ressalta então que em fins do século XVIII e início do século XIX, três elementos são importantes na caracterização das atividades desses “ilustrados” luso-brasileiros: o pragmatismo desses estudiosos na busca em ser útil a sociedade, e mais notadamente à sua terra natal, a política de Estado bem determinada, ancorada na ideia de reformismo da sociedade, e ainda, o entrelaçamento dos interesses desses estudiosos com a elite rural brasileira.

Quanto à política de Estado, ressalta-se ainda o intento da Coroa lusitana que incidia de maneira mais notável sobre o mundo natural. É possível perceber então uma ampliação das buscas por recursos naturais a serem aproveitados, busca esta que incide sobre os mais recônditos rincões do Império ultramarino. Desde as Ilhas de Cabo Verde, o interior de Angola e Moçambique, até os sertões da América Portuguesa.

Cabe salientar a presença de um grande número de naturalistas, historiadores naturais e homens de ciência, formados nas

⁶³Importante levar em consideração também o caráter paradoxal do Iluminismo em Portugal, que estava longe de ter como preocupação central a emancipação e as liberdades individuais, estando muito mais associado a uma certa ideia de ordem e ao fortalecimento do Estado. Como bem enfatiza Keneth Maxwell, o Iluminismo, de maneira geral, acabou por se coadunar muito mais com o Absolutismo do que com o Constitucionalismo, como posteriormente acabou se construindo a ideia no caso francês. MAXWELL, Keneth. *Marquês de Pombal: O Paradoxo do Iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

⁶⁴DIAS, Maria Odila L. da S.. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005. Publicado anteriormente em 1968 na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 2005 é reeditado junto a outros ensaios da autora.

Universidades de Coimbra, Lisboa e Montpellier, espalhados nos sertões da América portuguesa no último quartel do século XVIII, e que, com os parâmetros e paradigmas científicos, ensejavam ser úteis à Real Fazenda, atentando para as potencialidades da colônia e tentando incutir usos mais racionais acerca do mundo natural. Para atentarmos a um rápido exemplo, basta pensarmos na trajetória e nas experiências de Manoel Ferreira Câmara Bitencourt e Sá, graduado na Universidade de Lisboa, enviado a Comarca de Ilhéus, escreveu o “Ensaio de Descrição Física e Econômica da Comarca de Ilhéus na América”, posteriormente agraciada com premiação e publicada na Academia Real de Ciências de Lisboa. Câmara posteriormente ainda foi premiado com uma expedição científica visitando a Alemanha, Hungria, França, Inglaterra e Itália, como maiores incentivos às suas produções acadêmicas na utilidade do Estado português.

Assim, com o intuito de fortalecimento da Coroa, melhorias da Fazenda Real e ainda sob os auspícios da melhoria do “bem comum” na *res publica*, os recém-formados filósofos - naturalistas foram enviados por toda a extensão do Império marítimo lusitano, com a incumbência da elaboração do inventário das possessões lusitanas e principalmente visando o engrandecimento do reino com as potencialidades dos recursos naturais das colônias africanas e americana. Nesse sentido, tais naturalistas, de feitio prático e espíritos pragmáticos, como explicita Odila, buscaram adaptar as leituras adquiridas na Europa ao ambiente da colônia, com uma valorização maior da agricultura e das atividades ligadas à terra, influenciados pela fisiocracia francesa.⁶⁵

Na extensão do Império marítimo português, não foram poucos os naturalistas que se lançaram aos mais longínquos rincões a serviço da Coroa no empreendimento das investigações filosóficas. Alexandre Rodrigues Ferreira, no Rio Negro e Grão Pará (1782 – 1793); Manuel Arruda Câmara, no sertão das capitanias de Pernambuco e Piauí (1794-1795 e 1797 a 1799); Joaquim Veloso de Miranda, São Paulo e Rio de Janeiro (1779-1780); Vicente Jorge Dias Cabral, na capitania do Maranhão, em 1780; Joaquim José da Silva, em Angola, 1785-1787;

⁶⁵DIAS, Maria Odila L. da S.. *Op. Cit.* PÁDUA, José Augusto. “Um sopro de destruição”: Pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786 – 1888). Zahar Editor, 2004.

Manuel Galvão da Silva, em Goa e Moçambique, 1783, João Loureiro, Goa e Moçambique, dentre outros⁶⁶.

Como salienta Ângela Domingues, essa investigação do mundo natural pelo viés da filosofia natural e pelo paradigma das ciências naturais do final do século XVIII, possuía também um claro liame com as melhorias na arrecadação da Fazenda Real. Assim, as projeções e pretensões científicas eram direcionadas para uma certa ideia de engrandecimento do reino, e dessa forma, se vislumbrava ao mesmo tempo, transformações na política, na economia, assim como melhorias naquilo que tinham como o “bem público” dos vassalos da Coroa. Assim, salienta Domingues que

A aclimação e a cultura de novos espécimes deviam desenvolver-se paralelamente à racionalização da agricultura tradicionalmente praticada e à introdução de novas técnicas que rentabilizariam e tomariam mais produtivas as atividades agrícola, mineralógica e industrial, tal como eram habitualmente praticadas.⁶⁷

Ressalta-se ainda, que para além dessa “mobilização de mundos” intensificada em finais do século XVIII pelos vassalos do Soberano português, no que trata às perspectivas de aclimação e desenvolvimento de espécimes de todo o Império, a própria configuração dos homens a serviço da Coroa lusitana era a de “*um mundo em movimento*”. Dessa forma, conhecimentos, técnicas e saberes estavam constantemente em rota por toda a sua extensão, entrelaçando-se nas redes. Como o bem caracteriza Fernando Bouza Alvarez, “o nexo do império português não era uma cidade, mas o próprio mar; e a capital política do império era necessariamente um porto.”⁶⁸

⁶⁶RAMINELLI, Ronald. *Viagens Ultramarinas: Monarcas, Vassalos e Governo a distância*. São Paulo: Alameda, 2008. PÁDUA, José Augusto. *Op. Cit.*

⁶⁷DOMINGUES, Ângela. Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no império português em finais do Setecentos. *Historia, ciências, saúde – Manguinhos*. Vol. VIII (suplemento). p. 829.

⁶⁸ÁLVAREZ, Fernando Bouza. Lisboa sozinha, quase viúva: A cidade e a mudança da corte no Portugal dos Filipes. In: *Penélope: fazer e desfazer a História*. Lisboa: Edições Cosmos / Cooperativa Penélope, Vol. 13, 1994. Cf. também: SCHULTZ, Kirsten. *Versalhes Tropical: Império, Monarquia e a Corte Real portuguesa no Rio de Janeiro (1808-1821)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

Isso diz respeito também aos conhecimentos e saberes desenvolvidos e postos em evidência nos mais distantes rincões do Império, o que trataremos a seguir com mais vagar no caso específico das experiências do naturalista e Sargento-mor João da Silva Feijó nas fímbrias do Império ultramarino, em uma Capitania longínqua e pouco explorada na porção setentrional da colônia americana, a Capitania do Ceará, onde por 17 anos viveu com uma série de projeções, sejam estas da melhoria da agricultura e impulso do comércio, sejam no que trata a prospecção de minérios ou mesmo na aclimação e desenvolvimento de espécies exóticas, como as suas expectativas em relação ao gado lanígero e a importação de camelos para Capitania.

Ao longo desses 17 anos, na Capitania, e mesmo anteriormente, quando da sua experiência nas ilhas de Cabo Verde, como secretário de governo e naturalista encarregado dos “objetos de História Natural”, além das missivas endereçadas para os diferentes Secretários dos Negócios Ultramarinos e Domínios do Ultramar, suas missivas, relatos e memórias buscavam ancoragem, aceitação e respostas por parte de seus pares naturalistas no reino e das instituições com as quais estava vinculado, tais como a Secretaria de Estado dos Domínios Ultramarinos e Negócios do Ultramar, principalmente na pessoa de Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, a Academia de Ciências de Lisboa, da qual foi sócio-correspondente. E ainda, os contatos com experientes e reconhecidos naturalistas, tais como o paduano Domenico Vandelli.

Então, cabe questionar em que consistem tais ideias, quais são as transformações operadas pela presença do paduano em terras lusitanas e suas ressonâncias nas possessões ultramarinas portuguesas, pelo menos no que diz respeito a prognósticos, propostas e incentivos. Em suma, como se tornou possível tal difusão? E a partir desse questionamento, que ideias de ciência e natureza veiculavam essas memórias, anais e missivas?

Tais ideias de ciência e natureza fluíam pelas rotas marítimas lusitanas ao sabor de ventos, correntes e marés que serviam de liame à empresa colonial portuguesa, que, no final do século XVIII, se mostrava muito mais atenta às potencialidades econômicas do mundo natural, percebidas então, como riquezas naturais dos territórios ultramarinos a serem mapeados e descritos em suas mais diversas características. Regiões até então pouco conhecidas e exploradas iriam receber então maiores atenções como é o caso da Capitania do Ceará Grande ao longo da segunda metade do século XVIII. Cabe então, aprofundarmos um pouco melhor o teor dessas ideias que circulavam no centro do Império

ultramarino para compreendermos o porquê dessas transformações no modo de representar o mundo natural. E é na Lisboa e em Coimbra pombalinas que podemos perscrutar um pouco mais alguns indícios dessas transformações.

1.2. *Do gabinete de curiosidades à Academia Real de Ciências de Lisboa*

O primeiro passo de huma nação, para aproveitar suas vantagens, he conhecer perfeitamente as terras que habita, o que em si encerrão, o que de si produzem, o de que são capazes. A História Natural he a única ciência que taes luzes pode dar; e sem hum conhecimento sólido nesta parte, tudo se ficará devendo aos acasos, que raras vezes bastão para fazer a fortuna, e riqueza de hum povo.⁶⁹

No “Discurso Preliminar” do primeiro tomo das *Memórias Econômicas* da recém-fundada Academia Real de *Sciencias* de Lisboa, o estudioso e historiador natural José Correia da Serra, coloca em evidência suas preocupações com o estado da economia do Reino lusitano, nesse mesmo discurso aponta para as soluções que para ele pareceriam mais plausíveis, quais seriam, maiores incentivos à agricultura, as artes e ao comércio. A partir disso, aponta para uma única saída: o estudo e o melhor entendimento da História Natural.

Os primeiros tomos das *Memórias Econômicas*, na realidade, estão embebidos desse pensamento, o reconhecimento das potencialidades e das riquezas naturais do reino e das conquistas passa a ser uma obsessão do último quartel do século XVIII. Mais do que isso, a situação política e econômica do reino alvoroçava parte dos estudiosos lusitanos, segundo os quais se evidenciava certa urgência em tomadas de decisões, com o período de decadência das regiões mineradoras no interior do Brasil, a guerra dos Sete Anos e a ameaça espanhola, naquele momento rondando as fronteiras do reino e da então mais opulenta colônia lusitana, no momento de indefinição quanto às suas fronteiras com a vizinha peninsular na porção meridional da América, além da constante desconfiança nutrida em relação à grande e poderosa aliada, a Inglaterra.

Mas afinal, em que consiste a História natural para a sociedade lusitana e para o pensamento social setecentista? Que saberes e poderes são articulados quando se imiscui em meio à prática da classificação *lineana* de plantas e animais dos mais distintos lugares do

⁶⁹SERRA, José Correia. Discurso Preliminar. In: *Memórias Econômicas da Academia das Sciencias de Lisboa*, para o adiantamento da Agricultura, das Artes e da Indústria em Portugal e suas Conquistas. TOMO I, pag. VIII. Officina da Academia Real das Sciencias: Lisboa, 1779.

império ultramarino português? Para tentar começar a esboçar respostas quanto a esses questionamentos, tentemos acompanhar a trajetória turbulenta de um dos mais eminentes estudiosos do reino lusitano no final do século XVIII: José Correia da Serra.

José Correia da Serra, que escreve o “Discurso Preliminar” das *Memórias Econômicas* da Academia de Ciências de Lisboa, da qual é co-fundador, possuiu uma trajetória intelectual tumultuada. Muito jovem deixara Portugal e fora habitar na península itálica juntamente com seus pais. Retorna ao Reino por volta de 1777, e dois anos depois juntamente com 2º duque de Lafões fundou a Academia Real de Sciencias de Lisboa. Na península italiana setecentista havia feito seus estudos em Direito Canônico e Civil, sem no entanto descuidar dos estudos em História Natural. Quando do seu retorno à Lisboa, já nos primeiros anos do reinado de D. Maria I, a conjuntura política e cultural se transforma em grande velocidade.

Seu retorno, mesmo que advindo de países eminentemente católicos da península itálica, não é visto com bons olhos pela Intendência de Polícia, classificando-o na “qualidade de homens que haviam vivido lá fora e teriam trazido consigo ideias perigosas”⁷⁰. Apesar do forte reconhecimento por parte de seus pares no Reino, acaba deixando o país em 1795, “fugira” para Londres, onde é acolhido com grande amizade por Joseph Banks, eminente naturalista britânico, exímio viajante⁷¹ e diretor do gigantesco *Royal Botanic Gardens*, de Kew. Estabelecido em Londres, José Correia da Serra continua seus estudos em História Natural, publicando seus escritos e estudos em importantes periódicos da época, tais como a *Philosophical Transactions*, da *Royal Society*, a qual Correia da Serra foi sócio e ainda na *Transactions of Linnean Society* e nos *Annales de Museum de Histoire Naturelle de Paris*.

Dois questionamentos emergem da trajetória de Correia da Serra, na segunda metade do século XVIII em Portugal. O primeiro diz respeito aos riscos com o que os pensadores e filósofos naturais eram observados por instituições extremamente conservadoras, tais como a

⁷⁰CARVALHO, Rômulo de. *A História Natural em Portugal no Século XVIII*. Volume 112. Biblioteca Breve, Lisboa: 1987.

⁷¹Joseph Banks foi ainda conselheiro do rei George III, a quem convenceu a fazer viagens exploratórias ao Novo Mundo e às terras novas do Pacífico Sul. Acompanhou James Cook na primeira das viagens do *Endeavour* ao Oceano Pacífico, viagem esta que percorreu o litoral do Brasil e outros países da América do Sul, o Taiti, a Nova Zelândia e a Costa Leste da Austrália.

Inquisição do Tribunal do Santo Ofício até 1768, e mesmo após seu enfraquecimento e a criação da Real Mesa Censória. Ambas se mostravam vigorosas perante as possíveis ameaças das ideias que advinham de fora do país.

A História Natural, nesse ponto de vista, por algumas de suas características acabava se mostrando como uma ideia progressista demasiado perigosa ao olhar do Tribunal e da Real Mesa Censória. A outra questão levantada pela trajetória de Correia da Serra, diz respeito a uma ideia de comunidade de letrados, ou na expressão de vários pensadores, filósofos e escritores da época, a uma *République des Lettres*, onde esses mais diversos pensadores possuíam grande identificação entre si, trocando missivas, fazendo transitar conhecimentos e experiências, mesmo em contraposição as ideias mercantilistas e de monopólios dos conhecimentos acerca das colônias.

Antes de debatermos estas duas pertinentes questões, no entanto, faz-se necessária uma explanação acerca das rupturas e descontinuidades acerca do fazer científico e da construção dos saberes, e ainda, sobre as vicissitudes políticas e culturais no reino, com o turbulento final do reinado josefino, em 1777, e, consequentemente, o rápido afastamento do Marquês de Pombal das principais arenas de decisão políticas e com as reviravoltas políticas e culturais ocasionadas pelo turbulento reinado de D. Maria I⁷².

Quanto a política cultural, o fluxo de ideias e livros no Reino durante o reinado josefino e período pombalino, se faz candente o impulso de Pombal em construir duas grandes bibliotecas: a Real Biblioteca e a Biblioteca Pública. No entanto, subjacente a essas preocupações residia o controle e a ação da Real Mesa Censória, que havia sido criada em 1768, no processo de enfraquecimento das atividades da Igreja e fortalecimento do Estado português. Em 1769, a Inquisição perdeu seus poderes como tribunal independente, e ainda, foi

⁷²D. Maria I reinou em Portugal entre 1777 e 1792. Cercada dos antigos nobres, conselheiros e inimigos do marquês de Pombal, estabelece novos planos e projetos políticos e econômicos para o reino e as colônias, período que, apesar de uma série de continuidades em relação ao reinado josefino, é considerado pela historiografia, em razão de sua política e dos projetos culturais, como a “Viradeira”. Uma excelente discussão acerca da política de D. Maria I, suas contradições e projetos encontra-se em SCHWARCZ, Lília Moritz. *A Longa Viagem da Biblioteca dos Reis: Do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

submetida ao Estado e as propriedades que haviam sido confiscadas pelo tribunal passaram para o Tesouro Nacional.⁷³

A Real Mesa Censória havia sido criada nesse processo de enfraquecimento das atividades da Igreja no Reino. A função atribuída à instituição era a de cumprir o papel de secularização quanto ao controle e as proibições religiosas, esta última anteriormente era função atribuída ao Tribunal do Santo Ofício. No entanto, como ressalta Schwarcz, a sua criação não deixa de ter um aspecto bastante paradoxal, já que “a Real Mesa Censória fora introduzida com o intuito de tirar da Inquisição seu antigo papel, mas se transformava em um novo tribunal a impedir o livre fluxo de livros no país”.⁷⁴

Assim, as principais obras proibidas pelo novo órgão censor eram aquelas que possuísem conteúdos e ideias que atacassem o catolicismo, “que possuísem “cenas obscenas, práticas mágicas e astrológicas, ou ainda que se manifestassem negativamente com relação ao governo e ao soberano”⁷⁵. E ainda, um cuidado especial com os livros que fizessem referência ou estivessem ligados à Ilustração. Era uma tarefa árdua a atribuição concernente à Real Mesa Censória. Residia nessa tensão um equilíbrio bastante difícil dentro do Reformismo português, ao mesmo tempo que “advogava a entrada do pensamento crítico das Luzes, pretendia conter seus excessos mais danosos – entre outros a contestação ao absolutismo real e ao sistema colonial”. As relações que havia sido secularizadas com a criação da Mesa não alteraram radicalmente as estruturas, posto que o acesso às obras de caráter mais filosófico continuava dificultado, assim como era imposto limites a livre circulação de livros e tratados científicos.⁷⁶

No que concerne à relação com a História Natural, Rômulo de Carvalho, escrevendo em finais da década de 1980, constitui as relações, a trajetória e os questionamentos no reino lusitano em relação à prática e o seu empreendimento. Remonta aos escritos de Garcia de Horta, e seu “*Colóquio dos simples e drogas da Índia*”, as viagens de exploração, o encontro com a diversidade da fauna e flora das regiões ultramarinas, as observações geológicas e mineralógicas que despertavam o interesse e a ambição dos mais diversos viajantes. No entanto, essas explorações e

⁷³SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Op. Cit.* Principalmente os capítulos 3 e 5: *Tempos de Pombal e os Limites do Iluminismo Português e Na “Viradeira”*: *Política e Cultura no reinado de D. Maria*.

⁷⁴SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Op. Cit.* p. 108.

⁷⁵Idem., p. 108.

⁷⁶Idem., p. 108-109.

coletas de materiais, que constituíam um acervo enorme de particulares, eram empreendimentos que se baseavam e serviam para alimentar, mormente, os gabinetes de curiosidades ou as câmaras de maravilhas, onde as mais distintas faunas e floras do ultramar eram utilizadas “na mera curiosidade de se defrontar seres exóticos que provocavam espanto e causavam divertimento”⁷⁷

Na primeira metade do século XVIII, no entanto, as viagens marítimas e a possibilidade do encontro com essa “natureza exótica e exuberante”, com as mais distintas novidades, variedades e atrativos, passam a ser percebidas também como um convite, como algo que aguça a curiosidade pelas mais distintas formas da fauna e da flora ultramarina. Então, as viagens são percebidas para além de um meio de angariar proveitos econômicos, passam a despertar o interesse “científico” de alguns estudiosos na península ibérica. Nas palavras de Rômulo de Carvalho:

os curiosos que puderam e quiseram acomodar-se nos barcos e defrontar os perigos dos oceanos, deixaram o sossego do seu meio social e foram ver com os próprios olhos as novidades tão exaltadas. Os que não se dispuseram a tanto, ficaram-se pelas suas próprias regiões, mas agora, despertos para tais curiosidades, aí mesmo foram dando atenção a quantas surpresas lhes surgiram na natureza, observando com minúcia tudo o que já tinham visto no seu próprio ambiente mas a que antes não tinham dado o devido reparo.⁷⁸

A presença de um número considerável de curiosos e historiadores naturais no reino também ajudou a despertar esse interesse para a instituição da História Natural a partir de mecanismos do Estado. Estudiosos como o Gabriel Grisley⁷⁹, Tournefort⁸⁰, Antoine de Jussieu⁸¹,

⁷⁷CARVALHO, Rômulo de. *Op. Cit.*, p. 10.

⁷⁸Idem. *Op. Cit.* p. 10

⁷⁹Gabriel Grisley, médico alemão que se estabeleceu em Portugal no período pós-restauração. Em 1656 publica em Lisboa o “Desengano para a medicina, ou botica para todo pai de família”. Dez depois se publica o seu grande estudo da flora portuguesa o “Viridarium Lusitanum in quo Arborum, fruticum, & herbarum differentiae onomasti insertae, quas ager Ulyssiponensis ultra citraque Tagum ad trigesimum usque lapidem profert”. Em meados do século XVIII, Vandelli retomou sua obra, acrescentando novas pesquisas e comentários.

o médico francês Jean de Vigier, autor de uma *Histoire des Plantes de l'Europe*, ainda em fins do século XVII⁸², e ainda o estudo do médico e naturalista francês Merveilleux, que acompanhando as pretensões de D. Luís da Cunha ensinava publicar uma História Natural de Portugal⁸³, tiveram presença marcante no reino e alertaram para uma série de elementos que passaram a ser levados em consideração posteriormente, ao longo do século XVIII.

Em grande medida, os interesses desses historiadores naturais, além da curiosidade, alimentação dos jardins botânicos franceses e dos jardins da península itálica, das câmaras das maravilhas de diversos antiquários do continente europeu, residia também no conhecimento e no desenvolvimento das potencialidades medicinais das plantas, caras ao conhecimento científico setecentista. Os estudos de Merveilleux, por exemplo, insiste em grande medida nesse sentido utilitário da viagem. Sentido este, que em suas representações, muito servem de alerta às

⁸⁰Joseph Pitton de Tournefort (1656-1708), estudou medicina em Montpellier e foi professor de botânica no Jardin des Plantes em Paris por volta de 1683. Esteve em Portugal provavelmente entre fins do século XVII e início do século XVIII. Sua principal obra é “*Elements de botanique, ou Méthode pour reconnaître les Plantes*”.

⁸¹Antoine de Jussieu (1686-1758) médico, botânico e naturalista francês, ocupou o lugar de Tournefort no então, Jardin du Roi. Viajou para Portugal e Espanha por volta de 1716, sobre o qual publicou o diário de viagem na Academia de Ciências de Paris.

⁸²*História das Plantas da Europa e das mais usadas que vem da Ásia, da África e da América, onde vê-se suas figuras, seus nomes, em que tempo florescem e o lugar onde nascem. Com um breve discurso das suas qualidades e virtudes específicas.* Jean de Vigier que já havia publicado a obra em Lyon, reedita uma versão em língua portuguesa em 1718, com isso, almejava discutir principalmente o interesse das plantas para fins medicinais, mas também almejava fazer uma pequena introdução das normas classificativas na arrumação das diversas espécies vegetais. Explica ainda que a razão de publicá-la em língua portuguesa, se fazia “para o melhor uso dos lusitanos, proporcionando o conhecimento dos simples, de que muito se carece neste reino”. In: CARVALHO, Rômulo. *Op. Cit.* p. 14.

⁸³Sobre suas viagens à península ibérica, Merveilleux publica em Amsterdam em 1738 suas *Memoires Instructifs pour un voyageur dans les divers États de l'Europe. Contenant des anedoctes curieuses très propres a éclaircir l'Histoire du Temsavec des Remarques sur le commerce et l'Histoire Naturelle. À Amsterdam, chez H. du Sauzet M. DCC. XXXVIII*. Disponível em: <http://digital.bibliothek.uni-halle.de/hd/content/titleinfo/1048475>; último acesso 22.06.2013.

autoridades do reino de Portugal para o reconhecimento do mundo natural e das potencialidades econômicas que estavam a passar despercebidas mesmo dentro das fronteiras do Estado lusitano. Em suas *mémoires instructifs*, o médico francês insiste longamente nesse tópico:

A Serra de Sintra além de ser muito rica em minerais, produz grande número de plantas, curiosas e invulgares, de que os portugueses não tiram vantagem nem sequer pensam nisso. [...] Para mostrar a crassa ignorância dos portugueses basta dizer que mandam vir da Holanda as bagas de zimbro de que necessitam, quando as suas serras estão cheias delas, particularmente a famosa serra da Estrela.⁸⁴

Quando o historiador natural percebe os vegetais em sua análise como “curiosas e invulgares” diz respeito justamente ao aspecto que havia mencionado anteriormente, da sua utilização como fonte primordial na fabricação de composições medicinais, mais do que isso, sua importância fundamental em que se ancorava, naquele momento, o conhecimento da História Natural. O estudioso francês insiste nesse aspecto em sua narrativa, que não deixa de enfatizar as fadigas e a experiência que lhe atribui a autoridade do narrador, de alguém que estranha, advindo de lugares distantes. Quando se depara com o pastor das serras dos arredores de Lisboa, em sua narrativa ancorada no emergente conhecimento da História Natural, ainda não mostra a profunda diferenciação, que poucos anos depois iria qualificar essas representações, com a grafia latina, os gêneros e as espécies cuidadosamente descritas, a inumerável quantia de “espécies novas” para a ciência e de mapeamentos dos “espaços em branco”.

No entanto, sua narrativa, nas primeiras décadas do século XVIII, enfatiza essa justaposição de conhecimentos, saberes populares e de seus usos, que nesse momento parecem não colocar em mundos distantes e diferenciados o saber do pastor e o saber do erudito médico

⁸⁴La montagne de Cintra est très abondante en minéraux, & produit un grand nombre de Plantes curieuses & rares, dont les Portugais ne feront jamais d'usage, n'étant pas capables d'en juger. (...) Pour montrer l'ignorance crasse des Portugais, je me contenterai de dire qu'ils font venir de Hollande de Genievre, dont leurs Montagnes sont remplies, principalement la fameuse Montagne de la Strella, dont je donnerai la description. In: MERVEILLEUX. *Mémoires instructifs*. pp. 112 – 113.

francês, apesar da empáfia em que este se coloca, e ainda do fato de que a representação escrita e a narrativa serem prerrogativas do francês:

Encontrei-me com um pastor que amavelmente se ofereceu para nos conduzir ao aprisco do seu rebanho com a intenção de nos mostrar uma planta que tem a virtude de curar toda a espécie de doenças. Aceitei a proposta e fui. Fartei-me de andar através de penedos difíceis de transpor para afinal ir simplesmente encontrar a grande genciana a que os portugueses chamam argenciana. É planta comum nas montanhas da Suíça e é das suas folhas que os camponeses se servem para cobrir a manteiga que transportam para o mercado. Realmente a genciana é um bom febrífugo e também alexifármaco que os portugueses utilizam de todas as maneiras. O pastor ficou muito surpreendido por eu não dar sinais de grande espanto à vista da genciana, que ele apelidava de santíssima.⁸⁵

Por outro lado, Merveilleux em sua *Mémoire Instructif* ainda enfatiza uma questão bastante pertinente, os perigos que elementos da conservadora sociedade portuguesa considerava como danosos, e que acabava por impor empecilhos ao desenvolvimento de ideias que consideravam subversivas. Merveilleux aponta, enfim, nas primeiras décadas do século XVIII, as dificuldades enfrentadas pelos estudiosos, apontando que em Portugal “tudo é olhado como mistério ou feitiçaria, sortilégio ou magia. Aqui nem um homem de ciência se pode mostrar curioso e pretender instruir-se, pois tem sempre receio de ser molestado pelo Santo Ofício, menos no presente, é verdade, do que nos

⁸⁵Il fut ensuite très bom-garçon, & nous offrit de nous mener à sa Bergerie, pour nous montrer une Plante qui guérissoit toute forte de maux. J'acceptai sa proposition. Je me fatiguais beaucoup en marchant à travers ces rochers difficiles, pour ne trouver que la grande Gentiane; plante que les portugais appellent aragencian. Elle est si commune sur les montagnes de suisse, que les païsans qui vont porter leur beurre au marché, le couvrent avec les feuilles de cette plante. On ne peut disconvenir que la Gentiane ne soit un bom fébrifuge, & une bonne plante alexipharmaque, que les portugais employent à toutes sauces. Le Berger fut bien surpris de ce que je n'étois pas transporté d'admiration à la vûe de cette Plante, qu'il appelloit *Santissima*. MERVEILLEUX. *Mémoires instructifs*. pp. 205 – 206.

tempos passados.⁸⁶

O erudito médico francês publica tais impressões sobre o ambiente intelectual e as possibilidades de investigação na península ibérica, em 1738, em Amsterdã. E embora, reconheça que no período em que escreve as condições e os afligimentos impostos pelo Santo Ofício tenham abrandado, estaria, para o francês, bastante distante das condições ideais de investigação do mundo natural. Enfim, em grande medida a narrativa de Merveilleux, faz refletir sobre as condições pouco favoráveis, o ambiente intelectual pouco propenso a possíveis investigadores e um clima geral de perseguição a qualquer manifestação que se mostrasse propício a questionamentos da ordem social e de uma ideia escolástico aristotélico, de uma ordem estável do mundo natural.

Retornemos então a Correia da Serra, podemos inferir que ainda em 1779, mesmo 40 anos depois da publicação das *Mémoires Instructifs* de Merveilleux, a situação política em Portugal continuava repleta de tensões para os homens de ciência da emergente História Natural, ainda vistos com maus olhos pelo Tribunal do Santo Ofício e pelos Intendentes de Polícia. Na primeira metade do século XVIII, o pensamento dominante sobre a sociedade e o mundo natural era constituído, em grande medida, entre os lusitanos pelo clericalismo e pela escolástica. No que diz respeito ao mundo natural, era hegemônico o que se pensava e difundia sobre a “Grande Cadeia do Ser”, “uma ordem estática, concebida de forma acabada pela mente Divina.”⁸⁷

No entanto, tal pensamento estático, clericalista e escolástico foi sendo ao longo do século XVIII suplantado por ideias sobre o mundo natural que abriam margem para maiores investigações, percebendo-o de forma mais dinâmica, principalmente em decorrência da difusão da ideia de “Economia Geral da Natureza”, que seria então “uma ordem dinâmica, dotada de uma legalidade que se manifesta em seu próprio funcionamento.”⁸⁸

Para José Augusto Pádua, no entanto, tais mudanças, que de maneira geral, ocorreram lentamente, não significaram um abandono do princípio da Criação Divina. Para Pádua, “a inversão teórica fundamental da formação do Iluminismo, foi a de deduzir e explicar o

⁸⁶Car dans ce país-là tout est mystère, ou fétisserie, c'est-à-dire, sortilège ou Magie. Un savant ne peut être curieux & chercher à s'instruire que pour lui même. & il à craindre d'être blâmé par le St. Office, moins à présent à la vérité que dans le tems passé. In: MERVEILLEUX. *Op Cit.* pp. 104.

⁸⁷PÁDUA, José Augusto. *Op. Cit.*, p. 44.

⁸⁸Idem. p. 44.

Ser a partir do devir e não, como antes, o devir a partir do Ser”. Tal inversão, construção e entendimento do mundo natural como “economia”, passa a ser fundamental no pensamento científico e social da segunda metade do século XVIII. Na “economia da natureza”, é passada a ideia de uma rede de iniciativas e controles mútuos, o mundo natural era entendido como “regido por leis que orientavam o seu comportamento específico e promoviam, desde que obedecidas, um equilíbrio funcional”.⁸⁹

De qualquer maneira, não eram naturalmente incorporadas pelos estudiosos e pensadores lusitanos. Tais ideias possuem a sua materialidade, suas trajetórias e caminhos de incorporação, devedora de práticas distintas de leituras e formas de apropriação, e mais, eram colocadas em confronto com grande parte de elementos conservadores da sociedade lusitana do último quartel do século XVIII. De qualquer maneira, cabe questionar então, os porquês de tais conhecimentos e ideias que afluíam para dentro das fronteiras lusas serem percebidos como perigosos? E especificamente, em que consistiam os fatores condenáveis dos saberes emergentes da História Natural para setores conservadores da sociedade lusitana?

Antonio Ribeiro Sanches, que havia passado grande parte de sua vida em território francês, em seus escritos nos traz indícios do entendimento e das funções atribuídas à História Natural naquele período, dissertando sobre a utilidade da construção de gabinetes, Sanches explicita que:

Nestes gabinetes vemos as aves, os peixes, os animais, os Insectos, as Árvores e as plantas da África, da Ásia e da América, e pela mesma separação vamos notando os minerais, as pedras, os mármore, as pedras preciosas, os sais, os betumes, os bálsamos e as diferentes terras e barros. Esta é a *História Natural*, e como é tão natural saber para que servem estas produções da Natureza, o mestre lhes dirá as propriedades e seu uso na Medicina e nas artes mechanicas e liberaes⁹⁰

⁸⁹Idem. p. 44. Ver também CASSIRER, Ernst. *A Filosofia do Iluminismo*. Tradução Álvaro Cabral. 2ª edição. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1994.

⁹⁰SANCHES, Antonio Nunes Ribeiro. *Cartas para a educação da mocidade*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1922,p.162.

Percebe-se que as atribuições da História Natural, para Ribeiro Sanches, são descritas com ênfase na centralidade do homem e principalmente na utilidade para o Estado, e embora, pelo *Sistema Naturae* linneano, o homem também estivesse classificado como mais um entre os demais animais, o pensamento social da época se mantinha bastante antropocêntrico, e como nos lembra Keith Thomas, essa centralidade não era, naquele momento, de maneira alguma questionada pelos emergentes conhecimentos da História Natural e da botânica, os quais “as motivações iniciais eram basicamente de teor prático e utilitário”.⁹¹ A própria botânica teria nascido “como uma tentativa de identificar os usos e virtudes das plantas, essencialmente para a medicina, mas também para a culinária e a manufatura”⁹²

Posteriormente, no entanto, foram estes mesmos conhecimentos e saberes que começaram a atentar para uma dinâmica do mundo natural intrínseca a si mesma, descentralizando a posição do ser humano, que, no pensamento social da época, bastante religioso, supunha que o homem teria herdado a vida no planeta para desfrutar como bem lhe aprouvesse. Nas ideias veiculadas por Domenico Vandelli, observando o mundo natural com as lentes da História Natural e com a taxonomia emergente do *Sistema Naturae* linneano, a força do pensamento utilitarista se mostra evidente. Em suas batalhas intelectuais para a instituição dos gabinetes e museus de História Natural no reino lusitano, o naturalista paduano se questionava:

Que utilidade o Estado pode, e o Príncipe, tirar de homens que nunca examinaram as produções da Natureza, e que somente instruídos em ciências especulativas ou de legislação, se ocupam em presidir às minas, casas de moeda, Agricultura e Manufaturas? O estudo da Historia Natural, não se resume a conhecer apenas nomes de animais, de plantas e de minerais, mas também a conhecer, para os animais, a sua anatomia, maneira de viver e o modo de se multiplicarem e de se alimentarem; para as plantas, o seu interesse

⁹¹THOMAS, Keith. *O Homem e o Mundo Natural: Mudanças de Atitudes em relação às plantas e aos animais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, pag. 35.

⁹²Idem, pag. 35.

econômico e virtudes medicinais; para os minerais, as suas propriedades.⁹³

Karl Von Lineu explicitava que enquanto classificação e estudos, as plantas deveriam ser nomeadas e classificadas com os nomes latinos. O estudioso sueco buscava livrar-se das classificações anteriores que se baseavam nos cheiros, nos gostos, nas propriedades medicinais e outros “usos humanos”, afirmando o alto grau de subjetividade que se imiscuía nessas classificações, variando conforme o observador⁹⁴. É evidente, no entanto, que tais classificações e instituição de uma nomenclatura “científica”, supostamente neutra, ainda traziam em seu âmago, as representações, ideias e valores dos homens daquela época perante o mundo natural e, na segunda metade do século XVIII, e em Portugal, mais especificamente, o utilitarismo e o antropocentrismo se mostravam hegemônicos nessas representações do mundo natural por parte dos estudiosos.

Povoando com nomenclatura latina, e homenageando deuses gregos nos mais distantes rincões do globo, a prática da história natural, da classificação e “descoberta” de novas espécies de plantas e animais desqualificava os saberes nativos e os conhecimentos das diferentes comunidades, entendidos nesse momento de imposição da classificação pelo saber erudito, simplesmente como “erros vulgares” em contraposição à ideia de objetividade do conhecimento. Observada em outra perspectiva, no entanto, a do nativo, “a objetividade era sempre posta contra ele”⁹⁵.

Quanto ao perigo das ideias advindas de além-fronteira e da História Natural especificamente, alguns indícios nos são concedidos pelo pensamento de José Mayne, na segunda metade do século XVIII. Mayne, que era padre franciscano e deputado da Real Mesa Censória, entendia a História Natural não simplesmente como objeto de estudo de homens de ciência, mas atentava para estudá-la como homem de igreja, preocupava-se em defendê-la “dos perigos que poderiam resultar do estudo da natureza por quem não visse nela uma a manifestação clara de uma obra do Criador”⁹⁶.

⁹³VANDELLI, Domenico. Memória sobre a utilidade dos museus de Historia Natural. In: CARVALHO Rômulo de. *A História Natural em Portugal no século XVIII*, pag. 58.

⁹⁴THOMAS, Keith. *Op. Cit.*, p. 120-121.

⁹⁵SAID, Edward. *Cultura e Imperialismo*. Tradução Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, pag. 398. (1ª edição 1993)

⁹⁶CARVALHO, Rômulo de. *Op. Cit.*, pag. 79.

O mais aparentemente intrigante e sintomático na trajetória intelectual de José Mayne, em relação ao pensamento social português na segunda metade do século XVIII, no entanto, é que o franciscano fora eleito como um dos sócios correspondentes da recém-criada Academia Real de Sciencias de Lisboa. E o franciscano insistia na criação de uma instituição onde pudesse explicitar em suas aulas, a História Natural “em relação à Teologia, em que pelos entes naturais, se adquiram os conhecimentos dos atributos diversos, convencendo-se por este modo, os ateístas, os politeístas e mais incrédulos.”⁹⁷

Posteriormente, outro risco seria assimilado ao estudo da História Natural e às viagens dos jovens naturalistas às colônias. No contexto dos questionamentos à situação colonial americana no final do século XVIII, o conhecimento da fusão do ferro, as artes e a manipulação do salitre, o conhecimento dos procedimentos do fabrico da pólvora, eram instantaneamente suspeitos de envolvimento nos movimentos de contestação da ordem colonial. Um exemplo notório acerca desses riscos é o caso de José de Sá Bettencourt, que em Minas no final do século XVIII, fora preso como suspeito, julgado e posteriormente absolvido, passou a viver na Capitania da Bahia de Todos os Santos, onde explicava que preferia não dar “exercício algum de minha faculdade, e não querendo mesmo por ela ser conhecido, uma vez que era um crime, o apelido de naturalista.”⁹⁸

O outro aspecto que enfatizamos quanto a esse último quartel do século XVIII diz respeito àquilo que ficou conhecido como *République des Letres*. Uma comunidade de letrados, intelectuais e *philosophes* que trocavam missivas entre si, compartilhavam conhecimentos e faziam circular ideias por toda a extensão do continente europeu, mesmo que, para isso, infligissem os postulados das ideias mercantilistas e das pretensões monopolistas dos Estados modernos quanto à possibilidade de investigação das colônias por potências concorrentes. Na realidade, essas missivas, e com elas o enriquecimento mútuo a partir das ideias veiculadas se tornaram uma

⁹⁷ Verificar CARVALHO, Rômulo de. *Op. Cit.*, pag. 80.

⁹⁸ CARVALHO, José Murilo de. *A Escola de Minas de Ouro Preto: O peso da Glória*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. Também importantes discussões em: RAMINELLI, Ronald. *Viagens Ultramarinas: Monarcas, Vassalos e Governo à distância*. São Paulo: Alameda, 2008. E ainda em MAXWELL, Keneth. *A devassa da Devassa: A inconfidência mineira: Brasil e Portugal 1750 – 1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005. (1ª edição 1973)

prática corrente e essencial entre esses letrados, e mais ainda no que concerne ao emergente conhecimento da História Natural.

A rede de letrados constituída no último quartel do século XVIII em torno da História Natural, e que posteriormente possibilitou a veiculação de conhecimentos em torno do reino lusitano e suas colônias, tinha como principais nomes, Domenico Vandelli, o paduano que se encontrava no reino, desde 1764, Karl Von Lineu, “arquiatio real, professor de medicina e botânica em Uppsala e membro das sociedades de Uppsala, Estocolmo, São Petersburgo, Berlim, Impex, Londres, Montpellier, Toulouse e Florença”, e ainda o já mencionado Joseph Banks, da Royal Society of London e dos Royal Botanic Gardens de Kew⁹⁹.

No período que se estende de 1759 a 1773, Domenico Vandelli mantém intensa troca de missivas com Karl Von Lineu, e é interessante notar a importância atribuída a essa correspondência pelas partes envolvidas. Lineu, que com isso, estende suas redes de informações, conhecimentos e ideias até o sul do continente europeu (quando Vandelli se encontrava ainda na península italiana) e extremo oeste (quando Vandelli é convidado pelo Conde de Oeiras, posteriormente Marquês de Pombal, a residir em Portugal) e o próprio Domenico Vandelli, que exulta com a troca de correspondências de tal maneira, que chega a publicá-las no final da década de 1770, compreendendo a importância dessas missivas para sua imagem junto aos demais naturalistas e *philosophes*.¹⁰⁰

Uma breve análise das missivas nos possibilita atentar para uma série de elementos das subjetividades imiscuídas em meio a termos técnicos da emergente História Natural. Ou ainda, como explicita Rebeca Contijo, a partir das missivas, podemos perceber como as comunidades ou os indivíduos constroem suas representações sobre o mundo, perscrutar a construção das imagens de si e perscrutar a construção de suas visões de mundo.¹⁰¹

⁹⁹CAMARGO-MORO, Fernanda & NORONHA, Andréa (org.) *Op. Cit.*, pp. 183 – 189.

¹⁰⁰Idem.

¹⁰¹CONTIJO, Rebeca. A reta e o círculo: amizade, projeto intelectual e construção identitária nas cartas de Capistrano de Abreu e João Lúcio de Azevedo (1916 – 1927). In: *Anais do XVII Encontro Regional de História – O lugar da História*. ANPUH/SP. UNICAMP-Campinas, 2004. Cf. CORBIN, Alain. Roger Chartier (dir.), *La Correspondance*. Les usages de la lettre au XIX^e Siècle. Annales. Histoire, Sciences Sociales, Année 1994. Volume 49, n^o 3, pag. 720 – 724.

No caso das trocas de missivas entre Vandelli e Lineu, durante os anos de 1759 e 1773, é interessante perceber as transformações, os incentivos mútuos frente os obstáculos encontrados na investigação do mundo natural a partir da História Natural. Se torna instigante mesmo perscrutar as visões do que seria a História Natural para ambos os intelectuais, posto que essa percepção passa a conformar suas visões de mundo e seus modos de perceber o mundo. No caso, percebe-se que para ambos, o conhecimento e o trabalho com a História Natural vai se tornando cada vez mais um imperativo, no “desvendar” dos “segredos do livro da natureza”.¹⁰²

Imperativos possíveis de serem observados na carta de fevereiro de 1759, a primeira enviada por Lineu à Vandelli. Lineu saúda e reconhece o estudioso paduano que havia se insurgido contra um outro grande naturalista do período, Albrech Von Haller, em uma discussão acerca da sensibilidade e irritabilidade dos corpos. Nessa missiva, Lineu, nos dá indícios sobre em que consistia o conhecimento da História Natural, exultando com a pertinência de um estudioso talentoso no sul do continente europeu:

Estupefato, vi a ti como uma fênix em meio à tua gente: insatisfeito com a casca exterior da natureza, não te deténs no seu vestíbulo, mas adentras, penetras os segredos divinos e trazes às claras os que estavam encerrados no sacro interior da natureza.¹⁰³

Interessante atentar para a estrita vinculação da investigação do mundo natural nesse período com os mistérios impingidos pela Divindade, onde caberia ao historiador natural perscrutar e investigar esses indícios, rastros e evidências no grande livro aberto que seria a natureza. O próprio cumprimento entre os naturalistas evidencia essa conotação do investigador do mundo natural, entendidos e chamados como “doutores em matéria divina”. Simultaneamente, no andamento das investigações, muitas vezes são colocados questionamentos pelos próprios indícios e evidências de uma experiência pretérita. Por exemplo, diante de animais e árvores fossilizadas que colocavam em

¹⁰²*O Gabinete de Curiosidades de Domenico Vandelli*. Vol. II: De Vandelli para Lineu. De Lineu para Vandelli. DANTES Editora, 2008.

¹⁰³Carta de Lineu para Vandelli. Uppsala, dia 03 de fevereiro de 1759. In: *O Gabinete de Curiosidades de Domenico Vandelli*. Vol. II. DANTES Editora, 2008, p. 19.

questão o dogma eclesiástico postulado de que o tempo da terra, e sua criação, não excederia os 6 mil anos. Vandelli, diante de tal “fenômeno”, acaba por fugir do enfrentamento da questão, deixando para o reconhecido sábio sueco a análise da aporia que embaraça a sua visão de mundo e a própria representação do tempo bíblico:

Nestes dias no campo bolonhês, dentro de uma mina de pedra porosa em um lugar chamado Vedrana, distante oito milhas de Bolonha, foi encontrada por acaso uma árvore petrificada de sete pés e meio de altura e oito polegadas de largura. É uma árvore, como eu disse, ou semelhante a uma árvore, na qual se distingue claramente o lugar onde os ramos se quebraram, e aqui e ali se vê o córtex da árvore perfeitamente petrificado; em outros lugares está claramente coberto de espato. Toda a substância da parte interna do tronco é pedra porosa. Creio que no início fora uma árvore de verdade, depois apodreceu e por fim transformou-se numa pedra com a forma da árvore primitiva. E repetidas vezes observei isso em relação a outras árvores. Tu que podes, julga esse fenômeno corretamente.¹⁰⁴

É notório que as investigações empreendidas em torno dos emergentes conhecimentos da História Natural, ao mesmo tempo em que estivessem sob a égide e acompanhamento íntimo de responsáveis eclesiásticos comessem a suscitar questionamentos a respeito das evidências das experiências pretéritas, que, nesse sentido, demonstravam extrapolar a temporalidade socialmente reconhecida e dogmaticamente difundida dos 6 mil anos bíblicos da criação.

No entanto, é interessante notar também, que, apesar de ancorar-se numa emergente e constante demanda por mais investigações acerca das evidências, na elaboração da História Natural, a ser construída acerca dos animais, dos vegetais e dos minerais do planeta, e que a cada passo nessa investigação, as perguntas se adensavam ainda mais, desenraizando antigas certezas, o modo e a razão de ser dessa prática científica setecentista ainda se mostrava bastante ancorada e intimamente relacionada com um modo de ver o mundo construída a

¹⁰⁴Carta de Domenico Vandelli para Lineu. Bolonha, idos de março de 1759. In: *Gabinete de Curiosidades de Domenico Vandelli*. Vol. II. Dantes, 2008.

partir de pressupostos religiosos, que o diga, as descrições feitas por Karl Lineu, de um pequeno animal, denominado por um de seus discípulos, Daniel Solander, de *Furia Infernalis*, e posteriormente inserido na décima edição do *Sistema Naturae*. Na descrição de Lineu o pequeno animal é representado da seguinte maneira:

Todos os anos, nos confins do desfiladeiro da Lapônia, irrompe um inseto que causa enorme dano aos homens e aos rebanhos: ele se precipita do céu sobre os corpos despidos, penetra rapidamente nas partes musculares e muitas vezes mata no intervalo de um quarto de hora, com terrível dor.¹⁰⁵

A representação e o compartilhamento da ideia sobre o pequeno inseto, que causava inúmeros embaraços nos campos suecos, evidencia o entrelaçamento da investigação científica com a visão de mundo religiosa, que se mostrava predominante na construção de hipóteses teóricas sobre o mundo natural, mesmo por parte dos investigadores e historiadores naturais mais reconhecidos à época. O interesse dos pesquisadores versava sobre o processo de deslindamento do “grande livro da natureza”.

Como já enfatizado acima, não se tratava, de qualquer maneira, de uma contradição profunda na formulação de seus pensamentos e na construção teórica sobre a “ordem dinâmica do funcionamento” do mundo natural. Pelo contrário, na ideia emergente da “economia da natureza”, como enfatiza José Augusto Pádua, o dinamismo residia no entendimento de que a criação dos “seres e dos espaços naturais, eram dotados de leis que orientavam o seu comportamento específico e promoviam, desde que obedecidas, um equilíbrio funcional. Da observação das leis presentes no movimento dos seres vivos, da legalidade expressa do devir do mundo, era possível deduzir o plano da mente Divina”.¹⁰⁶

Enfim, tratava-se de uma oxigenação no pensamento e nas elaborações das visões de natureza setecentistas, que se ancoravam no entendimento de uma ordem construída a partir de movimentos interdependentes, um grande sistema de equilíbrios entre os seres e os espaços naturais. Caberia então aos investigadores naturais deslindá-los.

¹⁰⁵Uppsala, 4 de março de 1760. In: *O Gabinete de Curiosidades de Domenico Vandelli*. Vol. II. DANTES Editora, 2008, pag. 26.

¹⁰⁶PÁDUA, José Augusto. *Op. Cit.*, p. 45.

E isso seria grandemente posto à prova, com a experiência dos viajantes, filósofos naturalistas nas possessões ultramarinas.

1.3. *Domenico Vandelli e as Viagens Ultramarinas*

No último quartel do século XVIII, os debates acerca da “economia geral da natureza”, juntamente com a discussão da filosofia natural como política, são incorporadas aos escritos dos estudiosos e historiadores naturais portugueses. Tal debate se configurava como de suma importância para a própria criação e concepção das principais ideias difundidas pela Academia Real de Ciências de Lisboa, que de qualquer maneira, não subtrai as tensões e conflitos persistentes no próprio seio da instituição.

Dirimindo as tensões do campo religioso na conservadora sociedade lusitana, os debates e os conflitos subjacentes à Academia versavam principalmente em dois campos de tensão, ambos envolvendo a expansão e melhor aproveitamento das possessões coloniais. O primeiro deles, dizia respeito aos melhoramentos nas extrações de minérios, tendo como forte partidário, o próprio Secretário de Estado dos Negócios Ultramarinos e Domínios do Ultramar, Dom Rodrigo de Sousa Coutinho.

Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, que era remanescente da política do período pombalino e afilhado político do próprio Pombal, foi um grande articulador da política cultural de cunho mais utilitário voltado para as colônias. Para Coutinho, diante da iminência da crise do sistema colonial, a saída seria incentivar os estudos mais pragmáticos do mundo natural das colônias, nesse sentido, visava tornar a administração cada vez mais lucrativa e efetiva. “A suposição geral era que toda pesquisa deveria conduzir a uma finalidade prática e resultar em retorno material ou pecuniário à Coroa portuguesa”¹⁰⁷.

A política recomendada pelo Ministro D. Rodrigo ancorava-se na crença que com uma ciência pragmática se poderia retomar os caminhos do reino pujante, os tempos do apogeu colonial. Reforçava essa crença com a preocupação eminente em relação à Alfândega Real, e desse modo suas recomendações e discussões versavam ainda sobre a conservação das matas, a criação de jardins botânicos e a valorização de plantas exóticas e úteis.

A própria criação da Academia Real de Ciências de Lisboa, em dezembro de 1779, no reinado de Maria I, tinha por objetivo estudar e difundir variados setores do conhecimento, desde a literatura, a história, as ciências naturais, a agricultura e a economia. Tinha, portanto, uma orientação claramente pragmática, principalmente no que concerne à

¹⁰⁷SCWHARCZ, Lilia Moritz. *Op. Cit.* p.165

atenção e exploração do mundo natural na extensão do Império colonial português.

As principais linhas de pensamento e de ação da Academia Real de Ciências de Lisboa, segundo ainda Schwarcz, visavam uma nova orientação para a política colonial, principalmente no que concerne ao incremento da produção, sem descuidar no entanto, da política mercantilista e do “exclusivo colonial”. O “princípio básico não era criar maior autonomia dentro das colônias; muito pelo contrário, a meta era racionalizar para gerar lucro e maneiras mais diretas de controle por parte da metrópole portuguesa”.¹⁰⁸

Nesse sentido, grande parte dos sócios correspondentes da instituição tinham como principais propostas e prognósticos para o enfrentamento do período crítico que atravessava o reino, a aposta no pensamento fisiocrata, no entendimento da “agricultura como mãe do gênero humano” e na valorização da atividades ligadas à terra. De qualquer maneira, os conflitos e as discussões emergentes nas concepções dos sócios quanto aos projetos colonial para o Império, a própria função e a importância atribuída à Academia nesse momento, impelia um maior papel à expansão rumo as colônias ultramarinas. E para isso, se fazia necessário um profundo treinamento com os agentes coloniais, simultaneamente homens de ciência e governança da terra nas paragens da extensão do Império colonial português.

A Coroa lusitana, então, passou a patrocinar o que se convencionou chamar de *viagens filosóficas*, onde os recém-formados na Universidade de Coimbra foram incumbidos da descrição e prospecção de recursos naturais a serem explorados. As *viagens filosóficas*, portanto, corresponderiam às viagens empreendidas por “ilustrados” luso-brasileiros, responsáveis pela produção de inventários sobre as riquezas e potencialidades na extensão do Império colonial lusitano e ainda, seriam responsáveis pela elaboração de descrições físicas, corográficas e políticas das regiões distantes pertencentes à Coroa. Por outro lado, tais explorações representavam uma perspectiva de avanço em relação ao pensamento científico em Portugal, ancorando-se nos conhecimentos da História Natural e seguindo as orientações do paduano Domenico Vandelli, alimentava-se a expectativa de perscrutação das maravilhas do mundo natural das colônias na América e na África.

Para alcançar tais objetivos, no entanto, se fazia necessária uma dinâmica de organização com a qual se pudesse padronizar

¹⁰⁸SCWHARCZ. Lilia Moritz. *Op. Cit.*, p 165.

minimamente os escritos dos diferentes filósofos naturalistas. Desse modo, em 1779, Domenico Vandelli elaborou e distribuiu orientações que serviam como manuais para os viajantes que estivessem à serviço da Coroa lusitana, possibilitando, dessa maneira, o entendimento mútuo, e evitando que os filósofos naturalistas luso-brasileiros se deixassem levar demasiado por suas próprias impressões e encantamentos. Exigia-se dos jovens discípulos que suas descrições estivessem harmonizadas e transparecessem rigor e objetividade.

Nas “*Viagens filosóficas ou dissertação sobre as importantes regras que o filósofo naturalista nas suas peregrinações deve principalmente observar*”¹⁰⁹, uma orientação geral direcionada aos naturalistas incumbidos da *Viagem filosófica*, Vandelli deixa clara a importância da preparação no sentido do aporte material (diários, material de desenho e de coleta de espécimes), para que a viagem não acarrete em fracasso, tanto no que trata a importância atribuída à Coroa portuguesa na expansão e reconhecimento de suas longínquas terras, e, por conseguinte, as possíveis riquezas naturais com as quais esperava se defrontar. Por outro lado, os intentos de Vandelli no que trata aos avanços da ciência, do reconhecimento de novas espécies em regiões ainda inexploradas sob o olhar da ciência.

Nesse sentido, em *Viagens filosóficas*, Domenico Vandelli, explicita quais deveriam ser as principais preocupações do filósofo-naturalista, armando seus olhares, para o que considerava importante, para a ciência europeia e para o engrandecimento do reino lusitano. Em suas orientações, a princípio, o naturalista é incumbido da precisão em termos de latitude e longitude, do lugar onde se exerce suas descrições, as circunstâncias do dia, os produtos encontrados, a “riqueza” ou “pobreza” dos produtos, além da descrição da vizinhança e as circunstâncias com a qual o filósofo-naturalista lidou em sua empreitada. Uma verdadeira corrida de redescobrimento, mapeamento e reconhecimento por meios técnicos e científicos de suas longínquas terras ultramarinas.¹¹⁰ No entanto, haveria ainda espaço para o novo, o

¹⁰⁹VANDELLI, Domenico. *Viagens Filosóficas ou dissertação sobre as importantes regras que o filósofo naturalista nas suas peregrinações deve principalmente observar*. In: *O Gabinete de curiosidades de Domenico Vandelli*. DANTES Editora, 2008, pp. 93 – 158.

¹¹⁰Segundo Keneth Maxwell, os materiais e os instrumentos do laboratório de física da Universidade de Coimbra, que antes tinham transitado pelo Real Colégio dos Nobres, possuíam a fama de ser o material mais completo da época, parte deste comprado na Inglaterra, e parte produzido em Portugal, comprados pelo professor italiano Giovanni Antonio Dalla Bella. MAXWELL, Keneth.

desconhecido: e assim, Vandelli acrescentaria em suas instruções a possibilidade de descrição de “*circunstâncias mais notáveis*”, que por ventura, o naturalista julgasse necessário tomar nota.

Essa orientação, dividida em tópicos, nos permite entrever aquilo que Domenico Vandelli considerava de suma importância de reconhecimento e de ser representada pelos seus naturalistas: iniciando pelas caracterizações “Do Ar”, “Do que deve principalmente observar o naturalista nos lugares à beira-mar”, “Da mineralogia”, “Dos rios, fontes minerais e lagoas”, “Do reino das plantas”, “Do reino animal”, “Dos insetos”, “Da preparação dos animais”, e principalmente, “Do conhecimento físico e moral dos povos”. Quanto a esta última orientação, por exemplo, Vandelli argumenta a necessidade de indicar minimamente o que ele considera serem as “bases da sociedade”, buscando também a compreensão dos elementos humanos nativos das possessões portuguesas e sua organização social:

se a agricultura está aumentada ou enfraquecida, se o comércio dá ao Estado o maior interesse possível, os gêneros que existam nele, se são os mais interessantes, e os que podem servir a isso, ignorados muitas vezes pelos seus possuidores.¹¹¹

A tentativa de compreensão, por parte dos naturalistas a serviço da Coroa, do usos e das atividades empreendidas sobre o mundo natural pelas mais diversas populações que viviam na extensão do Império colonial português, embora tenha sido utilizada posteriormente no sentido de uma apropriação utilitarista do mundo natural, com o intento do aumento da Fazenda Real e para as rendas da Coroa, é bastante instigante. Em um primeiro momento remonta ao aprendizado e as trocas de informações entre o saber erudito e os até então considerados “erros vulgares”, saberes e conhecimentos das mais diversas populações e dos mais diferentes recônditos do império colonial português. Em suas memórias e narrativas, o julgamento dos conhecimentos, dos usos e das apropriações das populações nativas é uma constante. Se faz imperativo, no entanto, questionar minimamente

Marquês de Pombal: O paradoxo do iluminismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

¹¹¹VANDELLI, Domenico. Viagens Filosóficas ou dissertação sobre as importantes regras que o filósofo naturalista nas suas peregrinações deve principalmente observar. In: *O Gabinete de curiosidades de Domenico Vandelli*. Dantes Editora, 2008, pp. 93 – 158.

essas narrativas a contrapelo, compreender os atributos e os papéis primordiais exercidos por homens que pouco apareciam nas memórias e nos mais diversos escritos dos eruditos, mas que se mostravam essenciais, muitas vezes na própria sobrevivência dos naturalistas, e sem dúvida, na maneira como transmitiam às suas instituições financiadoras o conhecimento, os usos e as apropriações do que consideravam ser “as novas espécies” para a ciência.

Sob outra perspectiva, é bastante instigante nas regras instituídas por Domenico Vandelli, além do interesse na análise do estado da agricultura e dos empreendimentos comerciais das populações observadas, o próprio interesse pelos gêneros existentes nas possessões ultramarinas que teriam sido ignorados por essas mesmas populações. Tal acepção, existente no entendimento proposto por Vandelli, diz respeito também ao que era percebido e considerado como recursos naturais nas discussões entre os “ilustrados” do reino, preocupados com o desenvolvimento e a exploração de gêneros de utilidade para o enriquecimento da Fazenda Real.

Nesse sentido, se faz notável o entrelaçamento dos interesses materiais e econômicos da Coroa lusitana com o interesse no desenvolvimento dos conhecimentos científicos no reino, por muito tempo, o desenvolvimento desse conhecimento ficou entravado e cerceado pelas doutrinas escolástico-aristotélicas no ensino público que ficava ao encargo da Companhia de Jesus. Vandelli evidencia tal assertiva quando explicita que:

Antes de tratar das diversas produções da natureza que constituem o globo terrestre, seria preciso dizer alguma coisa da história geral da Terra, e fazê-la preceder à história particular das suas produções. Mas como este não é lugar de expor os diversos sistemas que têm excogitado os naturalistas para explicarem a seu modo a formação da Terra e os fenômenos mais notáveis que observamos das revoluções acontecidas no globo, mas somente de apontar as coisas mais gerais que sirvam de luz ao conhecimento dos indivíduos naturais, de que possa resultar a Portugal algum interesse, tudo fica incumbido do nosso viajante. *Ele correndo boa parte do mundo, encontrará a cada passo monumentos irrefragáveis da Antiguidade, que lhe podem*

*sugerir ideias sobre a verdadeira teoria da Terra.*¹¹²(grifos do autor)

Interessante atentar para a própria emergência de tais questionamentos científicos no reino, e ainda o estímulo do desenvolvimento dessas ideias através das viagens de investigação ultramarinas por parte dos jovens naturalistas. Cabe questionar, no entanto, se haveriam condições para esses naturalistas em suas estadias nas mais distantes paragens no reino pluricontinental. Os projetos de desenvolvimento para as colônias ultramarinas passavam, em grande medida pelas projeções levantadas pelos “ilustrados”, após anos de exploração e reconhecimento das potencialidades e dos recursos considerados mais importantes. Por essa ótica, as preocupações com o desenvolvimento dos conhecimentos científicos se ajustavam aos interesses de desenvolvimentos materiais e econômicos nas possessões ultramarinas.

No entanto, em muitos dos escritos desses naturalistas, transformados em “governança da terra” nos mais recônditos lugares do Império colonial, associados às atividades burocráticas do Império, como as secretarias de Estado ocupadas pelos naturalistas no continente africano, em um primeiro momento, a impressão e o sentimento passado por esses naturalistas era de que os projetos científicos tinham sido relegados como projetos secundários, de menor importância. As condições em que se encontravam nas mais diversas capitanias estava longe das que acreditavam ser as ideais. Reclamavam da falta de livros, de materiais de trabalho, de riscadores que os auxiliassem e mesmo das condições de coleta de vegetais, pela incerteza em relação ao acondicionamento dos materiais recolhidos, e pela dúvida que pairava sobre o destino do material enviado ao reino.

Ronald Raminelli¹¹³, estudando as condições que fizeram possível o “governo à distância” no reino pluricontinental português, entende a dinâmica existente entre os vassalos e a sua constante busca por mercês nos mais distantes rincões como uma característica essencial e um mecanismo fundamental nas estratégias gestadas no reino para a manutenção da governabilidade e a territorialização do seu poder nas

¹¹²VANDELLI, Domenico. Viagens Filosóficas ou dissertação sobre as importantes regras que o filósofo naturalista nas suas peregrinações deve principalmente observar. In: *O Gabinete de curiosidades de Domenico Vandelli*. Dantes, 2008, p. 104.

¹¹³ RAMINELLI, Ronald. *Viagens Ultramarinas: Monarcas, Vassalos e Governo a distância*. São Paulo: Alameda, 2008.

mais distantes paragens, ao mesmo tempo que objetivava a constante produção de vassallos a serviço da Coroa na extensão do Império ultramarino.

Assim, no que concerne aos projetos coloniais de cunho mais científicos e os empreendimentos das “centrais de cálculo”¹¹⁴ do reino português, como a Universidade de Coimbra, o Museu Real da Ajuda e a Academia de Ciências de Lisboa, mesmo os naturalistas mais eminentes estavam sujeitos a se depararem com as vicissitudes e aos interesses políticos e econômicos mais imediatos da Coroa, qual seria o aumento da Fazenda Real e o que era considerado os interesses mais imediatos “ao bem público”.

Para citar alguns exemplos desse tipo de experiência malograda no âmbito científico, basta refletirmos sobre a grande expedição de 1783 a diferentes partes do Império, com o envio dos naturalistas luso brasileiros Joaquim José da Silva a Angola, Manuel Galvão da Silva a Goa e Moçambique, João da Silva Feijó às ilhas de Cabo Verde e Alexandre Rodrigues Ferreira às Capitanias de Grão Pará, Mato Grosso, Rio Negro e Cuiabá. Dessas expedições, os naturalistas enviados ao continente africano, Joaquim José da Silva, Manuel Galvão da Silva e João da Silva Feijó foram concomitantemente nomeados secretários de governo, e somente Alexandre Rodrigues Ferreira obteve mais apoio em seu empreendimento científico junto ao reino nos nove anos em que percorreu as Capitanias da América portuguesa. Mesmo assim, iria se decepcionar quando do seu retorno a Portugal e o encontro com suas remessas desorganizadas e a sensação da pouca utilidade de seus serviços prestados.

Silva Feijó, mesmo não encontrando as melhores condições para o prosseguimento e desenvolvimento da ciência nas ilhas de Cabo Verde, seria melhor afortunado. Entre 1783, ano em que também é agraciado com o título de secretário de governo, e aproximadamente 1795, quando retorna a Portugal, desenvolve uma série de estudos mineralógicos, botânicos e políticos acerca do mundo natural além de projeções acerca da agricultura e dos habitantes das ilhas de Cabo Verde, os *jalufos*. Atenta ainda para possíveis soluções para a situação econômica das Ilhas de Cabo Verde. Tais estudos tiveram uma boa aceitação pela Academia de Ciências de Lisboa, do qual Silva Feijó era sócio-correspondente, e ao contrário de seus companheiros da grande

¹¹⁴A ideia de “centrais de cálculo” é pensada e desenvolvida por LATOUR, Bruno. *Ciência em Ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade a fora*. Tradução de Ivone Benedette. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

expedição de 1783, seus escritos, suas propostas e suas projeções tiveram maior projeção e foram lançadas aos debates nas Memórias Econômicas da Academia Real de Ciências de Lisboa. Anos depois, em outro momento do Império colonial, alguns dos mesmos escritos de Silva Feijó sobre as Ilhas seriam publicados pela Revista Científica e Literária do Rio de Janeiro “O Patriota”.

Nesse sentido, é possível atentar para uma série de tensões nos próprios projetos coloniais. A Academia Real de Ciências de Lisboa se torna um campo de debates importante sobre os rumos a serem tomados acerca do Império colonial. As características do próprio império nesse momento, um reino pluricontinental suscetível a arranjos e negociações com os potentados tornados vassalos nas distantes paragens, também torna-se um campo fértil para questionamentos e debates. Atentar para as vicissitudes e preocupações que assolavam o reino no último quartel do século XVIII torna-se então, um imperativo para a melhor compreensão de tais projetos coloniais. Ao mesmo tempo, se faz importante atentar para as negociações de tais projetos efetuadas sobre as mais distantes paragens do reino pluricontinental, percebendo concomitantemente a diacronia, as vicissitudes e as transformações decorridas em tais lugares da extensão do Império.

O próprio entendimento das dinâmicas que envolvem os projetos coloniais, sugerem que a terminologia seja ancorada no termo “império”, o termo visa a substituir o antigo entendimento e visão, da relação centrada entre “metrópole-colônia”. Como enfatiza Fragoso, não se trata do simples reconhecimento da existência de um império português, mas de “sua incorporação efetiva como um dos mecanismos explicativos da realidade colonial.”¹¹⁵

No mesmo sentido, a conceituação e entendimento das dinâmicas e transformações no Império, permitem inferir a heterogeneidade das suas relações. E desse modo, ao invés de ser analisado como um todo homogêneo comandado por uma poderosa metrópole, é analisado como um “conjunto de possessões ultramarinas, cuja relação com a metrópole variava não somente em relação às conjunturas, mas também de acordo com os variados processos históricos que constituíram essas mesmas possessões.”¹¹⁶

¹¹⁵FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo; JUCÁ, Antonio Carlos & CAMPOS, Adriana. (orgs). *Na rota do império: Eixos mercantis, Tráfico e Relações Sociais no mundo português*. Vitória: Edufes; Lisboa: IICT, 2006.

¹¹⁶ Idem., p. 09.

Dessa forma, antes de investigarmos o campo de tensão entre os projetos coloniais, o plano das expectativas gestadas no centro do reino e as negociações e arranjos efetuadas em relação a uma Capitania pouco conhecida e explorada no final do século XVIII, a Capitania do Ceará, se faz necessário, compreender um pouco da sua formação social, as transformações em relação a efetiva colonização, a formação dos potentados locais em relação a terra e ao trabalho.

Posteriormente, então, atentaremos de que maneira a presença do naturalista, como representante da Coroa, defendendo os interesses do reino de forma mais imediata também se chocam com as projeções dos potentados locais, e ainda, com os próprios horizontes de expectativas gestados pelo indivíduo, João da Silva Feijó, seus projetos individuais, seus anseios quanto aos progressos em relação à ciência e ao mesmo tempo, suas ambições e anseios individuais.

Nesse sentido, cabe atentar para as margens de ação e a agência dos indivíduos em relação aos contextos em que estão inseridos, ou melhor, cabe atentar para as próprias atividades desses indivíduos na constituição e transformação de tais contextos. Assim, a compreensão da configuração do Império colonial em sua forma de reino pluricontinental, nos abre margens para suscetíveis interpretações quanto a miríade de negociações que se tornaram candentes em fins do século XVIII e primeiras décadas do século XIX.

As projeções acerca do mundo natural, como explicitado acima, se tornaram um filão de extrema importância perante a crise do sistema colonial. Assim, antes de atentarmos para as tensões que se teceram em relação às atividades e projeções do naturalista João da Silva Feijó na Capitania do Ceará, cabe reportarmos às tensões prementes e ao próprio processo gestado em relação às buscas e pesquisas acerca de recursos naturais e minérios que acarreta sua presença em uma Capitania do Brasil Setentrional até então pouco conhecida e explorada: a Capitania do Ceará Grande.

CAPÍTULO II

REPRESENTAÇÕES DO MUNDO NATURAL NOS RECÔNDITOS DO IMPÉRIO ULTRAMARINO LUSITANO

2.1 - A Capitania do Ceará Grande

A conquista e efetiva colonização da costa litorânea que passou a corresponder à Capitania do Ceará é bastante tardia em relação às demais. Somente nas primeiras décadas do século XVII os primeiros contingentes portugueses foram enviados, e isso com o intuito de erigir uma fortificação estratégica que pudesse servir de apoio logístico no que trata às aguadas, suprimentos e manutenção das embarcações que rumavam ao Estado do Maranhão.¹¹⁷

Essas expedições militares, nas palavras de José Eudes Gomes, foram “quase sempre restritas ao litoral e resultaram no estabelecimento de alguns poucos fortins de taipa à beira-mar, incluindo-se duas breves ocupações holandesas”, além destas ocupações de caráter militar, não menos incisiva ao longo do século XVII foi a presença de missionários, principalmente na serra de Ibiapaba, “tida como estratégica para o auxílio da conquista e defesa do Estado do Maranhão”.¹¹⁸

¹¹⁷Antes do estabelecimento dos neerlandeses na região, a Capitania do Ceará, devido às grandes dificuldades de navegação a partir do Cabo de São Roque, fazia parte do Estado do Maranhão e somente em 1656 passou a fazer parte do Estado do Brasil. A partir de uma Ordem Régia de 1668 passou então a ser Capitania anexa de Pernambuco, tornando-se autônoma somente no início de 1799. Verificar GOMES, Eudes José. *As milícias d'el Rey: Tropas militares e poder no Ceará Setecentista*. Rio de Janeiro: FGV, 2010, p. 48.

¹¹⁸GOMES, José Eudes. Op. Cit. Eudes Gomes sintetiza a presença de elementos europeus ao longo do século XVII da seguinte forma: “até as últimas décadas do século XVII, a presença colonial na Capitania do Ceará resumiu-se a uma precária manutenção de fortificações militares litorâneas e expedições de

Posterior à Restauração do reino português em 1640, às guerras do açúcar na segunda metade do século XVII na porção setentrional da América portuguesa e a capitulação dos holandeses, deu-se o avanço da pecuária de caráter extensivo rumo aos sertões¹¹⁹, e com isso o forte atrito com as populações indígenas então residentes. A partir de fins do século XVII também se deu aquilo que Vitorino Magalhães Godinho chamou de “viragem estrutural” do Império para suas possessões na América, ou seja, o “processo de atlantização do Império lusitano, de onde passariam a provir a maior parte dos recursos que sustentavam a monarquia”.¹²⁰ Nesse sentido, ainda em fins do século XVII e primeira metade do século XVIII, o forte atrito com as comunidades indígenas com criadores de gado acabou por delinear no horizonte um conflito de grandes proporções, onde se deu uma verdadeira guerra de extermínio, conhecida na época como “Guerra dos Bárbaros”.

Tal guerra de extermínio dividiu-se ainda em dois grandes momentos, a Guerra do Recôncavo (1651 – 1679), e a Guerra do Açu (1680 – 1720). É nos meandros da Guerra do Açu que as populações indígenas residentes ao longo do curso do rio Jaguaribe, na Capitania do

missionação jesuítica, representadas pela bandeira comandada pelo açoriano Pero Coelho em 1603, a incursão dos padres inacianos Francisco Pinto e Luís Filgueiras em 1607 e atuação de Martim Soares Moreno como comandante de fortificação da barra do rio Ceará em 1611 e 1621. Tropas holandesas ocuparam o Ceará por duas vezes, de 1637 a 1644 e de 1649 a 1654. Entre 1656 e 1662, uma missão inaciana foi estabelecida nas serras de Ibiapaba sob a liderança dos missionários jesuítas Pedro Pedrosa e Antonio Ribeiro, sendo que este último veio a ser substituído pelo padre Gonçalo Veras. Posteriormente, após o envio dos jesuítas Manuel Pedroso e Ascenso Gago em 1695, ocorre a fundação do aldeamento de Nossa Senhora da Assunção da Ibiapaba em 1700.” GOMES, José Eudes. *Op. Cit.*, p. 123

¹¹⁹O termo sertão, quando aparece em seus primeiros registros acerca da América portuguesa referia-se aos lugares mais distantes do litoral, somente mais tarde foi lhe acrescentada a acepção de “grande vazio inculto e desabitado”. Por outro lado, sertão estaria ainda assimilada à ideia de natureza rebelada, “que poderia servir de freio aos ímpetos de enriquecimento fácil. Otaviano Vieira Jr. ressalta que, no que concerne à Capitania do Ceará, as autoridades coloniais destacavam o tamanho e a natureza do sertão como um impedimento para uma melhor administração. VIEIRA JR., Otaviano. *Entre Paredes e Bacamartes: História e Família no Sertão (1780 – 1850)*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha; HUCITEC, 2004, pp. 23 – 24.

¹²⁰GODINHO, Vitorino Magalhães *apud* GOMES, José Eudes. *As Milícias d’El Rey*, pag. 86.

Ceará Grande, passam a ser acossadas por terços, bandeiras e ordenanças, mormente por parte dos paulistas, que, aparte as discussões de jurisdição no próprio Estado do Brasil, entre Pernambuco, Bahia e Rio Grande, se mostravam ávidos e resolutos na “conquista” de terras e homens a serem escravizados em nome da Coroa lusitana. Sob a égide da “guerra justa”, transformavam em letra morta as proibições régias de aprisionamento do gentio.¹²¹

Dessa maneira, somente em fins do século XVII, com a expansão da pecuária, os sertões da porção setentrional da América portuguesa passam a ser devassados por contingentes luso-brasileiros. No século XVII, a “territorialização do poder” da Coroa portuguesa se dá através da distribuição de patentes militares, títulos de cunho simbólico, como as ordens militares, e principalmente através da doação de sesmarias. No entanto, havia um imperativo para essa negociação de terras, patentes e títulos junto a Coroa portuguesa, o efetivo domínio e colonização se daria através de sangrentas batalhas incentivadas pela Coroa. Uma longa guerra que ganha contornos institucionais, quando as próprias orientações enviadas através das ordens régias são radicalmente modificadas em favor do imperativo do povoamento por contingentes vassalos da Coroa portuguesa.

Assim, a maior preocupação do corpo administrativo da Coroa portuguesa em relação aos sertões da porção setentrional da América portuguesa nesse momento, era a de fazer com que a terra fosse ocupada por vassalos que viessem a torná-la produtiva. Dessa forma, a prática estabelecida em relação às doações de sesmarias por parte dos capitães mores da Capitania do Ceará, foi sua doação e só posteriormente o pedido da confirmação, atribuição da administração sediada na Capitania-Geral de Pernambuco. Os Capitães-mores da Capitania do

¹²¹PUNTONI, Pedro. *A Guerra dos Bárbaros: Resistência indígena e conflitos no Nordeste Colonial*. São Paulo: HUCITEC, 2002. Puntoni também percebe e discute as reverberações e dissonantes interpretações das legislações de proteção ao gentio, principalmente a complexidade das leis de 1611 de proibição da escravização indígena, e aquilo que ela concerne à possibilidade da escravização indígena em guerra com os vassalos da Coroa lusitana, sob a égide da infame *guerra justa*. Uma discussão bastante instigante acerca dos bastidores da legislação e sobre este aspecto discutido por Puntoni, encontra-se ainda em HESPANHA, Antonio Manuel. *As Vésperas do Leviatã: Instituições e poder político, Portugal séculos XVI – XVIII*. Lisboa, 1986. O autor ressalta a arrogância da burocracia letrada lusa quanto a seu ponto de vista técnico, ou mesmo político, que lhes conferia um sentimento de autonomia em relação à vontade do Soberano.

Ceará, dessa forma, atropelavam a legislação e as ordens régias distribuindo terras sem a autorização e anuência do poder real.¹²²

No entanto, como se tratava de uma expansão dos domínios e da vassalagem em terras de pouco conhecimento e exploração por parte da administração colonial, tal prática foi largamente aceita, sendo que em dezembro de 1715 é enviada nova ordem régia ao governador-geral de Pernambuco, revogando as atribuições anteriores e tornando lícita a prática dos capitães-mores do Ceará:

D. João, rei de Portugal (...) [ao governador de Pernambuco] vendo o que havia me representado o vosso antecessor sobre os capitães-mores do Rio Grande e Ceará se terem introduzido a passarem provisões de Ofícios, e de alguns postos, e Cartas de Datas de Sesmarias sem ter para isso jurisdição, e o que sobre este particular me informou o capitão maior do Rio Grande como se lhe havia ordenado donde a razão que tinha para tais provimentos (...). Fui servido haver por bem por resolução de 17 do presente mês e ano, em consulta [ao] (...) Conselho Ultramarino se pratique neste particular o que até agora se observava¹²³

A legislação era burlada, segundo Francisco Pinheiro, atentando para às adequações e os imperativos locais, mas principalmente com o interesse na produção de novos vassalos e na própria expansão das terras sob o efetivo domínio da Coroa portuguesa. No entanto, o grande empecilho, nesse momento, com o avanço das atividades pecuárias, na ótica dos governadores e capitães-mores, eram as “hostilidades dos tapuias”. A estratégia adotada pelos conquistadores então, seria o que chamavam de “limpeza da terra”, a expulsão e mesmo extermínio dos indígenas do território.

¹²²PINHEIRO, Francisco José. *Notas sobre a formação social do Ceará (1680-1820)*. Fortaleza: Fundação Ana Lima, 2008.

¹²³Ordem Régia de 22 de dezembro de 1715. In: PINHEIRO, Francisco José. *Notas sobre a formação social do Ceará (1680 – 1720)*. Fortaleza: Fundação Ana Lima, 2008.

Em Carta endereçada ao reino enviada pela Câmara de Aquiraz¹²⁴, em fevereiro de 1704, o alarmismo enfatizado pelos integrantes da Câmara, insiste em uma tomada de posição energética frente aos grupos indígenas, afirmando que “por todos estes fundamentos para a conservação desta Capitania será Vossa majestade servido destruir estes bárbaros para que fiquemos livres de tão cruel jugo.”¹²⁵

No entanto, é na Ordem Régia de abril de 1708, enviada ao Governador da Bahia, Luís César de Menezes, que fica evidente o procedimento a ser adotado pelas tropas enviadas ao combate do “gentio levantado”, em tal missiva D.João V decide que:

animando-se os gentios a empreender novas tiranias além das que tem obrado contra aqueles moradores, chegando sua fereza não só a se atreverem a injuriar a muitos nas suas pessoas, mas ainda na honra de suas mulheres e filhas, matando muitos e obrigando alguns a contribuições a que se sujeitaram por não caírem na sua indignação, se faça guerra a todas as nações dos índios de corso, entrando-se por todas as partes, assim pelo sertão desta capitania, (Baía) como pela Pernambuco, Ceará e Rio Grande, para que não possam escapar uns sem caírem nas mãos dos outros, e devidindo-se as tropas que forem a esta expedição saindo para o sertão por todas as partes, certissimamente hão de encontrar com o tal inimigo, e incorporando-se umas com outras farão mais formidáveis o nosso poder e mais seguro o estrago desses contrários. E para que se animem os que forem a essa empresa, hei por bem de declarar que não só hão de matar a todos os que lhe resistirem, mas que hão de ser captivos os que se lhe renderem.¹²⁶

¹²⁴Entre 1700 e 1726 foi erigida a primeira Câmara da Capitania do Seará Grande, que ficou alternando entre a vila de Aquiraz e Fortaleza. Cf. PINHEIRO, Francisco José, *Op. Cit.*, p. 72.

¹²⁵BEZERRA, Antonio. *Op. Cit.*, p. 204.

¹²⁶Carta régia a Luiz César de Menezes, Governador do Estado do Brazil. In: BEZERRA, Antonio. *Algumas Origens do Ceará*. Doc. XV. Pag. 205 - 206.

Antonio Bezerra, no levantamento de copiosa documentação sobre a conquista e efetiva colonização da Capitania, acaba por levantar evidências que apontam que até aproximadamente finais da década de 70 do século XVII, na Capitania do Ceará só eram habitados os presídios de Fortaleza, e pontos circunvizinhos da costa, sublinhando, no entanto, a ideia de que habitar nesse contexto seria: “viver em paz o colono sem os sustos dos que assistiam nas casas-fortes guardadas por gente armada para a defesa dos tapuios.”¹²⁷

Persisto ainda nessa discussão, já magistralmente conduzida por historiadores sociais do Ceará colonial¹²⁸, porque percebo ser preponderante para melhor compreensão das dinâmicas que se desenrolam no último quartel do século XVIII, quanto ao entendimento das hierarquias sociais vigentes, da distribuição das sesmarias, privilégios e patentes, dos postos militares e administrativos entendidos como de postos de verdadeiros régulos, que acabam por reverberar nas relações e dinâmicas sociais do período que pretendo analisar, entre 1799 a 1816, e dos questionamentos que busco efetuar, qual seja, os projetos coloniais e as relações, representações, ideias e valores atribuídos ao mundo natural na Capitania.

No que trata especificamente a Guerra de extermínio na Capitania do Ceará, Bezerra aponta ainda para a Carta Régia de 27 de março de 1715, endereçada ao governador de Pernambuco, D. Lourenço de Almeida, na qual D. João V reafirma as ações do seu antecessor Félix José Machado e insiste na proposta de manutenção de homens em armas no combate ao gentio:

(...) que vosso antecessor Félix José Machado deu conta das hostilidades que os tapuyas fizeram nos moradores da capitania do Ceará, junta das Missões, que sobre este particular mandou fazer, de cujos pareceres resultaram expedir gente com cabos e ordens a fazer-lhe guerra e dar castigo, que as suas rebeliões e infidelidades mereciam, de que procedera o feliz sucesso de destruir tal gentio, ficando a capitania livre dos seus assaltos, e para que de todo se extingam estes bárbaros vos ordeno que, considerando o bom estado

¹²⁷BEZERRA, Antonio. *Op. Cit.* pag. III.

¹²⁸GOMES, José Eudes. *Op. Cit.*; VIEIRA JR. Otaviano. *Op. Cit.*. BEZERRA, Antonio *Op. Cit.*

presente e as forças com que vos achardes para fazer esta guerra a continueis com todo o fervor par que assim ou se extingam estes bárbaros ou se afugentem de nós tanto que nos fique livre o uso da terra ou se faça nele tal estrago que os intimidem em forma que a mais se não atrevam, e fiquem meus vassalos livres de padecerem semelhantes hostilidades as que agora experimentaram (...)¹²⁹

José Eudes Gomes, que observa a “territorialização do poder régio” na Capitania do Ceará no século XVIII, percebe que esse processo de territorialização teria se dado através da distribuição de grandes porções de terras, as sesmarias, assim como distribuição de patentes militares aos vassalos que prestaram serviços nas campanhas e na ocupação do território e ainda que se prestassem à colonização das terras setentrionais da América portuguesa. Tal troca de favores e produção de vassalos fiéis nos mais distantes rincões do Império úteis aos interesses da Coroa de governo à distância, entretanto, paradoxalmente poderia acarretar também na produção de potentados locais, com interesses díspares em relação às expectativas e projeções do centro do Império.

A historiografia acerca do efetivo povoamento do território que se constituiria como Capitania e posterior província do Ceará evidencia, em um primeiro momento, as dificuldades enfrentadas para a sua conquista e povoamento pelos vassalos da Coroa lusitana. Processo que se dá através da expansão da pecuária extensiva e do recrutamento de tropas em fins do Século XVII, no combate aos indígenas que se insurgiam ante a possibilidade de terem suas terras tomadas. Esse período de embates e conflitos sangrentos entre colonizadores e indígenas ficou conhecido como Guerra dos Bárbaros, e teve seu recrudescimento, principalmente entre 1680 e 1720, em uma verdadeira guerra de extermínio, com o aval da Coroa lusitana e sob a égide da “guerra justa”.¹³⁰ Tal processo, em grande medida, deixou marcas profundas na configuração da sociedade na Capitania e posterior

¹²⁹Carta Régia, 27 março de 1715. Ordem de Sua Majestade que mandou ao Governador de Pernambuco. In: BEZERRA, Antonio. *Algumas origens do Ceará*. Doc. XVI. Pag. 206 – 207.

¹³⁰PUNTONI, Pedro. Op. Cit.. SOBRINHO, Thomas Pompeu. Povoamento do Nordeste Brasileiro. *Revista do Instituto do Ceará*. ANNO LI, 1937.

Província do Ceará, assim como nas relações sociais marcadas profundamente pelo signo da violência, banalizada e cotidiana.

Em meio a esse processo violento, de campanhas, lutas e embates pela conquista da terra e pela força de trabalho indígena, principais motivações às entradas e disputas na porção setentrional da América portuguesa, em certa medida, uma outra motivação sub-repticiamente, através de pequenos indícios e pela constituição de uma rede de boatos, dava ânimos a aventureiros e conquistadores em suas prospecções no interior de uma porção pouco conhecida e explorada pelos vassalos da Coroa portuguesa: os mitos auríferos e geográficos dos sertões ocidentais.

Enfim, a conquista e o efetivo povoamento da Capitania do Ceará possuem então as marcas de uma guerra sangrenta de extermínio, levada a cabo contra os contingentes ditos tapuias¹³¹, que residiam e transitavam naqueles dilatados sertões ainda pouco conhecidos então pelos vassalos da coroa lusitana. O segundo momento então, posterior à guerra de extermínio, foi a consolidação e territorialização do poder régio nos mais distantes rincões, e isso se deu principalmente pela concessão de privilégios, patentes militares nos corpos de ordenanças e tropas auxiliares e ainda, na distribuição de grandes porções de terras, as sesmarias.

Quanto à distribuição de terras, de forma diferente da concessão de patentes militares, honrarias nas diferentes ordens¹³² e outros tipos de mercês, as doações de sesmarias não estariam restritas aos vassalos de ascendência fidalga, o que “abriria a possibilidade de obtenção de datas de terra por qualquer vassalo”, ao mesmo tempo, o intento da Coroa lusitana era que houvesse o comprometimento “em

¹³¹Por outro lado, as relações de franceses e holandeses com os povos indígenas das Capitanias do Norte se deram de forma distinta, durante o período de ocupação holandesa em Pernambuco e Capitanias anexas, a tônica das relações se pautavam nas buscas mútuas de cooperação, já que basicamente os holandeses se restringiram às terras do litoral, evidências estas que se encontram, por exemplo, em relatos e cartografias onde é possível se encontrar expressões como “País dos Tapuias” ou “País dos Janduís”. Verificar PUNTONI, Pedro. *A Guerra dos Bárbaros*.

¹³²As ordens militares e de distinção eram a ordem de Cristo, de Avis e de Santiago. Para uma discussão no sentido da percepção das hierarquizações sociais e o processo de territorialização do poder régio Verificar GOMES, José Eudes. *Op. Cit.*

ocupar e tornar produtivas as terras doadas, o que impulsionava as estradas de conquista ao interior do continente.”¹³³

No entanto, uma das características já bastantes discutidas na historiografia dos sertões da pecuária, diz respeito a esse primeiro momento de concessão de sesmarias, sendo concebido como absenteísmo dos grandes proprietários, entendidos como poderosos dos sertões. Novamente é Antonio Bezerra quem nos faz refletir sobre as características então assumidas e as marcas da violência evidenciadas nos comportamentos e nos modos de ser dos habitantes dos sertões, mais restritamente, nos sertões recém-ocupados da Capitania do Ceará. Bezerra, discutindo a violência e o vaqueiro daqueles idos de setecentos, afirma:

Logo que obtinha uma terra por sesmaria ou por escritura de compra, vinha o donatário comboiando os seus gados, como se lê em diversas petições, tomar posse dela, que daí por diante ficava a cargo do vaqueiro, tipo brutal e pouco menos feroz que o selvagem, que se desempenhava de suas obrigações, comia e dormia com o bacamarte na mão.¹³⁴

Podemos então inferir a configuração e a organização social da Capitania do Ceará em meados do século XVIII, marcada profundamente em seu cotidiano, em suas paisagens humanas e sociais pela experiência da guerra de extermínio ou guerra de “limpeza da terra”, como eufemisticamente foi denominada. Essas características belicistas, peculiaridades da Capitania, também se mostram importantes para refletirmos sobre as representações, apreensões, valorações e significados atribuídos ao mundo natural na Capitania em finais do século XVIII, quando uma série de relações descritivas, notícias e memórias são escritas no intuito da caracterização do mundo natural, atentando para as possíveis riquezas minerais, plantas medicinais, madeiras de “uso econômico” e principalmente em incentivos à agricultura na Capitania, a “ética dos melhoramentos”, onde uma série de qualificativos é invocada para a caracterização dos próprios habitantes, mostrando os alargamentos das classificações taxionômicas setecentistas, onde o homem deixa de ser uma criatura divina que paira sobre o mundo natural e passa também a ser identificado e classificado.

¹³³GOMES, José Eudes, pag. 137.

¹³⁴BEZERRA, Antonio. *Op. Cit.* pag. 21.

Por outro lado, a política de distribuição de terras trouxe consigo um outro aspecto em relação à terra e ao trabalho na Capitania. Em suas análises acerca das doações de sesmarias, Francisco José Pinheiro percebe a forte concentração de terra por parte de poucos indivíduos acarretada por essa política colonial de ocupação, tais indivíduos acabam constituindo-se como grandes potentados locais, ao mesmo tempo que condecorados com os dons cedidos pelas ordens religiosas e militares do reino, constituem-se como poderosos aliados junto à Coroa, em seu intento de territorialização do poder e na produção de novos vassalos nas mais distantes conquistas.

Tal conformação das lutas resulta em determinada configuração social, que ancorada principalmente em determinado regime de distribuição desigual das terras acarreta numa grande concentração fundiária. Desse modo, na Capitania do Ceará no último quartel do século XVIII, tal configuração possui um outro derivativo em relação à força de trabalho. Segundo Francisco Pinheiro, o trabalho escravo especificamente na Capitania era de pequena proporção em fins do século XVIII. No período da produção algodoeira na Capitania, 87% da população, que era de aproximadamente 61 mil habitantes em 1782, era de indivíduos livres. Assim, nessa configuração, a população livre e pobre se tornou um alvo prioritário no intento da produção algodoeira, transformando-se na possível solução para a escassez de força de trabalho. E desse modo, a existência de uma estrutura fundiária que fora constituída como excludente e que limitou o acesso dos contingentes populacionais pobres-livres foi um dos elementos que possibilitou, em grande medida, a submissão dessa parcela da população.¹³⁵

A força de trabalho indígena, nesse mesmo sentido, se constituía como um filão importante para os interesses dos grandes latifundiários, em um primeiro momento como força guerreira nas lutas contra os “tapuias levantados”, e posteriormente, como força de grande “utilidade” nas atividades pecuárias. As disputas então que se deram entre missionários e grandes proprietários de terras no início do século XVIII, se transformam em outro quadro de exploração a partir de meados do mesmo século, com a instituição a expulsão dos jesuítas e a instituição do Diretório Pombalino.

Dessa forma, em fins do século XVIII estavam sendo gestados projetos que assimilavam a produção agrícola, principalmente o algodão, e a utilização e exploração da força de trabalho dos pobres-livres da Capitania por meio de mecanismos como moradores meeiros,

¹³⁵PINHEIRO, Francisco José. *Op. Cit.*, p. 68.

rendeiros e pequenos proprietários que alugavam parcelas de terra para a agricultura junto aos grandes latifundiários. No último quartel do século XVIII, inúmeras leituras por parte de ouvidores e capitães-mores começam a gestar outros projetos para a Capitania, desta vez, ancorados nos projetos coloniais debatidos no reino, que os impeliam para uma leitura atenta para o mundo natural e as potencialidades que cada lugar específico do Império poderia trazer em benefício da Fazenda Real.

A partir do último quartel do século XVIII, passam a ser escritos mapas e quadros de análise populacional, juntamente com análises do estado da agricultura e comércio da Capitania, ao mesmo tempo que por parte dos capitães-mores e ouvidores são mais cuidadosamente pesquisadas as especificidades acerca de que madeiras e que minérios poderiam servir à utilidade e aumento da Fazenda Real.

Posteriormente, alguns naturalistas e engenheiros militares foram ainda enviados à Capitania, com o intuito de perscrutar as possíveis riquezas naturais, a extração de minérios como o salitre, a investigação e a avaliação dos indícios e boatos acerca do ouro e da prata na Capitania¹³⁶. Em fins do século XVIII os intentos se voltam também na elaboração de projetos e realização de obras, produção de plantas topográficas e mapas da capitania e principalmente na elaboração de relatórios e memórias, “versando desde a descrição individualizada das características físico-geográficas de cada uma das partes da capitania e do arrolamento das principais riquezas e possibilidades econômicas da região.”¹³⁷

No último quartel do século XVIII, os ouvidores e capitães-mores que administram a Capitania voltam seus esforços também para a transformação do mundo natural, seus relatos e memórias são bastante ricos nesse sentido, indo além das prospecções de minérios e riquezas naturais que a Capitania poderia oferecer no aumento da Fazenda Real. Os administradores e ouvidores se mostram ávidos em representarem as supostas transformações ocorridas no âmbito dos maiores incentivos à

¹³⁶Em meados de 1754, ocorre um balbúrdio acerca da prospecção de minérios auríferos no Sul da Capitania, e em 1753 é criada a Companhia de Mineração dos Cariris Novos, que rapidamente é extinta em 1758, dentre as razões listadas, a exígua extração de ouro não teria compensado os altos esforços efetuados. Quanto à prata, os boatos alastram-se desde meados do século XVII, principalmente na Serra de Ibiapaba, nas grutas de Ubajara, em fins do XVIII, ainda se enviaram amostras no intuito de serem melhor avaliadas no reino. Tais aspectos, das insistentes pesquisas acerca de riquezas minerais nos sertões ocidentais serão um pouco melhor discutidas abaixo.

¹³⁷GOMES, José Eudes. *As Milícias d'El Rey*, pag. 181.

agricultura, aumentando o comércio, estimulando a navegação, e ainda, o que se parece ser um ponto de pauta na virada do século XVIII para o XIX, o intuito da civilização dos povos do “sertão da grande Atlântida”.¹³⁸

¹³⁸No discurso de Francisco Bento Maria Targine, em outubro de 1800, o escrivão projeta quais os objetivos e os caminhos a serem tomados quanto a Capitania autônoma do Ceará. Targine em sua rápida análise e leitura da Capitania afirma que esta é, “um sertão da Grande Atlântida, árido, inculto e agreste, residência de homens brutos e feras, habitado por bandidos e régulos e incapaz de polícia, de aproveitamento e de comércio”. In: GOMES, Eudes. *As Milícias d'El Rey.*, pag. 281.

2.2. *Relatos e Relações descritivas da Capitania do Ceará e seus “dilatados sertões”*

Em carta endereçada ao reino, datada de 25 de junho de 1779, o ouvidor da Capitania do Ceará Grande, José da Costa Dias e Barros, responsável pelas correições trienais no interior da Capitania, reclama das condições que considera lastimáveis e caóticas nos sertões da Capitania. Para além das difíceis condições enfrentadas em relação ao ambiente, das intempéries climáticas e da notável ausência de melhores caminhos e estradas no interior, um outro fator se mostrava incompreensível ao olhar do ouvidor: a violência que grassava entre os habitantes de tais dilatados sertões. Na impressão registrada por Dias e Barros, ele afirma que:

logo que entrei na administração da justiça deste lugar, e no giro da correição desta com^a de Seará, admirei com dor, e impaciência o seu deplorável estado. Vi com horror os contínuos assacínios, os roubos e todos os insultos os mais execrandos, perpetrados por hua multidão incompreensível de homens facinorosos e libertinos, que infestavam este dilatado sertão. Vi, com um hum bem pungente desprazer a justiça geralmente dezobedecida, e sem forças, num menor que a fazer seus [ilegível] e inspirar o respeito.¹³⁹

Chama a atenção, além do espanto registrado pelo ouvidor acerca da violência cotidiana entre os habitantes do interior da Capitania, uma outra ideia, a ideia de um “dilatado sertão”, duplamente ingovernável. Primeiro em razão da aspereza do meio ambiente, e segundo, pelo que considera ser a “natureza” das próprias populações que habitavam nos sertões.

¹³⁹1779, junho, 25 Aquiráz; Carta do ouvidor do Ceará, José da Costa Dias e Barros, à rainha [d. Maria I] apontando as causas da desordem na capitania e pedindo aprovação para as fintas que estabeleceu; Anexo: cópias de cartas; Arquivo Histórico Ultramarino; Conselho Ultramarino; Documentos Avulsos da Capitania do Ceará. Digitalizados pelo Projeto Resgate Barão do Rio Branco. Caixa 9; doc. N° 564. Disco 2; pasta 2; doc. 304.

Dentre as inúmeras definições que o termo podia ter na sociedade colonial ao longo do século XVIII, do ponto de vista burocrático e administrativo, o *sertão* ou os *sertões* eram vistos e representados na América portuguesa como “uma extensão crescente, árida e semi-árida, dos interiores de Minas Gerais, Bahia e Pernambuco, até Piauí, Ceará e Maranhão, submetida aos excessos de temperatura e clima, a longos períodos de secas violentas, tempestades e inundações relampejantes.”¹⁴⁰ Unia-se a isto uma vegetação composta de ervas daninhas, cerrado de cactos e arbustos espinhentos, constituindo-se em obstáculos a possíveis intrusos.

No que concerne aos contingentes populacionais, segundo Alfred Russell Wood, os sertões estavam diretamente associados à desordem, ao desvirtuamento e à instabilidade. Eles eram vistos como sendo povoados por pessoas marginalizadas na melhor das hipóteses, “ou totalmente situadas para além dos limites impostos pelos padrões metropolitanos em termos de ortodoxia religiosa, costumes, moralidade, cultura e relações interpessoais. A civilidade estava ausente, o barbarismo reinava.”¹⁴¹

Quando a palavra sertão aparece nos mapas coloniais, continua Russel-Wood, vem invariavelmente acompanhada de um termo que a qualifique etnograficamente, tal como “sertão dos tapuias”. Dado os constrangimentos da administração portuguesa, os *sertões* poderiam se localizar para além do alcance do governo ou, na verdade, tão distantes como se estivessem efetivamente fora do Império, possuíam, portanto, um alto grau de autonomia em relação aos projetos coloniais¹⁴². Às teias e às redes metropolitanas se fazia imperativo encontrar formas de negociação com os potentados locais, que embora prestassem vassalagem e fidelidade à monarquia portuguesa, a qual deviam a posse da terra, obtida por meio das sesmarias e as respectivas patentes militares, cedidas nos embates e sangrentos conflitos com os indígenas locais, em certa medida, tais senhores da pecuária viviam com grande autonomia em relação à Coroa.

No entanto, no último quartel do século XVIII, para além das informações acerca das produções naturais e de possíveis riquezas a serem exploradas, os incentivos à agricultura e à civilização dos povos nos dilatados e áridos sertões do Império ultramarino se adensam. Na

¹⁴⁰RUSSEL-WOOD. A.J.R. Centro e periferia no mundo luso-brasileiro, 1500 – 1800. In: *Revista Brasileira de História*. Nº 36, vol. 18. 1998, p. 18.

¹⁴¹Idem., p. 18.

¹⁴²Idem., p. 19.

Capitania do Ceará, ouvidores, capitães-mores, ajudantes de ordens e mesmo alguns abastados moradores dos sertões se prontificam a indicar caminhos, a apontar riquezas a serem exploradas, enfim, mostram-se ávidos em prestar serviços e lealdade à Coroa lusitana. Tal disposição dos vassalos não deixa de evidenciar e fazer refletir as próprias disposições de tais servidores da Coroa lusitana no jogo de interesses que incorporam às suas ações, com o dispêndio de seus recursos particulares e na expectativa de reconhecimento e de mercês advindas do centro do império.¹⁴³

Destacam-se nesse sentido, na Capitania do Ceará Grande, os capitães-mores João Batista de Azevedo Coutinho de Montaury e Luís da Motta Feo e Torres, o ouvidor da Capitania Manuel Magalhães Pinto e Avellar e ainda um enviado da própria Coroa lusitana para a produção de memórias filosóficas nas suas investigações nos arredores da Serra de Ibiapaba, o naturalista João Machado Gaio, que produziu antes da chegada de João da Silva Feijó à Capitania, suas representações do mundo natural seguindo as orientações de Domenico Vandelli.

Alguns administradores da Capitania também tentavam se mostrar úteis aos desejos e anseios da Coroa lusitana em seus projetos de investigação do mundo natural, e nesse sentido, elaboravam também suas relações e listas de recursos naturais a serem explorados, um exemplo disso, são as séries de relações descritivas, mapas populacionais, e análises elaboradas pelo contestado Capitão-mor João Batista de Azevedo de Montaury, que além da escrita das relações acabou enviando alguns caixotes com materiais a serem analisados. Montaury, nesse sentido, afirmava que com investimentos e “se a capitania tiver a felicidade de ser auxiliada e promovida, com cujo benefício talvez não só igualasse, mas também disputasse a primazia às outras florescentes capitanias deste continente do Brasil com bem vantagem e interesse do real serviço.”¹⁴⁴

Ainda em 1786, o Ouvidor da Capitania Manuel Magalhães Pinto e Avelar se prontifica junto à Coroa portuguesa a fazer algumas investigações acerca do mundo natural, principalmente acerca de

¹⁴³Para a discussão centro/periferias do mundo atlântico lusitano, conferir RUSSEL-WOOD, Alfred. Centro e periferia no mundo luso-brasileiro, 1500 – 1800. In: *Revista Brasileira de História*. Nº 36, vol. 18. 1998.

¹⁴⁴Ofício do capitão mor do Ceará, João Baptista de Azevedo Coutinho de Montaury ao Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, [Martinho de Melo e Castro] remetendo caixotes com produtos feitos na Capitania do Ceará. Anexo: lista. (Outubro de 1784). In: Documentos Avulsos da Capitania do Ceará – Arquivo Histórico Ultramarino/Conselho Ultramarino. Projeto Resgate Barão do Rio Branco, digitalizados. Caixa 10. Doc. 609.

minérios e de espécimes botânicas que viessem a ser úteis nas projeções lusitanas, assim, Pinto e Avelar explicitava que:

Na vinda eu passo a remeter a V. Ex^a (D. Maria I) algumas aquisições importantes de mineralogia e Botânica: e, sobretudo dos adquiridos conhecimentos e observações, com que faça satisfação dos deveres de meu ofício apresentado a V. Ex^a hua memória sobre esta Capitania que abranja hua descrição geográfica dela: hua descrição topográfica dos detalhes mais interessantes (...) algumas observações históricas, filosóficas e políticas: o estado atual da Capitania e hum projeto de reforma e melhoramento dela, no que toca a religião; no que toca ao militar; no que toca ao civil, no que toca às finanças, a agricultura, ao comércio e nesta pronta, averiguar a mútua utilidade, que deve voltar ao Reino, e a esta Capitania fazendo-se o comércio dela daqui para Portugal, e não intermediadas por Pernambuco, o que tais perdas aos [ilegível] hirão ter caixa, perdendo seu valor, que podiam redundar em benefícios ao Reino, e não de uma outra Capitania. Eu já tenho adquirido algumas memórias sobre cada um destes objetos, esperando que V. Ex^a queira desculpar com sua indulgência de hua alma grande os pequenos e maçantes esforços de um espírito ainda não formado e que principia e que só deseja satisfazer de alguma feita ao emprego que dava à benignidade de Vossa Ex^a e da Soberana.¹⁴⁵

¹⁴⁵Carta do ouvidor do Ceará, Manoel Magalhães Pinto e Avelar à rainha D. Maria I, informando sobre a situação dos índios da referida Capitania, que são vítimas de tirania e exploração dos diretores das vilas, dos europeus, dos ouvidores e mesmo governadores, bem como a respeito do uso e cultivo da quina e outras plantas medicinais. Aquiraz, 03.03.1786. Documentos Avulsos da Capitania do Ceará. Arquivo Histórico Ultramarino / Conselho

A citação é longa, no entanto, nos deixa entrever alguns elementos que estavam postos naquele momento no que trata à relação da centralidade¹⁴⁶ do Império Português e os distantes rincões de seu Império. Nos leva a questionar, além de um esboço de um processo de reorganização da até então Capitania anexa, também a importância atribuída às memórias filosóficas, o que viria a descrever as possíveis riquezas naturais a serem exploradas na Capitania, e ainda elementos outros que denotavam importância à centralidade do Império e que deveriam ser levados em consideração nas representações e nas memórias enviadas, tais como a agricultura, a mineralogia, e ainda o estado do comércio e da navegação.

Nos anos subsequentes, as relações de produtos se multiplicaram, anualmente se enviava amostras de minérios, como a prata de Ubajara ou salitre de nitreiras naturais, de madeiras para a fabricação naval ou mesmo espécimes de utilidades medicinais. Enfim, a Coroa lusitana em fins do século XVIII passou a tomar uma postura mais incisiva em relação às investigações do mundo natural e seu aproveitamento, buscando nas mais recônditas capitanias, recursos naturais a serem explorados, aproveitados no engrandecimento do reino e aumento da Fazenda Real.

Em leituras da organização política, de aspectos econômicos e da organização social da Capitania do Ceará a partir do final da década

Ultramarino. Projeto Resgate Barão do Rio Branco, digitalizados. Caixa 11; doc. 627; digitalizado: pasta 11/3 – doc. 417.

¹⁴⁶Ronald Raminelli entende as trocas entre vassalos e soberano baseado em uma dinâmica centro/periferias, o que também viria a constituir-se em um elemento importante da cultura política do “Antigo Regime” português denominado “economia das mercês”: “Por meio de inventários, crônicas e mapas, o mundo colonial era codificado e transformado em papel para ser enviado ao núcleo administrativo. No passado, esses registros viabilizavam o domínio de terras distantes, enquanto hoje permitem refletir sobre a dinâmica da ‘centralidade’. As teias informativas dentro do império forjavam-se aos moldes da sociedade do Antigo Regime, seguiam a mesma lógica hierárquica, a mesma busca de privilégios e distinções. Como qualquer serviço prestado à realeza, o conhecimento era parte de uma troca, de um negócio entre o rei e seus súditos. Virtude própria dos soberanos, a liberalidade era mecanismo de recompensa. Esses vassalos por sua vez, radicavam-se no ultramar, nas franjas do império, e produziam conhecimento indispensável à manutenção do domínio; ao mesmo tempo, criavam elos com o rei e sua administração, viabilizando o governo à distância.” RAMINELLI, Ronald. *Op. Cit.*, pag. 20. Cf. também GOMES, Op. Cit.

de 1770, os ouvidores e capitães-mores, para além da valorização das suas atividades, buscando angariar mercês e favores junto à Coroa portuguesa, nos dão indícios das atividades nos sertões da pecuária. João Batista de Azevedo Coutinho e Montauri, que era tenente-coronel de primeira plana na Corte e Capitão-mor no Ceará Grande entre os anos de 1782 e 1789, ressalta que as atividades dos habitantes da Capitania

Limitavam-se a preguiçosa indústria [...] na Creação dos gados, e na sua matança nos portos do Aracati, Acaracú, e Camossim da mesma Capitania p.a depois de secas se transportarem aos mais portos do mesmo Brazil e na fabrica de algumas solas, e couros salgados, e na piquena plantação de algum tabaco: e esta era toda a riqueza e industria d'aquela colonia.¹⁴⁷

O Capitão-mor Montauri desejava com os seus relatos e suas relações descritivas da Capitania evidenciar suas atividades junto à economia e a organização da sociedade nos distantes rincões do Império colonial, explicita que somente com a sua chegada em 1782, foi promovida a cultura de arroz, “que dá superabundantemente para o consumo do paiz, e que até se poderia exportar p.a cá se ouvesse uma imediata navegação desta Capital do Reino para aquela Colonia, como aqueles habitantes o desejão, e que dobraria e muito os seus interesses”¹⁴⁸.

Ressalta ainda Montauri a emergência da “fabrica de algum assucar, que igualmente era desconhecida até a minha chegada, aquele paiz, e a supre agora de algum modo a terra deste gênero, e que poderia mais, e mais adiantaria e enriquece-la, se ella tivesse uma navegação livre, e para os portos de Angola para se suprir da Escravatura de que

¹⁴⁷Posterior a 1782, Ceará. Ofício do Capitão-mor do Ceará, João Batista de Azevedo Coutinho de Montauri, ao secretário de estado dos Negócios da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre as necessidades de abastecimento pelas quais passa a capitania em virtude de os moradores se recusarem a plantar a mandioca, limitando-se a criação de gado. Documentos avulso Digitalizados Arquivo Histórico Ultramarino. Capitania do Ceará. Caixa 9; doc nº 590. Disco II; pasta 3: 480.

¹⁴⁸Idem.

muito preciza”¹⁴⁹. E ainda, o que considera o maior investimento de sua presença na Capitania, ressalta a cultura do algodão:

Finalmente conhece-se presentemente naquela capitania a rica cultura do algodão, tão estranha nela, como as antecedentes até a minha chegada, e se tal a sua abundancia, e boa qualidade que no mesmo Brazil tem a primeira reputação e estima; e a maior parte do que vem de Pernambuco para esta corte, He o daquela Capitania. De todas estas novas produções me lembro que tive a honra de remeter a V. E.^xa amostras de diferentes vezes, como também das diferentes qualidades de madeiras e de outras couzas que aquela colônia produz.¹⁵⁰

Em contraposição àquilo que afirma a representação autocongratulatoria empreendida pelo Capitão-mor, o longo período de governo de Montaury é muito mais lembrado pela historiografia e por relatos e missivas contemporâneas a seu governo mais pelo seu rigor, truculência e despotismo. Guilherme Studart, por exemplo refere-se ao governo de Montaury como o período em “que nada se fez de notável, sinão em excessivo e mal-entendido rigorismo. Não promoveu benefício algum da Capitania, empregando o seu despotismo em arbitrariedades e incríveis arbitrariedades contra miseráveis em quem recaía a sua ojeriza.”¹⁵¹

E em carta de agosto de 1787, os párocos da Capitania evidenciam as ações truculentas do Capitão-mor. Sendo Montaury o representante maior da autoridade real na distante Capitania do Império

¹⁴⁹Post. a 1782, Ceará. Ofício do Capitão-mor do Ceará, João Batista de Azevedo Coutinho de Montauri, ao secretário de estado dos Negócios da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre as necessidades de abastecimento pelas quais passa a capitania em virtude de os moradores se recusarem a plantar a mandioca, limitando-se a criação de gado. Documentos avulso Digitalizados Arquivo Histórico Ultramarino. Capitania do Ceará. Caixa 9; doc nº 590. Disco II; pasta 3: 480.

¹⁵⁰Idem.

¹⁵¹História Pátria: Azevedo de Montaury e seu governo no Ceará pelo Dr. Guilherme de Studart. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza: ANNO V, 1891, p. 05.

colonial, agia mais como um déspota. A truculência e o seu autoritarismo eram ressaltados por parte dos párocos, que, ao mesmo tempo que transpõem seu ideal de administração e de justiça no plano da monarquia ressaltam as ações do capitão-mor, equiparado mais a um grão-vizir otomano. Distante territorialmente dos olhares mais acurados por parte de outras autoridades do reino e da justiça real, Montaury, segundo a carta enviada à Dona Maria I, agia como senhor das terras e dos homens na Capitania. Os párocos afirmam que

examinando-se as ações publicas do dito capitão mor, desde o principio do *seu reinado*, todas elas mais dão a conhecer hum *gram vizir* da porta othomana, do que de hum homem que governa os povos em nome da lussima e fidelíssima raynha, (...) basta dizer, que apenas tomou posse do seu posto, falta de virtude, de educação e de conhecimentos, por hum condenado systema de politica assentou que so metendo debaixo de pés grandes e pequenos, aterrando com castigos bárbaros os povos, calcando-os em o jugo de ferro, então he que poderia governar independente, e assegurar-se hum *trono*, como o de um *soberano*, fazendo sempre aborrecer e temer¹⁵². (grifos meus)

Malgrado tais observações, o período que se estende entre 1782 e 1789, a Capitania que vivia sob o governo ou sob o jugo de Montaury, teve uma série de transformações concernentes às atenções voltadas ao mundo natural e aos seus habitantes. A forma com que as autoridades na Capitania buscavam de entrelaçar o melhor aproveitamento das terras e das potencialidades incidia diretamente sobre as populações e os seus modos de vida. O mesmo Montaury em seu relatório geral da Capitania, escrito provavelmente em 1782, afirma que se fazia necessária melhores investimentos na agricultura da Capitania, posto que esta ainda se encontrava em sua “infância”, e isso

¹⁵²1787, Agosto, 6, Ceará; Carta dos párocos das igrejas matrizes do Ceará ao secretário de estado dos negócios da Marinha Martinho de Mello e Castro, contendo denúncias do Capitão-mor João Batista de Azevedo Coutinho de Montaury. Caixa 12 doc. 651. Disco 13/01 .doc. 0014.

em decorrência dos habitantes da Capitania ou “pela falta de quem anime hua arte de que pende a subsistência dos povos, pois sendo o paiz, como tenho dito fertilíssimo, apenas se semeia algum milho, e arroz, cuja qualidade faz estimáveis grãos”.¹⁵³

Dessa forma, tal política incidia diretamente sobre o mundo natural, principalmente a partir do pensamento fisiocrata, que, em certa medida, se espalhava para outros segmentos do pensamento social no reino e para os contingentes políticos da administração portuguesa, tais como os homens ultramarinos e os homens coloniais em suas andanças pela extensão do Império colonial. Ao mesmo tempo, a política colonial, a partir de uma vertente do pensamento social iluminista incidia também sobre as populações e os habitantes das distantes paragens do reino, visando transformá-los em vassalos úteis ao Tesouro Régio e ao aumento da Fazenda Real.

O secretário de governo do período em que João Batista Montauray foi capitão-mor do Ceará Grande, José de Faria, por exemplo, em sua leitura do modo de vida das populações da Capitania, empenha-se em angariar meios para efetuar maior controle social, do que acredita ser um dos maiores problemas ao “desenvolvimento” da distante possessão ultramarina lusitana. O secretário de governo ressalta a importância dos oficiais, das tropas auxiliares e das ordenanças investirem na repressão sobre o que ele chama de “inveterada malícia, com que hum crescido numero de homens cabras, e outros desta categoria, infestão estes sertões cometendo a cada passo roubos, homicídios, deflorações e outros horrendos delictos.”¹⁵⁴

O mesmo secretário de governo José de Faria, no entanto, percebe a disseminação da situação de violência de forma generalizada na Capitania quando aponta que os próprios grandes fazendeiros dos sertões da pecuária se utilizavam dos “vadios e fascinosos” em seus benefícios. José de Faria afirma que os “senhores de fazenda”, viviam

¹⁵³Ofício do capitão-mor do Ceará, João Batista de Azevedo Coutinho de Montauray, ao secretário de estado dos negócios da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo Castro, encaminhando um relatório geral sobre a capitania. Anexo: relatório. Caixa: 9; doc nº 591; disco II; pasta 9 / 3 – doc. Nº 0485;

¹⁵⁴1783, abril, 22, Ceará; Certidão do Secretario de Governo do Ceará, José de Faria, atestando o registro do bando do capitão mor do Ceará, João Batista de Azevedo Coutinho de Montauray, sobre as povoações indígenas. Anexo: documentos comprobatórios. Caixa 9; doc. 593; Disco II; pasta 10/1; doc. 0011;

esquecidos de suas obrigações junto à Coroa, quando acolhiam e aceitavam tais ações daninhas à Real Fazenda. Para o secretário, tais senhores viviam “esquecidos até das obrigações de catholicos, conservão muytos dos sobreditos indivíduos criminosos e desertores com o diabólico interesse de serem executores das suas paixões, sem que as formas semelhantes delinquentes lhes suprimao o respeito, e temor devido, tudo prejudicialíssimo a república, e as mesmas fazendas de gados que destroem, roubando os para se sustentarem e assim mesmo ao comércio, e à Real Fazenda”.¹⁵⁵

É nesse sentido, que para o Secretário de Governo, assim como o Capitão-mor do Ceará Grande, as soluções encontradas para lidar com os modos de vida entendidos como daninhos aos projetos coloniais, seriam um conjunto de mais enérgicas atitudes frente a tais indivíduos que estariam afrontando os anseios e as expectativas dos “melhoramentos” a serem empreendidos na Capitania. José de Faria conclui que:

E aos mesmos officiaes e a todos os dos outros dstrictos desta Capitania, senhores de fazendas e ou quaesquer moradores que cada hum no seu dstricto, examine as occupações dos sujeitos, que nelles residem não consentindo homens alguns vadios, e ociosos, que não verifiquem o officio trabalho ou negocio de que vivem e as senhores de fazendas, que nellas não consintao mais que aquelles homens necessários que ocupam na criação dos gados e culturas de plantas, os quaes de nenhum modo sejam criminosos ou desertores tanto destas como de outras qualquer capitania, e que sabendo são taes os prendão logo, e remetão a sobredita cadea, tudo sob pena de prisão das mais estabelecidas nas Leys.¹⁵⁶

¹⁵⁵Idem. Caixa 9; doc. 593; Disco II; pasta 10/1; doc. 0011;

¹⁵⁶1783, abril, 22, Ceará; Certidão do Secretario de Governo do Ceará, José de Faria, atestando o registro do bando do capitão mor do Ceará, João batista de Azevedo Coutinho de Montaury, sobre as povoações indígenas. Anexo: documentos comprobatórios. Caixa 9; doc. 593; Disco II; pasta 10/1; doc. 0011;

Para o Capitão-mor Montauray, assim como para o Secretário de Governo José de Faria, a leitura e a percepção dos modos de vida dos habitantes da Capitania eram os grandes entraves aos projetos coloniais, aos melhoramentos na agricultura e consequentemente aos incrementos ao comércio interior. Se fazia imperativo para eles, portanto, alertar às autoridades coloniais no reino sobre as condições em que se encontravam à Capitania. Dessa maneira, para além dos sucessivos relatos, ofícios e relações descritivas que se adensam no último quartel do século XVIII, sobre as populações e os modos de vida dos habitantes dos dilatados sertões, se fazem importante na construção da imagem da Capitania junto às autoridades no reino, uma ressurgência dos antigos mitos geográficos dos sertões ocidentais, que seriam extremamente ricos em minérios.

No entanto, para além de tal ressurgência da importância das prospecção das riquezas minerais, estava sendo gestado no centro do Império, principalmente a partir das ideias empreendidas pelo Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios do Ultramar, Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, um projeto colonial centralizador, que atribuía uma forte importância no melhor reconhecimento do interior das distantes Capitanias do Império colonial e principalmente, no momento de crise das arrecadações da Fazenda Real, uma maior importância atribuída às prospecções de riquezas do mundo natural.

Por essa razão, para além do envio de naturalistas especializados, com formação nas instituições científicas e educacionais do Reino, tal projeto de prospecção e reconhecimento tinha como pontos avançados a confiança empreendida nos capitães-mores, ouvidores e secretários de governo. No que trata à Capitania do Ceará Grande, na dinâmica com as demandas do reino, as prospecções de potenciais riquezas vegetais e minerais se adensam no último quartel do século XVIII.

2.3. O mundo natural investigado: as “produções naturais” da Capitania do Ceará Grande no último quartel do século XVIII

De todas estas novas produções me lembro que tive a honra de remeter a V. E.^a amostras de diferentes vezes, como também das diferentes qualidades de madeiras e de outras couzas que aquela colônia produz.¹⁵⁷

Na Capitania do Ceará Grande, o período que se estende entre 1783 a aproximadamente 1799, as relações descritivas produzidas pelos ouvidores e capitães mores acerca das “produções naturais” se avolumam. Em grande medida, o mesmo procedimento estava ocorrendo em outras capitanias na extensão do Império colonial. Cláudia Heynemann¹⁵⁸ entende esse processo mais incisivo em relação à investigação do mundo natural na extensão do Império como parte de um projeto que aliava as preocupações com a arrecadação régia, com o intuito de descobrir novas formas de tornar as colônias produtivas, por um lado. E por outro lado, concernia aos projetos científicos e literários gestados no reino na segunda metade do século XVIII.

A princípio, quem encabeçava tal projeto era o próprio 2º Marquês de Lavradio (1729-1790), vice-rei do Brasil entre os anos de 1769-1778, que insistia nas investigações do mundo natural na colônia americana. O seu intuito maior era a construção de uma História Geral da América, que fosse além das investigações anteriormente

¹⁵⁷Ofício do Capitão-mor do Ceará, João Baptista de Azevedo Coutinho de Montauray, ao Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre as necessidades de abastecimento pelas quais passa a capitania em virtude de os moradores se recusarem a plantar a mandioca, limitando-se a criação de gado. Arquivo Histórico Ultramarino; Conselho Ultramarino Documentos Avulsos / Capitania do Ceará. Digitalizados pelo Projeto Resgate Barão do Rio Branco. post. 1782. Caixa 9; Doc nº 590. Disco II; pasta 3: 480.

¹⁵⁸HEYNEMANN, Cláudia Beatriz. Op. Cit.

empreendidas pelos historiadores naturais a serviço da Holanda, Piso¹⁵⁹ e Marcgraf¹⁶⁰.

No final do século XVIII, eram as recomendações de Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, no entanto, que eram ouvidas no sentido da construção de uma flora geral do reino e de todos os domínios. Mas como explicita Heynemann, o livro da natureza que planejaram, foi antes de tudo, “um projeto, em sua incompletude intrínseca. Ele foi composto nos textos de intenção científica e na própria correspondência entre metrópole e as autoridades coloniais, nos quais as recomendações para as remessas de plantas e animais permitem visualizar o lugar da História Natural na cultura luso-brasileira.”¹⁶¹

Nesse período, os “objetos de História Natural”, deixavam fascinados os homens de ciência da época, mas também os contingentes da administração colonial que eram incumbidos da descrição e envio de objetos que reconhecessem como de valor científico, assim como os de potencial exploração econômica. Quanto ao primeiro aspecto, a fossilização e a escavação de animais “petrificados” iria chocar e pôr em assombro as percepções de estudiosos, que, no último quartel do século XVIII, nos postos de Capitão-mor e ouvidor, eram orientados a descrever a topografia, a hidrografia, a situação política e econômica das possessões ultramarinas da Coroa portuguesa.

Em 1784, na Capitania do Ceará, o Capitão-mor, Bernardo Manoel de Vasconcellos, que havia sido orientado a preparar relações descritivas da situação da Capitania e enviá-las ao Secretário do Estado dos Negócios da Marinha e Domínios do Ultramar, Martinho de Melo e Castro, relata o encontro com uma ossada gigantesca nas proximidades da Serra de Ibiapaba, no extremo oeste da Capitania. O Capitão-mor se mostra chocado com a evidência da existência de um animal de tal envergadura naquela região, e assim como Vandelli, que havia enviado a Lineu as evidências que ainda não faziam parte de seu arcabouço

¹⁵⁹Willem Piso (1611-1678) naturalista holandês que em 1637 foi nomeado médico particular de Maurício de Nassau, que governou entre 1636 a 1644 a colônia holandesa nas Capitanias do Norte da América portuguesa. Escreveu junto a Georg Marcgraf a *Historia Naturalis brasiliae*, um dos primeiros livros a dedicar-se sobre a fauna e a flora do Brasil, publicado em 1648.

¹⁶⁰Georg Marcgraf (1610-1644) naturalista e astrônomo alemão. Veio ao Brasil com a expedição de Maurício de Nassau, morreu anos antes da publicação de seu livro em co-autoria com Piso, *Historia Naturalis brasiliae*.

¹⁶¹HEYNEMANN, Cláudia Beatriz. *Op. Cit.*, p. 20.

teórico, também enviava para autoridades supostamente mais competentes para analisá-la, o que ele encontra e relata da seguinte maneira:

Seis pedaços de ossos monstruosos e quase petrificados, cujos foram achados na ribeira do Caracu, na distancia demais de quarenta léguas do mar em huma fazenda pertencente a hum Jerônimo Machado Freire, mandando este abrir hum tanque ou poçoem cuja ocasião foram achados os ditos ossos na mesma parte em que se abria o dito poço ou tanque, na profundidade de mais de trinta palmos, em que se achavam enterrados, não aparecendo porém a caveira, ou ossos pertencentes à cabeça, pelos quaes talvez se poder vir no conhecimento da qualidade do animal, de que são os mesmos ossos, por não haver animal algum tão monstruoso, nem tradição de que jamais o houvesse nesta capitania, a que se possão atribuir aqueles ossos. Na referida parte aonde se acharam, se não pode descobrir mais cousa alguma, por sahir della na altura dos trinta palmos, em que foram achados agoa, que embaraçou o profundar de mais, e ainda que se queira dar por que são os mesmos ossos de elefantes, sabe se muito bem que o continente da América os não produz, e nem há tradição por mais que se tenha investigado que nesta Capitania de visse nunca elefante algum.¹⁶²

Faz-se bastante instigante atentar para este aspecto, a maneira como a difusão da História Natural se espalha pra vários segmentos da

¹⁶²1784, outubro, 25. Ofício do capitão mor do Ceará, João Baptista de Azevedo Coutinho e Montauray, ao Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar [Martinho de Mello e Castro] remetendo caixotes com produtos feitos na capitania. AHU; Conselho Ultramarino. Documentos Avulsos da Capitania do Ceará. Digitalizados pelo Projeto Resgate Barão do Rio Branco. Anexo: lista. Caixa 10. Doc. 609.

sociedade, mormente aqueles componentes do corpo político administrativo dos rincões do Império colonial. Tais segmentos são atçados ainda em suas investigações pela pressão exercida pelo centro do Império por maiores e melhores explorações, e pelas investigações, em vários âmbitos, das potencialidades das mais distantes e inexploradas possessões ultramarinas. Na Capitania do Ceará, tal pressão não deixou de ser sentida. Em Carta datada de 14 de março de 1797, a própria Maria I iria manifestar o seu interesse nessas prospecções:

Eu a Rainha, vos envio muito saudar, sendo as madeiras e paus de construção que se exportão do Brasil hum objeto de maior interesse para a Marinha Real, e de que a minha *Real Fazenda pode tirar um grande rendimento, estabelecendo cortes regulares das mesmas madeiras para vender às nações estrangeiras e sendo necessária tome todas as preocupações para a conservação das matas no Estado do Brasil*, e evitar que elas se arruínem e destruam. Sou servida encarregar-vos das seguintes ordens, que executareis com a maior pontualidade, ficando responsável por qualquer falta que houver na exacta observância do que ao diante determino, e na inteligência de que não podereis pertender vos, nem vossos sucessores neste Governo. Despacho dos vossos serviços, sem que primeiro mostreis ter-lhes dado a mais fiel execução ¹⁶³. (grifos meus)

A conservação das matas no Estado do Brasil era uma tônica levantada por vários dos ministros da Rainha, dentre os quais o próprio Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, e tópico bastante discutido entre os sócios da Academia Real de Sciencias de Lisboa¹⁶⁴. Em fins de 1799, D.

¹⁶³Queluz, 14.03.1797. Carta Régia ao Governador do Ceará, Francisco Inácio de Cid Melo e Castro, sobre as madeiras e paus de construção e cortes regulares, e sobre os mapas dos sítios; Arquivo Histórico Ultramarino – Conselho Ultramarino / *Documentos Avulsos da Capitania do Ceará*. Projeto Resgate Barão do Rio Branco, Caixa 12; Doc. nº 705. Digitalizados: Pasta 13/02; doc. n. 332.

¹⁶⁴Lília Moritz Schwacz salienta que no período da “Viradeira” política e cultural do reinado de Maria I, as atenções e os investimentos, antes, no reinado de Dom José I, voltados principalmente para a Academia Real de História, passaram então a ter a Academia Real de Sciencias de Lisboa como instituição

João iria assumir oficialmente a regência do Reino, e tomaria uma postura ainda mais defensiva em relação ao eventos e às movimentações bélicas que estavam ocorrendo no continente europeu¹⁶⁵, talvez, em certa medida, isso explique as precauções tomadas em relação ao levantamento das madeiras úteis na fabricação e reparo de navios. No entanto, como já salientado anteriormente, essa política de investigação já se fazia presente desde finais da década de 1770.

Em 1789, no primeiro tomo das Memórias econômicas da Academia, o naturalista Manoel Ferreira Câmara Bitencourt e Sá (1764-1835), que posteriormente foi intendente da região das minas em Serro Frio, escreve uma extensa análise acerca das potencialidades minerais e vegetais de Ilhéus, e na Seção III de sua memória, denominada “da altura, conservação, e corte de madeiras”, o naturalista explicita seu descontentamento com os usos pouco racionais dos habitantes, e pela grande displicência por parte da administração colonial, afirmando que:

São bem conhecidas as utilidades que resultão das madeiras do Brasil a Portugal: he também sabido, que todas as terras do Brazil, exceptuados alguns campos primitivos, estão cubertas de grandes, e espessas matas, em cuja destruição trabalhão assaz os habitantes sem ainda constar, que se tenha plantado hum só pé das necessárias à construção, e à combustão diária; e pelo axioma de que ninguém dá mais do que tem, em hum dado tempo vir-se-hão a consumir todas as espécies de preciosas madeiras, que possuímos, para o que principalmente contribue o não renascerem as espécies primitivas; e senão houver grande cuidado a respeito daquellas terras vizinhas aos portos marítimos, e de fácil exportação como a Comarca de Ilhéos, que ainda não tem sido tão atacada, em breve tempo as madeiras serão hum genero mui caro; e esta já tem sentido o Estado alguns annos a esta parte.¹⁶⁶

com maiores investimentos. Cf. SCHWARCZ, Lilia Moritz. Op. Cit., Principalmente o capítulo V: Na “*Viradeira*”: política e cultura no reinado de D. Maria.

¹⁶⁵Idem., p. 191.

¹⁶⁶Ensaio de descrição física, e econômica da Comarca dos Ilheos na América. Por Manoel Ferreira Câmara. In: Memórias Econômicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa, para o adiantamento da Agricultura, das Artes, e da

Sua memória filosófica foi bastante agraciada entre seus pares, sendo inclusive vencedora de um premiação por parte da mesma Academia Real. O que cabe salientar, no entanto, é que tais debates se faziam candentes entre os homens de ciência do período, e que suas demandas, divulgadas na Academia Real de Sciencias de Lisboa acabavam reverberando e sendo tomadas em alta consideração pela monarca. Os debates suscitados acabavam por tomar forma na ordem régia da Rainha, que, se não pensava naquele momento na proteção das matas e arvoredos em relação ao valor intrínseco que se poderia atribuir ao mundo natural, como ocorreria pouco depois com a corrente romântica de apreensão da natureza, pensava o mundo natural por seu valor utilitário e antropocêntrico. Entretanto, mesmo desta forma, impelia à um movimento de educação e transformação nos hábitos dos moradores, impelindo-os a usos mais racionais do mundo natural circundante. A monarca continua em sua missiva:

(...) declarando ser de propriedade exclusiva da Minha Real Coroa todas as Matas e arvoredos a borda da Costa ou de rios, que desemboquem imediatamente no Mar, e por onde em jangadas se possam conduzir as Madeiras cortadas até as praias, não só prohibo que para o futuro se possam dar sesmarias em tais sítios, mas vos ordeno que vos informeis dos meios porque se poderão restituir a Minha Real Coroa, as sesmarias já dadas, indemnizando os Proprietários com Terras equivalentes no interior do Paiz; impondo desde logo aos ditos proprietários a obrigação de conservarem as Madeiras e Paos Reaes; *e estabelecendo igualmente as mais severas penas contra os incendiários, e destruidores das matas.* (...) vos ordeno, que façaes demarcar sem a menor perda de tempo, em toda a extensão dessa Capitania, os lugares da Costa ou dos rios que

desembocam no mar, onde se achão essas matas, o que mandei levantar mappas dos mesmos sítios, e dei as mais circunstanciadas informações sobre tudo o que disser respeito a este importante objeto remetendo amostras das diferentes madeiras, indicando os seus nomes, propriedades e uzos, quais são aquelas matas que pela sua extensão e fertilidade necessitam de ministros para conservadores, e mostrando a forma de administração mais conveniente para conseguir este fim¹⁶⁷ (grifos meus)

Evidencia-se uma maior preocupação por parte da rainha em evidenciar e investigar as potencialidades das distintas capitanias até então pouco perscrutadas, e embora tal ordem régia tenha sido direcionada diretamente ao governador da Capitania do Ceará, na grande maioria das vezes, tais ordens eram bastante generalizantes, sendo mais um conjunto de ordens iguais enviadas para diferentes capitanias. E ainda, embora assinada pela monarca Maria I, as ordens e os estudos partiam dos seus ministros mais próximos, no caso específico, o Ministro de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios do Ultramar¹⁶⁸. De qualquer maneira, a Ordem régia, evidencia dois processos. O primeiro, de que as investigações do mundo natural que já tinham se tornado uma política colonial há aproximadamente 20 anos na América portuguesa, toma então um caráter de ordem real. E, em segundo lugar, uma tomada de postura mais incisiva em relação à proteção e aos usos de forma mais racional dos recursos, principalmente das matas e arvoredos. Na ordem régia, as atribuições ao Governador da Capitania do Ceará seguiam da seguinte forma:

¹⁶⁷Queluz, 14.03.1797. Carta Régia ao Governador do Ceará, Francisco Inácio de Cid Melo e Castro, sobre as madeiras e paus de construção e cortes regulares, e sobre os mapas dos sítios; Arquivo Histórico Ultramarino – Conselho Ultramarino / *Documentos Avulsos da Capitania do Ceará*. Projeto Resgate Barão do Rio Branco, Caixa 12; Doc. nº 705. Digitalizados: Pasta 13/02; doc. n. 332.

¹⁶⁸Sobre a discussão desse aspecto conferir principalmente PÁDUA, José Augusto. *Op. Cit.*, principalmente o capítulo I: “*Aniquilar as produções naturais*”: Cultura iluminista, crise colonial e as origens da crítica ambiental no Brasil.

1 – da conservação das matas e arvoredos; 2 – o da maior economia nos cortes e conduções; 3 – o de maior facilidade das remessas; 4 – o de estabelecimento de huma perfeita compatibilidade, que mostre o preço por que sahe cada peça das que se tirão dos mesmos arvoredos e matas. Em último lugar vos encarrego de evitar todo o procedimento arbitrário na execução destas ordens, cuidando em que não sejam violadas as Propriedades já estabelecidas, ou a borda do Mar, os sobre os rios que admitão Navegação ou jangadas. Dando-me conta de tudo o que praticares a este respeito com aquella individuação e clareza que requer hum negócio de tanta importância.¹⁶⁹

De qualquer maneira, na Capitania do Ceará, o processo de investigação do mundo natural, com o sucessivo envio de amostras de minérios e vegetais já se constituía há algum tempo. No Ceará, por exemplo, as listas de “produtos naturais” enviados aos Secretários de Estado da Marinha e dos Negócios Ultramarinos, Martinho de Melo e Castro e D. Rodrigo de Sousa Coutinho, se avultavam desde os primeiros anos da década de 1780, com os capitães-mores João Batista de Azevedo de Montauray, Luís da Motta Féo e Torres e o ouvidor Manoel Magalhães Pinto e Avellar. Ainda na década de 1780, o naturalista coimbrão João Machado Gaio, foi enviado à Serra de Ibiapaba pelo governador do Maranhão, Gaio escreveu então uma memória filosófica sobre a região entre as Capitanias do Ceará e Piauí.

E ainda, entre dezembro de 1797 e julho de 1799, o médico e naturalista Manuel Arruda Câmara, que trabalhava nas investigações filosóficas na Capitania de Pernambuco, iria viajar pelos sertões das Capitanias de Paraíba e Ceará. Na porção sul, região que compreende o que posteriormente foi denominado como Chapada do Araripe, o

¹⁶⁹Queluz, 14.03.1797. Carta Régia ao Governador do Ceará, Francisco Inácio de Cid Melo e Castro, sobre as madeiras e paus de construção e cortes regulares, e sobre os mapas dos sítios; Arquivo Histórico Ultramarino – Conselho Ultramarino / *Documentos Avulsos da Capitania do Ceará*. Projeto Resgate Barão do Rio Branco, Caixa 12; Doc. nº 705. Digitalizados: Pasta 13/02; doc. n. 332.

médico e naturalista Manuel Arruda Câmara em suas viagens às Capitanias anexas de Pernambuco, estabelece alguns estudos acerca da utilidade das plantas da Capitania. Câmara nasceu na Paraíba em 1752, cursou as faculdades de filosofia natural e matemática na Universidade de Coimbra no final da década de 1780, e ainda cursou medicina na Universidade de Montpellier em 1790-91. Retorna ao Brasil em 1794, já sócio-correspondente da Academia Real de Ciências de Lisboa. Empreende a sua viagem aos sertões da Paraíba e Ceará Grande entre 1797 e 1799, juntamente com o desenhista e padre pernambucano João Ribeiro Pessoa de Melo e Montenegro. O naturalista não escreve um diário de viagem nem mesmo uma memória filosófica acerca dos sertões atravessados, posto que seu interesse maior estaria unicamente na análise dos vegetais das Capitanias visitadas.

Explicitamente sobre a Capitania do Ceará, em seus escritos, o naturalista escreve um tópico de seu “Ensaio sobre a utilidade de estabelecer jardins nas principais províncias do Brasil”. E versa principalmente sobre o pequi, os buritis, os maracujás-suspiro, as mandapucas, os coco-naíás e as marangabas. Interessante ressaltar que no horizonte do naturalista, para além do utilitarismo difundido pela Coroa e apropriado por seus pares naturalistas no que trata ao aumento da Fazenda Real, Câmara se mostrava bem interessado em atentar para formas de lidar com as intempéries e mudanças na vida com o mundo natural. Desse modo, em seus escritos, as descrições dos vegetais vêm acompanhadas a que utilidade podem servir ou servem aos habitantes, como no caso do pequi, que segundo o naturalista, “presta grande auxílio ao povo na época de seca de fome”¹⁷⁰. E também em relação ao “coco-naíá”, onde explicita Arruda Câmara:

A noz é coberta por uma substancia succulenta e nutritiva, oferecendo auxílio valioso nas épocas de penúria. Dessa fécula fazem uma sopa ou angu, como o chamam, que é temperado pela emulsão ou óleo obtido da amêndoa do mesmo fundo. O miolo da extremidade dessa palmeira é uma substância branca, tenra, sucosa, adocicada, agradável ao paladar, inocente mesmo que seja

¹⁷⁰Ensaio sobre a utilidade de estabelecer jardins nas principais províncias do Brasil, para o cultivo de novas plantas. In: KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. Tradução, prefácio e comentários de Luís da Câmara Cascudo. Vol. 2. 12ª edição. São Paulo – Fortaleza – Rio: ABC Editora, 2003, p. 591.

comida crua. Sendo fervida com carne, o sabor não difere do alimento, mas é mais rija. Retirando-se lhe a parte de sacarina por meio de ebulição fica capaz de ser preparada e dar iguarias excelentes, como a *Areca oleracea*. Essa aplicação devem os moradores ao meu exemplo¹⁷¹.

No mesmo sentido, é interessante atentar para a circulação de ideias e de conhecimentos entre os habitantes e o naturalista, mesmo que este último somente afirme o seu lado da permuta, com sua postura autocongratatória. E ainda, as formas de melhor utilização, das formas mais racionais, quando explicita que o mesmo procedimento de extração utilizado em relação ao coco-naiá, poderia ser aplicado em relação à palmeira pindoba (*Cocos butiroza*, Lin.), que segundo o naturalista era muito comum também em Pernambuco, e explicita o naturalista que “para esse fim não era necessário abater as grande árvores, mas simplesmente as que tivessem atingido uma altura de dez a quinze pés”¹⁷². Um modo sensivelmente distinto de pensar e descrever os habitantes e o mundo natural da Capitania havia sido escrito alguns anos antes, por outro naturalista, João Machado Gaio, em 1784.

Acerca de João Machado Gaio, as informações biográficas são escassas, sabe-se que nasceu em Pernambuco, cursou filosofia na Universidade de Coimbra, e em 1784 teria estabelecido as primeiras avaliações científicas às potencialidades da Capitania na Serra de Ibiapaba, com avaliações dos vegetais, minerais e do reino animal. Interessante ressaltar que nesse período, a Capitania vizinha, já havia sido bem explorada e mapeada há um bom tempo, como leva a inferir a representação cartográfica de João Antonio Galuci (Mapa 01).

A rápida viagem filosófica de João Machado Gaio, entre 13 de julho de 1784 e 06 de agosto do mesmo ano, tinha sido organizada e financiada pelo governador José Telles da Silva, então governador da Capitania do Maranhão. Na Capitania do Ceará Grande, o naturalista visita, além da Vila Viçosa Real, a vila de Granja ou Barra do Camocim, também representadas no mapa de Galuci (Mapa 01).

O naturalista coimbrão divide sua memória, seguindo as recomendações de Domenico Vandelli, em quatro partes: a hidrografia, e os reinos animal, vegetal e mineral. Além do olhar armado para as

¹⁷¹Ensaio sobre a utilidade de estabelecer jardins nas principais províncias do Brasil, para o cultivo de novas plantas. In: KOSTER, Henry. *Op. Cit.*, p. 592.

¹⁷²Idem., p. 592.

potencialidades do mundo natural, versa propostas para o que entendia ser a utilização ancorada em moldes mais “racionais” do mundo natural. Em sua sucinta representação, interessa-se em um primeiro momento descrever os “americanos”, habitantes das “vilas de índios” da Capitania. Nesse sentido quando trata em sua memória do reino animal explicita que é “tão interessante aos usos da vida que ministra ao homem até as matérias da primeira necessidade, pareceu-me justo individuar atentamente as suas produções, principiando pelo homem como animal que o soberano artífice da natureza distinguiu entre os mais pela sua construção assim física como moral”.¹⁷³

Seu entendimento aproxima-se da leitura empreendida por Lineu no que concerne à classificação dos homens, no entanto, o seu modo de ver e classificar empreende um modo de hierarquização, ancorada em certa ideia de “razão”, e isso acaba por tornar-se um tópico constante, que impregna o seu olhar e o seu modo de ver e representaro mundo¹⁷⁴. Nesse sentido, segue à risca os manuais de História Natural, afirmando que o “americano” é “engenhoso, meditabundo e desconfiado”, e que estaria muito mais “propenso à lei natural que à lei da graça.”¹⁷⁵ E continua sua classificação e hierarquização da seguinte maneira:

despreza a lei e a razão, segue o costume e por ele se governa, nimamente se inclinado à gula e às bebidas espirituosas; não pensa de futuro e de passado; iguala a riqueza à indigência; só se considera infeliz quando não pode praticar os desejos para que o encaminha uma razão que, não sendo em seu princípio mais do que uma disposição pela qual se podem conseguir alguns

¹⁷³Viagem filosófica que por ordem e despesa do Il.mo e Ex.mo sr. José Telles da Silva fez João Machado Gaio na serra da Ibiapaba, capitania do Ceará Grande, termo de Vila Viçosa Real, desde 13 de julho de 1784 até 6 de agosto do dito ano. In: CAMARGO-MORO, Fernanda & NORONHA, Andréa (org.) Op. Cit., p. 185.

¹⁷⁴Essa discussão da assimilação do homem aos quadros do mundo natural, inclusive sendo passível de classificação é conduzida de forma brilhante por Keith Thomas em seu estudo *O Homem e o Mundo Natural: Mudanças de Atitudes em relação às plantas e aos animais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. Verificar ainda PRATT, Mary Louise. Op. Cit. Principalmente o capítulo II: Ciência, consciência planetária, interiores. pp. 41 – 75.

¹⁷⁵Idem., p. 185.

conhecimentos úteis, ele a cultiva de sorte que a faz depravada.¹⁷⁶

Na sua forma de ver e classificar o mundo, suas hierarquizações chegam em tal estado que a própria leitura da hidrografia da região é enviesada para esse sentido. O naturalista afirma que as “às águas só tem o ordinário uso, por serem possuídas de homens sem mentes, aqueles a quem chamamos homens da natureza”. E segue sua descrição da região atentando para os vegetais, dos quais, segundo o naturalista podem ser utilizado principalmente na construção de navios, como o gonçalo-alves, e ainda plantas com usos medicinais utilizadas pelos nativos, acerca destas últimas o naturalista afirma que há um “obstinado silêncio, no qual consideram [estar] grande parte da sua felicidade.”¹⁷⁷

E finalmente acerca dos minérios, alimenta os mitos auríferos dos sertões ocidentais da América, mesmo sem as devidas avaliações e evidências, quando afirma que observou “saís, sulfures e metais, e por isso não deixarei em silêncio os dois opulentos rios denominados Jorê e Curimatá, que têm em direção da fralda da serra para o sertão do Acaracu. Neles corre igualmente o ouro que a água, e por estarem secos não fiz sobre eles aquelas observações dignas de um tal objeto”¹⁷⁸ Dessa maneira, além do enredamento e da reverberação em relação aos “mitos auríferos dos sertões”¹⁷⁹, o naturalista ainda se mostra partícipe de um projeto colonial gestado no reino, tomando partido pela mineralogia, afirmando que “são as minas a classe mais rica de toda a mineralogia, e por isso deveu-me incessante eficácia a sua observação, considerando-a como o nervo da sociedade, que forma o mais vantajoso dos estabelecimentos humanos”¹⁸⁰.

¹⁷⁶Idem., p. 185.

¹⁷⁷Viagem filosófica que por ordem e despesa do Il.mo e Ex.mo sr. José Telles da Silva fez João Machado Gaio na serra da Ibiapaba, capitania do Ceará Grande, termo de Vila Viçosa Real, desde 13 de julho de 1784 até 6 de agosto do dito ano. In: *O Gabinete de Curiosidades de Domenico Vandelli*. Coleção da Fundação BNP Paribas. Rio de Janeiro: DANTES Editora, 2008. p. 189.

¹⁷⁸Idem., p. 189.

¹⁷⁹Verificar HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do Paraíso: Os Motivos Edênicos do Descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000.

¹⁸⁰Viagem filosófica que por ordem e despesa do Il.mo e Ex.mo sr. José Telles da Silva fez João Machado Gaio na serra da Ibiapaba, capitania do Ceará Grande, termo de Vila Viçosa Real, desde 13 de julho de 1784 até 6 de agosto

A discussão dentre as formas mais vantajosas do aproveitamento dos recursos naturais das colônias ultramarinas era um tópico de discussão bastante relevante na Academia Real de Sciencias de Lisboa. E destacavam-se dentre tais projeções coloniais, ainda a aposta no que a mineração poderia acarretar no aumento da Fazenda Real e por outro lado, a aposta na agricultura, na fisiocracia e nas atividades ligadas à terra. Essas discussões reverberam de forma latente nos escritos e na prática do naturalista Silva Feijó na extensão do império pluricontinental, mas principalmente em sua experiência e em suas projeções para a Capitania do Ceará.

CAPÍTULO III

MEMÓRIAS FILOSÓFICAS, VALORES E IDEIAS FRENTE AO MUNDO NATURAL: JOÃO DA SILVA FEIJÓ E O CEARÁ

Ideias e Representações do Mundo Natural nas fímbrias do Império Colonial Português

Na produção de grande parte dos escritos do naturalista João da Silva Feijó na Capitania do Ceará, tais como suas missivas e as memórias filosóficas e econômicas, é possível atentar para a evidência de tensões prementes. Tensões estas que residem nos próprios projetos coloniais da Coroa portuguesa no final do século XVIII e primeiros anos do século XIX. A grosso modo, tais projetos discutidos se entrelaçavam entre um projeto modernizador que apostava na fisiocracia e atividades ligadas a terra e ainda o projeto de intensificação da prospecção de minérios.

Por outro lado, a acomodação e a tentativa de implantação de tais projetos nas mais distantes Capitanias do Império colonial impelia a Coroa portuguesa a atentar para uma série de arranjos e negociações com os próprios habitantes do Ultramar, potentados locais, com os próprios vassallos, e principalmente no que concerne à economia das mercês, em relação a prestação de serviços por parte dos vassallos, no reconhecimento e na “territorialização” do poder da Coroa nos mais recônditos rincões do Império.

Por um lado, como explicitado no capítulo I, tais projetos coloniais e projeções, com os ideais de modernização e progresso das mais distantes paragens, tinha como objetivo maior, segundo grande parte das representações da época, “o enriquecimento da Fazenda Real e a manutenção do Bem Público”. Cabe salientar, no entanto, que para além do projeto colonial, entendido de forma mais abrangente, se faz

interessante perceber e reconstituir o ponto de vista e as perspectivas dos agentes participantes nesse processo.

Dessa forma, nas missivas, nas memórias econômicas e filosóficas do naturalista e sargento-mor da Capitania do Ceará, João da Silva Feijó, e juntamente a outras representações e apropriações do mundo natural, procuramos atentar para o ambiente cultural e intelectual na Capitania. Suas representações e os diálogos estabelecidos com as autoridades administrativas, governadores, capitães-mores, ouvidores se tornam uma importante janela de perscrutação dos valores, ideias e sentimentos compartilhados frente ao mundo natural. Entrelaçando, então, os projetos coloniais e a cultura imperial de fins do século XVIII, juntamente às percepções, apropriações e atitudes individuais dos agentes frente a tais projetos e ao mundo natural.

Como já mencionado no capítulo anterior, trata-se de um momento político importante para a Capitania, que acaba de estabelecer sua autonomia administrativa em relação a até então Capitania Geral de Pernambuco, estabelecendo-se assim, um corpo político-administrativo e um maior corpo burocrático com mais autoridade e mais responsabilidades frente à Coroa lusitana. Alguns elementos dessa nova política, empreendida na Capitania são notáveis, e muitas vezes, enfrentam fortes resistências, principalmente no que trata a ideias de “melhoramentos”, projetadas pelo novo corpo político-administrativo, como os “avanços” na agricultura, comércio, navegação e a forte ideia de fins do século XVIII de “civilização dos povos”. Projetos como os empreendimentos suscitados pela presença do naturalista na Capitania, como prospecção de minérios auríferos, as tentativas de extração e purificação de salitre no interior da Capitania, as projeções de importação de espécies exóticas, como o gado lanígero.

E ainda, o mapeamento e as investigações do mundo natural, que se dá a partir de uma série de fontes teóricas que eram veiculadas no período de formação do naturalista, como a *economia da natureza* lineana, a fisiocracia francesa, com a valorização do mundo natural de forma mais utilitarista, com a ideia do valor econômico fundamental da natureza, e ainda, como um último aspecto latente na aplicação desses mesmos projetos, a filosofia natural como política.

A maneira como o naturalista apropria-se de tais ideias e as aplica nas suas leituras e representações em suas memórias filosóficas e econômicas acerca dos indivíduos e do mundo natural da Capitania, ancorado com ideias progressistas e civilizatórias do ambiente e dos indivíduos, se faz um interessante filão de investigação nessas primeiras décadas do século XIX, entrelaçando os projetos coloniais e as formas

de disputas e arranjos locais na Capitania. Antes de atentarmos para esse aspecto porém, cabe atentar para as suas produções científicas e literárias e sua inserção nas dinâmicas do reino pluricontinental. Entre os anos de 1783 e 1797, o naturalista esteve presente nas Ilhas de Cabo Verde, onde ocupou o cargo de secretário de governo e produziu memórias econômicas e filosóficas sobre o mundo natural e as populações da ilha.

3.1. João da Silva Feijó e o reino pluricontinental: as ilhas de Cabo Verde, 1783 - 1797

João da Silva Feijó nasceu por volta de 1760 numa pequena vila da Capitania do Rio de Janeiro, chamada Guaratiba.¹⁸¹ Advindo de uma família com reconhecidos recursos da colônia americana em meados do século XVIII. Era filho do alferes João Batista Feijó, o qual era beneficiário de algumas datas de sesmarias na Capitania do Rio de Janeiro e no Continente de São Pedro, onde provavelmente teria participado das lutas em torno da Colônia do Sacramento no sul da colônia americana. Para Silva Nobre, os Silva Feijó integrariam “uma família de grande riqueza e influência em Guaratiba, onde possuíam verdadeiros feudos”.¹⁸² Por um lado, tal riqueza e influência teria sua razão devido aos arranjos matrimoniais entre as ricas famílias da região, e por outro lado, pelo desvelo na manutenção dos privilégios angariados por meio do que parte da historiografia reconhece como “economia das mercês”, onde a prestação de serviços à Coroa era um objeto importantíssimo como barganha de terras e títulos nobiliárquicos, e em contrapartida, a Coroa portuguesa “territorializaria” seu poder nas terras distantes de seus domínios por meio da vassalagem de seus súditos.¹⁸³

No Brasil, os Silva Feijó eram parcela diminuta de uma elite letrada, compondo portanto, aquilo que José Murilo de Carvalho nomeia de “ilha de letrados num mar de analfabetos”¹⁸⁴. Com pouco menos de 20 anos de idade, João da Silva Feijó encontra-se em Portugal

¹⁸¹NOBRE, Geraldo Silva. *João da Silva Feijó, um naturalista no Ceará do Ceará*. Fortaleza, Instituto Histórico do Ceará/GRECEL, 1978.

¹⁸²Idem. p. 23.

¹⁸³A economia da mercê é principalmente discutida por Fernanda Olival. OLIVAL, Fernanda. *As Ordens Militares e o Estado Moderno*. Lisboa: Estar, 2001. No Brasil, conferir também RAMINELLI, Ronald. *Op. Cit.*. Na definição de Rodrigo Ricupero, a economia da mercê fazia parte de uma cultura política onde se engendrava um comunitarismo de Estado, “uma monarquia patrimonialista em que toda a riqueza nacional era propriedade do rei, que a repassava aos seus servidores, na forma de benefícios diversos, prendendo-os ao poder. Enfim, os mais diversos serviços, prestados ou prometidos, e as mais variadas mercês eram trocados entre Coroa e seus vassalos”. Cf. RICUPERO, Rodrigo. Governo-geral e a formação da elite colonial baiana no século XVI. In: BICALHO, Maria Fernanda & FERLINI, Vera Lúcia Amaral. (orgs.) *Op. Cit.*

¹⁸⁴CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: A Elite Política Imperial; Teatro de Sombras: a Política Imperial*. 2ª Ed.. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Relume-Dumará, 1996.

complementando seus estudos. Forma-se em Engenharia e Ciências Naturais¹⁸⁵, e, segundo Silva Nobre, ainda jovem assume a cátedra de botânico na Academia Militar de Lisboa, através desta última instituição entra em contato com um dos grandes incentivadores no processo de reforma da Universidade de Coimbra, Domenico Vandelli, que ao lado de D. Rodrigo de Sousa Coutinho¹⁸⁶ empreende uma série de medidas no sentido de mapeamento e pesquisas dos recursos naturais no Império Ultramarino Português, nas sucessivas propostas de “melhorias” e intervenções nas diferentes capitanias do Império.¹⁸⁷

Como parte desse empreendimento, Silva Feijó assume o cargo de naturalista nas ilhas de Cabo Verde no período de 1783 a aproximadamente 1797, onde também é nomeado secretário de governo, continua mantendo contatos com as instituições reformadas e recém criadas em Portugal, como a Universidade de Coimbra. Torna-se sócio-correspondente da Academia Real de Ciências de Lisboa, e continua enviando “objetos de História Natural” para o Museu Real da Ajuda.¹⁸⁸

Faz-se importante, nesse sentido, explorar os escritos de João da Silva Feijó e sua iniciação nos domínios ultramarinos da Coroa lusitana, onde começa a relatar e a escrever memórias econômicas e políticas acerca do mundo natural e da sociedade com a qual se depara, exercitando seu olhar de naturalista, a prática do estranhamento, e ainda, exercício de um olhar aguçado para as transformações históricas ocasionadas nas ilhas, buscando encontrar as razões para um período

¹⁸⁵Há algumas divergências em relação ao lugar onde João da Silva Feijó teria complementado seus estudos em Portugal. Geraldo da Silva Nobre, por exemplo, afirma que Silva Feijó teria estudado na Academia Militar de Lisboa – Academia Real da Marinha, onde provavelmente teria conhecido Bernardo Manoel de Vasconcelos, primeiro Governador Geral da Capitania autônoma do Ceará entre 1799 e 1802.

¹⁸⁶Dom Rodrigo de Sousa Coutinho (1755 – 1812), a partir de 1796 substitui Martinho de Melo Castro no Ministério dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, grande incentivador das viagens exploradoras dos domínios lusitanos no Ultramar, além de idealizador de diversas instituições científicas, artísticas e editoriais.

¹⁸⁷NOGUEIRA, Paulino. O Naturalista João da Silva Feijó. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza: ANO II, TOMO II, 1888, p. 247-276.

¹⁸⁸PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. Um jovem naturalista num ninho de cobras: a trajetória de João da Silva Feijó em Cabo Verde em finais do século XVIII. In: *História, questões e debates*. n. 36, Curitiba: Editora UFPR, 2002, p. 29-60.

classificado pelo jovem naturalista como de decadência econômica e política nas Ilhas.

Do mesmo modo, cabe atentar para a análise de seus escritos quanto a esse período, pela razão de que muitas dessas experiências nas ilhas e domínios ultramarinos, fazem parte de sua formação, e ainda por ser um longo período de estadia, de aproximadamente 14 anos, que, de certo modo, arma seu olhar para as análises do mundo natural e para as sociedades com o qual se depara. Seus principais escritos nas ilhas de Cabo Verde, publicados na Academia Real de Ciências de Lisboa, versam sobre as erupções da Ilha do Pico do Fogo, sobre as possibilidades dos melhoramentos no cultivo do anil e urzela e ainda uma ensaio político sobre as ilhas, versando sobre aspectos topográficos, geográficos, políticos, econômicos e sociais.

Dentre a produção de João da Silva Feijó sobre as ilhas de Cabo Verde destacam-se o “Ensaio político sobre as Ilhas de Cabo Verde”, publicado nas Memórias Econômicas da Academia Real de Ciências de Lisboa, e posteriormente na Revista Científica e Literária do Rio de Janeiro, “O Patriota”; a “Memória sobre a Fábrica Real de Anil da Ilha de Santo Antão”, a Memória sobre a última erupção vulcânica da Ilha do Fogo, publicadas também entre as Memórias Econômicas da Academia de Ciências de Lisboa.

No início da década de 1780, segundo Simon, os projetos de Domenico Vandelli tratavam sobre uma grande expedição à América portuguesa que contaria com uma extensiva equipe de riscadores, cartógrafos e naturalistas luso-brasileiros de reconhecida competência¹⁸⁹. Tal equipe seria encabeçada pelos naturalistas Joaquim José da Silva e Alexandre Rodrigues Ferreira, nascidos na Bahia; Manuel Galvão da Silva e João da Silva Feijó, nascidos na Capitania do Rio de Janeiro.

No entanto, em 1782, os planos foram modificados em decorrência da designação do naturalista Manuel Galvão da Silva como secretário de governo para Moçambique e Joaquim José da Silva como secretário de governo para Angola, cabendo então a somente Alexandre Rodrigues Ferreira à exploração de uma imensa região na América portuguesa. Ferreira, em setembro de 1783, foi o responsável pela maior e mais impressionante das viagens filosóficas portuguesas:

¹⁸⁹SIMON, William J. *Scientific Expeditions in the portuguese overseas territories (1783-1808): and the role of Lisbon in the Intellectual-Scientific Community of the late Eighteenth Century*. Instituto de Investigação Científica Tropical: Lisboa, 1983.

“acompanhado pelo jardineiro botânico Agostinho Joaquim do Cabo e pelos desenhistas José Joaquim Freire e Joaquim José Codina, percorreu de Belém a Cuiabá, numa viagem que durou nove anos”.¹⁹⁰

A almejada grande expedição de reconhecimento das potencialidades dos recônditos do Brasil por parte de naturalistas de reconhecido valor, conclui Raminelli, se desdobrou “em investigações sobre as conquistas do Império luso na África e em Goa”. Dessa maneira, o naturalista Manuel Galvão da Silva explicita que, “não teria sido por outro motivo, mais, do que considerar Sua Majestade esta África tão interessante nas suas produções naturais, como as demais partes do mundo.”¹⁹¹

Nesse sentido, no intento de reconhecimento das potencialidades em toda a extensão do Império luso, é que com pouco mais de 23 anos, João da Silva Feijó é enviado para as ilhas de Cabo Verde, onde é encarregado dos objetos de História Natural, ao mesmo tempo que ocupa o cargo interinamente de Secretário de governo. Sua leitura sobre o mundo natural e sobre a sociedade são direcionadas sempre para os interesses do Estado e do aumento da Fazenda Real. Faz-se instigante perceber suas leituras científicas da ilha, das produções dos seus habitantes, atentar para as ideias e valores acerca do mundo natural e ainda a própria compreensão e representação dos modos de vida das populações das ilhas.¹⁹²

Nos seus primeiros escritos acerca das ilhas de Cabo Verde, datados de 1785, quando de sua observação da erupção vulcânica na Ilha

¹⁹⁰CAMARGO-MORO, Fernanda & NORONHA, Andréa (org.) *O Gabinete de Curiosidades de Domenico Vandelli*. Coleção da Fundação BNP Paribas. Rio de Janeiro: DANTES Editora, 2008, p. 338.

¹⁹¹Petição de Manuel Galvão da Silva ao governo interino. Moçambique, 23 de junho de 1784. In: RAMINELLI, Ronald. *Viagens Ultramarinas: Monarcas, Vassalos e Governo à distância*. São Paulo: Alameda, 2008, p. 80.

¹⁹²Instigantes discussões acerca da presença e dos trabalhos de João da Silva Feijó nas ilhas de Cabo Verde já foram desenvolvidas por: PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. Op. Cit., _____. Um Brasil imperfeito ou de como a África foi vista por brasileiros em finais do século XVIII. *ANAIS DA V JORNADA SETECENTISTA*. Curitiba, novembro de 2003. RAMINELLI, Ronald. Op. Cit, p. 80. E ainda CORREA, Sílvio Marcus de Souza. Primeiras contribuições do pensamento ilustrado brasileiro a uma História da África. *Revista Eletrônica Tempo Presente*, 2013. disponível em: http://www.tempopresente.org/index.php?option=com_content&view=article&id=5852:primeiras-contribuicoes-do-pensamento-ilustrado-brasileiro-a-uma-historia-da-africa&catid=92:edicao-do-mes-de-setembro-2013&Itemid=226

do Fogo, Silva Feijó expressa os seus conhecimentos acerca dos debates entre os historiadores naturais e os químicos do período, quando analisa a composição mineral do material expelido pelo vulcão, o naturalista escreve:

Finalmente outras substâncias salinas ammoniacaes e mistas, se encontram pelas cavidades das lavas (...) notando-se entre ellas um muriate ammoniacal de sabor mais urinoso com mistura de magnesia, o qual se sublima pelas abobaddas, fendas e canaes subterraneos à proporção que o calor se extingue nas lavas (...), produto, ou (como se pensava ultimamente, antes da revolução chimica) da combinação do ácido marinho, proveniente da decomposição do sal marinho, como alkali volátil, produzido da transmutação do alkali mineral pela união com o ácido phosphorico do fogo; ou (como se persuadem hoje os novos chimicos) da combinação do ácido muriático, ou marinho com o ammoniaco, resultado da união do hydrogeno de água com o azote do ar, decompostos pela absorbição de seus oxigenos pelos combustíveis incendiados no acto da inflamação subterrânea.¹⁹³

Entretanto, mesmo esses debates acirrados entre os homens de ciência da época não eram suficientes para Silva Feijó e grande parte de seus pares na Academia Real de Ciências de Lisboa, para explicar totalmente os fenômenos. Dessa forma, o naturalista conclui que mesmo em suas mais obstinadas perscrutações do mundo da natureza, estaria ainda distante de certezas absolutas, posto que:

A verdade só Deos a sabe; visto que a Natureza sempre reservada em seus trabalhos, ordinariamente só nos mostra resultados, occultando-nos os meios e modos de os conseguir. Tanta é a incomprehensível sabedoria do Grande

¹⁹³Memória sobre a erupção volcânica da ilha do Fogo succedida em 24 de janeiro do anno de 1785, observada e escrita por João da Silva Feijó, naturalista que foi encarregado por sua Magestade do Exame philosophico das ilhas de Cabo Verde, Lisboa, 1797. In: *Memórias Economicas da Academia de Sciencias de Lisboa*. In: Memórias da Academia Real das Sciencias de Lisboa. Primeira Classe de Sciencias Mathematicas, Physicas e Naturaes. Lisboa: Na Typographia da Academia, 1857, p. 24.

Architecto do Universo, que obriga ao rebelde,
pela contemplação de suas obras, a beijar a Mão
que cria, ordena, e conserva toda esta Grande
Machina, que se chama Mundo Physico.¹⁹⁴

Em grande medida, essas ideias sobre o mundo natural, entendida como uma “Grande Machina” construída pelo “Grande Architecto do Universo”, eram difundidas já nos Estatutos da Universidade de Coimbra, publicados em 1772, e que teve Domenico Vandelli e o próprio reitor da Universidade, o luso-brasileiro Dom Francisco de Lemos, como grandes artífices. Nos Estatutos, as funções atribuídas aos naturalistas seriam justamente a de inquirir estas verdades. Tais filósofos e naturalistas formados na instituição estariam aptos a forçar a “natureza a declarar as verdades escondidas, que por si mesma não que manifestar, senão sendo perguntada com muita destreza e artificio”.¹⁹⁵

Dessa maneira, no entrelaçamento da leitura do mundo natural, entendido como a maquinaria de um arquiteto superior e a suposição de que caberia ao naturalista desvendar os mistérios encerrados na natureza, é possível evidenciar, em um primeiro aspecto, as formas e as concepções de natureza de grande parte dos estudiosos enviados à extensão do Império ultramarino. Por outro lado, tal forma é devedora e, em grande medida, resultado da difusão das ideias no reino, de uma política cultural que filtrava o que seria veiculado acerca das concepções de natureza.

Nesse sentido, como esclarece Lilia Schwarcz, em Portugal se gestava “um Iluminismo complexo, animando a leitura de algumas obras e mantendo a proibição de outras.”¹⁹⁶ Em certo sentido, a composição da Real Mesa Censória, discutida em linhas gerais no primeiro capítulo permite vislumbrar as ideias que tiveram permissão de serem veiculadas.

¹⁹⁴Memória sobre a erupção volcânica da ilha do Fogo. In: *Memórias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*. Primeira Classe de Sciencias Mathematicas, Physicas e Naturaes. Lisboa: Na Typographia da Academia, 1857, p. 25.

¹⁹⁵Estatutos da Universidade de Coimbra / compilados debaixo da immediata e suprema inspecção d'el-Rei D. José I pela Junta de Providencia Litteraria. Ultimamente roborados por sua magestade na sua Lei de 28 de Agosto deste presente anno. - Lisboa : Na Regia Officina Typografica, 1772. - 3 vol; Digitalizados, disponível em: https://bdigital.sib.uc.pt/bg1/UCBG-R-44-3_3/UCBG-R-44-3_3_master/UCBG-R-44-3/UCBG-R-44-3_item1/index.html

¹⁹⁶SCHWARCZ, Lilia Moritz. Op. Cit., p. 108.

Os principais censores, explicita Schwarcz, provinham da ala reformista da Igreja, como o Frei Manuel do Cenáculo Vilas Boas (1724-1814); o padre Inácio de São Caetano e Dom Francisco de Lemos, reitor da Universidade de Coimbra. Ainda, o entendimento do que seja a *natureza* ancorada na ideia de uma maquinaria, seria devedora de concepções, ideias e valores que estavam sendo veiculadas no interior do continente europeu, mormente as ideias sobre a “economia da natureza”, as “teorias do dessecamento”, o pensamento econômico fisiocrata e a gestação da “filosofia natural” enquanto política.

Assim, dentro das suas condições de possibilidades, a partir do fluxo de ideias que circulavam no reino, em suas representações e ideias de natureza, Silva Feijó oscila entre divergentes planos de observação do mundo natural. Por um lado, evidencia o conhecimento do plano de observação que lhe concederia maior liberdade de expressão das formas, sentimentos e valores compartilhados com seus pares, na compreensão dos fenômenos e na composição das paisagens, formas mais poéticas de apreender e representar o mundo natural:

que pintura eu não traçaria hoje, se soubesse manejar o subtil pincel de um Píndaro, ou de um Virgílio! os horrosos urros, e estampidos no interior das montanhas da Ilha, que ferindo os ares, faziam tremer toda a terra; as aberturas de multiplicadas bocas, que a cada passo se abriam vomitando com fúria as mais vivas, e ardentes chammas, parecendo quererem incendiar todo o Universo; os corpos de diferentes tamanhos, envolvidos em negro e espesso fumo, que espellidos do interior do Pico, e subindo às nuvens mostravam atacar os Ceos, e apagar a luz do Sol, cahindo depois na mesma fornalha subterranea; o espanto dos outros animaes, que sem tino corriam precipitadamente a escapara à vida; a diversidade em fim das producções, que depois se deixou vêr, servindo umas de ornamento o mais vistoso e mosaico, das grutas e cavernas, e outras de formalizar às serias contemplações do Philosopho¹⁹⁷

¹⁹⁷Memória sobre a erupção volcânica da ilha do Fogo. In: *Memórias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*. Primeira Classe de Sciencias Mathematicas, Physicas e Naturaes. Lisboa: Na Typographia da Academia, 1857, p. 18.

Por outro lado, Silva Feijó é o responsável por uma leitura clara e objetiva deste mesmo mundo natural, suas formas de representação, nesse sentido, estariam submetidas aos anseios e expectativas gestados no reino para as formas mais racionais de aproveitamento das potencialidades das colônias ultramarinas. E desse modo, as obrigações para com os interesses da Coroa seriam os de primeira ordem a serem respeitados, o que acaba por armar o seu olhar em relação ao mundo natural, às formas de organização social dos habitantes e à forma como lê e representa os fenômenos.

Entre o evento da erupção vulcânica, ocorrido e observado por Silva Feijó em janeiro de 1785, e sua publicação pela Academia Real de Sciencias, somente em 1797, o mais provável é que a pequena explicação com as formas possíveis de representação por parte do naturalista tenha sido escrito posteriormente, deixando somente em forma de prefácio a sua apropriação e forma poética de ver e representar os eventos. Silva Feijó, afirma a sua escolha de representação almejando aliar os interesses políticos e econômicos da Coroa, com os seus interesses e anseios, sejam eles o seu reconhecimento enquanto fiel vassalo engajado nos projetos de aumento da Fazenda Real da Coroa, ou mesmo, o seu reconhecimento enquanto homem de ciência nas fímbrias do Império colonial. Ilustrado que busca explorar as potencialidades das possessões de forma mais racional. Assim, Silva Feijó explicita:

todas estas vistas, digo eu, seriam sem dúvida sufficientes para o mais vistoso, e curioso quadro; porém satisfeito em cumprir com os deveres de fiel observador, passo a relatar o mais claro que me for possível, quaes foram os phenomenos, e produções desta nova erupção, *e qual seja a utilidade que dellas poder-se-hia tirar com vantagem do Estado e daquelles miseraveis insulares*: tal é o objectivo do seguinte discurso, a que chamo memoria sobre a ultima erupção do Pico volcanico da ilha do Fogo, para servir de supplemento á história philosophica da mesma Ilha.¹⁹⁸(grifos meus)

¹⁹⁸Memória sobre a erupção volcânica da ilha do Fogo. In: *Memórias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*. Primeira Classe de Sciencias Mathematicas, Physicas e Naturaes. Lisboa: Na Typographia da Academia, 1857, p. 18.

Portanto, o intuito em ser útil aos interesses econômicos veiculados no centro do reino e ao aumento da Fazenda Real em suas investigações filosóficas guiavam o olhar do naturalista nesses seus primeiros anos de exploração dos territórios ultramarinos. O mesmo alinhamento pode ser percebido nas demais memórias econômicas acerca das Ilhas de Cabo Verde, a *Memória sobre a Fábrica Real do Anil na Ilha de Santo Antão* e a *Memória sobre a Urzella de Cabo Verde*. De forma concomitante, o naturalista aproveita ainda para lançar projeções políticas de melhoramentos a partir de suas leituras das situações com as quais se depara. Acerca da fábrica de anil das ilhas de Cabo Verde, por exemplo, Silva Feijó, escreve uma memória econômica onde enumera os erros e o que considera ser as formas irracionais de utilização das potencialidades da Ilha por parte dos vassalos da Coroa, habitantes das ilhas. Busca portanto sanar as dificuldades no preparo e prescrever “o mais abreviado que for possível, hum verdadeiro e fácil methodo para fazer, e obter anil em maior quantidade, e de melhor qualidade.”¹⁹⁹

No entendimento do jovem naturalista, sua leitura do mundo natural possuía uma forte obrigação para com a Coroa lusitana, tal leitura deveria se entrelaçar nas novas projeções políticas que estavam sendo gestadas no reino, no âmbito dos melhoramentos engendrados e que possuíam às populações das mais distantes possessões da extensão do Império colonial português como alvo de transformação. Em suas observações, ainda acerca da Fábrica Real de Anil das ilhas de Santo Antão, Silva Feijó, demonstra de que maneira estariam imbrincadas as práticas e os usos dos habitantes e aos supostos melhoramentos empreendidos, que resultariam na melhor arrecadação da Fazenda Real e consequentemente, na melhoria das condições de vida dos vassalos da Coroa:

Eis-aqui as minhas reflexões sobre o estado presente da Real Fábrica do anil da Ilha de Santo Antão, e os meios que me parecerão necessários applicar-se para o seu melhoramento, de que resultará algum interesse fysico, tanto à Fazenda Real daquela Ilha, como a seus miseráveis habitantes, que tendo em que se entretenham, e se occupem com algum lucro, virão a ser menos

¹⁹⁹Memória sobre a Fábrica Real de anil na Ilha de Santo Antão. In: *Memórias da Academia Real das Sciencias de Lisboa para o adiantamento da Agricultura, das Artes, e da Indústria em Portugal, e suas conquistas*. Tomo I. Lisboa: Na Officina da Academia Real das Sciencias, 1789, p. 407.

miseráveis, e menos ociosos; pois que, aumentando-se a cultura do anil, aumentará a manobra da Fábrica; e augmentada esta, será occupado maior número de indivíduos da Ilha, que deixam de ter o próprio sustento por não terem aonde cultivem para passarem a vida, e onde se entretenhão para o seu melhoramento: tal é na verdade o mísero estado de 10.000 vassallos de S. Magestade habitantes daquela rústica, brava, inacessível, porém fertilíssima ilha de Santo Antão. Estas são as minhas reflexões, que tenho a liberdade de apresentar; cuja comprobabilidade não depende senão do grande, e inimitável zelo do Illustríssimo Governo, determinando o pleno cumprimento dos meios apontados.²⁰⁰

Por outro lado, nas leituras e investigações empreendidas acerca do mundo natural e das potencialidades das possessões ultramarinas reside também uma leitura e representação depreciativa dos seus habitantes, da sua organização social e de seus modos de vida. As dificuldades e os entraves aos projetos coloniais e aos anseios em relação aos “melhoramentos” empreendidos são, em grande medida, representados como dificuldades impostas pela rusticidade, pela má-vontade e, principalmente pela indolência dos habitantes. No caso de Silva Feijó, essa leitura depreciativa fica evidente, por exemplo, em sua *Memória sobre a Urzella de Cabo Verde*. O naturalista explica a seus pares no reino que dentre as principais dificuldades em relação ao melhor aproveitamento do vegetal tintório, estaria o desconhecimento por parte do Urzelleiro do tempo de maturação da planta:

Sendo a Urzella colhida fora de tempo, nem será capaz para a Tinturaria, nem lucrativa a quem a colhe; porquanto, sendo nova, precisará de huma maior quantidade para dar hum peso equivalente ao trabalho empregado; à vista do que, não havendo regulamento estabelecido para determinaro tempo e o lugar da devida colheita; sendo livre ao urzelleiro apanhá-la como, quando, e aonde quer: serão infallíveis consequencias, como tenho ponderado, os dous males, a diminuição da annual colheita, e a sua má ou

²⁰⁰Idem, p. 421.

inferior qualidade; pois que andando os Urzelleiros sem discernimento a colher continuamente a Urzella, porque não achão sufficiente grandeza para a arrancarem à mão, raspão com ferros as mesmas pedras, em que ella se cria; vindo por isso também muita terra à Urzella; e não a deixando já mais crescer, medrar, nem fecundar ou propagar.²⁰¹

Por um lado, tal preocupação com as colheitas da urzela estava ancorada na ideia veiculada no reino de que se devia imiscuir entre as populações da extensão do império ultramarino o melhor aproveitamento e as formas de utilização de modo mais racional dos recursos naturais e das potencialidades que cada uma das capitânias do Império poderiam demonstrar. Tal preocupação evidencia, se não um projeto político de maior amplitude, ao menos uma projeção de transformação das atitudes dos habitantes da extensão do Império em suas formas de lidar com o mundo natural, buscando as formas mais racionais, no mesmo sentido que ancoravam-se nas formas mais utilitaristas e antropocêntricas de aproveitamento de recursos naturais.²⁰²

Nesse sentido, o aproveitamento dos recursos na extensão do Império passava pela leitura, apropriação e representação do que seriam os maiores empecilhos ao “desenvolvimento” das colônias ultramarinas e, conseqüentemente, às melhores formas de arrecadação do Erário Régio. Em grande medida, as populações das mais diversas Capitânias do Império ultramarino eram eleitas, com a preguiça, indolência e má-vontade, como os maiores vilões e empecilhos aos melhoramentos empreendidos. Tal leitura, e apropriação acarreta nos escritos do naturalista Silva Feijó em uma série de representações depreciativas dos habitantes das Ilhas.

No entanto, é em seu *Ensaio político sobre as ilhas de Cabo*

²⁰¹Memória sobre a Urzella de Cabo Verde, por João da Silva Feijó. In: *Memórias Econômicas da Academia de Sciências de Lisboa, para o adiantamento da Agricultura, das artes e da indústria em Portugal e suas conquistas*. Tomo V. Lisboa: Na Officina da mesma Academia, 1815, p. 153.

²⁰²Para uma excelente discussão do pensamento político e as apropriações do mundo natural pela elite ilustrada luso-brasileira conferir PADUA, José Augusto. *Op. Cit.*, Ver também acerca do “espírito pragmático” dos naturalistas e sua ânsia de transformação e aproveitamento do mundo natural. DIAS, Maria Odila Leite. *Op. Cit.*

Verde para servir de plano à História filosófica das mesmas, que a leitura depreciativa da organização social e dos modos de vida dos habitantes se faz mais candente. Embora seja bastante instigante esse esforço por parte dos ilustrados luso-brasileiros de compreensão das populações das possessões ultramarinas, em grande medida, esse mesmo esforço de compreensão tem por finalidade a transformação dessas mesmas populações no sentido de torná-las úteis aos projetos coloniais gestados no reino e ao aumento da Fazenda Real.

Cabe lembrar também que essa análise das populações era uma orientação central empreendida por Domenico Vandelli em suas *Viagens filosóficas ou dissertação sobre as importantes regras que o filósofo naturalista, em suas peregrinações, deve principalmente observar*. Vandelli explicita a importância em:

examinar os edifícios públicos e particulares, a estrutura dos templos, das casas, a sua arquitetura bárbara ou polida; as matérias de que se servem para a sua construção e as suas comodidades; a polícia e costumes dos povos; o modo de as fazer as suas núpcias, festas funerais, até as últimas funções sepulcrais, dependente tudo da religião dominante ou da antiga superstição dos povos; notar o hábito dos homens, isto é, a sua estatura, fisionomia e figura; a sua propagação, fazendo se for possível, nos lugares povoados, o catálogo dos vivos e dos mortos; se passam uma vida casta ou dissoluta, servindo-se igualmente da monogamia ou poligamia; se as mulheres são fecundas ou estéreis; de que modo educam seus filhos; quais são os seus vestidos e de que os fabricam; os alimentos e as bebidas de que usam e às que são mais inclinados, onde entram os panifícios e o modo de moerem os grãos, os fornos de que se servem para isso, os frutos e os sucos de que preparam os seus vinhos; se vivem de caça, se da pesca; os instrumentos próprios não só para isso mas também para as canoas perigosas, barcos ou navios, agricultura, horticultura, notando as matérias de que fabricam umas e outras coisas; como são as dos barcos em que navegam, as mercadorias, as suas armas, os instrumentos músicos ou de guerra. A isto se reduz o que os

naturalistas chamam conhecimento físico e moral dos povos.²⁰³

O naturalista paduano buscava dessa forma imiscuir nos jovens filósofos naturalistas, em uma primeira acepção, a curiosidade acerca da organização social das populações nas possessões ultramarinas, e, por outro lado, o reconhecimento das maneiras de transformação dos habitantes do ultramar, no sentido de torná-las úteis para o engrandecimento do reino. Assim, os jovens filósofos naturalistas, deparando-se com as realidades complexas das populações ultramarinas empreendem esse esforço de compreensão da organização social de forma sincrônica, por um lado, da maneira como se deparam com as mesmas no momento em que as visitam. Por outro lado, avaliam a partir da historicidade²⁰⁴, de forma diacrônica, as relações que se estabeleceram até o dado momento. Para enfim, lançar projeções segundo os desígnios e anseios gestados no centro do Império colonial lusitano, almejando com isso o que explicitam ser os interesses mais imediatos da *res publica*, ao mesmo tempo que ancoram o Bem Público aos interesses econômicos da Coroa, o aumento da Fazenda Real.

Silva Feijó, em sua análise do “físico e moral dos povos” das Ilhas de Cabo Verde, empreende tal procedimento de análise quando explicita em um tópico denominado “da sua moral, e maneira de viver”:

²⁰³Viagens filosóficas ou dissertação sobre as importantes regras que o filósofo naturalista, nas suas peregrinações deve principalmente observar, por Domenico Vandelli (1779). In: *O Gabinete de Curiosidades de Domenico Vandelli*. Dantes Editora, 2008, p. 96.

²⁰⁴No mesmo período ideias semelhantes acerca da historicidade e da cultura haviam sido gestadas também na península itálica por Giambattista Vico em seu “*Princípios de Ciência Nova em torno da natureza comum das nações*”. Publicado em Nápoles em 1744. É difícil afirmar o quão difundida teria sido essa obra na península itálica na segunda metade do século XVIII, e não há evidências suficientes acerca do contato de Domenico Vandelli com a mesma. No entanto, se faz ao menos instigante atentar para as características comuns que haviam sido ressaltadas por ambos os estudiosos acerca da “cultura”, dos “modos de viver”, e “da natureza comum de todas as nações”. Giambattista Vico havia pensado os principais parâmetros do que chama de “Ciência Nova”, comum a toda a humanidade, as formas distintas de prestar homenagens aos mortos, as formas de associação matrimoniais e ainda as formas de culto a algum tipo de divindade como elementos que compunham a natureza comum de todas as nações.

nesta dispersão, adquirindo estes povos geralmente com o tempo hum espírito livre, e quasi selvagem, vive cada hum em sua choupana, ou pequeno domicílio sem educação alguma, sem sugeição, e quasi sem Religião. Esta falta da devida educação popular, que faz distinguir o povo civilisado do bárbaro, até mesmo nos primeiros elementos da Religião, ainda naquelles que se devião considerar perfeitos nestes importantes deveres, os faz supersticiosos, e quase semelhantes nos seus costumes, modo de viver, e de se vestir, de fazer suas núpcias, funeraes, e criar seus filhos &c, ao Gentio da Guiné, de quem se pode dizer herdarão, e atualmente recebem pelo trato familiar com a escravatura.²⁰⁵

A análise e a representação dos habitantes de maneira depreciativa, no entanto, ocorre quando Silva Feijó atenta para os fatores econômicos, então, as produções das populações nativas passam a ser entendidas como contraproducentes aos interesses econômicos gestados no centro do Império colonial. Por exemplo, em sua análise das razões da decadência da cultura do anil nas ilhas, Silva Feijó entende os cultivos de subsistência dos habitantes como os maiores empecilhos:

nesta manufatura, contra a boa economia, são constantemente empregados debaixo da direção de hum chamado mestre do anil vinte e hum homens, os quaes também são obrigados à cultura da planta, porém como entre as gajes que se lhes permitem he huma dellas a liberdade de poderem semear, e cultivar juntamente com a planta do anil o seu milho, feijão, aboboras, mandioca, tabaco, &c. Necessariamente deve succeder, que abusando elles desta liberdade, paixão, a occasionar o maior damno possível à verdadeira, e principal cultura do anil; pois que, sendo aquelle terreno mui próprio a produzir huma bella qualidade desta planta, e em quantidade, succede pelo contrário,

²⁰⁵Ensaio Político sobre as Ilhas de Cabo Verde para servir à História filosófica das mesmas, por João da Silva Feijó. In: *O Patriota*: Jornal litterário, político e mercantil, &c. do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Na Impressão Régia. Maio-junho de 1814, p. 34-35.

porque estes agricultores levados unicamente dos seus interesses, ou plantão mais milho, abóboras, &c.. e menos anil, ou escolhendo para a sua cultura o melhor terreno, deixam para a do anil o peor²⁰⁶

No entanto, é em seu *Ensaio Político das ilhas de Cabo Verde para servir à História filosófica das mesmas*, que o teor depreciativo em relação às populações nativas se faz mais candente:

Nesta consternação não conhecem, nem manufacturas (à excepção da imperfeita dos seus panos de algodão para o vestuário das suas mulheres, e que a precisão de algum dos nossos gêneros os obrigava a vender aos Comerciantes da Costa da Guiné), nem huma verdadeira cultura não só para terem de sobre, e de reserva os gênerosde primeira necessidade, e para adodirem as futuras urgências de huma fome infallível, com que a Justiça Divina os castiga de tempos em tempo, como também para introduzirem, ou reduzirem a cultura outros importantíssimos gêneros naturaes, como o anil, o algodão, o tabaco, o sangue de Drago, e os exóticos, como o caffè &c. E com que pudessem haver hum Commercio activo, e huma vida mais commoda, mais regular, e mais civilisada.²⁰⁷

No entanto, é acerca das análises do subsolo e dos estudos em mineralogia que Silva Feijó explicita sua maior dedicação e importância acerca da leitura do mundo natural nas Ilhas de Cabo Verde. Em seu estudo publicado em 1797 nas Memórias Econômicas da Academia Real de Sciencias de Lisboa acerca da erupção vulcânica na Ilha do Fogo em 1785, o naturalista esclarece a

²⁰⁶Memória sobre a Fábrica Real de anil na Ilha de Santo Antão. In: *Memórias da Academia Real das Sciencias de Lisboa para o adiantamento da Agricultura, das Artes, e da Indústria em Portugal, e suas conquistas*. Tomo I. Lisboa: Na Officina da Academia Real das Sciencias, 1789, p. 410.

²⁰⁷Ensaio Político sobre as Ilhas de Cabo Verde para servir à História filosófica das mesmas, por João da Silva Feijó. In: *O Patriota*: Jornal litterário, político e mercantil, &c. do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Na Impressão Régia. Maio-junho de 1814, p. 36.

importância que o estudo do mundo físico tem para si, e ainda, de que maneira as antigas concepções e certezas que possuía foram definindo com a experiência e o contato mais próximo com o fenômeno:

parece que a Providência, pela paixão que tenho ao estudo da Mineralogia, quis benigna satisfazer a meus desejos, mostrando-me o horrível espetáculo de uma erupção volcânica na continuação das minhas viagens filosóficas até ali parecia-me que pela lição dos mais célebres contempladores da natureza tinha adquirido assás idéas para comprehender a theoria da Physica Subterrânea, e discorrer sobre as differentes produções, que constituem o estudo da Mineralogia, particularmente a Volcânica; porém desvanceram-se as minhas presumpções à vista do tocante quadro.²⁰⁸

Entre 1797, quando deixa as ilhas de Cabo Verde e 1799, ano em que é enviado à Capitania do Ceará Grande, João da Silva Feijó, supostamente ainda escreve o *Discurso sobre as Minas de Ouro do Brasil*, em que se insere no debate entre os seus pares acerca da crise das atividades mineradoras na América portuguesa e discute as melhores formas de aproveitamento e arrecadação para a Coroa Real. Embora, em sua forma de analisar o mundo natural, as atividades mineradoras fossem apenas uma atividade secundária, segundo suas próprias palavras, a prioridade ao gênero humano seriam as atividades ligadas ao trabalho com a terra. O naturalista chega mesmo a explicitar que “todos sabem que depois da Agricultura, não há arte mais interessante à vida do homem que a dos trabalhos das minas, pelas utilidades que resultam no uso das diversas produções que a natureza cria e esconde nas entranhas da terra”.²⁰⁹

²⁰⁸Memória sobre a erupção volcânica da ilha do Fogo sucedida em 24 de janeiro do anno de 1785, observada e escrita por João da Silva Feijó, naturalista que foi encarregado por sua Magestade do Exame philosóphico das ilhas de Cabo Verde, Lisboa, 1797. In: *Memórias Economicas da Academia de Sciencias de Lisboa*. In: Memórias da Academia Real das Sciencias de Lisboa. Primeira Classe de Sciencias Mathematicas, Physicas e Naturaes. Lisboa: Na Typographia da Academia, 1857, p. 17.

²⁰⁹FEIJÓ, João da Silva. Discurso político sobre as minas do Ouro do Brasil, 1797. In: LOPES, Maria Margaret; SILVA, Clarete Paranhos da. *O ouro sob as*

Esses dois objetos de História Natural, a mineralogia e a agricultura seriam então os principais objetos de estudo do naturalista nos dilatados sertões da Capitania do Ceará entre 1799 e 1816. Os projetos políticos gestados no centro do Império colonial para a Capitania, os arranjos locais junto as populações dos sertões da mesma, as ideias de melhoramentos, e ainda, os anseios e expectativas individuais do próprio naturalista em relação ao seu reconhecimento entre os pares, se entrelaçam em sua experiência em mais uma viagem empreendida pelo naturalista na extensão do Império, desta vez, para explorar os sertões e o interior de uma capitania pouco conhecida do Brasil, a Capitania do Ceará Grande.

3.2. *João da Silva Feijó e a Capitania do Ceará Grande*

Na Capitania do Ceará, a partir de 1799, João da Silva Feijó ocupa o cargo de sargento-mor e naturalista da Capitania, incumbido pela Coroa de observar, descrever e relatar as possíveis riquezas naturais que por ventura encontrasse na região, vencendo o ordenado de 400 mil réis anuais. Ao longo dos subsequentes 17 anos, Feijó escreve sobre a Capitania do Ceará e empreende suas buscas em torno do salitre e dos antigos relatos mitológicos acerca do ouro. Estes conjuntos de mitos e boatos, pululavam desde a presença neerlandesa na Capitania, em meados do século XVII.

Em 1799, depois de uma série de esforços e reivindicações das elites comerciais e dos administradores locais em proveito da autonomia da até então Capitania anexa de Pernambuco, as elites comerciais assinalavam que com maior autonomia a Capitania então receberia as atenções devida, no que concerne às correições por parte dos ouvidores, desobrigas por parte dos clérigos de forma mais regular, melhores atenções no que trata ao “dilatado e rico” sertão a respeito da agricultura e do comércio, e com isso, enfim, com as devidos cuidados e atenção, se poderia ter melhores benefícios para a Fazenda Real e, consequentemente para o “bem público”.

Faz-se interessante atentar para esse duplo esforço empreendido por parte da política administrativa no reino e os esforços da administração e de elementos locais no sentido de maior autonomia para a Capitania. No último quartel do século XVIII, ocorre então uma série de transformações no sentido de maior racionalização administrativa. Na Capitania do Ceará Grande, isso fica evidenciado pela série de reformas empreendidas também no sentido de uma maior tentativa de controle social dos indivíduos dos dilatados sertões. O intento de criação de vilas para os “vagamundos”, o Diretório pombalino em relação aos indígenas e ainda, a maior preocupação com a movimentação destes mesmos indivíduos, como permite inferir o controle dos passaportes, os alistamentos e as licenças.²¹⁰

A Coroa lusitana, em 1799, no então reinado de D. Maria I, concede a autonomia administrativa em relação à Pernambuco, e, além

²¹⁰GOMES, José Eudes Arraes Barroso. *Um escandaloso teatro de horrores: A Capitania do Ceará sob o espectro da violência*. Imprensa Universitária/UFC: Fortaleza, 2010. Principalmente o Capítulo IV: “*As paternas providências d’El Rey*”: racionalização, reformas e controle social nos sertões Vilas para os “vagamundos”, diretórios para os índios e dízimos para El-Rey.

de uma mais incisiva atenção voltada para perscrutação de minérios e outros recursos naturais, que já vinham sendo efetuados desde meados do século XVIII, fita ainda maior atenção à agricultura, ao comércio e à navegação, que a partir de 1803, possuiria seu fluxo direto para o Reino. Outro ponto, no entanto, é extremamente destacado nas tais projeções de “melhoramentos” para a América portuguesa, e no caso que aqui se discute, para a Capitania do Ceará, o conhecimento “físico e moral dos povos” e a conseqüente “necessidade de sua civilização”.

Os projetos dos supostos “melhoramentos” para a Capitania, principalmente aqueles que concernem as atividades ligadas à agricultura e comércio incidiam diretamente sobre a leitura que se fazia da população que ocupava a Capitania, e conseqüentemente às projeções que se ancoravam numa suposta necessidade de transformação do comportamento e dos seus modos de vida. Esse entrelace entre a leitura e representação do mundo natural, assim como as negociações e projeções lançadas sobre as populações da Capitania, são candentes nos mais diversos escritos do naturalista Silva Feijó, também no período em que reside na porção setentrional da América portuguesa.

A partir de 1799, coincidindo com a separação e autonomização da Capitania do Ceará em relação a Pernambuco, e durante os subsequentes 17 anos, João da Silva Feijó passa então a perscrutar as potencialidades da Capitania, produz uma série de “*Memórias*”, buscando compreender e dar a ver a Coroa os aspectos da terra, da fauna, da flora e das características de seus habitantes, atentando especialmente em suas memórias para as potencialidades minerais, para as projeções de melhorias nas atividades agrícolas e ainda para os “aspectos físicos e morais dos povos”. No que concerne à produção do naturalista e sargento-mor na Capitania do Ceará, destacam-se: a *Memória sobre a Capitania do Ceará*, escrita em 1810²¹¹; A *Memória Econômica sobre o Gado Lanígero da Capitania do Ceará, com os meios de organizar os seus rebanhos por princípios ruraes, aperfeiçoar a espécie actual das ovelhas, e conduzir-se no tratamento dellas, e das suas lãs em utilidade geral do Commercio do Brazil, e prosperidade da mesma Capitania*, publicada pela Impressão Régia no Rio de Janeiro, em 1811; A *Memória sobre as antigas Lavras do Oiro da Mangabeira da Cappitania do Siará*, escrita em dezembro de 1800; e a *Memória sobre os mineraes de ferro do Cangaty do Xoró*

²¹¹Publicada por “*O Patriota*”, Jornal Literário e científico do Rio de Janeiro em 1814, e posteriormente pela Revista do Instituto do Ceará, em 1889, dois anos após a fundação da Revista.

na *Capitania do Ceará*, escrita em 1814. Suas representações acerca da Capitania ainda concernem a uma série de mapas e representações cartográficas, como a *Carta topográfica do Seará a Mina do Salpetra descoberta no sítio da Tabajuba*; e a *Capitania do Ceará, Dividida pelo Campo Illuminado de cor*, cartografada também por volta de 1800, a *Carta Demonstrativa da Capitania do Ceará para servir de plano a sua Carta topográfica*, de 1810; e *Carta topográfica da Capitania do Ceará*, elaborada em 1812, com o auxílio do padre João Ribeiro de Pessoa de Mello e Montenegro, importante pensador liberal residente em Pernambuco no final da década de 1810.

Durante esses 17 anos na Capitania, galga degraus na hierarquia militar, passa de Sargento-Mor a Tenente-Coronel. Já em 1802, entra em conflito com alguns administradores da Capitania, deixando inferir as divergências entre os projetos coloniais gestados no reino e os projetos gestados por parte dos administradores da Capitania. Divergências que concernem principalmente em relação aos projetos de perscrutação e exploração do mundo natural no Ceará.

Um dos conflitos ocorreu entre Feijó e o representante da tesouraria Francisco Bento Maria Targine em relação à criação dos laboratórios volantes de exploração do salitre. Em carta direcionada à Coroa lusitana, o tabelião Targine escreve pedindo que:

Seja servido mandar suspender a extração do salitre nesta Capitania e a continuação das obras do laboratório de lixiviação e chrisalização do dito gênero na Tatajuba, e da refinação dele nesta villa, cuja despeza montará acima de 20 mil cruzados, e isto apezar dos fantásticos *planos do intrigante Naturalista João da Silva Feijó* e das aparentes máximas com que pretende sobre eles levantar o edifício de seu interesse e fortuna, valendo-se da illiberalidade das vistas do finado governador.²¹²

Na Capitania do Ceará Grande, João da Silva Feijó adianta-se a um grande número de viajantes estrangeiros que posteriormente atravessam a Capitania, e que, que com olhos armados com as lentes da ciência e a taxonomia lineana, povoam com a nomenclatura científica a fauna e a flora do território. Flora Süssekind tece alguns comentários

²¹² Representação de Francisco Bento Maria Targine (18.11.1802). In: NOGUEIRA, Paulino. *Op. Cit.* pp. 256-257.

valerosos acerca dessa tensão e dessa ânsia de viajantes-narradores estrangeiros e brasileiros, nessa corrida ao interior em busca do distinto, do exótico, pelo ‘novo’, enfim, a ser catalogado, classificado, nomeado e aproveitado de alguma maneira. Flora explicita que:

No caso de terras recém-descobertas, lugares ainda sem nome, o sujeito, eterno Adão, de fato não pertence a elas, mas caberia a ele dar nome ao que vê, dar a partida para a inscrição de tais locais no mundo dos brancos, dos mapas e do tempo histórico. Sua origem marcaria a origem dessas ilhas aos olhos do ocidente e sua mudança de um estado de pura natureza para uma corrida em direção ao que este viajante entendesse por civilização, semente a ser lançada por ele, nessa terra que crê, paradisíaca ou infernalmente em branco.²¹³

Evidente que o caso do naturalista Feijó não é exatamente esse, a Capitania do Ceará não se constituía como um espaço totalmente em branco nos mapas e nas terras pertencentes ao Império lusitano, no entanto, talvez o fosse no que concerne ao âmbito das ciências e do efetivo reconhecimento, povoação, exploração e principalmente, no que trata a essa cara ideia de “civilização” das suas terras e de suas gentes.

Cabe salientar, no entanto, que apesar de não ser propriamente um “espaço em branco” no sentido pensado no clássico livro de Joseph Conrad, através do procedimento de escrita das suas memórias filosóficas e representação em um âmbito mais alargado, com suas publicações, posteriormente, na Revista Científica e Literária “*O Patriota*”, Feijó elabora uma certa imagem da Capitania do Ceará para os seus pares, e para os administradores no centro do Império. Circunscreve suas fronteiras através de sua escrita e da elaboração de seus mapas, o que era observado e representado por parte dos demais administradores, capitães-mores e ouvidores como “dilatados sertões” de proporções indefinidas a ser civilizado, devassado e reconhecido, passa a possuir uma imagem mais concreta, com a representação cartográfica indicando os caminhos, rotas, minas, vegetais, serras e recursos naturais a serem melhor aproveitados.

²¹³SÜSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui: o Narrador, a Viagem*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

Por outro lado, a leitura de seus escritos e suas memórias passa então a ser um referencial importante para aqueles que escrevem sobre a Capitania e posterior Província do Ceará ao longo do século XIX, como ocorre com os integrantes da Comissão Científica de Exploração em 1859-61²¹⁴; com Thomaz Pompeu de Sousa Brasil em seu *Ensaio Estatístico da Província do Ceará*, em 1863; com a elaboração da *História da Província do Ceará*, por parte de Tristão de Alencar Araripe, em 1867²¹⁵. Em um âmbito mais alargado, seus escritos se tornam referenciais acerca da prospecção de minérios no Brasil setentrional, sendo utilizados ainda na primeira metade do século XIX pelos viajantes alemães Johann Emmanuell Pohl, Friedrich Sellow e Whilhelm Ludwig von Eschwege.

Cabe salientar, no entanto, as perspectivas e os pontos de vista sobre os quais seus escritos são referendados, aquilo que turva o seu olhar, o que demonstra os seus principais interesses e faz com que seus escritos e memórias sejam partícipes e permitam inferir elementos constituintes de sua visão de mundo. Para ficar em um exemplo contraditório, no que trata as representações acerca da Capitania. Silva Feijó em sua *Memória sobre a Capitania do Ceará*, escrita em 1810, traça uma imagem da Capitania do Ceará que de certa maneira entra em conflito com outros relatos do mesmo período, basta atentarmos para a representação da Capitania elaborada pelo ouvidor Antonio Rodrigues de Carvalho, em 1816. A *Descrição geográfica abreviada da Capitania*, foi por muito tempo atribuída ao ajudante de ordens Antonio José da Silva Paulet, cabe atentar para alguns elementos de tal representação da Capitania por parte do ouvidor, que em sua descrição do mundo natural é completamente distinta da traçada por Silva Feijó.

Rodrigues de Carvalho, no início de sua memória, explicita que “a extensão da comarca e o número de suas villas faz parecer que ella é de muita consideração, porém examinada acha-se de pouca importância em relação à sua extensão e quantidade de villas”²¹⁶. Em

²¹⁴ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de Viagem de Francisco Freire Alemão*. Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 2006.

²¹⁵ARARIPE, Tristão Alencar de. *História da Província do Ceará*: Desde os tempos primitivos até 1850. 2ª edição anotada. Tipografia Minerva: Fortaleza – Ceará, 1958.

²¹⁶Descrição Geográfica Abreviada da Capitania do Ceará, pelo coronel de engenheiros Antonio José da Silva Paulet. In: *Revista do Instituto do Ceará*. Anno XII, 1898, p. 05. Guilherme Studard, no exemplar da Revista do Instituto do Ceará, observa as razões pelas quais a “Descrição geográfica” não poderia ser atribuída ao Coronel de Engenheiros Silva Paulet, e sim, ao Ouvidor da

1816, ano em que Rodrigues de Carvalho ocupava o cargo de ouvidor-geral da Capitania do Ceará, esta possuía 17 vilas, 12 vilas de brancos e cinco vilas de índios, com uma população aproximada de 148 mil habitantes, e destes, por volta de 17 mil indivíduos compunham a população de escravizados da Capitania.²¹⁷ Segundo a impressão do ouvidor, boa parte das vilas estavam condenadas à extinção, as vilas não possuíam hospital, casas de misericórdias e institutos de caridade. As lavouras, segundo o mesmo ouvidor, se reduziam às plantações de mandioca, milho, arroz, feijão e algodão, que seriam as únicas formas de subsistência dos habitantes, assim como a a atividade de criação do gado vacuum.

A imagem representada do mundo natural por Rodrigues de Carvalho, não destoa muito de suas impressões sobre a organização e a vida social da Capitania, para a autoridade colonial, que ressalta ao longo de sua memória a penúria que seria habitar em tais paragens. Para o ouvidor, “apesar das muitas cordilheiras, que circulam, atravessam e se ramificam pela capitania, e das quaes se deviam esperar muitas nascentes nas fraldas das serras, não há rios caudaes. A serra, que circunda a capitania, denominada Serra Grande desde Timonha ao Oeste de Granja até a villa do Jardim, tem grandes nascentes, mas estas pendem para a capitania do Piahy, e vão formar o rio Parnahiba”²¹⁸. Quanto às populações e a diversidade dos habitantes, Carvalho explicita que a pluralidade dá se em razão da criação dos gados, sendo que “em taes fazendas, não há plantações, não só porque seriam necessárias grandes (ilegível) defender dos gados, mas também porque a aridez do terreno mal as admite, à excepção das serras (...) e de alguns lugares pantanosos, tudo mais é inculto.”²¹⁹

Em suma, para o ouvidor as dificuldades em relação aos projetos coloniais na capitania são de difícil execução. Em parte, isso se dá em razão das intempéries climáticas, ressaltando principalmente as irregularidades das chuvas, e por outro lado devido às características

Capitania Antonio Rodrigues de Carvalho. Infere ainda o célebre historiador, que a memória havia sido escrita por volta de junho de 1816.

²¹⁷PINHEIRO, Francisco José. *Notas sobre a formação social do Ceará (1680-1720)*. Fortaleza: Fundação Ana Lima, 2008.

²¹⁸Descrição Geográfica Abreviada da Capitania do Ceará, pelo coronel de engenheiros Antonio José da Silva Paulet. In: *Revista do Instituto do Ceará*. Anno XII, 1898, p. 06.

²¹⁹*Idem*, p. 09.

atribuídas aos habitantes dos sertões da Capitania. Em conclusão de sua descrição geográfica, o ouvidor escreve que:

é conclusão, que esta capitania está sempre nascente, que a população não pode fazer progressos vantajosos, pelas emigrações contínuas, ocorrência de secas, padecimento de moléstias dahi providas; o que tudo definha a espécie, que devia aumentar-se rapidamente, em relação da fecundidade e da propagação, que se antecipa aos doze annos nas mulheres, e o benefício da salubridade do ar na maior parte das villas. Devem entrar em linha de conta a preguiça, o prejuízo de não servir homem forro, ainda que seja preto, a facilidade de se manter de furto de gados, a frequência dos crimes de morte, que perde logo dois homens o morto e o agressor, que ordinariamente escapa não só pela fugida e dificuldade de se apanhar nos longos matos, mas pela indiferença com que os habitantes olham para o crime de morte e a prontidão com que acoitam e dão passagem aos criminozos.²²⁰

Rodrigues de Carvalho ocupou o cargo de ouvidor da Capitania, entre os anos de 1814 a 1816, e tinha por função, ao menos uma vez por ano visitar as vilas nos sertões da Capitania, colher os relatos e as queixas dos seus habitantes em relação aos crimes ocorridos e às dificuldades enfrentadas. Serviço de observação que abre margens para uma leitura crítica e bastante instigante acerca do mundo natural, ao mesmo tempo, o impele a uma leitura sociológica, *avant la lettre*, dos problemas enfrentados pela e para a administração da Capitania.

Embora, haja vários pontos de concordância com Silva Feijó em relação à tal leitura e representação, principalmente acerca dos habitantes da Capitania como empecilhos aos projetos coloniais, no que concerne à leitura e representação do mundo natural, tal representação

²²⁰Descrição Geográfica Abreviada da Capitania do Ceará, pelo coronel de engenheiros Antonio José da Silva Paulet. In: *Revista do Instituto do Ceará*. Anno XII, 1898, p. 13.

se faz bastante distinta do observado e relatado pelo naturalista. Em sua *Memoria sobre a Capitania do Ceará*, escrita em 1810, Silva Feijó explicita que “é necessário ter muito pouco conhecimento do físico da Capitania do Ceará para duvidar das immensas vantagens que ella pode produzir em utilidade dos seus habitantes, augmento do seu commercio e prosperidade geral do Estado”.²²¹

Em certa medida, tal distinção radical entre as representações ancora-se no maior otimismo por parte do naturalista, na sua maior crença nos “melhoramentos” a serem efetuados, e na sua tentativa de melhor condução dos projetos e ideais de desenvolvimento e transformação do mundo natural baseado em meios mais racionais, que são bastante caros à sua formação no reino.

Os principais projetos coloniais levados a cabo pelo naturalista em sua experiência na Capitania do Ceará dizia respeito principalmente à exploração mineralógica, as projeções quanto às melhorias na agricultura, e em menor escala quanto a outras formas de aproveitamento das potencialidades da Capitania, quais sejam os usos mais racionais da vegetação, devido às implicações de sua forma de ler e representar com a filosofia natural como política, de grande importância em sua visão de mundo.

E ainda, cabe salientar as projeções e expectativas empreendidas por parte do naturalista da Capitania quanto à circulação de espécies vegetais e animais. Quanto a estes últimos, as projeções após as leituras do naturalista diziam respeito ao gado lanígero, a ser trazido do continente africano ou da península ibérica, e ainda a importação de camelos, a serem antes aclimatados nas ilhas Canárias e Cabo Verde. Elementos que ficaram, em certo sentido, somente no plano das ideias, mas que são de grande importância para perscrutarmos os horizontes de expectativas dos indivíduos, os projetos discutidos e compartilhados com seus pares no centro do Império, a visão de mundo dos homens de ciência do Império colonial português, assim como as vicissitudes e contradições dos mesmos projetos coloniais.²²²

²²¹ *Memória sobre a Capitania do Ceará*, escripta de ordem superior pelo Sargento-mor João da Silva Feijó, naturalista encarregado por S.A.R. das investigações philosophicas da mesma. In: *Revista do Instituto do Ceará*. ANNO III, 1889, p. 03.

²²² A maneira como os projetos coloniais se conformam e são apropriados por parte do naturalista assim como as projeções de importação de espécies e a política colonial para as fímbrias do império será discutida com mais vagar no capítulo IV: Política, Cultura e Natureza nas fímbrias do Império colonial: Capitania do Ceará Grande (1799-1816).

Nesse sentido cabe atentar que o Império colonial português, como o compreende Alfred Russel-Wood se constituía como “um mundo em movimento.”²²³ Os contingentes administrativos estavam em constante deslocamento pelas mais distantes paragens. Desse mesmo modo, na acepção de Luís Felipe de Alencastro, tais contingentes eram compostos por homens coloniais e homens ultramarinos²²⁴. Dessa forma, na constante circulação pelas possessões ultramarinas, tais homens carregavam consigo ideias, instituições e práticas, muitas vezes a serem postas à prova nos mais recônditos rincões, o Império se constituindo também através da mobilização de mundos, experiências a serem testadas nos mais distantes rincões da extensão do Império ultramarino.

Antes de atentarmos para tais projetos, cabe atentar para a historicidade que envolve os dois principais objetos de investigação e projeção do naturalista Silva Feijó na Capitania do Ceará. As redes de boatos acerca dos mitos geográficos dos sertões, acerca de suas supostas riquezas extraordinárias das regiões pouco exploradas e conhecidas pelos agentes da Coroa portuguesa, e ainda, as projeções quanto à melhoria na agricultura e demais atividades ligadas à terra, que correspondem à formação fisiocrata e os debates gestados no centro do Império colonial português.

²²³RUSSEL-WOOD. A.R.J. Centros e Periferias no Mundo luso-brasileiro, 1500-1808. *Revista brasileira de História*. vol. 18, nº 36. São Paulo, 1998. Cf. Também ALVAREZ, Fernando Bouza. Lisboa Sozinha, quase viúva: A cidade e a mudança da corte no tempo dos Filipes. In: *Penélope: Fazer e Desfazer a História*. Nº 13, Lisboa: 1994.

²²⁴Retomando o que fora explicitado anteriormente no Capítulo I, na concepção de Alencastro, os *homens ultramarinos* eram “aqueles para quem a sede de reconhecimento social radicava no reino e que construíram as suas trajetórias com o fito essencial de regressar à Corte com o acrescentamento do seu estado. Por outro lado, os *homens coloniais* seriam aqueles que se estabelecem nos espaços ultramarinos onde criam fortuna, poder e influência. O centro político reconhece essa enorme experiência e utilizou-a, pensando nele para o exercício de outros postos em outras regiões”. Cf. ALENCASTRO, Luís Felipe de. *O Trato dos Videntes: A formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. Cf. Também BICALHO, Maria Fernanda & FERLINI, Vera Lúcia Amaral. (Orgs.). *Modos de Governar: Ideias e práticas políticas no Império português, séculos XVI ao XIX*. São Paulo: Alameda, 2006, p. 80-81.

3.3. *O ouro e o salitre na Capitania do Ceará*

Não he menos vulgar a *notícia* de se encontrar este precioso Metal em outros sítios na continuação desta Cadêa de montes athe a Serra denominada a Grande²²⁵

Na porção setentrional da América portuguesa, as investigações acerca de minérios, em especial os minérios auríferos, remontam às buscas efetuadas já na primeira metade do século XVI. Tais empreitadas investigativas se davam, entre outras razões, por certa geografia fantástica difundida entre navegadores e aventureiros quinhentistas, e ainda, por certa ideia da configuração geográfica da porção da América que pertencia à Coroa lusitana.

Os mitos geográficos dos sertões ocidentais, como os concebe Sérgio Buarque de Holanda, um conjunto de relatos que no *Quinhentos* faziam referência a reinos áureos ou argênteos, como o do Dourado, de Omágua e de Manoa, e ainda muitos outros que foram repontando ao longo do século XVI, atiçavam a cobiça de soldados e aventureiros. Na realidade, como explicita Holanda, o simples atrativo do ouro, e em menor proporção o da prata, “segundo o exemplo de Potosi, bastaria, independentemente de qualquer elemento fantástico, para autorizar o longo prestígio alcançado por uma região imprecisa, onde depoimentos dos índios faziam presumir que comportava abundantes jazidas de metal precioso”.²²⁶

Mesmo em fins do século XVI, ainda seguindo Sérgio Buarque de Holanda, para além da geografia fantástica, a simples curiosidade pelas terras incógnitas alimentavam tais mitos e incitavam soldados e aventureiros a adentrarem os sertões da América portuguesa. Para Holanda, no século XVI, “não era necessária qualquer fantasia aventureira, senão uma crédula e precavida curiosidade, explicável em terra de recente conquista e onde tudo era surpresa.”²²⁷

O que se faz interessante notar, em fins do século XVIII, é a forma comotais mitos geográficos atravessaram os séculos. Isso se deu

²²⁵ Memória sobre as antigas Lavras do Oiro da Mangabeira da Capitania do Siará. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza: ANNO 26, 1912, p. 367.

²²⁶HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do Paraíso: Os Motivos Edênicos do Descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000, p. 45. (1ª edição, 1959).

²²⁷Idem, p. 48.

principalmente através de um intrincada rede de boatos e pequenos indícios, que acaba por os manter no horizonte e na expectativa de enriquecimento de aventureiros, dos moradores e mesmo nas projeções e planejamentos de forma mais institucionalizada por parte da Coroa lusitana em meados do século XVIII e princípios do século XIX.²²⁸

Nas primeiras décadas do século XIX, a presença do naturalista e sargento-mor na Capitania do Ceará, em grande medida e tacitamente, se torna parte desse processo de investigação de forma mais institucional por parte da Coroa portuguesa. Tal processo é evidenciado nas missivas trocadas entre o naturalista e as principais autoridades do reino e da Capitania, como Dom Rodrigo de Sousa Coutinho e o chefe de Esquadra e primeiro governador-geral da Capitania, Bernardo Manoel de Vasconcellos. Da mesma forma, respondem e são aportes da construção e constante reconfiguração de uma geografia imaginativa da Capitania do Ceará, tecida através uma série de representações escritas e cartográficas, por meio dos relatos, das relações descritivas dos ouvidores e capitães-mores, da elaboração de representações da costa e pela produção cartográfica dos “dilatados sertões” da Capitania, e ainda, nas primeiras décadas do século XIX, por meio das narrativas de viagens de exploradores, naturalistas e comerciantes estrangeiros.

No final da década de 1770, alguns dos mais abastados moradores do extremo oeste da Capitania buscavam negociar com a Coroa portuguesa a posse e o direito de exploração de supostas minas na região. É o caso da viúva Francisca Xavier Borges, cujo marido, o Capitão Antonio Gonçalves de Araújo, havia encontrado e, portanto, possuía o direito de exploração das minas de prata, cobre, chumbo e pedra hume da região da Serra de Ubajara. Através do requerimento, a viúva pede para ser confirmada como sócia na exploração das minas de chumbo na qual o marido havia “gasto grandes somas de dinheiro e saúde, expondo-se a tantos perigos de vida, quando se conduzem semelhantes ações”.²²⁹

²²⁸HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do Paraíso*. Principalmente os capítulos III e IV: *Peças e Pedras; O outro Peru*. pp. 43 – 131.

²²⁹Requerimento de Francisca Xavier Borges, viúva do capitão Antonio Gonçalves de Araújo, proprietário das minas de prata [d. Maria I], a pedir para ser confirmada como sócia nas minas do chumbo com quem concorra com a quantia necessária da exploração das lavras, 22 de novembro de 1777. Anexo: alvarás impresso e requerimentos. Caixa 9; Doc.: 561 digitalizados; disco 2; pasta 2; nº 263.

Ainda no requerimento, representação no final da década de 1770 de riquezas minerais pouco exploradas em regiões ainda parcamente conhecidas pela Coroa portuguesa, a viúva aguça ainda mais o interesse de exploração, enumerando possíveis formas de potencializar a extração. As negociações com a Coroa, no entanto, remontam à década de 1750, quando o próprio Capitão Antonio Gonçalves reclamava seus direitos. Em resposta, em 1753, são postas as condições essenciais de exploração, dentre as quais alguns incentivos aos vassallos que, por ventura, encontrassem minérios, aos quais seriam concedidos “privilégios privativos para minerar nas minas de prata, que se descobrir, sem que outra alguma pessoa possa minerar prata nos sítios mineraes, que tem descoberto, ou descobrir ao redor das minas, ou veas descobertas, e isso por tempo de vinte anos.”²³⁰

Na década de 1790, perceptivelmente outro momento de exploração das potencialidades do interior da Capitania, o Capitão-mor Luís da Mota Feo e Torres, envia um ofício ao secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, Martinho de Mello e Castro. Juntamente a tal relatório envia algumas amostras de pedras das minas de prata da mesma serra de Ubajara, na porção mais oeste da Capitania. A representação do Capitão-mor, em forma de relatório geral, além da valorização de suas atividades no interior da Capitania, típica forma de pleitear benefícios junto à Coroa relacionada à economia das mercês, vai construindo lentamente uma imagem da Capitania, dando continuidade ao enredo mítico de uma terra pouco conhecida pela coroa e rica em minérios a serem melhor explorados.

Por outro lado, cabe salientar, que somente a partir do final da década de 1770, os relatórios e as relações descritivas acerca dos sertões do Império colonial português começam a tomar um maior vulto, isso em decorrência principalmente das reformas nas instituições científicas e educacionais no reino, que passam a demandar dos vassallos das mais distantes paragens do Império, representações e amostras sobre

²³⁰Alvará porque Vossa Magestade he servido permittir a todos os seus vassallos, que possão livremente em os seus Reaes Domínios da América, buscar Minas de prata, ou outros quaisquer mineraes, observando-se no seus descobrimento, datas, e repartições, em tudo mais, o mesmo, que se pratica com as de ouro, e que aos descobridores fará vossa Magestade as mercês, que foram justas, e correspondentes à qualidade, e utilidade, que resultar de seu serviço, como nele se declara. Registrada a fol. 126 do livro II de provisões da Secretaria do Conselho Ultramarino. Lisboa, 14 de Mayo de 1753. In: Documentos Avulsos da Capitania do Ceará. Projeto Resgate Barão do Rio Branco. Disco 2; pasta 2; nº 283, digitalizados.

potencialidades naturais a serem exploradas. Na década de 1790, no entanto, no que diz respeito à Capitania do Ceará, subalterna à Pernambuco, as investigações e o conhecimento sobre as riquezas minerais e vegetais era ainda diminuto junto à Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios do Ultramar.

O que é interessante perceber, mesmo em finais do século XVIII, é que sobejavam ainda os antigos “mitos geográficos dos sertões ocidentais” em relação à possíveis riquezas a serem devassadas e exploradas no interior da América portuguesa. Desse modo, no relatório oficial do Capitão-mor, suas impressões acerca das minas, sobre as quais desde a década de 1750 eram remetidos indícios e cartas endereçadas a Lisboa, que dizem respeito, em grande medida, à perseverança de que se continuem as buscas, ao mesmo tempo em que faz remontar à esperança de encontrar tais riquezas minerais, propaladas a muito tempo.

Buarque de Holanda, remetendo a tais esperanças quinhentistas e às ações da Coroa portuguesa frente às possibilidades de encontro com riquezas auríferas, argêntas e pedras de esmeraldas, atenta para a geografia fantástica quinhentista, que tinha como fundamento, as narrativas que os conquistadores “ouviram ou quiseram ouvir dos indígenas”, contaminadas ainda por uma série de motivos arquetípicos, através dos quais “se interpretaram e se traduziram os discursos dos naturais da terra”.²³¹

Em tal geografia fantástica quinhentista, segundo Holanda, estava no horizonte dos portugueses a expectativa de travar encontro com riquezas incomensuráveis, assim como foram encontradas pelos castelhanos na porção mais ocidental do continente:

Fosse qual fosse o verdadeiro quinhão de Portugal no Novo Mundo, um fato se impunha aqui, fora de toda dúvida, e era a perfeita continuidade, de todos reconhecida, entre o Brasil lusitano e as partes de melhor proveito nas Índias de Castela, que com ele confinavam pelo poente. Esta última consideração não era de pouca monta, sempre que se tratasse de decidir sobre a primazia em matéria de riquezas de toda sorte, e não apenas minerais, pois que uma opinião acreditada na época só poderia contribuir neste caso para dar-se a palma

²³¹HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do Paraíso: os motivos edênicos do descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000, p. 83. (1ª edição, 1959).

ao Brasil. Propínquo ao opulento Peru e sob as mesmas latitudes, porém a leste, neste seriam encontrados, por força, os mesmo produtos que se davam naquela província castelhana, e do mesmo e melhor toque.²³²

Quase três séculos depois, em 1790, a ressurgência ou sobrevivência da geografia mítica, se faz evidenciar no relatório oficial do capitão-mor do Ceará Grande, Luís da Motta Féo e Torres, que, referindo-se às minas de difícil acesso na porção mais oeste da Capitania, afirma:

(...) quando se principiarão a abrir as ditas minas, sobre as quais se assentão todos os que tem alguma inteligência de mineralogia, que se profundessem e trabalhassem com tudo o necessário, darião conveniência, suppondo-se que elas só são ricas no fundo, e interior da terra, como succedem nas do Peru, sendo muito para notar-se que a mencionada serra de Ibiapaba se julga ser huma como continuação ou ramo das grandes cordilheiras, em que é abundante o dito metal, depois que entra nos confins da América hispaniola.²³³

Uma série de outros relatos e pesquisas de ouvidores, capitães-mores e naturalistas em torno dos minérios da Capitania, continuam a tecer o enredo dos mitos geográficos dos sertões, e trazem ainda consigo uma apreensão da Capitania como “os dilatados sertões”²³⁴, que na representação do capitão-mor João Baptista

²³²Holanda, Sérgio Buarque de. *Op. Cit.* p. 110.

²³³Fortaleza, 07 de junho de 1790. Ofício do Capitão-mor do Ceará, Luís da Motta Féo de Torres, ao secretário de Estado dos negócios da Marinha e Ultramar, Martinho de Mello e Castro, remetendo pedras das minas de prata de Ubajara. In: Documentos Avulsos / Ceará. Caixa: 12; doc nº 672; Digitalizados pelo Projeto Resgate Barão do Rio Branco. Disco II; pasta 13 / 1 – Doc. nº 0113.

²³⁴Guilherme Studart, em estudo publicado na Revista do Instituto do Ceará sobre o período em que João Baptista de Azevedo Montauray foi Capitão-mor da Capitania do Ceará Grande (1782-1789), cita ainda uma Ordem Régia datada de 12 de maio de 1799, em que a Rainha D. Maria I pede melhores exames acerca dos rios do Ceará, que desaguiam no Amazonas. Cf. História Pátria: Azevedo de Montauray e seu governo no Ceará. *Revista do Instituto do Ceará*. ANNO V,

Montaury, em 1782, seria um “dilatado sertão”, a ser melhor investigado em suas potencialidades. Imaginando as proporções tomadas por tais sertões, Montaury afirma que “O sertão he tão dilatado, que confina com a da capitania do Piahy, e tem comunicação com a de Mato Grosso, Serro do Frio e Minas Geraes. Este vasto território se acha presentemente esterilizado, pelo pouco cuidado, que se tem applicado ao seu aumento, podendo de outro modo vir a ser o mais florente de toda a America portuguesa.”²³⁵

3.3.1. *Silva Feijó e os minérios auríferos na Capitania do Ceará*

Em 1799, o naturalista João da Silva Feijó é agraciado com a mercê da Rainha D. Maria I, com a patente de Sargento-mor de milícias da Capitania do Ceará, “para onde deve partir, incumbido de vários objetos de História Natural, vencendo o ordenado de 400 mil réis”. A presença do naturalista na Capitania, é interessante sob um duplo aspecto. A princípio, em razão de suas leituras e apropriações efetuadas do mundo natural a partir das fontes teóricas difundidas no reino no período de sua formação como naturalista, e pela forma como delas se apropriou no período de seus estudos coimbrãos, entre estas, a ideia das interdependências entre os seres e espaços naturais, concernente à “economia da natureza”, a leitura fisiocrata que tenta impor em seus debates com demais autoridades da Capitania e a filosofia natural como política.

Por outro lado, subjacente as suas principais representações nos primeiros anos residente na Capitania, algumas destas publicadas em periódicos do Rio de Janeiro como a Revista “*O Patriota*”²³⁶, suas

1891, p. 16. Infelizmente não consegui ter acesso a tal Ordem Régia mencionada pelo eminente historiador do Ceará.

²³⁵ Post. 1782. Ofício do capitão-mor do Ceará, João Baptista de Azevedo Coutinho de Montaury, ao Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo Castro, encaminhando um relatório geral sobre a Capitania. Anexo: Relatório. Arquivo Histórico Ultramarino. Documentos Avulsos / Ceará. Caixa: 9; Doc. nº 591; Digitalizados pelo Projeto Resgate Barão do Rio Branco. Disco II; pasta 9 / 3 – Doc. nº 0485.

²³⁶ A Revista “*O Patriota*”, foi publicada no Rio de Janeiro entre os anos de 1813 e 1814, nos seus dois anos de atividade foram editados 18 números, com discussões filosóficas, acerca das potencialidades do mundo natural em toda a extensão do Império colonial português, que em tal momento possuía sede no

atividades praticamente se resumem a intensa busca por minérios, em grande medida, enredado pelos mitos geográficos dos sertões ocidentais. Suas buscas se intensificam em relação ao ouro e principalmente à produção de salitre na Capitania. Em carta endereçada a Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, ainda em 1799, Silva Feijó explicita o teor de suas primeiras investigações do terreno da Capitania:

Tãobem tenho examinado certo Sítio da Ribeira do Xoró, que se supõem ser o célebre Uxoró, de que se faz menção na História Geral das Viagens ao Brazil, onde dis haver grande habundância de Salitre, vertente das pedras, que ali se achão na distância da sua embocadura, se não me engano, dois dias de viagem pela terra dentro; de certo que ahi se encontrão huas pedreiras...²³⁷

Quanto ao ouro, o naturalista chega a escrever uma memória filosófica, a *Memória sobre as Antigas Lavras do Oiro da Mangabeira*, a respeito das explorações mineralógicas na porção central da Capitania, na Ribeira do Icó²³⁸. A Memória foi escrita e enviada para o reino nos últimos meses de 1800, quando Silva Feijó tinha pouco mais de um ano de experiência e expedições no interior da Capitania. Em linhas gerais,

Rio de Janeiro. Para um discussão acerca da Revista ver o ensaio de Maria Odila Dias: Aspectos da Ilustração no Brasil, publicado originalmente em 1968. In: DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. 2ª edição. São Paulo: Alameda, 2005. Ver ainda: KURY, Lorelai Brilhante. A Ciência útil em “O Patriota” (Rio de Janeiro, 1813-1814). *Revista Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 115-124, jul/dez 2011.

²³⁷Carta de João da Silva Feijó a Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, 21 de dezembro de 1799. In: NOBRE, Geraldo da Silva. *João da Silva Feijó: um naturalista na Capitania do Ceará*. Fortaleza: GRECEL, 1978, p. 180.

²³⁸A Capitania do Seará Grande possuía seu território organizado política e administrativamente por meio de ribeiras, respeitando o fluxo dos principais rios e caminhos existentes na Capitania. A Ribeira do Icó era parte de uma ribeira maior a Ribeira do Jaguaribe, existiam ainda as Ribeiras do Acaraú, na porção Norte da Capitania e a Ribeira do Seará, onde ficava a Fortaleza de Nossa Senhora de Assumpção. Sobre este aspecto PINHEIRO, Francisco José. *Notas sobre a formação social do Ceará* (1680-1820). Fortaleza: Fundação Ana Lima, 2008.

versa o naturalista acerca da possibilidade de melhor exploração da região, reativando as antigas minas, e orientando sobre os métodos mais racionais para o melhor aproveitamento da Fazenda Real. O que se evidencia, entretanto, é que o pouco tempo de análise fez com que a memória escrita pelo naturalista emergisse enredada pelos mitos geográficos das riquezas incomensuráveis dos sertões ocidentais. Silva Feijó explicita tal crença, enredado pelos boatos e por poucos vestígios comprováveis quando afirma que

he vulgarmente constante que o mesmo [ouro] se nota, ainda, em maior abundancia no chamado Morro Doirado dali distante dez legoas para o sul; no Riacho do Juiz ali immediato; no das Melancias; na Fortuna; em Sta Catherina; e noutras infinitas partes nesta circunvizinhança; Lugares, que naquelle tempo, *dizem derão grande porção de oiro; Não he menos vulgar a notícia de se encontrar este preciozo Metal em outros sítios na continuação desta Cadêa de montes athe a Serra denominada a Grande, como em Mombaça, Inhamuz, Juré &c. donde parece* se não deve julgar pobre hum terreno, que comprehendendo, pelo menos, secenta legoas quadradas, em qualquer parte dá mostras evidentes da existência física deste Metal, que por pouco que seja nunca pode deixar de fazer conta o seu aproveitamento.²³⁹ (grifos meus)

As incertezas, a ordem do provável e os planos dos possíveis dão a tonalidade da memória. Sem evidências materiais de maior vulto que lhe conformasse acerca da exploração de tais minérios auríferos, Silva Feijó recorre às narrativas dos moradores dos arredores das antigas minas desativadas, e, dessa forma, levanta o histórico do processo minerador de uma maneira demasiada otimista, realçando indícios pouco comprováveis, e alimentando junto à Coroa, e especialmente ao Ministro dos Negócios Ultramarinos, Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, uma imagem alentadora acerca das possibilidades de exploração mineral na Capitania. Na mesma memória, Silva Feijó ainda menciona o quão ricas haviam sido as minas por volta de cinquenta anos antes de sua

²³⁹ Memória sobre as antigas Lavras do Oiro da Mangabeira da Capitania do Siará. *Revista do Instituto do Ceará*. ANNO 26, 1912, p. 367.

chegada. Na sua narrativa, em certa medida, fantasiosa em relação às vultosas potencialidades inexploradas, o naturalista explicita:

quando estas minas forão descobertas e que se permitio a liberdade de se trabalharem, concorrerão a ellas Mineiros de várias partes das Minas athe mesmo do serro do frio com os seus escravos já experientes neste trabalho: huns se empregarão em minas, e escavar os Montes para tirarem das betas que encontravão, o metal; o que comprovão as grandes e multiplicadas Catas que ainda se encontram naquelles Sítios, e algumas dellas tão dillatadas, como profundas; outros porém se contentarão em o faiscar pelos Riachos no tempo das chuvas, e em quanto elles conservavão agoas para as bateações, trazendo neste exercício empregados seus Escravos, a jornal de pataca, no que alguns destes mais dilligentes se forrarão, com o excesso que tiravão e para isso ajuntavão²⁴⁰

Refere-se o naturalista à década de 1750, quando entre 1752 e 1758 foram abertas especificamente naquela região, de forma muito parca, as minas de São José dos Cariris, como um empreendimento do Capitão-mor José Correia de Sá, e que, de fato, segundo a documentação levantada pelo eminente historiador Guilherme Studart, teve presença de mineiros de muitas partes do Estado do Brasil, principalmente “dos Goyases e Pinaré”. Quanto a extração propriamente dita, a carta do Capitão-mor Correia de Sá, confirmo as assertivas afirmadas pelo naturalista Silva Feijó cinquenta anos depois acerca do grande número de mineradores, entretanto lança sérias dúvidas acerca da quantidade de minérios auríferos extraída. O Capitão-mor explicita na missiva que tais mineiros vieram acompanhados de um grande número de escravos, no entanto, pergunta-se se são de fato homens escravizados ou fugidos de outras paragens da América portuguesa. E que acerca de ambos, mineradores e escravizados, “nunca acabo de entender que casta de homes são nem donde vierão”, e que tais, “tem esfuracado quantos

²⁴⁰Memória sobre as antigas Lavras do Oiro da Mangabeira da Capitania do Siará. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza: ANNO XXVI, 1912, p. 368.

corgos, riachos se tem descoberto e se elles tem achado alguma cousa o guardam em segredo para se hirem pela surdina utilizando.”²⁴¹

O próprio Correia de Sá, Capitão-mor do Ceará Grande, e grande entusiasta da exploração nas minas na porção sul da Capitania, colocava em questão o empreendimento, por perceber que a exploração, mesmo com a presença de um grande número de mineiros, bateeiros e faiscadores falhava fragorosamente, sem angariar os proveitos para a Fazenda Real e sem a obtenção dos quintos requeridos pelo monarca.

Em uma carta distinta, datada de 14 de janeiro de 1754, desta feita endereçada ao Ministro do Ultramar Thomé Joaquim da Costa Corte Real, o mesmo Capitão-mor Correia de Sá afirmava que a presença do ouvidor da Capitania, Alexandre de Proença Lemos, lhe causava demasiados embaraços e despropósitos, principalmente em razão de que, “tem tomado por sua conta introduzir a todos os que pode que nam há ouro nos Kariris, que sam minas imaginárias; e nam há dúvida que estas vozes, ainda que sejam de um homem de pouca capacidade, como sam de hum ministro que lá esteve, e lhe nam chegam a penetrar o motivo de desplicência, a muitos tem posto no receio de hirem aos Kariris sem acharem as conveniências que podia esperar naquele districto”.²⁴²

Em certa medida, tinha razão o ouvidor Proença Lemos, e de qualquer forma, baldava-se os vultosos esforços do capitão-mor Correia de Sá, assim como de seu sucessor, Diogo Lobo da Silva, na manutenção do empreendimento de exploração das minas, e, por conseguinte, em resolução de setembro de 1758, decretava-se que, “não se minerasse mais nas Minas dos Cariris nem em outra alguma, que nestas Capitánias apparecesse, na consideração do prejuízo, que delas se tem seguido, com perda não só da Sua Real Fazenda, mas de seus fiéis vassallos”, acrescentando ainda que as atividades se tornaram demasiado prejudiciais principalmente em razão da euforia e da possibilidade aventada pelos moradores e mineiros de encontrar tais riquezas minerais há muito sussurradas, afirmando que “o incômodo resulta de estes não applicarem sua indústria a agricultura e comércio, de que se faz

²⁴¹ STUART, Guilherme de. A exploração das Minas de S. José dos Cariris durante o governo de Luiz Joseph Correa de Sá segundo a correspondência do tempo. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza: ANNO VI, 1892, p. 21.

²⁴² Idem., p. 21.

verossímil tirariam as utilidades, que no caminho, que seguiram, não perceberam”²⁴³

O certo é que, apesar da supressão, ainda restaram os rumores e os boatos, assim como a possibilidade aventada do enriquecimento rápido de parte da população em travar encontro com um veeiro do metal aurífero. Desse modo, o naturalista Silva Feijó, em dezembro de 1800, eivado de esperanças da possibilidade de uma nova abertura das minas, explicita então uma série de indícios da provável existência do metal, numa tentativa baldada de reanimar a Coroa no investimento minerador:

o certo he que ainda hoje no tempo das chuvas são frequentes os Faisqueiros, que introduzidos por aquelles dezertos, e riachos, munidos de hua Batêa e hum almocrafe, tirão seu proveito; e os *oirives*, que por estas partes são frequentes, delles recebem a matéria primeira para fazerem a multiplicidade de obras de oiro, *que adornão a cada passo os habitantes desta Cappitania; donde parece serem estas mais outras provas convincentes da existência fízica deste Metal nestes Montes.*²⁴⁴(grifos meus)

Entre os indícios levantados pelo sargento-mor Silva Feijó, ressalta a presença dos ourives na Capitania, desconhecendo ou ignorando a supressão por parte da Coroa da profissão na América portuguesa por meio de Ordem Régia de 30 de julho de 1766, que percebia os ourives como partícipes no extravio do ouro no Brasil, e assentava que como pena teriam “a cominação de serem-lhes tomados todos os utensílios da sua arte, se continuassem a trabalhar”²⁴⁵. Tal resolução vogaria até agosto de 1815, e na Capitania do Ceará, somente em abril de 1816 o governador Manuel Inácio de Sampaio iria mandar executar o Alvará abolindo tal proibição. De qualquer maneira, mesmo

²⁴³Resolução Régia de 12 de setembro de 1758. In: STUDART, Guilherme. *Notas para a História do Ceará*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004. p. 118.

²⁴⁴Memória sobre as antigas Lavras do Oiro da Mangabeira da Capitania do Siará. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza: ANNO XXVI, 1912, p. 369.

²⁴⁵STUDART, Guilherme. *Notas para a História do Ceará*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004. p. 29.

crendo na presença de valentes ourives que arriscavam-se frente às proibições e ordens régias, parece pouco provável serem tais artesãos “frequentes”, e ainda muito menos provável o metal aurífero como adornando “a cada passo os habitantes desta Capitania”. Dessa forma, a proposição do naturalista assemelha-se mais a alimentação de seus anseios e expectativas frente a possibilidade da criação de minas, que em seu relato tomava vultos de grandes projeções.

O empreendimento suscitado pelo naturalista tomava tal forma que ele conseguia prever e prevenir as autoridades no centro do reino sobre alguns empecilhos, à parte a produção sobre a qual possuía certeza inquebrantáveis, que poderiam acarretar na ruína da mineração. Deste modo, na região dos Cariris, Silva Feijó pretende reorganizar a própria produção agrícola dos moradores dos arredores da Chapada:

e porque o tempo do Inverno, que he o mais opportuno para o trabalho das Minas, tao bem o he para o da Agricultura daquela Ribeira, no que se implica, occazionando em tal cazo a falta de viveres para a prevenir esta, parece-me conveniente lembrar que o Paiz dos Caririz, Termo da Villa do Crato, he tão fertil, que permite a cultura dos vegetaes em todas as Estaçoens pela exuberancia de agoas de rega. Assim para haver este mantimento em abundancia, que venha supprir nestas Lavras, será conveniente, que se determine por Ordem posetiva, e inalteravel, que os Lavradores daquelle Termo, que não possuírem de seu sête Escravos de trabalho, não cultivem cannas, como abuzivamente fazem, e menos tenham as costumadas Engenhocas de rapaduras; Sim plantem só a mandioca, o feijão, o milho, e o arroz, para com isto supprimem os Mineiros, permitindo-se livre suas vendas²⁴⁶

Para além do aumento das plantações de gêneros de subsistência para alimentação dos mineiros e faiscadores, a proibição do plantio e da produção das canas de açúcar, por outro lado, possuía uma outra precaução. Como nos remete novamente Sérgio Buarque de Holanda, “a cana de açúcar não era hóspede que as administrações coloniais vissem com bons olhos perto de lavras auríferas e inúmeras

²⁴⁶Memória sobre as antigas Lavras do Oiro da Mangabeira da Capitania do Siará. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza: ANNO XXVI, 1912, p. 370-71.

foram as medidas adotadas, ao menos no papel, para evitar suas propagação em tais sítios.” O motivo provável relatado por Sérgio Buarque seria a precaução por parte das autoridades coloniais era que com os canaviais surgissem os engenhos de aguardente, em relação aos distúrbios ocasionados pelos embriagamentos e o alto consumo das aguardentes, segundo Rodrigo César de Menezes, governador da Capitania de São Paulo, “a principal causa de muitas desordens, além de ser a perdição dos negros”.²⁴⁷

No entanto, diferente da memória filosófica, em missiva do mesmo ano, 1800, o naturalista Silva Feijó lamenta a proporção de minérios auríferos encontrados. Com um ar decepcionado endereça a missiva a Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, no entanto, afirmando que a baixa produção teria se dado unicamente em razão da época do ano, o período de estiagem:

a estação a mais inconveniente por seca não me permitio que fossem circunstaciadas, e o producto do trabalho mais interessante, *como deviam sêr*; pois que empregando-me, quase todo o tempo que ali estive, em infrutíferas escavações para encontrar hua beta, e veieiro de oiro, rico, que foi deixado quando se prohibirão aquellas minas, só obtive $\frac{3}{8}$ e $\frac{1}{4}$ de oiro, que fis entrega ao mesmo Governador; cuja amostra persuado-me será entrega a V. Exc.a, juntamente com as do excelente Ferro, e Amianto que ali encontrei.
²⁴⁸(grifos meus)

Do mesmo modo, o próprio Governador da Capitania, Bernardo Manoel de Vasconcelos, em dezembro de 1800, explicita, após algumas investigações sobre as condições de exploração de tais minas de ouro, a sua pouca utilidade para o aumento da Fazenda Real, colocando dessa forma, embaraços para sua manutenção por parte da Coroa:

O que posso porém informar a V. Exc.a sobre as ditas Minnas he, que a vista da diminuta porção de três oitavas doiro que em quarenta e cinco dias pode se extrair as quaes remetto a V. Exc.a em

²⁴⁷HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. Rio de Janeiro: Livraria-Editora da Casa do Estudante do Brasil, 1945. p. 78.

²⁴⁸Carta sobre as antigas Lavras do ouro da Mangabeira. In: NOBRE, Geraldo da Silva. *João da Silva Feijó: um naturalista no Ceará*. GRECEL: Fortaleza, 1978, pp. 195-196.

duas vias, a mettade em cada huma; e que assistindo eu a bateação da terra naquellas Lavras esta mostrava tão tenue porção daquelle metal, que asento não ser de utilidade a Real Fazenda estabelecer-se por ella a Administração das ditas Minnas, e só sendo do Agrado de Sua Alteza Real, que se empregue o uzo da Faiscação, mas não por conta da mesma Real Fazenda, só sim publica aquelles que nella se quizerem empregar pagando o quinto a sua Alteza Real e comprando-se-lhes as quatro partes do Oiro a razão de mil e duzentos reis;²⁴⁹

O Capitão-mor, apesar dos poucos resultados obtidos ainda acredita na exploração das minas, remetendo-as no entanto à exploração por parte de particulares na Capitania. Retomemos então a “Descrição Geográfica” de Antonio Rodrigues de Carvalho, que no ano de 1816, relatava de forma bastante diversa os mesmo empreendimentos. O ouvidor, acerca das mesmas “lavras” propaladas pelo sargento-mor, explicitava que “no tempo das águas alguns moradores miseráveis faiscam algum ouro, mas em tão pouca quantidade que de todo custa a ajuntar-se alguma oitava, segundo me informam”²⁵⁰. O relato do ouvidor acerca da produção da mineração, da mesma forma que a memória do naturalista, ancora-se nos rumores e nos boatos dos moradores, no entanto, Rodrigues de Carvalho se mostra muito mais descrente acerca do empreendimento. E suas evidências, quando conta o que viu, se mostram igualmente desalentadoras quanto à mineração na Capitania, afirmando que “encontra-se em Villa Nova de El-Rei, no riacho do Juré; no Curumatam também se encontra em folhetas, e deste vi obra de meia oitava, mui desmaiado e impuro, e mais dificultosamente se encontra”. No entanto, tais evidências contrárias não chegam a invalidar a propagação dos mitos auríferos, e a rede de boatos e rumores continuava sendo tecida.

Anos depois, no relato de viagem do naturalista escocês George Gardner, que atravessou os sertões da Capitania em meados da

²⁴⁹Carta do Governador Bernardo Manoel de Vasconcelos a Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, 31 de dezembro de 1800. In: NOBRE, Geraldo da Silva. *João da Silva Feijó: um Naturalista na Capitania do Ceará*. Fortaleza: GRECEL, 1978, p. 198.

²⁵⁰Descrição Geográfica Abreviada da Capitania do Ceará, pelo coronel de engenheiros Antonio José da Silva Paulet. In: *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza: ANNOXII, 1898, p. 11.

década de 1830, as mesmas minas de ouro de Lavras da Mangabeira seriam objeto de observações do britânico. Gardner coloca em perspectiva o mito geográfico dos lusitanos e atenta para os poucos resultados obtidos em tais minas em contraposição às grandes expectativas engendradas:

De tempos em tempos se tem aí estabelecido lavagem de ouro, sem nenhum resultado satisfatório, tendo sido a maior destas tentativas realizadas cerca de dois anos antes de minha chegada. O presidente da Província com outras pessoas organizaram-se em sociedade e mandaram vir dois mineiros ingleses para dirigir as operações; tinham continuado em seus labores até dois meses antes, quando o trabalho foi abandonado. Cerca de um ano mais tarde encontrei um desses mineiros em parte bem remota do país e dele ouvi que o ouro existe em quantidade demasiada pequena para compensar o custo da extração. Outro empecilho era a falta eventual de água.²⁵¹

Mesmo no século XX, a expectativa de ainda se encontrar as jazidas auríferas ainda grassariam em estudiosos como Horace Williams, que em 1933, escreve um pequeno estudo no *Jornal do Comércio do Rio de Janeiro*, ressaltando a condição “privilegiada e prometedora do Estado”, e afirmando “a situação transparente quando se estuda a qualidade e a distribuição das rochas variáveis que se encontram na área desse Estado. Lembramos da frase do velho mineiro-prospector “ther’is gold in those hills, mostrando a sua fé de officio²⁵².” Enfim, a rede, por parâmetros e paradigmas distintos continuava sendo tecida.

²⁵¹GARDNER, George. *Viagem ao Interior do Brasil*. Tradução de Milton Amado. São Paulo: Itatiaia, vol. 13, 1975, p. 89.

²⁵²WILLIAMS, Horace. Ouro no Ceará. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza: ANNO XLVII, 1933, p. 02. Publicada anteriormente no *Jornal do Comércio do Rio de Janeiro*, em 15 de janeiro de 1933.

3.3.2 *Silva Feijó e a produção de salitre na Capitania do Ceará*

O salitre era a principal matéria na produção de pólvora negra nos séculos XVI e XVII, e, após o malogro das buscas iniciais por pedras preciosas na América portuguesa, veio a servir no devassamento da porção setentrional do Brasil já em meados do século XVII. Segundo Pedro Puntoni, na segunda metade dos Seiscentos, a Coroa portuguesa chegou a hesitar quanto a autossuficiência das regiões periféricas em relação às provisões de guerra. No entanto, “a praticabilidade de abastecer uma colônia distante durante os conflitos interimperiais do Atlântico Sul, somada as dificuldades de fornecimento da Índia, resultara no apoio às iniciativas de pesquisa do salitre no sertão do Brasil”. Nos sertões da Bahia, ainda segundo Puntoni, as referências em relação às minas de salitre, eram difundidas desde finais do século XVI.²⁵³

No final do século XVII, no entanto, o autor anônimo da “Informação do Brasil” recomendava enfaticamente a construção de oficinas de pólvora, para com estas “prover as conquistas, como Angola, São Tomé, e nossa colônia do Sacramento, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Pernambuco, Itamaracá, Paraíba, Rio Grande e Ceará, no que pouparia considerável cabedal que gasta no prover do reino de pólvora estas conquistas”.²⁵⁴ Embora partícipe de um outro projeto de investigações acerca de minérios na Capitania do Ceará Grande, é a pesquisa acerca do salitre, que se faz o de maior monta nos primeiros anos de residência do naturalista João da Silva Feijó nos territórios da Capitania.

Entre os anos de 1799, quando chega a Capitania e 1807, Silva Feijó se imiscui fortemente em projetos de produção de salitre. Constrói, com o apoio dos dois primeiros governadores da Capitania²⁵⁵, dois laboratórios volantes, o primeiro, em 1800, na região central da Capitania, em um sítio chamado Tatajuba. E o segundo na porção norte, nos arredores da Serra de Ibiapaba, em um sítio denominado Pindoba.

²⁵³PUNTONI, Pedro. *A Guerra dos Bárbaros: Resistência Indígena e Conflitos no Brasil Colonial*. São Paulo: HUCITEC, 2002, p. 30.

²⁵⁴Informação anônima do Brasil, década de 1680. In: PUNTONI, Pedro. *A Guerra dos Bárbaros*. p. 31-32.

²⁵⁵O primeiro, o Chefe de esquadra Bernardo Manoel de Vasconcellos foi Governador-geral da Capitania entre os anos de 1799 e 1802. E o segundo, João Carlos Augusto Oyenhausen Gravenburg, governador entre os anos de 1804 e 1807.

Chama a atenção, em um primeiro aspecto, o grande investimento creditado ao naturalista nessas prospecções mineralógicas, chegando a gastos vultosos do Erário Régio. Nos oito anos de prospecções de salitre e viagens empreendidas pelo naturalista, a soma chegou ao número espetacular de 10:430\$721 (Dez contos, quatrocentos e trinta mil e 721 réis), com gastos que envolveram a construção dos dois laboratórios, os recursos às viagens, os gastos com as cavalgadas, os ordenados e os soldos.²⁵⁶

Para se ter uma ideia de tal soma, basta pensarmos que no ano de 1800 a arrecadação dos dízimos de toda a Capitania do Ceará Grande alcançou somente a cifra de 16:685\$000²⁵⁷. O relatório enviado já em 1802, pelo Escrivão deputado da Junta da Fazenda, Francisco Bento Maria Targine explicita que, no ano de 1801 dos cofres reais haviam saído 1:249\$360 réis e a produção de salitre do sítio Tatajuba tinha ficado apenas em 34 quintais²⁵⁸. No ano de 1802 somente para jornais dos trabalhadores e as conduções, segundo o relatório do mesmo escrivão da Fazenda, já tinha saído 1:240\$020 réis (um conto, duzentos e quarenta mil e 20 réis) extraindo com isso a parca quantia de 21 quintais de salitre.

O escrivão da Fazenda argumenta ainda que, cada quintal extraído, incluindo-se o valor dos utensílios do Laboratório, teria chegado à quantia de 61\$235 réis, e que o computado unicamente com as despesas de extração e condução teria tomado o espantoso vulto de 524\$235 réis. Ainda dessa soma, dever-se-ia adicionar o frete da Capitania do Ceará para os portos de Pernambuco, posto que no ano de 1802, ainda não havia se estabelecida a navegação direta para o reino. Na interpretação de Targine, portanto, os “negócios de salitre” eram

²⁵⁶Ofício da Junta da Fazenda de 22 de dezembro de 1802 endereçada ao Ministro Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, Ministro de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos. In: NOGUEIRA, Paulino. *O Naturalista João da Silva Feijó*. Revista do Instituto do Ceará. ANNO II, 1888, p. 268.

²⁵⁷1800, janeiro, 1, Fortaleza. Ofício do governador do Ceará, Bernardo Manuel de Vasconcelos, ao [secretário de estado dos Negócios da Marinha e Ultramar], Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre os ofícios anteriores referentes à situação do comércio, da arrecadação e da arrematação dos dízimos da Fazenda Real da Capitania; a instalação da Casa da Inspeção dos Algodões, à descoberta de salitre em terras do Ceará pelo naturalista João da Silva Feijó; a inspeção das matas e dos portos marítimos, bem como sobre a Companhia de Infantaria e Artilharia. AHU; Caixa 13. Doc. n. 757. Digitalizados Projeto Resgate Barão do Rio Branco. Pasta 14/01; Doc. n. 011.

²⁵⁸Nas Ordenações Manuêlinas o “quintal” equivalia a 4 arrobas.

práticas em benefício do Sargento-mor Silva Feijó e do Chefe de esquadra, governador da Capitania Bernardo Manoel de Vasconcellos:

fazendo o dito governador e o mencionado naturalista um assumpto particular de sua privativa e clandestina intendência esta especulação da Real Fazenda, como se não houvesse nesta Capitania, a quem devessem ser presentes todos os objetos, em que pode intervir utilidade ou prejuízo do Real Erário, mormente em semelhantes artigos de produção mineral, em que o cálculo do interesse e regular methodo de arrecadação e a economia de exploração devem preceder à criação d'um Laboratório.²⁵⁹

Tal representação por parte de Bento Targine, opondo-se fortemente aos novos projetos empreendidos por parte de elementos adventícios à Capitania, põe em termo uma série de questões referentes à administração colonial da longínqua e até então subalterna Capitania do Ceará, principalmente no que concerne às discrepâncias e às formas de arranjos entre os projetos coloniais e as suas negociações nas mais distantes possessões do Império colonial. A chegada do Chefe de Esquadra Bernardo Manoel de Vasconcellos, juntamente com o sargento-mor e naturalista João da Silva Feijó, muito provavelmente traz contornos de uma força maior de ligação com o centro do Império, o que poderia acarretar no incômodo de forças e poderes localmente estabelecidas. Francisco Bento Maria Targine estava imiscuído nas funções burocráticas da Capitania há muito, em 1784, encontramos referências de suas atividades como Escrivão da Provedoria da Fazenda na Capitania do Ceará, cargo que ocupa ainda durante alguns anos na primeira década do século XIX, na então Capitania autônoma.

Por outro lado, como salienta Laura de Mello e Souza, na grande maioria das vezes, as diretrizes enviadas do centro do Império tomavam os tons locais, as situações locais transformavam as exigências metropolitanas em arranjos e adaptações entre a elite local e os administradores enviados pelo rei. Enfatiza a historiadora que o enriquecimento desenfreado, os interesses escusos, o contrabando, as várias arbitrariedades e injustiças combinaram-se não raro com a busca

²⁵⁹ Representação de Francisco Bento Maria Targine (18.11.1802). In: NOGUEIRA, Paulino. O Naturalista João da Silva Feijó. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza: ANNO II, 1888, p. 255.

de soluções eficazes para crises econômicas e fiscais, a melhoria das condições de vida, o sonho de uma formação política capaz de atender aos interesses do Reino e aos das suas conquistas.”²⁶⁰

Desse modo, o Escrivão da Fazenda, Francisco Bento Maria Targine, não consegue consentir a existência de tais projetos vultosos na Capitania, acaba por interpretá-los como formas de enriquecimento ilícito por parte do Governador e do sargento-mor, embora faça questão de demonstrar sua subserviência de fiel vassalo da Coroa portuguesa, interessado em inteirar-se das projeções para a Capitania, auxiliando no aumento da Fazenda e “melhoria do Bem público”. Enseja, portanto, que sua representação, contrária aos “negócios de salitre”, seja entendida como um aviso à Coroa. Conclui então, depois de uma longa argumentação contrária às atividades do naturalista, demandando que “seja servido mandar suspender a extracção de salitre nesta Capitania e a continuação das obras do Laboratório de lexiviação e a cristalização do dito gênero da Tatajuba, e da refinação delles nesta villa, cuja despeza montará acima de 20 mil cruzados.”²⁶¹ Argumentando ainda, que se tratava mais de projetos individuais e de “fantásticos planos do intrigante naturalista João da Silva Feijó”, desejando defender seus interesses e levantar fortuna no Ceará.

Por outro lado, nos primeiros anos do século XIX, as trocas de missivas entre o governador-geral da Capitania autônoma, Bernardo Manoel de Vasconcelos e o Secretário de Estado dos Negócios da Marinha, Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, permitem evidenciar um projeto de investigação das potencialidades minerais, não apenas da Capitania do Ceará. Tal projeto tinha como peça fundamental, os conhecimentos técnicos e científicos adquiridos no reino por parte do naturalista João da Silva Feijó. Em carta de 1º de janeiro de 1800, logo da chegada do naturalista na Capitania, o Governador Geral permite evidenciar o projeto colonial, no que diz respeito aos minérios dos dilatados sertões da Capitania e subjacentes:

Como pois o descobrimento deste mineral tal qual eu desejo apresentar a V. Ex.a me tem encarregado no meu Governo, para este fim se

²⁶⁰SOUZA, Laura de Mello. *O Sol e a Sombra*: Política e Administração na América portuguesa do século XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 12.

²⁶¹Representação de Francisco Bento Maria Targine (18.11.1802). In: NOGUEIRA, Paulino. O Naturalista João da Silva Feijó. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza: ANNO II, 1888, p. 256.

poder conseguir, tenho ordenado ao mesmo Sargento-mor Naturalista se dirija a quaisquer terras desta Capitania inda mesmo às que confinão com as do Piauí, e Rio Grande do Norte, e se lhe constar, que nellas existe o salitre que faz o assumpto de sua commissão e lhe tenho recomendado, que ao mesmo passo examine todas aquellas produções que os tres Reinos da natureza que lhe possão oferecer nas terras desta Capitania afim de dar princípio a huma flora que eu possa dipois por na presença de V. Exc.a.²⁶²

Tal projeto colonial, que dizia respeito ao próprio projeto centralizador engendrado pelo Ministro Sousa Coutinho, possuía um cunho mais alargado em toda a extensão da América portuguesa, ancorado nos conhecimentos técnicos e científicos dos naturalistas e pesquisadores coimbrãos. Na Capitania do Ceará, a crença na técnica e o otimismo empenhado nas ciências naturais e nos projetos de “melhoramentos” e “progresso” para a Capitania, tem na pessoa do Chefe de Esquadra e Capitão-mor Bernardo Manoel de Vasconcelos e posteriormente seu sucessor, João Carlos Augusto de Oyenhausen os principais artífices, abrindo estradas no interior da Capitania, promovendo as atividades ligadas ao desenvolvimento da agricultura, ao comércio e à navegação direta com o reino.

Os projetos coloniais com atividades ligadas à terra na Capitania, em fins do século XVIII e princípio do século XIX, dizem respeito também às propostas discutidas no reino, ao estudo e análise das possibilidades, discutidos e explorados de forma mais incisiva no último quartel do século XVIII por parte de agentes coloniais em circulação pelo império colonial, e, no que trata à Capitania, principalmente às discussões e arranjos locais entre o projeto colonial, e a forma como os potentados locais os assimilam.

²⁶²Carta do Governador Bernardo Manuel de Vasconcelos a Dom Rodrigo de Sousa Coutinho. In: NOBRE, Geraldo da Silva. *João da Silva Feijó: Um Naturalista na Capitania do Ceará*. Fortaleza: GRECEL, 1978, p. 182.

CAPÍTULO IV
POLÍTICA, CULTURA E NATUREZA
NAS FÍMBRIAS DO IMPÉRIO COLONIAL: CAPITANIA DO
CEARÁ (1799 - 1816)

4.1. Fisiocracia luso-brasileira e leituras do mundo social nos recônditos do Império

E na verdade, se estas rellações (...) fossem cultivadas, e executadas por todos os que mormente constituem a pública administração; como em consequência dos progressos da filozofia natural, se não veria geralmente florente a agricultura; polidas, e perfeitas as artes; aumentada a povoação; firmes os estabelecimentos das fábricas; em huma palavra, como não seriam os homens mais amigos da humanidade!²⁶³

Em finais do século XVIII e primeira década do século XIX, as preocupações e as projeções ensejadas pela Coroa portuguesa em diálogo com os administradores, capitães-mores e ouvidores acerca da Capitania do Ceará Grande já se mostravam bastante distintas daquelas de outrora, dos tempos da guerra de extermínio frente aos indígenas. O fluxo das relações comerciais, a preocupação em relação ao aperfeiçoamento da navegação, principalmente a navegação direta com o reino, que ocorreria a partir de 1805, e ainda, o estado da agricultura se mostravam preocupações mais candentes naquele momento. Esta última preocupação possuía um evidente vínculo com uma outra, cara às leituras e apropriações iluministas, e que se ancoravam principalmente em certa ideia de “razão”: o estado de “civilização” dos povos. Em uma

²⁶³LISBOA, Balthezar da Silva. *Discurso Histórico, Político, e Econômico dos progressos, e estado actual da Filozofia Natural Portuguesa, acompanhado de algumas reflexoens sobre o estado do Brazil*. Lisboa: na officina de Antonio Gomes, 1786, p. 34.

leitura fisiocrata do mundo natural e da realidade social, a preocupação e a valorização de atividades ligadas à terra deveriam possuir preponderância perante outras atividades. A agricultura, então, era tida como a “mãe do Gênero Humano”²⁶⁴.

Essa orientação de apreensão do mundo social e do mundo natural, com sua forma utilitarista e seu valor econômico fundamental advém, principalmente, de um fluxo de ideias francesas, a fisiocracia. Um modelo de progresso que ancorava-se principalmente nas atividades rurais, distanciando-se, entretanto, nas apropriações dos letrados no Brasil, dos projetos que defendiam “a vocação agrícola com base em uma certa concepção conservadora de vantagem internacional comparativa”.²⁶⁵

A escola econômica fisiocrata, principalmente a partir do pensamento de François Quesnay e Richard Cantillon, tinha como objetivo maior aproximar a ordem econômica do que entendiam ser a ordem da natureza. Em suas obras, as metáforas naturais serviriam para melhor compreender o funcionamento da economia. Quesnay, que era médico, se utilizava da metáfora do corpo humano, a interação funcional dos órgãos e a circulação do sangue. Por outro lado, Cantillon, comparava a sociedade a uma árvore: a agricultura seria a raiz; a população, o tronco; e as artes e comércio as suas folhagens.²⁶⁶

Nessa apreensão do mundo natural, como bem enfatiza José Augusto Pádua, existia uma clara hierarquia de prioridades em relação às atividades a serem postas em prática. Tal leitura do mundo natural destacava a agricultura como fonte real da riqueza e, desse modo, lançava duras críticas a um conjunto de práticas, entendidas como pouco racionais no “Antigo Regime” europeu, dentre as quais, o absenteísmo e o artificialismo, assim como, “o escravismo e as demais atividades que promovessem a ociosidade dos proprietários rurais. O ideal da escola fisiocrata era essencialmente produtivista”.²⁶⁷

No entanto, a ênfase nesse produtivismo no pensamento fisiocrata, na maneira como é apropriada por parte dos “ilustrados” luso-brasileiros mescla-se a outros componentes, principalmente a economia

²⁶⁴FEIJÓ, João da Silva. Memória Sobre a Capitania do Ceará. In: *O Patriota*, n. 2, março/abril de 1814, p. 21.

²⁶⁵PÁDUA, José Augusto. Op. Cit., p. 19.

²⁶⁶Idem. p. 46.

²⁶⁷PÁDUA, José Augusto. Op. Cit. p. 47.

geral da natureza e a teoria do dessecamento²⁶⁸. Isso teria feito com que no pensamento social apropriado e difundido pelos luso-brasileiros, como enfatiza José Augusto Pádua, fosse introduzida uma variável de “cuidado ambiental no projeto fisiocrata de promover uma agricultura inteligente e eficaz.”²⁶⁹

Em análise da situação da Capitania em 1810, Silva Feijó, em sua *Memória sobre a Capitania do Ceará*, evidencia essa preocupação fisiocrata:

não deve ser menos atendido o que diz respeito a Agricultura do Paiz, pois que sem hesitação deve alli merecer o primeiro dos cuidados políticos, huma vez que he constantemente sabido ser a mãe do Gênero Humano, e a origem primária, e inesgotável de toda a prosperidade pública, pela dupla vantagem de contribuir mais do que nenhuma outra, tanto ao aumento da população, como a hum vantajoço, e activo Commercio.²⁷⁰

Dez anos antes, no entanto, tais projeções sobre a agricultura e a população já haviam sido efetuadas pelo primeiro governador-geral da Capitania. Em Carta de 1º de janeiro de 1800, o Governador Bernardo Manoel de Vasconcellos, direcionando-se ao Secretário de Estado da Marinha e dos Negócios Ultramarinos, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, fala sobre suas projeções na Capitania e ainda sobre a função civilizadora atribuída à agricultura naquele contexto específico, Vasconcelos afirma:

Expedi carta de officio ao Ouvidor geral e corregedor da Comarca para que fizesse registrar no livro das Câmaras o sobredito Alvará [de 1765] a fim de tudo o que nelle se continha se puzesse em inteira e perfeita execução respectivamente e os *efeitos*, e gêneros cujo comercio interior deste

²⁶⁸No final do século XVIII, a teoria do dessecamento foi bastante difundida no continente europeu. Dizia respeito a uma preocupação emergente em relação às transformações antrópicas no meio. A percepção de que a destruição das florestas poderia acarretar em secas e inclusive, no processo de desertificação, se tornou preocupação candente de parte dos ilustrados europeus. Em Portugal teve grande aceitação, sendo perceptível principalmente nos escritos de José Bonifácio de Andrada e Silva. Cf. PÁDUA, José Augusto. Op. Cit., p. 46.

²⁶⁹Idem, p. 47.

²⁷⁰FEIJÓ, João da Silva. *Memória Sobre a Capitania do Ceará. O Patriota*, n. 2, março/abril de 1814, p. 21.

paiz for susceptível da aplicação que o Alvará determina, como porém nas povoações desta Capitania a introdução dos gêneros comestíveis não tem a regularidade que produz a ordem estabelecida nas sociedades já organizadas e fixas e por isso o juízo da Alfandega sem exercício de imposição de taxas e condennações, que dantes tinha por não ter objeto em que se empreguem ficará pois o dito Alvará regulando por ora alguns casos incidentes, a que dê motivos, hum ou outro vivandeiro, que transporte e introduza nas ditas povoações gêneros daquela natureza os quais possam gozar de liberdade em vendê-los como o Alvará declara.

Eu desejarei ter a satisfação que *com o progresso do tempo, exercendo a civilização dos habitantes possa ter lugar em todos os seus artigos*, e participar a V. Ex^a o adiantamento assim nos mais objetos como também neste igualmente à prosperidade e aumento desta Capitania, que V. Ex^a tanto promove e deseja.²⁷¹(grifos meus)

A carta do Governador da Capitania, importante interlocutor de Silva Feijó no Ceará, versando sobre o dito alvará de 1765, nos permite inferir uma primeira avaliação das atividades acerca dos “gêneros comestíveis” no interior da Capitania por parte dos seus administradores. Nos leva a questionar ainda a função atribuída à agricultura no processo de “civilização” dos seus habitantes, ao mesmo tempo que nos impele a reflexão acerca da conceituação atribuída à cultura, em fins do século XVIII ainda como sinônimo de civilização.

Nas palavras de Terry Eagleton, “o conceito de cultura, etimologicamente falando, é um conceito derivado do de natureza. Um de seus significados originais seria ‘lavoura’ ou ‘cultivo agrícola’, o

²⁷¹1800, Janeiro 1, Fortaleza – Ofício do governador do Ceará Bernardo Manoel de Vasconcelos, ao secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre o Alvará de 1765 relativo ao comércio de gêneros na referida Capitania. In: Documentos Avulsos da Capitania do Ceará. Projeto Resgate Barão do Rio Branco, digitalizados.

cultivo do que cresce naturalmente”.²⁷² Nesse sentido ainda, segundo as palavras de Eagleton, “ela sugere tanto regulação como crescimento espontâneo. O cultural é o que podemos mudar, mas o material a ser alterado tem sua própria existência autônoma, a qual então lhe empresta algo da recalcitrância da natureza”.²⁷³

Nesse sentido, em fins do século XVIII e primeiras décadas do século XIX, uma série de projeções e desígnios para a Capitania do Ceará colocam em debate tanto o mundo natural, percebido por lentes setecentistas como recursos naturais a serem melhores aproveitados e de maneira mais racional. E por outro lado, punha em debate uma leitura do mundo social e dos habitantes da Capitania, e dessa forma, uma particularidade da Capitania do Ceará setecentista, recém-advinda de um processo sangrento de conquista, também acaba por se mostrar como um obstáculo aos desígnios e projetos régios e locais.

O então governador da Capitania, o Chefe de Esquadra Bernardo Manoel de Vasconcelos, em uma série de ofícios entre 1799 e 1802, deixa candente tais preocupações e o vínculo estabelecido entre a leitura do mundo natural, os “melhoramentos” e a transformação do mundo social. Em ofício de 1º de janeiro de 1800, explicita que “a arte da agricultura, e quase todos os seus utensílios são absolutamente desconhecidos”. Isso se daria, segundo o mesmo governador, por dois motivos, o primeiro deles, “em razão da natureza do solo em que aquella muito pouco aproveitaria, como pela inata insensibilidade, e apathia que caracterizaria, (...) os habitantes desta parte do globo, inda mesmo por aquelas couzas, que formão objeto da sua subsistência.” E insiste que uma de suas intenções seria justamente “uma sucinta deducção o estado dos habitantes desta Capitania, o seu comércio, possessões, qualidades morais, carater e disposição, para receberem principios de ordem e civilização, que os una em interesse commum e vida social.”²⁷⁴

Silva Feijó, com sua leitura mais pragmática do mundo natural e social, também reclamou longamente do que considerava ser o “atraso” da Capitania provocada pela liberalidade e pela licenciosidade

²⁷²EAGLETON, Terry. *A ideia de Cultura* São Paulo: Ed. Unesp, 2005, p. 09.

²⁷³Idem, p. 13.

²⁷⁴1800, Janeiro 1, Fortaleza – Ofício do governador do Ceará Bernardo Manoel de Vasconcelos, ao secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre o Alvará de 1765 relativo ao comércio de gêneros na referida Capitania. In: Documentos Avulsos da Capitania do Ceará. Projeto Resgate Barão do Rio Branco, digitalizados.

dos modos e dos costumes da população, marcada, em sua ótica, por vícios, pela ignorância e ainda, pela “falta de virtudes moraes”, constituindo indivíduos marcados e “estranhados contra todos os direitos da natureza e sociedade.”²⁷⁵ A leitura do mundo social, empreendida pelo sargento-mor e naturalista, incide sobre seus parâmetros de classificação, e ainda sobre o que considera ser os estágios de civilização, dessa forma, em 1810, quando da escrita de “memória sobre a Capitania do Ceará”, descreve em linhas gerais a composição social dos seus habitantes:

Sendo porém esta Capitania tão vasta, é de admirar a sua diminuta e desfalecida população, que apenas montará a 150 mil habitantes de todas as classes, e estes pela maior parte de péssima qualidade; porque uns são índios originaes do paiz, entes de si mesmos ineptos para se felicitarem ou para fazerem a felicidade dos outros, ou seja por natureza e sua constituição física ou por falta de educação ou por algum capricho particular etc., outros são provenientes destes com os negros cuja raça indígena constitue o maior numero della, conhecido com a vil denominação de cabras, outros são nascidos dos mesmos índios com os brancos, que faz em uma diminuta parte da população, verdadeiros mamelucos, (...) a outra classe enfim mais diminuta é a dos brancos, oriundos de Portugal: uns e outros porque o paiz lhe é favorabilíssimo, por lhe facilitar, digo, por lhes subministrar com liberalidade multiplicados meios de fácil subsistência, na abundância de raízes ou batatas e de infinitos fructos silvestres, e de imensa caça e pesca, por isso mesmo de ordinário muito preguiçosos e indolentes, com particularidade os índios, cabras e mamelucos, que são em extrema vadios, dissolutos nos costumes e cheios de vícios que pode produzir no coração humano uma vida licenciosa no centro da mais crassa ignorância, donde provém nelles a falta de sentimentos e de virtudes moraes e outros já pouco estranhados

²⁷⁵FEIJÓ, João da Silva. Memória Sobre a Capitania do Ceará. In: *O Patriota*, n. 2, março/abril de 1814, p. 22.

contra todos os direitos da natureza e sociedade.
276

Tal apreensão e estranhamento do mundo social relatado por Silva Feijó, compreendido de forma sincrônica, tentando apreender a configuração da população no momento de sua presença na Capitania, evidencia, em certa medida, os partícipes do processode “povoamento” e colonização²⁷⁷ na Capitania. Entretanto, deixa de relatar a violência cotidiana que emergiu a partir de tal processo. Tal percepção não iria passar despercebida por outros viajantes, e emerge também nos outros olhares e narrativas acerca da Capitania.

Henry Koster²⁷⁸, por exemplo, atentou que o mais potente canhão da vila de Fortaleza estava voltado para o interior. Deixou registrada a inferência sobre o passado recente, marcado não pelas ameaças externas, mas pelo processo de colonização violento, com o avanço da pecuária e o despovoamento dos grupos indígenas do interior da Capitania, os “gentios levantados” entendidos como a grande ameaça que poderia fazer ruir o processo de colonização.²⁷⁹

²⁷⁶FEIJÓ, João da Silva. Memória Sobre a Capitania do Ceará. In: *O Patriota*, n. 2, março/abril de 1814, p. 22.

²⁷⁷Antonio Bezerra caracteriza tal processo de colonização e “povoamento” pela pecuária extensiva, assim como o principal tipo social desenvolvido, o vaqueiro, forjados na violência cotidiana. BEZERRA, Antonio. *Algumas origens do Ceará*. Fortaleza: Biblioteca Básica Cearense – Fundação Waldemar Alcântara, 2009. (edição fac-símile de 1918). E Pereira Caldas, com o seu ranço fortemente depreciativo, observa que: “Nos sertões da Bahia, Pernambuco e de S. Francisco, abundam mulatos, mestiços e pretos forros (devia acrescentar índios mais ou menos mansos). Esta gente perversa, ociosa e inútil pela aversão que tem ao trabalho da agricultura, é muito diferente empregada nas fazendas de gado. Tem a este exercício uma tal inclinação que procura com empenho ser nelle occupada, constituindo toda a sua maior felicidade em merecer algum dia o nome de vaqueiro”. Citado por Capistrano de Abreu, argumentando que a criação do gado influenciou fortemente sobre o processo de formação social no Brasil Setentrional. Verificar ABREU, J. Capistrano de. Sobre uma História do Ceará. In: *Revista do Instituto do Ceará*. TOMO XIII, ANNO 1899, p. 30.

²⁷⁸Nascido por volta de 1790, em Portugal, filho de comerciantes britânicos. Percorreu a Capitania em 1810, atravessou as Capitanias do Norte, segundo suas próprias palavras, como um curioso, estranhando as terras e os costumes locais.

²⁷⁹“A fortaleza, de onde esta vila recebe a denominação, fica sobre uma colina de areia, próxima às moradas, e consiste num baluarte de areia ou terra, do lado do mar; e uma paliçada, enterrada do solo, para o lado da vila. Contém quatro peças de canhão, de vários calibres, apontadas para muitas direções. Notei que a

Do mesmo modo, pululava a “ética dos melhoramentos” nas mentes de capitães-mores, governadores-gerais e ouvidores nessas primeiras décadas de Capitania autônoma, se afirmando e buscando legitimação como afinada com o compromisso do “bem público”. Uma série de ofícios, bandos e alvarás expedidos pelos governadores da Capitania na primeira década do século XIX, permite inferir esse processo. Em janeiro de 1800, o governador expede um ofício atentando para a inspeção das matas e dos portos marítimos, assim como a instalação da Casa de inspeção dos Algodões.²⁸⁰

Em julho do mesmo ano, é expedida uma carta régia, que ordenava a que se fizesse uma descrição geográfica e topográfica da capitania e seus limites.²⁸¹ Em outubro, ainda de 1800, as missivas trocadas entre Dom Rodrigo de Sousa Coutinho e Bernardo Manoel de Vasconcelos versam ainda sobre a conservação das matas na Capitania.²⁸² E em 1802, o próprio príncipe regente envia ao governador uma provisão ordenando que se informe sobre os progressos da civilização dos índios da Capitania.²⁸³

Nesse sentido, os esforços eram voltados às dificuldades e resistências quanto à implantação desse modelo organizacional e “civilizacional” na Capitania do Ceará Grande, sejam por parte das populações locais, imersas em um outro modo de vida no último quartel do século XVIII, sejam por parte dos próprios “homens ultramarinos” que assumiam altos postos na Capitania, e que se engalfinhavam em disputas de poder, comportando-se como régulos e tiranos nos rincões distantes do império ultramarino.

Assim, por um longo período tida como esquecida e “a mais desprezada de todas as Capitânicas brasileiras”²⁸⁴, nas primeiras décadas do século XIX, como autônoma em relação a Pernambuco e pleiteando o direito de navegação direta para o reino, há uma certa volúpia em Silva Feijó e nos administradores recém-instituídos de inscrevê-la no rumo da

peça de maior força estava voltada para a vila...” In: KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*, p. 172.

²⁸⁰ 1800, Janeiro, 1, Fortaleza. AHU-CEARÁ, cx. 11, doc.1 AHU_CU_006, Cx. 13, D. 757.

²⁸¹ 1800, Julho, 1, Fortaleza. AHU-CEARÁ, cx. 11, doc.11. AHU_CU_006, Cx. 14, D. 785.

²⁸² 1800, Outubro, 1, Icó. AHU-CEARÁ, cx. 11, doc.18. AHU_CU_006, Cx. 14, D. 800.

²⁸³ 1802, Outubro, 12, Queluz. AHU-CEARÁ, cx. 13, doc.39. AHU_CU_006, Cx. 17, D. 946.

²⁸⁴ NOBRE, Geraldo da Silva. Op. Cit.

“civilização”, de fazê-la progredir com o desenvolvimento do comércio e com o incremento da agricultura. Desenvolvimento agrícola que também possuía um claro sentido civilizatório das gentes da Capitania, como bem o entende Terry Eagleton, em sua aproximação etimológica e epistemológica entre cultura e lavoura: “Se cultura originalmente significa lavoura, cultivo agrícola, ela sugere tanto regulação como crescimento espontâneo. O cultural é o que podemos mudar, mas o material a ser alterado tem sua própria experiência autônoma, a qual então lhe empresta algo da recalcitrância da natureza.”²⁸⁵

Assim, para além do viés fisiocrata inscrito na forma de pensar do naturalista nas primeiras décadas do século XIX em suas observações, compreende-se a consonância de interesses no processo violento a ser conduzido pelo Estado, com a ideia de seu papel civilizador, Silva Feijó e os demais administradores e ilustrados crendo possuir primordial papel. Nesse sentido, nas palavras de Eagleton, cultivo pode não ser apenas “algo que fazemos a nós mesmos. Também pode ser algo feito a nós, em especial pelo Estado. Para que o Estado floresça, precisa incutir em seus cidadãos os tipos adequados de disposição espiritual.”²⁸⁶

São considerações pertinentes para compreendermos o olhar do naturalista acerca do mundo natural, suas ideias, percepções e conceituações acerca do que venha a ser “natureza”. Assim, para Feijó, além de estar a serviço da Coroa lusitana na prospecção de objetos de História Natural em lugares até então pouco explorados do Império, é partícipe de um seleto grupo de viajantes, correspondentes das instituições científicas do reino, notadamente Domenico Vandelli e sua ânsia da elaboração de uma grande obra acerca das produções naturais das colônias portuguesas²⁸⁷. Olhar armado, portanto, do naturalista frente ao mundo natural nessas primeiras décadas do século XIX. Nesse sentido, em sua “*Memória sobre a Capitania do Ceará*”, escrita em 1810, quando o naturalista já havia percorrido longamente os recônditos do território que lhe foi incumbido de analisar, Silva Feijó explicita de que maneira seu olhar haveria de ser armado:

²⁸⁵EAGLETON, Terry. Op. Cit., p. 19.

²⁸⁶Idem, p. 19.

²⁸⁷Segundo Brigola, estava nos planos de Domenico Vandelli a elaboração de uma *História Natural das Colônias*. Cf. BRIGOLA, João Carlos. Domenico Agostino Vandelli – um naturalista italiano a serviço de Portugal e do Brasil. In: *O Gabinete de Curiosidades de Domenico Vandelli*. DANTES Editora, 2008, p. 42.

É necessário ter muito pouco conhecimento do físico da capitania do Ceará para duvidar das immensas vantagens que ella pode produzir em utilidade dos seus habitantes, augmento do seu comércio e prosperidade geral do Estado: assim me tem persuadido a continuação da observação que tenho feito sobre o seu físico e moral por espaço de onze anos successivos em razão de meu officio; eu passo pois a descorrer sobre este importante objecto, o mais resumido que me for possível, na presente memória, a que me proponho.²⁸⁸

Dessa forma, em toda a sua análise dos solos, das terras agricultáveis, na elaboração de uma corografia da Capitania e de um acurado exame acerca do político da região, são os interesses da Coroa ou do Estado, a Real Fazenda, e ainda, o que embora bem se assemelhe a uma retórica iluminista, o interesse do *bem público* são suas preocupações imediatas. Em sua *Memória*, que por regras assinaladas pelas instituições às quais o naturalista estava vinculado, não poderia haver lugar para impressões particulares, devaneios subjetivos, entendidos como desnecessários²⁸⁹. No entanto, essas se mesclam ao discurso, em meio àquilo que poderia interessar diretamente aos olhos da Coroa:

O ar é cáldo e húmido, porque a sua athmosphera é cheia de colorico e de vapores aquosos; contudo, porque estes se acham por isso muito rarefeitos e carregados de muita matéria de luz em razão da elevação da equinocial etc., as noites são claras e

²⁸⁸ *Memória sobre a capitania do Ceará*, escrita de ordem superior pelo sargento-mor João da Silva Feijó, naturalista encarregado por S. A. R. das investigações philosophicas da mesma. In: Revista do Instituto do Ceará. ANNO III, 1889. Anteriormente esta *memória* tinha sido publicada no Jornal Literário Científico e Mercantil do Rio de Janeiro “*O Patriota*”, nos tomos 1 e 2 de 1814.

²⁸⁹ Ver Viagens filosóficas ou dissertação sobre as importantes regras que o filósofo naturalista, nas suas peregrinações, deve principalmente observar, escrito por Domenico Vandelli em 1779. In: *O Gabinete de Curiosidades de Domenico Vandelli*. DANTES editora, 2008, p. 93-158. Em 1781 foram ainda publicadas as *Breves instruções aos correspondentes da Academia de Ciências de Lisboa sobre as remessas de produtos e notícias pertencentes à história da natureza para formar um Museu Nacional*.

o luar encantador, particularmente no verão em que se observam repetidas exalações.²⁹⁰

Olhar armado portanto, direcionado às obrigações com as quais tinha o naturalista com a Coroa lusitana. No entanto, mesmo buscando cumprir com seus deveres, mantendo a objetividade em seu relato, Silva Feijó deixa transparecer, por um lado, as paisagens subjacentes do seu olhar²⁹¹, e por outro lado nos dá uma ideia do mundo natural²⁹² da Capitania nessas primeiras décadas do século XIX, entrecortada com as projeções e tentativas de incentivo à agricultura de exportação, notadamente o algodão, com a abertura de estradas, com as atividades pecuárias nos sertões, assim como com as intempéries e as rápidas mudanças no aspecto da vegetação:

Desde estas terras baixas, caminhando para o interior, se observa o terreno geralmente coberto de infinitos vegetaes, que servem de sustentar a milhares de animais de toda a espécie: estas plantas offerecem indivíduos infinitamente diferentes entre si, e alguns tão novos como exquisitos e particulares. Do mesmo modo se descobrem as montanhas geralmente cobertas de mattas, mais ou menos elevadas. Nota-se muitas vezes operar-se a vegetação nestes indivíduos, sem sensível interrupção, pela uniformidade do

²⁹⁰FEIJÓ, João da Silva. *Memória sobre a Capitania do Ceará*, p. 08.

²⁹¹A respeito das “paisagens do olhar”, Luciana Martins, em sua investigação das diferentes representações elaboradas por viajantes britânicos no Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XIX, salienta a importância de atentarmos que em tais representações “não se trata apenas de uma projeção na tela ou no papel de imagens prefiguradas segundo convenções de representação – científicas ou artísticas – do observador europeu metropolitano, mas sim de uma constante negociação entre imagens que os viajantes carregavam em suas mentes com as paisagens que se lhes apresentavam aos olhos, pelas quais eles viajavam através, com as quais eles tinham que travar um contato físico”. MARTINS, Luciana de Lima. Op. Cit., p. 142.

²⁹²Ressalta-se principalmente o aspecto de construtos sociais nessas designações de “mundo natural” ou “paisagens naturais”, sendo estas convenções culturais variáveis no tempo e no espaço, e notadamente recebendo atribuições e significados distintos de acordo com as lentes do observador e com os grupos com os quais dialoga. Para uma discussão desses aspectos Cf. THOMAS, Keith. Op. Cit., SCHAMA, Simon. *Paisagem e Memória*. Trad. Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

clima e temperatura do país, por quase todo o ano; sem embargo do que as grandes seccas do verão não deixam de diminuir, de alguma sorte, esta força da vegetação, com particularidade nas plantas herbáceas, que quase todas perecem, não havendo precaução de as regar; o que contudo não succede às arvores, ainda nesta estação muitas dellas cheguem a perder de todo as suas folhas; mas as primeiras chuvas do inverno toda a natureza se reanima, e toma um novo vigor, cobrindo-se de verdura até os lugares mais áridos.²⁹³

Os registros que nos deixa o naturalista Silva Feijó, nos 17 anos que permaneceu na Capitania na primeira década do século XIX, evidenciam um determinado modo de ver o mundo natural e elaboração das paisagens, sejam essas humanas ou “naturais”. No que concerne ao primeiro aspecto, evidencia-se sua preocupação em tornar úteis os habitantes dos dilatados “sertões” do Império colonial português. Dupla utilidade, que aparece em seus textos na forma de tentativas de incentivar o “aumento da Fazenda Real” e no impulso do que considera como melhorias ao “bem público”.

O que surge em sua escrita nos faz refletir que a própria utilidade do naturalista para a Coroa lusitana, além da prospecção de metais, estaria relacionada também ao modo como evidenciasse prognósticos de “melhoramentos” nesse duplo sentido. Então, seu modo de observar as gentes e o mundo natural, pelo viés iluminista e principalmente fisiocrata, aposta na agricultura como método de “civilizar” a população e tornar úteis à Coroa os “dilatados sertões” da Capitania. No entanto, sem deixar de apostar em outras possibilidades, como o incremento das atividades piscatórias, aproveitando a extensão litorânea da Capitania. E ainda, vislumbrando a importação de ovelhas, principalmente da África²⁹⁴, para a produção lanígera, acreditando na possibilidade de adaptação do gado de menor porte às intempéries climáticas e às transformações na vegetação em períodos de estiagem.

²⁹³ FEIJÓ, João da Silva. *Memória Sobre a Capitania do Ceará*, p. 17.

²⁹⁴ Silva Feijó aposta na importação de gado lanígero para a Capitania principalmente de regiões áridas do continente africano, de Portugal ou da Espanha. Cf. FEIJÓ, João da Silva. *Memória econômica sobre o gado lanígero do Ceará*. In: *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza: ANNO XXVIII, 1914.

4.2. *Mapas, Cartas e memórias: desenhando a Capitania do Ceará*

No entrelaçamento dos interesses da Coroa portuguesa acerca das regiões periféricas, dos projetos coloniais e dos horizontes de expectativas dos vassalos que possuíam conhecimentos técnicos, a Capitania do Ceará Grande permaneceu longo período sem que os seus “dilatados sertões” despertassem interesses mais incisivos por parte de funcionários da Coroa. Dessa maneira, somente em fins do século XVIII e primeira década do século XIX, houve um recrudescimento por parte da Coroa, tanto no que diz respeito a prospecção de riquezas quanto no inventário das potencialidades que o mundo natural da Capitania poderia acarretar ao Erário Régio.

Isso se evidencia, em parte, na observação das representações cartográficas do interior da Capitania por parte dos administradores, ouvidores e naturalistas que estiveram presentes nos seus dilatados sertões. Assim, podemos inferir, por meio das relações descritivas até às representações cartográficas uma apreensão e representação do território e do mundo natural apreendendo a transformação nas geografias imaginativas, que passa para uma apreensão e construção do território da Capitania de maneira mais circunscrita, ancorada nos conhecimentos científicos e técnicos, e a apreensão do mundo guiada pelas apropriações iluministas.

Inferimos com isso, que embora não cartografado por meios técnicos sofisticados, os habitantes, e os contingentes administrativos possuíam seus mapas mentais que circunscreviam a porção correspondente de sua jurisdição em relação ao território. Inferimos com isso, duas assertivas em relação à cartografia e a transformação das geografias imaginativas. Primeiro, acompanhando Júnia Furtado, que documentos cartográficos poderiam circular por meio de relatos orais e documentos escritos, neste último caso, podemos perceber isso na própria relação descritiva elaborada por João Baptista de Azevedo Coutinho Montauray, onde circunscreve e aponta para a Coroa portuguesa a extensão e as potencialidades da Capitania a qual estava responsável²⁹⁵. E em segundo lugar, que a própria produção

²⁹⁵[post. 1782], Ceará. Offício do Capitão-mor do Ceará, João Batista de Azevedo Coutinho de Montauray, ao Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo Castro, encaminhando um relatório geral sobre a capitania. AHU/ Ceará. Conselho Ultramarino. Digitalizados Projeto Resgate Barão do Rio Branco. Anexo: relatório. Caixa: 9; doc nº 591; disco II; pasta 9 / 3 – doc. Nº 0485;

cartográfica, é extremamente dependente dessa circulação de informações, a construção do conhecimento acerca do território possui sua circularidade, em vários âmbitos, principalmente por meio da empiria na elaboração de roteiros, relações, esboços, plantas e borrões de naturezas várias²⁹⁶.

Nesse sentido, os sertões da América portuguesa passam a ser apreendidos e representados cartograficamente a partir da metade do século XVIII, em grande medida, em razão das disputas diplomáticas com a Coroa Espanhola. Outras pelo maior interesse de seus administradores, como é o caso da Capitania do Piauí, cartografada já na década de 1760 (Ver mapa 01). A Capitania do Ceará, no entanto, em razão do pouco interesse econômico e político despertado à Coroa, somente iria ser devassado mais incisivamente a partir do último quartel do século XVIII. E quanto às representações cartográficas de maior porte, estas iriam emergir, em decorrência de ordens régias e ofícios, somente nas primeiras décadas do século XIX.

²⁹⁶FURTADO, Júnia Ferreira. *Oráculos da Geografia Iluminista: Dom Luís da Cunha e Jean Baptiste Bourguignon D'Anville na construção da cartografia do Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012, p. 26.



MAPA 01 - Carta Geográfica da Capitania do Piauí, e parte das adjacentes [Cartográfico] levantada em 1761 por João Antonio Galuci. Mapa ms.: col., desenho a nanquim; 58,5 x 85cm. Em f. 61,5 x 88. ARC.030,01,004 – Cartografia. Objeto digital: Cart249898. Disponível no sítio da Biblioteca Nacional Digital in: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart249898.jpg. Última visualização: 20.01.2014.

Benedict Anderson entende que a cartografia no contexto colonial possui uma função determinada. Em primeiro lugar, se constitui como “diagrama de orientação militar e navegação costeira”. Por outro lado, sua função estaria atrelada à delimitação de limites, que “localizadas nas interfaces entre territórios estatais adjacentes”, dessa forma, no entendimento de Anderson “as fronteiras [teriam] uma importância especial para determinar os limites da autoridade soberana e para definir a forma espacial das regiões políticas contidas.”²⁹⁷

No caso analisado aqui, não se trata da formação de uma nação e a elaboração de um sentimento de nacionalidade, como investiga Anderson em seu estudo. Trata-se no entanto, de uma forma de representação que tenta dar a ver à burocracia e à Coroa lusitana aspectos que naquele momento são considerados importantes nas investigações do mundo natural, na leitura do mundo social, nos incentivos ao comércio e no intento de navegação direta para o reino.

Desse modo, podemos inferir tal processo, ancorado nas ideias progressistas e de “melhoramentos” para a Capitania já nos últimos anos do século XVIII. No caso, já em julho de 1800, o governador da Capitania, Bernardo Manoel de Vasconcellos, envia um ofício ao Ministro Dom Rodrigo de Sousa Coutinho acerca de uma ordem régia que exigia que o chefe-de-esquadra “fizesse uma descrição geográfica e topográfica da Capitania e de seus limites.”²⁹⁸ Suas ponderações foram tomadas em conta, e nesse mesmo ano surge a primeira representação cartográfica do território, a “*Capitania do Ceará; dividida pelo campo iluminado de cor*” (Ver mapa 02), embora não assinada, a representação é atribuída a Silva Feijó, que no final do ano de 1800 já havia percorrido extensamente a Capitania. O termo “campo iluminado de cor”, segundo Liberal de Castro, “significa dizer que o território é aquele que fica iluminado por um traço de contorno colorido (iluminado) que começa e termina no litoral.”²⁹⁹

²⁹⁷ ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 1983, p. 239.

²⁹⁸ Fortaleza, 1 de julho de 1800, Ofício do governador do Ceará ao secretário de Estado, D. Rodrigo de Sousa Coutinho. Arquivo Histórico Ultramarino / CEARÁ, cx. 11, doc.11. Arquivo Histórico Ultramarino_Conselho Ultramarino_006, Cx. 14, Doc. n. 785. Digitalizados Projeto Resgate Barão do Rio Branco.

²⁹⁹ CASTRO, José Liberal de. Cartografia cearense no Arquivo Histórico do Exército. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza: ANNO CXI, 1997, p. 25.



MAPA 02 - FEIJÓ, João da Silva. Capitania do Ceará; Dividida/pelo Campo Illuminado de cor. In: JUCÁ NETO, Clóvis Ramiro. *A urbanização do Ceará Setecentista: As vilas de Nossa Senhora da Expectação do Icô e de Santa Cruz do Aracati*. Tese de Doutorado em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura, Salvador: UFBA, 2007, p. 145.

Essa primeira representação cartográfica, portanto, tem por objetivo dar a ver o território da Capitania como um todo, com as suas vilas e os seus principais povoados, os rios que cortam o território, os seus principais lagos e suas montanhas. No que trata a porção banhada pelo rio Acaracu, representada à direita no mapa, o naturalista dá a entender que na “Serra dos cocos”, no costado da Serra que separa as Capitanias de Piahy e Seará encontra-se uma região rica em vegetais, atentando para as potencialidades que poderiam advir de uma melhor exploração do mundo natural.

Chama atenção ainda no mapa, a porção conhecida na época como “certão dos Caratiús”, em um primeiro aspecto, tal “certão” remonta às antigas denominações atribuídas as porções pouco conhecidas com a atribuição do nome “certões”, juntamente com o nome dos grupos indígenas que o habitavam. E por outro lado, chama atenção, sua representação já em 1800, porque diz respeito a uma porção que iria ser incorporada anos depois ao território da capitania, mas que indica já ser uma região conhecida e explorada pelo naturalista.

Ainda em 1800, Mariano Gregório do Amaral, natural do Rio de Janeiro, e viajando na Capitania como visitador, elabora seu “*Mapa Geographico da Capitania do Seará*” (Mapa 03). A representação é bastante semelhante à “*Capitania do Seará dividida pelo campo iluminado de cor*”, e muito provavelmente teve esta como base da representação. No entanto, além dos rios e das cadeias de montanhas, assim como a indicação dos principais povoados, vilas, capelas e matrizes, o “Mapa Geographico” distingue-se do elaborado por Silva Feijó pela indicação, por meio de um trilho pontilhado, a divisão de cada uma das freguesias que compunham a Capitania, e ainda, representa no topo do mapa a indicação das longitudes, algo obliterado pelo naturalista, em parte, pela razão de que este último não dispunha dos materiais necessários para tanto, como indica em seu ofício de 13 de dezembro de 1800, onde reclamava de suas condições de trabalho, afirmando que

viaja destituído de todos os meios auxiliares, para o fim de suas dilligencias: sem livros convenientes, para senão darem por novidades, com as já conhecidas, sem hum desenhador, capaz que á vista dos objetos vivos, os retratem como forem naturalmente, sem instrumentos, para as observações físicas, clínicas, e topográficas e &. não sei que se possa dar passo [ilegível] na progressão de meu officio: V. Ex.cia que esta verdade conhece, digne-se sendo servido, attender

a esta minha necessidade, fazendo que eu seja auxiliado com hum exemplar da edição última do sistema geral de Linneo por Gmelin, com a Flora Guianense, com a *Encyclopedia methodica botanica* de Lamarck e Fabrício, com hua empresa e papel, para a adequação das Plantas, com hum Oitante regular, e bem desempenhado para notar em minha carta topografica ao menos as latitudes em que encontro alguma minas e em que demorão os portos e &., e hum grafometro, e compassos mathemáticos para medir as alturas respectivas das montanhas, e hum barometro para notar estas mesmas alturas e os diferentes estados da flora fora estações;³⁰⁰

³⁰⁰1800, dezembro, 13; Ceará. Ofício do naturalista João da Silva Feijó ao Secretário de Estado dos negócio da marinha e ultramar, João Rodrigues de Sá e Melo], informando sobre as minas de salitre encontradas no Ceará e queixando-se das condições em que trabalha na referida Capitania, faltando-lhe livros, desenhador e instrumentos para as observações físicas, químicas e topográficas. Arquivo Histórico Ultramarino. Conselho Ultramarino. Brasil/Ceará. Caixa 14. doc. nº 811; Digitalizados pelo Projeto Resgate Barão do Rio Branco. Pasta 2/14; doc. nº 323.

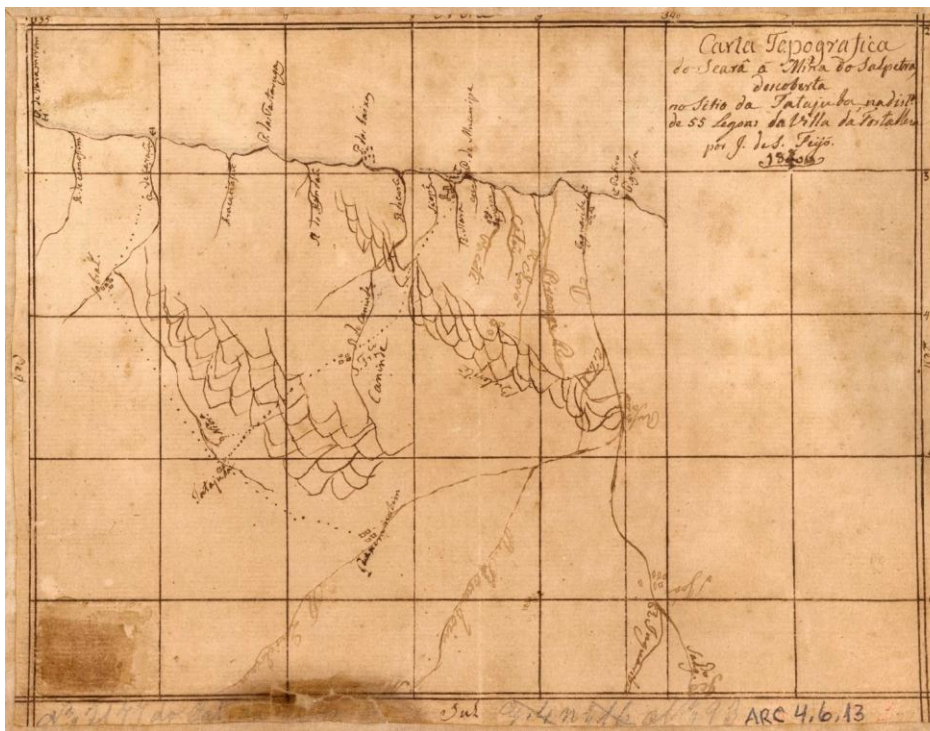
Mariano Gregório Amaral, portanto, dispunha de melhores recursos na elaboração da cartografia da Capitania, e no entanto, na legenda de sua representação deixa indícios da circulação de informações na construção do conhecimento cartográfico, um destes é a menção às explorações mineralógicas empreendidas pelo naturalista Silva Feijó. Gregório Amaral em sua representação aponta a existência das minas de salitre e pedras preciosas, apontando a importância de melhores explorações dos sertões da Capitania.

Por outro lado, na representação de Silva Feijó, apesar da ausência de melhores recursos técnicos, e de ele ser um dos responsáveis pelo devassamento do interior da Capitania, sua representação denota, em comparação com a de Gregório Amaral, uma maior atenção devotada as reentrâncias da Costa, indicando mais detalhadamente as formas das embocaduras dos rios, os lugares mais perigosos para a navegação costeira e onde a navegação se tornava perigosa em decorrência da abundância de recifes.

Ainda no final do ano de 1800, o naturalista elabora sua “*Carta topográfica do Seará a Mina de Salpetra do sítio de Tatajuba*” (Mapa 04). Embora não haja evidências nos arquivos perscrutados acerca do envio do material solicitado pelo naturalista para a elaboração de sua carta, o certo é que nesta representação, já há a indicação das latitudes e longitudes. A topografia indicada pela carta, no entanto, corresponde somente à região dos arredores da mina descoberta, e o sargento-mor toma o cuidado ainda de indicar, através de um tracejado, os caminhos que a extração mineral deveria ou poderia tomar até os portos da Capitania, fossem estes as barras do rio Siará ou do rio Acaracú.

Os caminhos indicados pelo naturalista, no entanto, como não correspondiam aos antigos caminhos das boiadas, deveriam ainda ser abertos, como ele mesmo indica e como posteriormente surge na documentação, através de uma solicitação efetuada pelo governador da Capitania, Bernardo Manoel de Vasconcelos, em 03 de setembro de 1802, requerendo a abertura de estradas da Serra de Baturité, (indicada na representação de Silva Feijó), até as minas de extração de salitre, no sítio Tatajuba³⁰¹.

³⁰¹ 1802, setembro, 30. Fortaleza. Ofício do governador do Ceará, Bernardo Manoel de Vasconcellos, ao Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, visconde de Anadia, João Rodrigues de Sá e Mello, sobre a abertura da estrada de Baturité até a mina de Tatajuba, onde se extrai o salitre. Arquivo



MAPA 04 - FEIJÓ, João da Silva. Carta topográfica do Seará a Mina de Salpetra descoberta no sítio da Tabajuba [Cartográfico]: na dist.a [distância] de 55 léguas da Villa da Fortaleza. Biblioteca Nacional Digital (Brasil). Disponível no sítio da Biblioteca Nacional em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart525963/cart525963.jpg -Última vizualização: 26.12.2013.

Os incentivos políticos e econômicos à Capitania ganharam ainda mais vulto a partir de 1803, quando em um Alvará, datado de 21 de junho, o próprio príncipe regente, D. João, dava a entender mais esforços voltados para a extração das riquezas dos sertões da América portuguesa, e no caso específico da Capitania do Ceará Grande, principalmente com o intuito de animar a sua agricultura, “favorecendo a sua Navegação, e comércio directo com o Reino”. De acordo com o que se observava, segundo o mesmo D. João, cabia às autoridades e aos contingentes administrativos incentivar ainda mais “o sucessivo progresso da Cultura, e povoação da referida Capitania; para se poder depois regular o seu Commercio directo com a Metropole pela maneira mais conveniente”, dessa forma decretava e estabelecia então que,

todos e quaesquer generos, que se importarem, ou que se exportarem da Capitania do Ceará Grande em directura para os Portos do Reino, sejam isentos por espaço dos primeiros seis annos seguintes, depois da publicação deste Alvará, de metade dos direitos, que sem esta Graça deverião pagar nas Alfandegas respectivas³⁰².

Nesse sentido, os maiores investimentos no melhor entendimento do que poderia ser levantado como recursos e potencialidades de valor econômico e as próprias representações cartográficas da Capitania, que passam a se avultar nos primeiros anos de Capitania autônoma, evidenciam, tais preocupações e o maior envolvimento e sintonia entre os projetos coloniais gestados no reino e as autoridades administrativas da Capitania nesses primeiros anos do século XIX.

Dessa maneira, entendendo um mapa, principalmente como “uma expressão simbólica de uma área”, podemos perscrutar e inferir as seleções e os silenciamentos executados pelos agentes produtores da representação, ou ainda, podemos entender como salienta Júnia Furtado que “um mapa é sempre uma representação do real, uma forma de saber

³⁰² Alvará, pelo qual vossa Alteza Real, para animar, e favorecer o commercio da Capitania do Ceará Grande, Ha por bem isentar, por tempo de seis anos, de meios direitos todos os generos, que para alli se importarem, ou que se exportarem directamente para o Reino. Registado na Secretaria de Estado dos Negocios da Fazenda a fol. 43. do Livro I. das Cartas, e Alvarás. Lisboa 19 de junho de 1803. Na Régia Officina Typografica. Digitalizados. Disponível in: <https://archive.org/details/euoprinciperegen61port>

espacial e, ainda que ele mantenha uma íntima relação com o espaço que delimita, não é o próprio espaço, só podendo ser compreendido em sua dimensão simbólica.”³⁰³ Assim, a observação e a perscrutação da cartografia elaborada no período evidencia as preocupações candentes, assim como o recrudescimento dos projetos coloniais nas áreas até então pouco exploradas e conhecidas em suas potencialidades.

Por outro lado, em grande parte da historiografia do Ceará, principalmente no século XIX, a cartografia elaborada pelo naturalista juntamente com suas memórias, ajudam a constituir o aspecto fundacional dos limites da Capitania como administrativamente autônoma em relação a Pernambuco. E ainda, tais representações expressam, numa perspectiva que leva em consideração as representações gráficas com uma forte carga semântica e simbólica, o entendimento do efetivo reconhecimento por parte da Coroa portuguesa, e do preenchimento dos “espaços em branco”, nos mapas coloniais, em relação ao conhecimento construído no centro do Império.

No entanto, somente a partir de 1810, as representações cartográficas tomam maior vulto. Silva Feijó, elabora a sua “*Carta Topográfica da Capitania do Ceará*”, em 1812. E poucos anos depois iria ser enviado à Capitania o Coronel de engenheiros e ajudante de ordens Antonio José da Silva Paulet³⁰⁴, que no governo de Manoel Ignácio de Sampaio, já em 1813, elabora a “*Carta da Capitania do Ceará e costa*”.

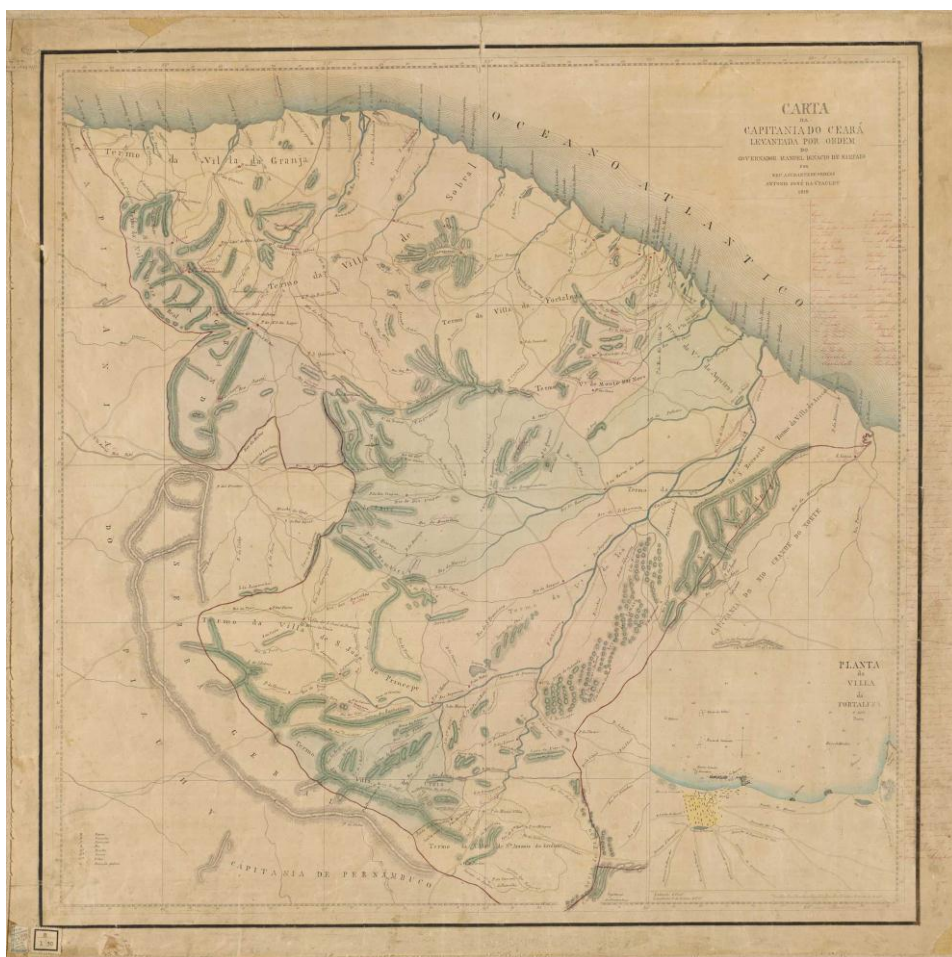
Segundo Clóvis Jucá Neto, tais intenções do governador se davam, em razão de que, em seu modo de ver, “até então ainda não se havia determinado de uma maneira positiva a posição geográfica da costa cearense; razão porque o encarregava de desenhar com suficiente exactidão”³⁰⁵ Anos depois, o mesmo engenheiro Paulet iria ser autor de

³⁰³FURTADO, Júnia Ferreira. *Op. Cit.*, p. 22.

³⁰⁴Segundo Studart, Paulet havia principiado seus estudos em 1795 na Academia Real da Marinha; serviu na armada até o posto de Capitão-tenente e posteriormente passou ao Real Corpo de Engenheiros. Em 1811, foi nomeado ajudante de Ordens do Governo do Ceará, cargo que ocupou a partir de 19 de março de 1812. Em dezembro de 1821 havia sido nomeado comandante das Armas do Ceará, no entanto, devido à situação política atribulada retorna ao reino. Anos depois, em 1829, tomou partido na disputa entre D. Pedro e D. Miguel, sendo condenado à morte, pena a qual logrou escapar. Cf. STUDART, Guilherme de. *Geographia do Ceará. Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza: ANNO XXXVII, 1923, p. 279.

³⁰⁵ Ver JUCÁ NETO, Clóvis Ramiro. Os primórdios da organização do espaço territorial e da vila cearense: algumas notas. *Anais do Museu Paulista*, São

outras representações cartográficas tais como a “*Carta Marítima e Geográfica da Capitania do Ceará*”, em 1817, e ainda a “*Carta da Capitania do Ceará*”, em 1818.



MAPA 05 - PAULET, Antonio José da Silva, 1778-18?? Carta da Capitania do Ceará [Cartográfico] / levantada por ordem do Governador Manoel Ignacio de Sampaio por seu ajudante e ordens Antonio José da S. Paulet. [Rio de Janeiro]: [Arch. Militar], 1818. Biblioteca Nacional Digital (Brasil). Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart529227/cart529227.jpg Última visualização: 26.12.2013.

Para Clóvis Jucá Neto, essa orientação mais incisiva na cartografia na segunda década do século XIX, se deve às reorientações dos governadores, principalmente Manoel Ignácio de Sampaio, com sua política mais incisiva em relação aos “melhoramentos” na Capitania. Desta forma, o governador escrevia para Paulet, demandando que este, fizesse “não só todas as observações, que forem tendentes a perfeição da mesma Carta, mas também todas as mais que julgar úteis para o conhecimento da Capitania.”³⁰⁶

Demandava ainda que o seu ajudante de ordens levantasse informações sobre a posição exata dos rios, dos lagamares, dos lugares aonde entrava a maré e se formava o sal, anotar sobre a sua manufatura e exportação; a posição, o estado e o melhoramento das estradas; o estado dos presídios da costa e ainda levantar todas as indagações que julgasse “para o conhecimento estatístico do Ceará”. Na nova cartografia, o governador demandava “mais exactas informações dos limites do território desde a barra do Mossoró até o distrito de Jiqui e catinga de Góes.”³⁰⁷

Tais solicitações, emergem em um momento onde se fazia uma política voltada para “os melhoramentos” da Capitania, que também possuíam seus baluartes nos incentivos ao comércio, à navegação, à agricultura, com o escoamento da produção algodoeira, e principalmente com o intento da “civilização dos povos”, na efetiva incorporação de áreas até então demasiado periféricas do Império colonial, como salienta Russel-Wood, lugares que praticamente se localizavam “para além do alcance do governo ou, na verdade, tão distantes como se estivessem efetivamente fora do Império”³⁰⁸.

³⁰⁶ Ver JUCÁ NETO, Clóvis Ramiro. *Desenhando o Ceará*. Anais do 3º Simpósio Iberoamericano da História da Cartografia. Agendas para a História da Cartografia Iberoamericana. São Paulo, abril de 2010. disponível em: [http://3siahc.wordpress.com/memorias/#Clovis Ramiro Jucá Neto](http://3siahc.wordpress.com/memorias/#Clovis_Ramiro_Jucá_Neto). Não paginado.

³⁰⁷ Idem., não paginado.

³⁰⁸ RUSSEL-WOOD. A.J.R. Op. Cit.,p. 18.

4.3. *As Diligências filosóficas: ideias e valores sobre o mundo natural*

Evidencia-se no olhar e na prática empreendida por Silva Feijó na Capitania do Ceará uma preocupação candente em ser útil à Coroa lusitana, que é perceptível em sua ânsia em encontrar riquezas a serem exploradas, e ainda, na sua ânsia de transformação do mundo natural em recursos no aumento da Fazenda Real e do mundo social em vassalos úteis ao Estado. Suas “vigas intelectuais”, tais como a fisiocracia, a filosofia natural e ainda a economia natureza³⁰⁹, guiam os seus modos de ver e representar, incidindo diretamente na maneira como pensa os homens e o mundo natural. Em sua *Memória sobre a Capitania do Ceará*, se pode notar que os critérios de proteção do mundo natural guiam-se por meio do pensamento antropocêntrico e utilitário:

Não seria desacerto se o governo tivesse sobre tão importante objeto [agricultura] vistas mais circunspectas, impedindo-se de alguma sorte o pernicioso abuso na destruição continuada das matas virgens, como para que se cuide em conservar e melhorar as poucas, que ainda há perto do mar, e se promovam, como é fácil, novas plantações das mais preciosas árvores perto do mar; o que de certo para o diante daria imenso interesse à Real Fazenda.³¹⁰

O critério para a proteção e a admiração das “matas virgens” não estaria em alguma “natural” sublimidade subjacente no encontro do observador com o que posteriormente passa a ser considerado como paisagem idílica. Suas condições de possibilidade de observação, aquilo que guia os seus modos de ser, sentir, representar e construir as paisagens possui sua historicidade. No naturalista a serviço da Coroa lusitana, o que lhe é possível na sua leitura do mundo natural da Capitania é a maneira de ser útil à Coroa:

Nas matas se encontram excellentes árvores, como cedros, angicos, aroeiras, paus de arco, rabuges,

³⁰⁹Para uma discussão das fontes teóricas dos naturalistas luso-brasileiros do final do século XVIII. Cf. principalmente PÁDUA, José Augusto. Op. Cit.

³¹⁰FEIJÓ, João da Silva. *Memória sobre a Capitania do Ceará*, p. 27.

requiás, jucás, gitahis, massarandubas etc, importantíssimas pelas qualidade de suas madeiras e cores; não só para a construção, mas para todas as obras de marcenarias e tinturaria e para outras artes, ou sejam no aproveitamento de suas madeiras ou de suas féculas corantes, ou finalmente suas gomas, resinas, óleos etc.³¹¹

Cabe ressaltar, no entanto, que para além do seu interesse utilitarista e pragmático como vassalo da Coroa lusitana, dos seus intentos de pesquisas mineralógicas e de seus interesses em transformação do mundo social, Silva Feijó, foi também um exímio botânico, atividade que também constava entre suas prerrogativas na Capitania, como é possível perceber em missiva do naturalista ao Ministro Dom Rodrigo de Sousa Coutinho datada de dezembro de 1799:

A minha particular inclinação ao estudo da Botânica tem me conduzido a examinar, algua coisa, este fertil Paiz: elle me oferece vastíssimo campo para hua interessante Flora, se Vossa Excellencia for servido dignar se de mandar me providenciar com alguns livros, que me são necessários, como são a Edição de Gmelin, e a Encyclopedia Botanica de Fabricius, e o auxilio de hum Dezenhador³¹²

Não há evidências ou mesmo registros acerca do envio de tais livros ao naturalista, e o “dezenhador” que demandava Silva Feijó a Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, também jamais foi enviado, e dessa forma, o sargento-mor não chegou a representar pictoricamente os vegetais da Capitania. Da mesma forma, na produção cartográfica, com exceção de uma representação acerca das minas de salitre da Tatajuba, e da “Capitania do Ceará iluminada pelo campo de cor” executada pelo mesmo naturalista, em outras representações, Silva Feijó se utilizava dos serviços de seu amigo, o padre João Ribeiro de Pessoa e Mello Montenegro³¹³.

³¹¹ *Idem*, p. 19.

³¹² Carta de João da Silva Feijó a Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, 21 de dezembro de 1799. In: NOBRE, Geraldo da Silva. Op. Cit., p. 180.

³¹³ O padre João Ribeiro Pessoa de Mello Montenegro (1766-1817), nasceu em Tracunhaém, em Pernambuco. Era amigo e auxiliar do naturalista Manuel

Dessa forma, entre os anos de 1799 e 1809, abundam missivas³¹⁴ enviadas ao ministros Dom Rodrigo de Sousa Coutinho e ao Visconde de Anadia versando sobre o envio de espécimes vegetais da Capitania³¹⁵ classificadas segundo as orientações de Domenico Vandelli e seguindo o método lineano de classificação. E ainda em 1818, quando já havia deixado a Capitania, escreve a “Relação descritiva das Plantas da Capitania do Ceará”. Entretanto, o que se faz notável nessas classificações são as interfaces que se evidenciam entre conhecimento científico e conhecimento nativo. Na leitura dos mais diversos escritos do naturalista faz-se possível inferir o processo também de aprendizado, além dos lugares, também do reconhecimento e da utilidade dos espécimes vegetais colhidos. Em 1803, Silva Feijó elabora uma “relação das sementes das plantas agrestes da Capitania do Ceará”. Como discípulo de Vandelli, conhecedor dos códigos taxionômicos lineanos, chega a classificar boa parte do material recolhido, porém, se detém e se preocupa também em deixar evidente os “nomes vulgares”, pelos quais eram classificados as plantas da Capitania:

Arruda Câmara, e após ordenar-se sacerdote, viajou para Lisboa onde matriculou-se no Colégio dos Nobres. Em seu retorno, embebido de ideias liberais foi professor do Seminário de Olinda. Segundo Câmara Cascudo, João Ribeiro “retorna a Recife intimamente ligado com os republicanos e desenvolve ativíssima propaganda, sendo um dos mais prestigiosos e legítimos chefes da Revolução de 1817”. Ver: KOSTER, Henry. *Op. Cit.*, pp. 344-5. Por seu forte envolvimento na Revolução de 1817 e a consequente condenação que cairia sobre si, o padre João Ribeiro acabou se suicidando antes que as tropas reais chegassem até ele. Verificar ainda NOBRE, Geraldo da Silva. *Op. Cit.*

³¹⁴Villa da Fortaleza do Ceará, 17 de outubro de 1803. Relação das Sementes das Plantas agrestes da Capitania do Ceará, que se remetem para o Real Jardim Botânico da Ajuda; Villa da Fortaleza do Ceará, 17 de outubro de 1803. Relação das sementes das plantas indígenas da Capitania do Ceará, destinadas para o real Jardim Botânico de sua Magestade o Rei da Prússia; Ceará, 03 de fevereiro de 1803, Carta ao Ministro Visconde de Anadia; Ceará, 23 de dezembro de 1805, relação das sementes de plantas da Serra de Ibiapaba destinadas para o Real Jardim Botânico da Ajuda; Relação das sementes de plantas da Serra de Ibiapaba destinadas para o Real Jardim Botânico de Sua Magestade Prussiana

³¹⁵Os espécimes vegetais eram enviados principalmente para o Palácio Real da Ajuda, onde havia o herbário e o laboratório químico dirigido por Domenico Vandelli, e ainda para a Corte prussiana, com a qual os ilustrados portugueses estabeleceram vínculos, principalmente através do Conde de Von Hoffmanssegg e Heinrich Friedrich Link, que estiveram em Lisboa entre os anos de 1797 e 1801, intentando elaborar uma “Flora Lusitana”. Verificar NOBRE, Geraldo da Silva. *Op. Cit.*, p. 110.

System. Class. 1º	Vulgar
Canna indica lutea	pacavira amarela
Panicum	mihan
Tripalis	pajahú ³¹⁶

Cabe atentar para os efeitos dessa classificação, os “nomes vulgares” que aparecem contíguos trazem marcas, vestígios, sinais de uma experiência indígena, “das primeirasavas humanas” de também nomear o mundo natural. Nesse sentido, evidencia-se o aprendizado, as interfaces, enfim, as “zonas de contato” entre naturalista e os habitantes da Capitania que acabam por transparecer em suas representações.³¹⁷

Do mesmo modo, em suas investigações no interior da Capitania, muitas vezes se viu na incumbência da contratação de um “prático”, um conhecedor dos caminhos e veredas dos sertões da Capitania, como é o caso, das repetidas menções ao alferes Matias Ferreira Nobre, que era morador da vila Monte-mor-o-novo (Baturité), e possuía família em Campo maior de Quixeramobim, percorrendo o sertão com certa frequência, se tornava de primordial importância ao naturalista em relação às trocas de conhecimentos, e sobre lugares que eram “palmilhados por muito poucos”³¹⁸ no interior da Capitania, e que dessa forma, evidencia o caráter dos conhecimentos socialmente construídos acerca da Capitania.

Cabe salientar, dessa forma, a ausência de qualquer excepcionalidade ou proeminência do naturalista. O indivíduo, nesse sentido, está sempre imerso em uma rede de relações que estabelece com os seus pares e com o seu entorno, no entanto, praticando sua maneira particular de apropriação, ao mesmo tempo que configura e transforma suas maneiras de pensar e agir.

A forma de pensar, que valorizava a empiria e o experimento iria se difundir e encontrar vazão nos escritos de Silva Feijó, que, em suas investigações filosóficas no sul da Capitania, põe à prova, e sob o crivo da razão e da experiência os pressupostos teóricos de muitos naturalistas setecentistas, e até mesmo toma partido perante o que

³¹⁶Relação das sementes das plantas agrestes da Capitania do Ceará, que se remetem para o Real Jardim Botânico da Ajuda, por ordem de Sua Alteza, e contidas em o caixote com marca R.=N. In: NOBRE, Geraldo da Silva. *Op. Cit.*, p. 213.

³¹⁷ PRATT, Mary Louise. *Op. Cit.*,

³¹⁸ Ver NOBRE, Geraldo da Silva. *Op. Cit.*, p. 88.

Antonello Gerbi³¹⁹ convencionou chamar de “polêmica do Novo Mundo”. O naturalista levanta questionamentos e põe em perspectiva as afirmativas degradantes levantadas pelo conde de Buffon em relação à fauna, flora e habitantes do continente americano:

Não é menos para notar-se a grande quantidade de ossada fóssil de grandioso tamanho, como vértebras, costellas, fêmures que se encontram perto d’aquela serra, para onde se diz Cronzó em uma lagoa denominada da Catharina. Que exemplos pois para suas provas não deduzirão destes objetos os sectários do celebre Systema de Buffon? Não menos para aqueles naturalistas, que sepersuadem que não podem petrificar as substancias moles ou carnosas dos animais.³²⁰

Silva Feijó, no período em que esteve na Capitania, ainda atentou para a importação e melhoramento de animais exóticos, no sentido de aumentar os “rendimentos de seus habitantes, assim como produzir immensas vantagens ao Comércio do Brazil”. Em 1811, escreve a “Memória econômica sobre o gado lanígero da Capitania do Ceará”, onde procura igualmente ser útil à Coroa e demonstrar melhores formas de aproveitamento de uma espécie bem adaptada aos solos e climas da Capitania. No entanto, o naturalista insiste que, como “ignorão aquelles Creadores os meios de se conduzirem nesta Arte pastoril, pareceo-me conveniente apontar-lhes os princípios, e regras geraes della, a fim não só de saberem formar bons rebanhos de escolhido gado, de os conduzir, e tractar para terem huma melhor raça

³¹⁹GERBI, Antonello. *O Novo Mundo: História de uma Polêmica: 1750-1900*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

³²⁰FEIJÓ, João da Silva. *Memória sobre a capitania do Ceará*, escrita de ordem superior pelo sargento-mor João da Silva Feijó, naturalista encarregado por S. A. R. das Investigações *philosophicas* da mesma. In: *Revista do Instituto do Ceará*. ANNO III, 1889. Anteriormente esta *memória* tinha sido publicada no Jornal Literário Científico e Mercantil do Rio de Janeiro “*O Patriota*”, nos tomos 1 e 2 de 1814.

de ovelhas, e de huma muito superior qualidade de lã, como de se conduzirem nas tosquias, e aproveitamento das mesmas lãs.”³²¹

O naturalista e sargento-mor, eivado por suas categorias de leitura do mundo natural e do mundo social aponta possíveis “melhoramentos”, no que credita ser partícipe do aumento da Fazenda real e aumento do bem público, e dessa maneira, as transformações e “melhoramentos” deveriam incidir diretamente na transformação social dos habitantes da Capitania.

Da mesma forma, no intento de “melhoramento das raças” do gado lanígero e caprino dos habitantes dos sertões, Silva Feijó versa sobre a organização de novos rebanhos, e nesse sentido, enseja que “dever-se hia procurar haver, se possível fosse, os carneiros, e ovelhas da mais escolhida raça onde quer que os houvesse, e quando não procurallos ali mesmo na raça indígena, escolhendo-se os indivíduos, que tenham, quando não todos, pelo menos o maior número dos signaes característicos da boa qualidade, sem o que jamais os resultados serão felices.”³²²

Silva Feijó, em suas assertivas, analisa que há riquezas minerais e potencialidades vegetais a serem melhor analisadas e exploradas no interior dos sertões da Capitania, que, no entanto, por uma série de razões listadas pelo naturalista, torna-se um problema adentrar-se nos dilatados sertões, sejam por “serem geralmente todas estas producções situadas no interior dos sertões da capitania e muito longe do mar, e por isso, o seu trabalho mui dispendioso, e mui precario” ou ainda por

serem os meios actuaes para o seu transporte a qualquer porto ou muito escassos, ou mui fallíveis, por ser necessário fazer-se todo as costas de cavallos, e em mui poucas partes em muito máos carros, por falta de rios perennes e navegáveis para isso, e serem esses mesmos animaes, quer de um, quer de

³²¹ *Memória econômica sobre a raça do Gado Lanígero da Capitania do Ceará*, com os meios de organizar os seus rebanhos por princípios ruraes, aperfeiçoar a espécie actual das suas ovelhas, e conduzir-se no tratamento dellas, e das suas lãs em utilidade geral do commercio do Brazil, e prosperidade da mesma Capitania, escripta e offerecida ao príncipe regente nosso senhor pelo tenente coronel João da Silva Feijó, naturalista da mesma Capitania, e sócio correspondente da Real Academia das Sciências de Lisboa. Rio de Janeiro: Na impressão Régia, 1811, p. 06.

³²² FEIJÓ, João da Silva. *Memória econômica sobre a raça do Gado Lanígero da Capitania do Ceará...*, p. 14.

outro gênero de serviço mui fracos, e talvez de espécie degenerada pela continuada escassez dos pastos e aguadas que há para se alimentarem, em razão da irregularidade das estações: o que não menos influe na falta da sua agricultura e commercio positivo.³²³

E assim, a importação e a circulação de animais e vegetais se tornava uma possibilidade candente nos escritos do naturalista. O sargento-mor justifica que “para se haverem pois carneiros, e ovelhas de fóra, e como se dezeção, e o que sem dúvida seria mais acertado, visto que desta escolha depende tudo, poder-se-hia mandá-los vir, ou de Barbaria pela fácil communicação, que de Lisboa ha para aquellas Costas de África, ou da Hespanha por Cádiz, ou finalmente mesmo de Portugal, quando nenhum dos outros meios fosse opportuno.” E ainda aventa a possibilidade da presença de camelos, como atenta em sua “Memória sobre os mineraes de ferro do Cangaty do Xoró”, onde argumenta:

não sei por certo o como se poderia remediar tantos males physicos e moraes, senão buscando diminui-los, muito principalmente aquelles que são susceptiveis de o serem, como por exemplo renovando-se a espécie por outra mais vigorosa raça desses animaes, creando bestas muares, como as mais valentes para carretos, e introduzindo-se finalmente a raça de camellos, o que facilmente se poderia conseguir, e havel-os das ilhas Canarias por Cabo-Verde os quaes talvez aqui prosperariam muito bem, sendo esta especulação para o futuro, o meio mais acertado e conveniente para supprir a falta invencível da navegação interior, nos transportes d'estes e de outros objetos tendentes a prosperidade geral

³²³ *Memória sobre os mineraes do Cangaty do Xoró na Capitania do Ceará*, escripta por João da Silva Feijó, tenente-coronel e naturalista da mesma Capitania no Anno de 1814. In: Relatório apresentado à Assembléia Geral legislativa na primeira sessão da décima segunda legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos negócios da Agricultura, commercio e obras públicas Pedro de Alcântara Bellegarde. Rio de Janeiro: Typografia perserverança, 1884, p. 08.

d'esta capitania no aproveitamento futuro de suas ricas produções.³²⁴

O conhecimento técnico, a forte crença na ciência e no progresso, as ideias de melhoramentos, o aumento da agricultura, desenvolvimento do comércio e incentivos à navegação, serviam de utilidade no aumento da Fazenda Real e consequentemente no que acreditava ser as melhorias no bem público, tais questões estavam sempre em seu horizonte de expectativas, compartilhado com administradores, capitães-mores e ouvidores da Capitania e ainda, ancorados em ideias que circulavam no reino.

E, dessa forma, a transplantação de vegetais e a circulação de animais na extensão do império colonial se tornava também em uma possibilidade cabível aos projetos coloniais. Domenico Vandelli, por exemplo, nas páginas da Academia Real de Sciencias de Lisboa já havia anteriormente aventado a possibilidade da melhor utilização das espécies animais e vegetais das conquistas ultramarinas, como o caso das zebras de Luanda, e sua utilização nas seges lusitanas. Enfim, para um mundo em movimento, tal como se configurava o império colonial português, a mobilização de mundos se tornava uma possibilidade bastante plausível, e vivia no horizonte de expectativas e nos projetos coloniais dos administradores e dos homens de ciência do Império.

No mesmo sentido, no que trata à maneira de ler e representar o mundo natural, cabe atentar para as lentes pelas quais o sargento-mor o observa. Além da fisiocracia, outras ideias que pululavam no pensamento europeu de fins do século XVIII tiveram apropriações entre os luso-brasileiros, particularmente a partir das reformas nas instituições acima mencionadas. Cabe sublinhar também a ideia de economia da natureza, e suas respectivas apropriações da ideia em ambientes variados. Tal ideia, sugerida por Karl Von Lineu, definia-se como “sistemas de equilíbrios interdependentes entre as diversas partes do mundo natural”, de forma que cada elemento possuiria uma função relevante para a dinâmica coletiva.³²⁵

A partir dessa fértil ideia, se iria posteriormente propiciar reflexões acerca das transformações no ambiente por meios antrópicos. Na capitania do Ceará, tais lentes e leituras reapropriadas são utilizadas por parte do naturalista para o entendimento do clima, e do

³²⁴FEIJÓ, João da Silva. *Memória sobre os mineraes do Cangaty do Xoró na Capitania do Ceará...*, p. 08.

³²⁵PÁDUA, José Augusto. Op. Cit., p. 45.

entendimento da necessidade da manutenção de certo equilíbrio, demonstrando a importância das *mattas* nesse sistema de interdependências. Silva Feijó argumenta que, dentro da interação da “economia da natureza” com os processos sociais desenvolvidos, dessa forma entende que:

Não concorrem pouco também para moderar ali a grande intensidade do calor e augmentar a humidade da atmosphaera as mattas, de que é povoada grande parte do país, particularmente à beira mar e serras, cuja folhagem sempre verde e viçosa tem a propriedade de absorver muitos raios do sol, moderando assim o seu vivo efeito.³²⁶

O equilíbrio, inclusive climático, seria mantido pela proteção das matas e arvoredos da Capitania, o que à primeira vista, entraria em conflito com os anseios e as ideias de progresso e desenvolvimento propaladas pelo naturalista. No entanto, suas assertivas versam sobre possíveis melhorias para o “Bem Público”, e notando as particularidades da Capitania, em relação à irregularidade de chuvas e os subsequentes períodos de estiagem, fez-se candente em seus escritos uma atenção maior à economia da natureza. Dessa forma, Silva Feijó, em sua memória sobre os ferros do Cangaty do Xoró, em meio a assertivas acerca das rendas e melhores formas de aproveitamento e aumento da Fazenda Real, atenta também para o “futuro da comunidade” e com uma medida preventiva alerta que:

Sendo incontestável que nem sempre se acha aquela serra de Baturité em estado de poder supprir aos de fora, com o sobejo das suas lavouras, pois que muitas vezes, até para si, vem a faltar o preciso, o que commumente se experimenta, ou seja por motivo de acanhamento de suas lavouras, em razão ou de falta de braços, ou de predominante preguiça dos habitantes, ou seja em fim (como de facto ordinariamente acontece) pela constante irregularidade das estações, e escassez das chuvas, cujo terrível mal tanto mais se faz sensível, e distribuidor da actual

³²⁶ FEIJÓ, João da Silva. Memória sobre a Capitania do Ceará..., p. 09.

população da capitania e do seu commercio quanto maior, e mais continuado é o abuso da devastação das matas virgens, por toda ella, com os mal entendidos chamados roçados, cujos effeitos physicos são tão claros, como bem conhecidos e sensíveis.³²⁷

Do mesmo modo, o ouvidor da Capitania João Antonio Rodrigues de Carvalho³²⁸, em sua “Descripção Geográfica abreviada da Capitania do Ceará”, evidencia ideias semelhantes:

os annos escassos de chuva além de muitas cauzas moraes, tem precipitado este paiz na ultima mizeria. A nova face, que a população e a cultura tem dado ao terreno; o mal entendido sistema em agricultura de derrubar todas as matas para sementearem novos terrenos, aonde ha lavouras; o abuso de lançar por terra as árvores só para colher os favos de mel, que as abelhas n'ellas fabricam, tem dissipado muitos princípios de humidade e

³²⁷FEIJÓ, João da Silva. *Memória sobre os mineraes do Cangaty do Xoró na Capitania do Ceará...*, p. 07.

³²⁸O Ouvidor da Capitania João Antonio Rodrigues de Carvalho, foi posteriormente preso em Pernambuco, acusado de envolvimento nos eventos da revolução de 1817. As acusações levadas a cabo pelo governador da Capitania Manuel Ignácio de Sampaio, recaíram ainda sobre o naturalista Silva Feijó, amigo de Rodrigues de Carvalho e do Padre João Ribeiro. Assim se expressa o governador da Capitania: “os clubs e os conventículos eram pela maior parte em casa do tenente coronel Feijó, e de Mariano Gomes, e algumas vezes em casa do vigario Antonio José Moreira, e d'elle mesmo Carvalho. Não me atrevo affirmar a V. Ex.a que nestes clubs se tratasse desde logo de ideias claramente revolucionárias, que assustariam demasiadamente, o horror à nota de infidelidade me impede d'assim sem ter provas evidentes; mas se claramente se não tratava da revolução, ao menos dispunha-se tudo p.a este fim com a astúcia e a ardilesa necessárias”. In: NOBRE, Geraldo da Silva. Op. Cit. p. 144. As discussões e o envolvimento do naturalista com o pensamento liberal e as ideias revolucionárias de 1817, mereceriam seguramente um pouco mais de atenção, o que foge aos limites desse trabalho.

acarretado uma quase não interrompida série de annos sêcos.³²⁹

Avalia criticamente o desvelo por parte dos habitantes em relação à transformação do mundo natural, para muito além das periódicas secas que grassavam na Capitania, ou melhor, entende que as transformações no microclima aconteciam principalmente em decorrência de atividades humanas. José Augusto Pádua atenta que a matriz do que vem a ser o pensamento e a crítica ambiental brasileira tem sua gênese na geração luso-brasileira que compõe os quadros da Universidade de Coimbra na segunda metade do século XVIII, da qual fazia parte João da Silva Feijó e possivelmente Rodrigues de Carvalho. No entanto, como o mesmo Pádua esclarece, não necessariamente aqueles que mantiveram contato com as diferentes instituições lusitanas se manifestaram contra a degradação do mundo natural³³⁰ Evidenciando, dessa forma, que se tratava de formas particulares de apropriação das ideias que pululavam nas instituições científicas do reino.

³²⁹Descrição Geográfica Abreviada da Capitania do Ceará, pelo coronel de engenheiros Antonio José da Silva Paulet. In: *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza: Anno XII, 1898, p. 09.

³³⁰PÁDUA. José Augusto. Op. Cit.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

João da Silva Feijó, sargento-mor e com o cargo de naturalista da Capitania do Ceará, encarregado de “vários objetos de História Natural”, escreve memórias filosóficas ou econômicas, segue, de certa maneira, os roteiros elaborados na metrópole, como as *Breves Instruções*. Como servidor da Coroa, busca demonstrar seu valor na prática da escrita, no envio de sementes “silvestres” e amostras de salitre, enfim, busca prestar os seus serviços, e “como um moderno explorador, sabe aproveitar os vazios dos mapas e encher suas cadernetas de anotações. A sua viagem como explicita Hartog acerca dos “exploradores viajantes modernos”, não tem a ver “com uma curiosidade vã, já que não tem em vista um conhecimento estéril.”³³¹

Muito pelo contrário, as viagens e as representações elaboradas naquele momento, possuíam um sentido bem claro, inventariar o mundo colonial português, pelo menos, no que trata aos naturalistas luso-brasileiros, inventariar a imensidão das colônias lusitanas, as potencialidades e as riquezas minerais e as maravilhas botânicas asiáticas, africanas, e principalmente americanas, no entrelaçamento dos projetos coloniais, na busca por soluções em relação ao aumento do Erário Régio, e no empreendimento de renovação do pensamento científico português do último quartel do século XVIII.

No entanto, no que trata às representações do mundo natural, a ideia inicial de inventariar o mundo acaba cindindo, em razão da experiência e do contato com as práticas predatórias no mundo colonial em relação à natureza. A destruição ou a má utilização das riquezas e potencialidades encontradas torna-se então uma preocupação política para parcela dos ilustrados coimbrãos.

Trata-se de um horizonte de expectativas ancorado na ideia de progresso, da civilização dos povos, dos propalados “melhoramentos”, enfim, ao lado das preocupações com o aumento da Fazenda Real, ancora-se o que chamavam de preocupação com o bem comum, com a *res publica*, que é colocada em risco, em suas avaliações, por parte dos imprevidentes e de seus “abusivos roçados”. Como ressalta o mesmo Silva Feijó:

o gonçalo-alves, o rabuge e outros
semelhantes deixar-se ião aproveitar para o

³³¹HARTOG, François. *Memória de Ulisses: Narrativas sobre a fronteira na Grécia Antiga*. Trad. de Jacyntho Lind Brandão. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

comercio, subministrando-lhes lucrativo lastro para as embarcações nacionais, que navegam para a Europa carregadas de algodão, pois por falta disso são obrigados a comprar para os seus lastros o ferro em Inglaterra, e desta sorte aproveitar-se hia immensa quantidade dessas madeiras, que o fogo dos abusivos roçados annualmente consome, e de outras que se desperdição.

Reitera-se desse modo, o papel da crítica ambiental e do pensamento político, ainda que o interesse na proteção não tivesse posto por elementos concernentes ao valor intrínseco do mundo natural, como iria despontar posteriormente com o pensamento romântico, mas sim ancorado em um valor utilitário onde o “interesse da Real Fazenda” e da comunidade política falaria mais alto.

Acrescenta-se a isso, as próprias particularidades ambientais da Capitania do Ceará, e ainda suas dinâmicas e a sua configuração social, eivada pela violência cotidiana, marcas antigas da colonização e do “povoamento” através da pecuária extensiva, dinâmicas estas que emergem nas penas e nos relatos dos mais distintos viajantes, e que ainda se mostram candentes para a compreensão das relações estabelecidas entre o homem e o mundo natural em sua concretude e em suas relações historicamente determinadas em uma distinta temporalidade, mas que nos auxiliam e colocam em perspectiva nossas próprias relações com o mundo natural e o que chamamos de natureza.

TIPOLOGIA DE FONTES

1. **Memórias Filosóficas e Econômicas escritas pelo Naturalista João da Silva Feijó;**

Coleção descritiva das plantas da Capitania do Ceará, 1818. (Coleção estudos cearenses), 1984.

Discurso Político sobre as Minas do Ouro do Brasil, por João da Silva Feijó, 1797. DA SILVA, Clarette e LOPES, Maria Margaret. O Ouro sob as luzes: a arte de minerar no discurso do naturalista João da Silva Feijó (1760-1824). In: *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, vol. 11(3): 731-750. set.- dez. 2004.

Ensaio Político sobre as Ilhas de Cabo Verde para servir à História filosófica das mesmas, por João da Silva Feijó. In: *O Patriota: Jornal litterário, político e mercantil, &c. do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Na Impressão Régia. Maio-junho de 1814.

Memória sobre as antigas Lavras do Oiro da Mangabeira da Capitania do Siará. *Revista do Instituto do Ceará*. ANNO XXVI, 1912, pp. 364 – 372.

Memória sobre a Capitania do Ceará, escrita da ordem superior pelo Sargento-Mor João da Silva Feijó, naturalista encarregado por S. A. R. das investigações philosophicas da mesma. *Revista do Instituto do Ceará*. ANNO III, 1889.

Memória econômica sobre a raça do Gado Lanígero da Capitania do Ceará, com os meios de organizar os seus rebanhos por princípios ruraes, aperfeiçoar a espécie actual das suas ovelhas, e conduzir-se no tratamento dellas, e das suas lãs em utilidade geral do commercio do Brazil, e prosperidade da mesma Capitania, escripta e offerecida ao príncipe regente nosso senhor pelo tenente coronel João da Silva Feijó, naturalista da mesma Capitania, e sócio correspondente da Real Academia das Sciências de Lisboa. Rio de Janeiro: Na impressão Régia, 1811.

Memória sobre os mineraes do Cangaty do Xoró na Capitania do Ceará, escripta por João da Silva Feijó, tenente-coronel e naturalista da mesma Capitania no Anno de 1814. In: Relatório apresentado à Assembléia Geral legislativa na primeira sessão da décima segunda legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos negócios da

Agricultura, commercio e obras públicas Pedro de Alcântara Bellegarde. Rio de Janeiro: Typografia perserverança, 1884.

Uma Memória de João da Silva Feijó. *Revista do Instituto do Ceará*, ANNO XXVI, 1912.

Memória sobre a erupção volcânica da ilha do Fogo sucedida em 24 de janeiro do anno de 1785, observada e escrita por João da Silva Feijó, naturalista que foi encarregado por sua Magestade do Exame philosophico das ilhas de Cabo Verde, Lisboa, 1797. In: *Memórias Economicas da Academia de Sciencias de Lisboa*. In: Memórias da Academia Real das Sciencias de Lisboa. Primeira Classe de Sciencias Mathematicas, Physicas e Naturaes. Lisboa: Na Typographia da Academia, 1857.

Memória sobre a Fábrica Real de anil na Ilha de Santo Antão. In: *Memórias da Academia Real das Sciencias de Lisboa para o adiantamento da Agricultura, das Artes, e da Indústria em Portugal, e suas conquistas*. Tomo I. Lisboa: Na Officina da Academia Real das Sciencias, 1789.

Memória sobre a Urzella de Cabo Verde, por João da Silva Feijó. In: *Memórias Econômicas da Academia de Ciências de Lisboa, para o adiantamento da Agricultura, das artes e da indústria em Portugal e suas conquistas*. Tomo V. Lisboa: Na Officina da mesma Academia, 1815.

2. Mapas da Capitania do Ceará;

Capitania do Ceará; dividida pelo campo iluminado de cor. Fonte: AHE – RJ_ Série Nordeste_Sub-Série Ceará_Localização 02.04.363. In: Neto, Clóvis Ramiro Jucá. *A urbanização do Ceará Setecentista: As vilas de Nossa Senhora da Expectação do Icó e de Santa Cruz do Aracati*. Tese de Doutorado em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura, Salvador: UFBA, 2007.

Carta demonstrativa da Capitania do Ceará para servir de Plano a sua carta topográfica, organizada e delineada pelo Sargento-mor e naturalista da mesma capitania/João da Silva Feijó – 1810. Fonte AHE –

RJ_Série Nordeste_Sub_série Ceará_Localização 02.04.363. In: Neto, Clóvis Ramiro Jucá. Idem.

Carta Topográfica da Capitania do Ceará que S.A.R. O Príncipe Regente/Nosso Senhor/Dedica/Luiz Barba Alardo de Menezes/Anno de 1812. Fonte: Mapoteca do Itamarati. In: Neto, Clóvis Ramiro Jucá. Ibidem.

Carta Geográfica da Capitania do Piauí, e parte das adjacentes [Cartográfico] levantada em 1761 por João Antonio Galuci. Mapa ms.: col., desenho a nanquim; 58,5 x 85cm. Em f. 61,5 x 88. ARC.030,01,004 – Cartografia. Objeto digital: Cart249898. Disponível no sítio da Biblioteca Nacional Digital in: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart249898.jpg.

Mapa Geographicé da Capitania do Seará [Cartográfico]. Amaral, Mariano Gregório do. [S.l.: s.n.], 1800. mapa ms: desenho a nanquim ; 44 x 49. ARC.025,02,009 – Cartografia. Objeto digital: Cart511693. Disponível no sítio da Biblioteca Nacional Digital in: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart511693.jpg.

PAULET, Antonio José da Silva. Carta da Capitania do Ceará levantada por ordem do governador Manoel Ignácio de Sampaio [Cartográfico] [S.l.: s.n.], 1818. [S.l.: s.n.], 1818. Disponível no sítio da Biblioteca Nacional Digital: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart249891.jpg

PAULET, Antonio José da Silva, 1778-1837 Carta da capitania do Ceará [Cartográfico] / levantada por ordem do Governador Manoel Ignacio de Sampaio por seu ajudante e ordens Antonio José da S. Paulet. [Rio de Janeiro]: [Arch. Militar], 1818. Biblioteca Nacional Digital (Brasil). Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart529227/cart529227.jpg

FEIJÓ, João da Silva. Carta topográfica do Seará a Mina do Salpetra descoberta no sítio da Tabajuba [Cartográfico]: na dist.a [distância] de 55 léguas da Villa da Fortaleza. Biblioteca Nacional Digital (Brasil). Disponível no sítio da Biblioteca Nacional em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart525963/cart525963.jpg

3. Correspondências de João da Silva Feijó compiladas por Geraldo Silva Nobre;

NOBRE. Geraldo Silva. João da Silva Feijó: Um Naturalista no Ceará. Fortaleza: Grecel - Gráfica Editorial Cearense Ltda., 1978.

4. Relatos de Viagens Oitocentistas:

GARDNER, George, 1812-1849. *Viagem ao Interior do Brasil, principalmente nas províncias do Norte e nos distritos do Ouro e dos diamantes durante os anos de 1836-1841*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1975.

KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. Tradução, prefácio e comentários de Câmara Cascudo. 12ª edição. Rio de Janeiro; São Paulo; Fortaleza: ABC Editora, 2003.

ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de Viagem de Francisco Freire Alemão* – Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 2006.

5. Registro de Cartas, Ofícios, Avisos, Alvarás, Decretos, etc. do príncipe Regente 1802 a 1810. Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC) - Fundo: Capitania do Ceará, Caixa 04;

6. Documentos avulsos da Capitania do Ceará - Arquivo Histórico Ultramarino, digitalizados. “Projeto Resgate: Barão Do Rio Branco” - (Abril de 1782 - Fevereiro de 1806);

(Ceará, 1782) Ofício do Capitão-mor do Ceará, João Batista de Azevedo Coutinho de Montauray;

(Aracati, 30.04.1783) Relação dos produtos do Ceará remetidos pelo capitão-mor do Ceará, João Baptista de Augusto Coutinho de Montauray; (Outubro de 1784) Ofício do Capitão.-mor do Ceará, João Batista de Azevedo Coutinho de Montauray;

(Aquiraz, 03.03.1786) Carta do ouvidor do Ceará, Manoel Magalhães Pinto e Avelar à rainha D. Maria I;

(1786, Ceará) Lista dos minerais existentes na Capitania do ceará. Anexo; 2ª via e lembrete.

(Aracati, 04.06.1787) Ofício do ouvidor do Ceará, Manoel de Magalhães Pinto e Avelar;
 (Crato, 04.08.1788) Ofício do ouvidor do Ceará Manoel de Magalhães Pinto e Avelar;
 (Fortaleza, 08.10.1788) Ofício ao ouvidor do Ceará, Manoel Magalhães Pinto de Avelar;
 (Fortaleza, 13.11.1788) Ofício do capitão mor do Ceará, Luís da Mota Feo e Torres;
 (Fortaleza, 07.06.1790) Ofício do capitão mor do Ceará, Luís da Mota Feo e Torres;
 (19.01.1791) Relação das madeiras existentes no distrito da Serra de Itaitinga;
 (Fortaleza, 17.10.1791) Ofício do capitão mor do Ceará, Luís da Mota Feo e Torres;
 (Queluz, 14.03.1797) Carta Régia do Governador do Ceará, Francisco de Melo e Castro, sobre as madeiras e paus de construção e cortes regulares, e sobre os mapas dos sítios;
 (Fortaleza, 25.10.1799) – Ofício do Governador do Ceará Bernardo Manoel de Vasconcelos;
 (Fortaleza, 20.12.1799) Carta do Governador do Ceará, Bernardo Manoel de Vasconcelos;
 (Fortaleza, 01.01.1800) Ofícios do Governador do Ceará, Bernardo Manoel de Vasconcelos;
 (Ceará, 01.03.1800) Ofício do naturalista João da S. Feijó;
 (Fortaleza, 01.03.1800) Ofício do Governador do Ceará, Bernardo Manoel de Vasconcelos;
 (Fortaleza, 01.04.1800) Ofícios do Governador do Ceará, Bernardo Manoel de Vasconcelos;
 (01.07.1800, Fortaleza) Ofícios do Governador do Ceará Bernardo Manoel de Vasconcelos;
 (13.09.1800) Ofício de Francisco Bento Maria Targine ao Governador do Ceará Bernardo Manoel de Vasconcelos;
 (01.10.1800, Icó) Ofícios do Governador do Ceará Bernardo Manoel de Vasconcelos;
 (Aracati, 02.12.1800) Ofício do Governador do Ceará, Bernardo Manoel de Vasconcelos;
 (03.12.1800) Ofício do naturalista João da Silva Feijó;
 (31.12.1800, Fortaleza) Ofícios do governador do Ceará, Bernardo Manoel de Vasconcelos;
 (Fortaleza, 18.08.1801) Carta da Câmara da Vila de Fortaleza ao príncipe regente, D. João;

(Fortaleza, 30.09.1801) Ofício do Governador do Ceará, Bernardo M. de Vasconcelos;

(Ceará, 25.11.1801) Ofício do naturalista João da Silva Feijó;

(Fortaleza, 31.12.1801) Ofício do Governador do Ceará, Bernardo Manoel de Vasconcelos;

(Fortaleza, 24.02.1802) Ofício do Governador do Ceará, Bernardo Manoel de Vasconcelos;

(Sete Rios, 12.04.1802) Ofício ao Secretário. de Estado dos Negócios Estrangeiros, D. João de Almeida Melo e Castro;

(Queluz, 20.07.1802) Ofício do presidente do Real Erário, D. Rodrigo de Sousa Coutinho;

(13.09.1802) Nota do Conselho Ultramarino sobre o salitre do laboratório da Tatajuba;

(Fortaleza, 21.03.1803) Ofício do capitão José Henriques e Luis M. de Paula;

(Fortaleza, 12.05.1803) Ofício do naturalista João da Silva Feijó;

(Fortaleza, 14.05.1803) Ofícios dos gov. interinos do Ceará, José Henriques Pereira e Luis Martins de Paula;

(Fortaleza, 28.05.1803) Carta da Câmara da Vila de Fortaleza, ao príncipe regente D. João;

(Fortaleza, 23.10.1803) Ofícios dos Governadores interinos do Ceará, José Henriques Pereira e Luis Martins de Paula;

(Lisboa, 08.11.1803) Recibo emitido pelo fiel do Museu Real da Corte declarando ter recebido dois caixotes do Ceará;

(Fortaleza, 18.05.1804) Ofício do governador do Ceará, João Carlos Augusto d.Oyenhausen e Gravenburg;

(Ceará, 17.04.1805) Ofício do naturalista João da Silva Feijó;

(Ceará, 03.02.1806) Ofício do naturalista João da Silva Feijó.

7. Obras de Referência:

ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de Viagem de Francisco Freire Alemão*. Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 2006.

ARARIPE, Tristão Alencar de. *História da Província do Ceará*: Desde os tempos primitivos até 1850. 2ª edição anotada. Fortaleza: Tipografia Minerva, 1958.

HUMBOLDT, Alexander von. *Quadros da Natureza*, 1º volume. Prefácio de Haja Gabaglia. Trad. de Assis de Carvalho. W. M. Jackson Inc. Clássicos Jackson. vol. XXXIV, São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre.

POMPEU, Thomaz Pompeo de Sousa Brasil. *Ensaio Estatístico da Província do Ceará*. (2 tomos). Fortaleza: Typografia B. De Matos, 1863.

8. Produções historiográficas da Revista do Instituto do Ceará

ABREU, Capistrano de. Sobre uma História do Ceará. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza: ANNO XIII, 1899.

BRÍGIDO, João. A Fortaleza em 1810. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza: ANNO XXVI, 1912.

CASTRO, José Liberal de. Cartografia cearense no Arquivo Histórico do Exército. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza: ANNO CXI, 1997.

Documentos para a história do Governo de Bernardo Manoel de Vasconcellos (coleção Studart). *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza: ANNO XXVIII, 1914.

História Pátria: Azevedo de Montauray e seu governo no Ceará, pelo Dr. Guilherme de Studart. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza: ANNO V, 1891.

Descrição Geográfica Abreviada da Capitania do Ceará, pelo coronel de engenheiros Antonio José da Silva Paulet. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza: ANNO XII, 1898.

Memória sobre a Capitania Independente do Ceará grande escripta em 18 de Abril de 1814 pelo governador da mesma, Luiz Barba Alardo de Menezes. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza: ANNO XI, 1897.

NOGUEIRA, Paulino. O Naturalista João da Silva Feijó. In: *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza: ANO II, TOMO II, 1888, p. 247-276.

STUDART, Barão de. Uma Memória de João da Silva Feijó. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza: ANNO XXVI, 1912.

_____. A exploração das Minas de S. José dos Cariris durante o governo de Luiz Joseph Correa de Sá segundo a correspondência do tempo. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza: ANNO VI, 1892.

_____. Geographia do Ceará. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza: ANNO XXXVII, 1923.

SOBRINHO, Thomas Pompeu. Povoamento do Nordeste Brasileiro. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza: ANNO LI, 1937.

WILLIAMS, Horace. O ouro no Ceará. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza: ANNO XLVII, 1933.

9. Memórias Filosóficas e Econômicas Setecentistas

Memórias Econômicas da Academia das Sciencias de Lisboa, para o adiantamento da Agricultura, das Artes e da Indústria em Portugal e suas Conquistas. TOMO I, pag. VIII. Oficina da Academia Real das Sciencias: Lisboa, 1779.

Memoires Instructifs pour un voyageur dans les divers États de l'Europe. Contenant des anedoctes curieuses très propres a éclaircir l'Histoire du Tems, avec des Remarques sur le commerce et l'Histoire Naturelle. par Merveilleux. à Amsterdam, chez H, du Sauzet M. DCC. XXXVIII.

Diccionario dos termos technicos de História Natural extrahidos das Obras de Linnéo, com a sua explicação, e estampas abertas em cobre, para facilitar a intelligencia dos mesmos & Memória sobre a Utilidade dos Jardins Botânicos que offerece a raynha D. Maria I nossa Senhora. Por Domingos Vandelli, diretor do Real Jardim Botânico, e Lente das Cadeiras de Chymica, e de História Natural da Universidade de Coimbra. Coimbra. Real Oficina da Universidade, 1788.

VANDELLI, Domenico. Viagens Filosóficas ou dissertação sobre as importantes regras que o filósofo naturalista nas suas peregrinações deve principalmente observar. *O Gabinete de curiosidades de Domenico Vandelli*. Dantes, 2008, pp. 93 – 158.

SANCHES, Antonio Nunes Ribeiro. *Cartas sobre a educação da mocidade*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1922.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, J. Capistrano de. *Capítulos de História Colonial*. Rio de Janeiro: Briguiet, 1954.

_____. *Sobre uma História do Ceará*. In: Revista do Instituto do Ceará. TOMO XIII, ANNO 1899.

ALENCASTRO, Luis Felipe de. *O Trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ÁLVAREZ, Fernando Bouza. Lisboa sozinha, quase viúva: A cidade e a mudança da corte no Portugal dos Filipes. In: *Penélope: fazer e desfazer a História*. Lisboa: Edições Cosmos / Cooperativa Penélope, Vol. 13, 1994.

ALVES, Tereza. Paisagem: Em Busca do Lugar Perdido. *Finisterra*, XXXVI, nº 72: 2001, pp. 67-74.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 1983.

BACHELARD, Gaston. *A Poética do Espaço*. 2 edição. Martins Fontes: Rio de Janeiro, pag. 245.

BELLUZZO, Ana Maria. A propósito do Brasil dos viajantes. *Revista USP*, Dossiê Brasil dos Viajantes. São Paulo (30), junho/agosto de 1996. pp. 8 – 19.

BENJAMIN, Walter. *Sobre a arte, técnica, linguagem e política*. Lisboa: Relógio d'água editora, 1992. (1ª edição, 1936).

BERQUE, Augustin. *Cinq Propositions pour une théorie du paysage*. Seyssel: Champ Vallon, 1994.

BEZERRA, Antonio. *Algumas origens do Ceará*. Fortaleza: Biblioteca Básica Cearense – Fundação Waldemar Alcântara, 2009. (edição fac-símile de 1918)

BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral (orgs.). *Modos de Governar: Ideias e Práticas políticas no Império português (séculos XVI – XIX)*. 2ª edição. São Paulo: Alameda, 2005.

BOXER, Charles R. *O Império Marítimo Português*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BRIGOLA, João Carlos. Domenico Agostino Vandelli: Um naturalista italiano a serviço de Portugal e do Brasil. In: *O Gabinete de curiosidades de Domenico Vandelli*. Dantes, 2008, pp. 41-52.

- BRUIT, Hector Hernán. América Latina: Quinhentos anos entre a Resistência e a Revolução. *Revista Brasileira de História*. São Paulo. V. 10, nº 20. março-agosto 1991, pp. 147-171.
- CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: A Elite Política Imperial; Teatro de Sombras: a Política Imperial*. 2ª Ed.. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Relume-Dumará, 1996.
- _____. *A Escola de Minas de Ouro Preto: O peso da Glória*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.
- CARVALHO, Rômulo de. *A História Natural em Portugal no Século XVIII*. Volume 112. Biblioteca Breve, Lisboa: 1987.
- CASSIRER, Ernst. *A Filosofia do Iluminismo*. 2ª edição. Campinas: Unicamp, 1994. (1ª edição 1933)
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural: Entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1988.
- CONRAD, Joseph. *O Coração das Trevas*. Porto Alegre: L & PM, 2001.
- CONTIJO, Rebeca. A reta e o círculo: amizade, projeto intelectual e construção identitária nas cartas de Capistrano de Abreu e João Lúcio de Azevedo (1916 – 1927). In: *Anais do XVII Encontro Regional de História – O lugar da História*. ANPUH/SPUNICAMP.Campinas, 2004.
- CORBIN, Alain. Roger Chartier (dir.), *La Correspondance*. Les usages de la lettre au XIX^e Siècle. Annales. Histoire, Sciences Sociales, Année 1994. Volume 49, nº 3, pag. 720 – 724.
- CROSBY, Alfred. *Imperialismo Ecológico: A Expansão Biológica da Europa, 900-1900*. Trad. José Augusto Ribeiro e Carlos Afonso Malferrati. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- DEAN, Warren. A Botânica e a política imperial: a introdução e a domesticação de plantas no Brasil. In: *Estudos Históricos*. Vol. 4, n.8. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1991. pp. 216-228.
- _____. *A Ferro e Fogo: A História e a devastação da Mata atlântica brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005.
- _____. *O Fardo do Homem Branco*: Southey, historiador do Brasil. (um estudo dos valores ideológicos do império do comércio livre. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974.
- DOMINGUES, Ângela. Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no império português em finais do Setecentos. *Historia, ciências, saúde – Manguihos*. Vol. VIII (suplemento). p. 829.

DRIVER, Felix. *Geography's Empire: histories of geographical knowledge*. Environment and Planning: Society and Space, 1992, n. 10, p. 23-40.

DRIVER, Felix; MARTINS, L. L. (Org.). *Tropical Visions in a Age of Empires*. The University of Chicago Press, 2005.

DRUMMOND, José Augusto. A História Ambiental: Temas, fontes e linhas de pesquisa. In: *EstudosHistóricos*. vol. 4, n. 8. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1991. pp. 177 – 197.

_____. Por que estudar a história ambiental no Brasil – ensaio temático. *Varia história*. n° 26. Minas Gerais, janeiro de 2002.

EAGLETON, Terry. *A ideia de Cultura*. Tradução Sandra Castello Branco. São Paulo: Editora UNESP,

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do Paraíso: Os motivos edênicos do descobrimento e colonização do Brasil*. 2ª edição. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000. (1ª edição, 1959)

FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7ª edição. Forense Universitária: Rio de Janeiro, 2008. (1ª edição, 1969).

_____. *A Ordem do Discurso: Aula Inaugural no College de France*, 2 de dezembro de 1970. Edições Loyola: São Paulo, 1996.

FRAGOSO, João [et al.], (orgs.). *Na rota do Império: Eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português*. Vitória: Edufes; Lisboa: IICT, 2006.

FUNES, Eurípedes Antonio & GONÇALVES, Adelaide. La recreación de la Amazonia a través de los viajeros. In: DEL RIO, José Maria Valcuende (coord.). *Amazonia: Viajeros, turistas y poblaciones indígenas*. El Sauzal (Tenerife, España): ACA, PASOS, RTPC, 2012. — 356 p.

GAUER, Ana Maria Chittó. *A Construção do Estado Nação no Brasil: A Contribuição dos Egressos de Coimbra*. Curitiba, Juá: 2001.

GERBI, Antonello. *O Novo Mundo: História de uma polêmica: 1750-1900*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. *Olhos de madeira: Nove reflexões sobre a distância*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

GOMES, José Eudes. *As Milícias d'El Rey: Tropas Militares e Poder no Ceará Setecentista*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

_____. *Um escandaloso teatro de horrores: A Capitania do Ceará sob o espectro da violência*. Imprensa Universitária/UFC: Fortaleza, 2010.

HARTOG, François. *Memória de Ulisses: Narrativas sobre a fronteira na Grécia Antiga*. Trad. de Jacyntho Lind Brandão. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

HEIZER, Alda; VIEIRA, Antonio Augusto Passos (orgs.). *Ciência, Civilização e império nos Trópicos*. Rio de Janeiro: Access, 2001.

HEYNEMANN, Cláudia Beatriz. *As culturas do Brasil*. Editora HUCITEC, São Paulo: 2010.

NETO, Clóvis Ramiro Jucá. *A urbanização do Ceará Setecentista: As vilas de Nossa Senhora da Expectação do Icó e de Santa Cruz do Aracati*. Tese de doutorado em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura. Salvador: UFBA, 2007.

_____. Os primórdios da organização do espaço territorial e da vila cearense – algumas notas. Anais do Museu Paulista: História e cultura material. Dossiê Caminhos da história da urbanização no Brasil Colônia. Vol. 20. n. 1. São Paulo. jan/junho 2012. disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-47142012000100006&script=sci_arttext

_____. Desenhando o Ceará. Anais do 3º Simpósio Iberoamericano da História da Cartografia. Agendas para a História da Cartografia Iberoamericana. São Paulo, abril de 2010. disponível em: <http://3siahc.wordpress.com/memorias/>

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: Contribuição à Semântica dos Tempos Históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, Editora PUC-Rio, 2006.

KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. Tradução, prefácio e comentários de Câmara Cascudo. 12ª edição. ABC editora: Rio de Janeiro/São Paulo/Fortaleza, 2003.

KURY, Lorelai Brilhante. A Ciência útil em “O Patriota” (Rio de Janeiro, 1813-1814). *Revista Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 115-124, jul/dez 2011.

_____. A Filosofia das viagens: Vandelli e a História natural. In: *O Gabinete de curiosidades de Domenico Vandelli*. Dantes, 2008.

_____. Viajantes – naturalistas no Brasil oitocentista: experiência, relato e imagem. In: *História, Ciência, Saúde*, Manguinhos. Volume VIII. Rio de Janeiro: Casa de Osvaldo Cruz / Fio Cruz. 2001. pp. 863-879.

MADEIRA, Angélica. *Livro dos Naufrágios: Ensaio sobre a História Trágico-Marítima*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2005.

MARTINS, Luciana de Lima. *O Rio de Janeiro dos Viajantes: o olhar britânico (1800-1850)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

MAXWELL, Keneth. *A devassa da Devassa: A inconfidência mineira: Brasil e Portugal 1750 – 1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005. (1ª edição 1973)

_____. Marquês de Pombal: *Paradoxo do Iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MORAES, José Gerardo Vinci; & REGO, José Marcio. *Conversas com Historiadores Brasileiros*. São Paulo, Editora 34: 2002.

CAMARGO-MORO, Fernanda & NORONHA, Andréa (org.) *O Gabinete de Curiosidades de Domenico Vandelli*. Coleção da Fundação BNP Paribas. Rio de Janeiro: DANTES Editora, 2008. MORO, Fernanda de Camargo. Câmara de maravilhas, studioli e gabinete de curiosidades: Vandelli e suas circunstâncias. In: *O Gabinete de curiosidades de Domenico Vandelli*. Dantes Editora, 2008. pp. 19-22.

NOBRE, Geraldo da Silva. *O Ceará Capitania autônoma: Fim do período colonial, situação política, econômica e cultural*. Comunicação apresentada no Instituto Histórico do Ceará, 1987, pp. 85-97.

NOBRE, Geraldo da Silva. *João da Silva Feijó, um naturalista no Ceará do Ceará*. Fortaleza, Instituto Histórico do Ceará/GRECEL.

NOVAIS, Fernando. *Brasil e Portugal na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. 5ª edição. Editora HUCITEC: São Paulo, 1989.

_____. O Reformismo Ilustrado Luso-Brasileiro: Alguns aspectos. *Revista Brasileira de História*. 1984, nº 7, pp. 105-18.

OLIVAL, Fernanda. *As Ordens Militares e o Estado Moderno: Honra, Mercê e Venalidade em Portugal*. Estar: Lisboa, 2001.

ORTIZ, Fernando. *Contrapunto Cubano del Tabaco e del Açúcar: Advertencia de sus contrastes agrarios, económicos, históricos y sociales, su etnografía y su transculturación*. Cuba - Espanha, Madrid, 1999. (1ª edição 1940).

PÁDUA, José Augusto. “Um sopro de destruição”: Pensamento Político e Crítica Ambiental no Brasil Escravista, 1786 – 1888. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

PATACA, Ermelinda Moutinho e PINHEIRO, Rachel. Instruções de Viagem para a Investigação científica do território brasileiro. In: *Revista da SBHC*. v. 3, n. 1. Rio de Janeiro, jan.-jun. 2005. pp. 58-79.

PINHEIRO, Francisco José. *Notas sobre a Formação social do Ceará: 1680 – 1820*. Fortaleza: Fundação Ana Lima, 2008.

PODETTI Ramiro. *Mestizaje y transculturación: la propuesta latinoamericana de globalización*. Comunicação apresentada em el VI Corredor de las Ideas del Cono Sur, 11 al 13 de Marzo de 2004, Montevideo, Uruguay.

PRATT, Mary Louise. *Os olhos do Império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru: Edusc, 1999. pag. 30. (1ª edição 1992).

PUNTONI, Pedro. *A guerra dos Bárbaros: Resistência indígena e Conflitos no Brasil Colonial*. São Paulo: Hucitec, 2002.

RAMINELLI, Ronald. *Viagens Ultramarinas: Monarcas, Vassalos e Governo a distância*. São Paulo: Alameda, 2008.

_____. Ilustração e Império colonial. *História* (São Paulo), Vol. 31, nº 2. dezembro, 2012, pp. 36 – 67.

SAID, Edward. *Cultura e Imperialismo*. Tradução Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. (1ª edição 1993)

_____. *Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente*. Tradução Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SANTOS, Paulo César dos. *O Ceará Investigado: A Comissão Científica de 1859*. Dissertação apresentada ao programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Ceará como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História Social. Fortaleza: 2011.

SCHAMA, Simon. *Paisagem e Memória*. Tradução Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SCHULTZ, Kirsten. *Versalhes Tropical: Império, monarquia e a corte real portuguesa no Rio de Janeiro (1808-1821)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *A Longa Viagem da Biblioteca dos Reis: Do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SELA, Eneida Maria Mercadante. *Modos de ser, modos de ver: viajantes europeus e escravos africanos no Rio de Janeiro (1808 – 1850)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

SEVCENKO, Nicolau. O Front Brasileiro na Guerra Verde: Vegetais, Colonialismo e Cultura. In: *Revista USP*, Dossiê Brasil dos Viajantes (junho-agosto). São Paulo: USP, 1996.

SILVA, Clarete Paranhos da e LOPES, Maria Margaret. O Ouro sob as luzes: a arte de minerar no discurso do naturalista João da Silva Feijó (1760-1824). In: *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, vol. 11, n. 3: set.-dez., 2004. pp. 731-750.

_____. As viagens filosóficas de João da Silva Feijó (1760 – 1824) no Ceará. In: *História: Questões & Debates*, n. 47. Curitiba: UFPR, 2007. pp. 179-201.

SMITH, Bernard. *European Vision and the South Pacific*. Journal of the Warburg and Courtauld Institutes. Vol. 13, nº 1/2. 1950, pp. 65-100.

SPITTA, Silvia. *Between two Waters: Narratives of Transculturation in Latin America*. Houston, Rice University Press, 1995. Reviewed by Elliot Young (University of Texas – Austin) published on H- LatAm (September 1996).

_____. *Notas para a História do Ceará*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004.

STRAUSS, Claude Lévy. *O Pensamento Selvagem*. 8ª edição. Campinas: Papirus Editor, 1985. (1ª edição, 1962).

SUSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. Palavras Loucas, Orelhas Moucas: os relatos de viagem dos Românticos Brasileiros. In: *Revista USP*, Dossiê Brasil dos Viajantes (junho-agosto). São Paulo: USP, 1996.

THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural: mudança de atitude em relação às plantas e aos animais, 1500 – 1800*. Trad. João Roberto Martins Filho. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

WILLIAMS, Raymond. *O Campo e A Cidade: Na História e na Literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

RUSSEL-WOOD, Alfred. Centro e periferia no mundo luso-brasileiro, 1500 – 1800. In: *Revista Brasileira de História*. Nº 36, vol. 18. 1998.

WORSTER, Donald. *Nature's Economy: A History of Ecological Ideas*. 2nd edition. Cambridge: Cambridge Press, 1994.

_____. Para Fazer História Ambiental. In: *Estudos Históricos*. vol. 4, n.8. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1991, pp. 198-215.

_____. John Muir e a paixão moderna pela natureza. In: *Revista Esboços*. n. 13. Florianópolis: UFSC, 2005.